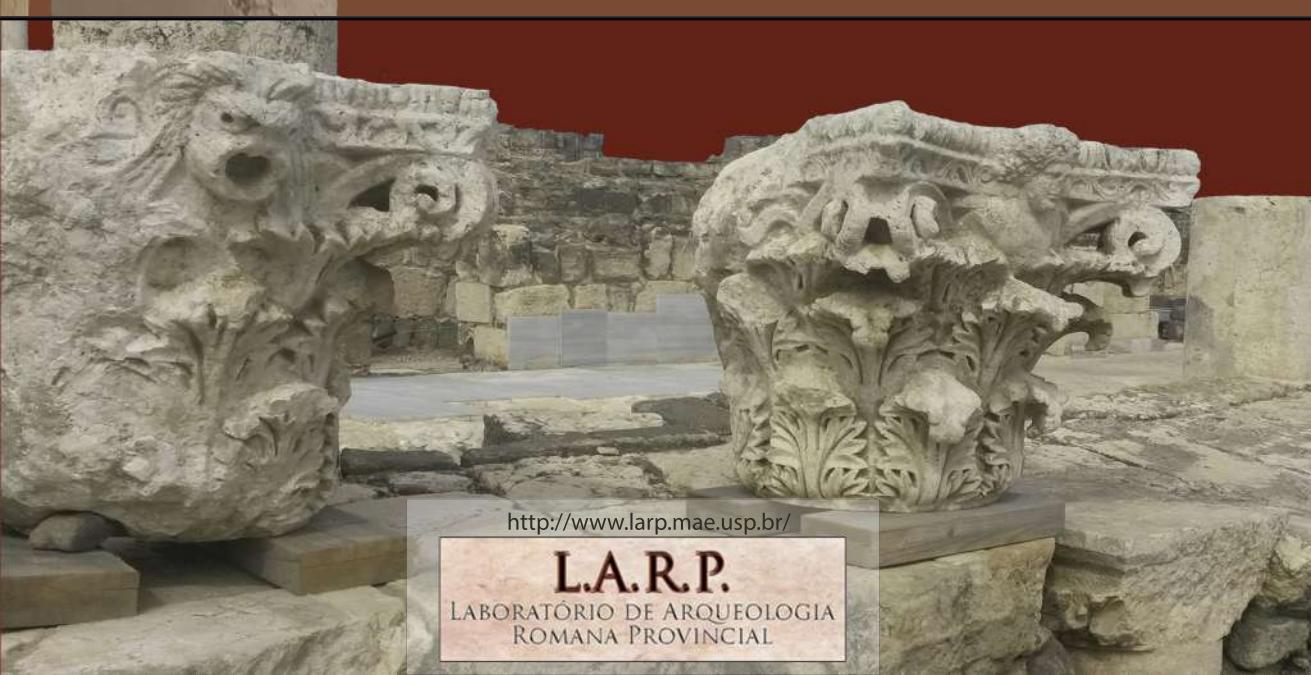




10 ANOS DE LARP

TRAJETÓRIA E PERSPECTIVAS

Coordenadores
Maria Isabel D'Agostino Fleming
Vagner Carvalheiro Porto



<http://www.larp.mae.usp.br/>

L.A.R.P.
LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA
ROMANA PROVINCIAL

10 Anos de LARP: Trajetória e Perspectivas

Coordenação

Maria Isabel D'Agostino Fleming
Vagner Carvalheiro Porto

São Paulo
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLÓGIA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

10 anos de LARP : trajetórias e perspectivas / Maria Isabel D'Agostino Fleming,
Vagner Carvalheiro Porto, coordenadores - São Paulo : Museu de Arqueologia
e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2023.
297 p.; il. color.
ISBN: 9786599306273
DOI: 10.11606/9786599306273

1. Arqueologia digital. 2. Arqueologia romana. 3. Cerâmica. I. Fleming, Maria
Isabel D'Agostino. II. Porto, Vagner Carvalheiro. III. Universidade de São Paulo.
Museu de Arqueologia e Etnologia.

Ficha catalográfica elaborada por Monica da Silva Amaral - CRB/8-7681

Comissão Científica: Alessandro Mortaio Gregori
Lygia F. Rocco
Silvana Trombetta

Capa: Lygia F. Rocco
Foto: Beit She'an, Israel. Autoria: Lygia F. Rocco
Diagramação: José Luiz de Magalhães Castro Neto

Sumário

1 Apresentação

Primeira Parte

- 5 Maria Isabel D'Agostino Fleming
10 Anos de LARP - sua Trajetória em dois Grandes Ciclos
- 17 Vagner Carvalheiro Porto
Laboratório de Arqueologia Romana Provincial (LARP): Perspectivas consolidadas, horizontes alvissareiros
- 27 Pedro Paulo A. Funari
LARP-USP, 10 anos: perspectivas inovadoras sobre o mundo romano, a serviço de estudiosos e do público

Paisagem - Território - Urbanismo

- 37 Claudia Ribeiro Campos Gradim
Os Banhos Herodianos: precursores dos banhos romanos na Palestina
- 45 Gabriela R. Marques de Oliveira
Tel Dor, decadência ou ascensão? A trajetória de uma cidade Sírio-Palestina no mundo romano

Humanidades Digitais

- 57 Kelly Gillikin Schoueri
Rome is where the *aedes* is. Simulating Roman military identity and loyalty in locations of transition
- 71 Marcio Teixeira-Bastos
Arqueologia Digital, Humanidades Digitais e Arqueometria nos Estudos do Oriente Médio Romano e Bizantino
- 119 Guilherme Diogo Rodrigues
Jessica Silva Mendes
Cleberson Henrique de Moura
Ana de Carvalho Rigolon
Digitalizando a arqueologia com *Reflectance Transformation Imaging (RTI)* no LARP

Numismática

- 135 Tais Pagoto Bélo
Lívia: entre moedas e a “institucionalização” da mulher romana
- 147 Gladys Mary Santos Sales
Estruturas de poder e memória monumental observadas nas moedas de Jerusalém/Aelia Capitolina no século II EC

Educação

161 Alessandro Mortaio Gregori

Os projetos digitais do LARP e sua interface educativa: Dez anos de interação entre a universidade e o ensino básico

173 Raquel dos Santos Funari

O acervo egípcio a serviço da educação

Acervos

187 Cássio de Araújo Duarte

Sobre caixões e sarcófagos

209 Jessica Silva Mendes

A coleção egípcia do MAB-UNASP e suas réplicas

221 Marjori Pacheco Dias

Diego Lemos Ribeiro

Política de Descarte: uma Ferramenta de Gestão?

Cerâmica

235 Leandro Hecko

Arqueologia e História e Cultura da Alimentação no mundo grego antigo – entre a documentação escrita e a cultura material

257 Matheus Moraes Cruz

Vetera I e Colonia Ulpia Traiana – algumas reflexões sobre a presença romana no *limes germanicus*

275 Sérgio Aguiar Montalvão

Uma atualização do mapeamento dos achados de Estatuetas Pilares de Judá (EPJs) dos Sítios Arqueológicos de Israel – Observações e Resultados sobre a Pesquisa

289 Gabriel Arriel Pedrozo

Fictile et Urbs: um estudo da Cerâmica Campânica e suas interações em Carthago Nova

Apresentação

Este volume *10 Anos de LARP: Trajetória e Perspectivas*, em sua primeira parte, traz testemunhos valiosos dos trabalhos desenvolvidos pelo LARP nesta década marcada pela ampliação e aprofundamento do repertório dos temas de suas pesquisas, bem como das colaborações com as instituições e universidades do Brasil e do exterior, além da abertura de novas frentes investigativas com especialistas de universidades nacionais e estrangeiras.

Os capítulos, de M. I. D'A Fleming, V. C. Porto e P. P. Funari, abordam o percurso do Laboratório, respectivamente, sob os títulos: “10 Anos de LARP - sua Trajetória em dois Grandes Ciclos”; “Laboratório de Arqueologia Romana Provincial (LARP): Perspectivas consolidadas, horizontes alvissareiros”; “LARP-USP, 10 anos: perspectivas inovadoras sobre o mundo romano, a serviço de estudiosos e do público”.

Nos demais capítulos são apresentados estudos relacionados a várias das principais temáticas do repertório larpiano.

Paisagem – Território – Urbanismo são os temas que embasam os capítulos de C.R.C. Gradim: “Os Banhos Herodianos: precursores dos banhos romanos na Palestina” e de G. R. M. Oliveira: “Tel Dor, decadência ou ascensão? A trajetória de uma cidade Sírio-Palestina no mundo romano”.

Humanidades Digitais enquadram os capítulos de K. G. Schoueri: “Rome is where the *aedes* is. Simulating Roman military identity and loyalty in locations of transition”; M. Teixeira-Bastos: “Arqueologia Digital, Humanidades Digitais e Arqueometria nos Estudos do Oriente Médio Romano e Bizantino”; G. D. Rodrigues; J. S. Mendes ; C. H. de Moura; A. C. Rigolon: “Digitalizando a arqueologia com Reflectance Transformation Imaging (RTI) no LARP”.

Numismática é a referência dos capítulos de T. P. Bélo: “Lívia: entre moedas e “institucionalização” da mulher romana” G. M. S. Sales: “Estruturas de poder e memória monumental observadas nas moedas de Jerusalém/Aelia Capitolina no século II EC.”.

Educação é o tema dos capítulos de A. M. Gregori: “Os projetos digitais do LARP e sua interface educativa: 10 anos de interação entre a universidade e a escola básica”; R. S. Funari: “O acervo egípcio a serviço da educação”.

Acervos são o tema abordado nos capítulos de C. A. Duarte: “Sobre caixões e sarcófagos”; J. S. Mendes: “A coleção egípcia do MAB-UNASP e suas réplicas”; M. P. Dias; D. L. Ribeiro: “Política de Descarte: uma Ferramenta de Gestão?”.

Cerâmica é a estrutura das pesquisas apresentadas nos capítulos de L. Hecko: “História da Alimentação e Cultura Material: o caso da cerâmica grega antiga”; M. M. Cruz: “*Vetera I e Colonia Ulpia Traiana* – algumas reflexões sobre a presença romana no *limes germanicus*”; S. A. Montalvão: “Uma atualização do mapeamento dos achados de Estatuetas Pilares de Judá (EPJs) dos Sítios Arqueológicos de Israel – Observações e Resultados sobre a Pesquisa”; G. A. Pedrozo: “*Fictile et Urbs*: um estudo da Cerâmica Campânica e suas interações em Carthago Nova”.

Agradecemos nesta oportunidade o apoio financeiro da FAPESP, do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, além do apoio da Comissão Científica para a publicação deste volume.

Maria Isabel D’Agostino Fleming
Vagner Carvalheiro Porto
Coordenadores

Primeira Parte

10 Anos de LARP - sua Trajetória em dois Grandes Ciclos

Maria Isabel D'Agostino Fleming¹

Introdução

É uma imensa alegria falar da trajetória do LARP, com uma comemoração muito significativa e tantos participantes, para lembrarmos de nosso caminho, de nossos encontros, das pesquisas realizadas, das tentativas que tiveram sucesso e outras nem tanto, mas que apontaram marcas que ainda podemos alcançar. Então, assim foi com o nosso LARP: um grupo que começou pequeno e que cresceu muito nesses dez anos (Fig. 1), que ampliou seus contatos e seu alcance junto à comunidade acadêmica e, não menos, junto ao público não especialista, universitário e de estudantes de nível médio e básico. Quanto a esses dois níveis não universitários, além dos aplicativos online disponíveis no site do LARP,² foram criados programas específicos de formação intermediados pelos profissionais das Secretarias de Ensino Estadual e Municipal de São Paulo, para a inserção de produtos do LARP em seus currículos.

Esta apresentação, portanto, trata da formação e desenvolvimento de um laboratório temático do MAE-USP a partir do que ele representa basicamente. Ou seja, um projeto guia, as pesquisas individuais de seus membros em consonância com esse projeto e a produção científica comunitária, ou programática, veiculada no âmbito acadêmico, bem como traduzida para o público não especialista em seus diversos graus, através de projetos específicos.

(1) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Coordenadora do LARP/MAE-USP. <mi.fleming@usp.br>

(2) *Domus* (aplicativo interativo de realidade virtual), *Domus R.A.* (aplicativo interativo de realidade aumentada móvel), *Domus Redux* (aplicativo interativo de realidade virtual móvel), *Domus Visita Virtual* (aplicativo interativo de realidade virtual imersiva móvel), *Domus V.R.* (aplicativo interativo de realidade virtual imersiva), *Roma Touch* (aplicativo interativo de realidade virtual móvel), *Roma Aumentada* (aplicativo interativo de realidade aumentada móvel), *O Último Banquete em Herculano* (jogo eletrônico para computadores e dispositivos móveis), e escaneamento 3D de parte do acervo do MAE-USP (além de impressões tridimensionais de algumas das peças escaneadas). Todo o material está disponível no website do LARP: www.larp.mae.usp.br.



Fig. 1. Alguns membros do grupo originário do LARP. Da esquerda à direita: Renato Pinto; Silvana Trombetta; Tatiana Bina; Marcia Severina Vasques; Maria Isabel D'Agostino Fleming; Irmina Doneux Santos; Alessandro Mortaio Gregori; Alex dos Santos Almeida; Marcio Teixeira Bastos; Anisio Cândido Pereira Filho; Alex da Silva Martire.

Assim, os projetos do LARP nos dois ciclos que irei descrever, previram ações adequadas ao diálogo com a comunidade acadêmica nacional e internacional, bem como sua divulgação para diferentes níveis. Nesse sentido, o conjunto dos projetos orientou-se pelos pilares da universidade: o ensino, a pesquisa e a extensão universitária.

O primeiro ciclo – 2011-2014

A criação do LARP, com o auxílio da Fapesp entre 2011- 2014, viabilizou de forma mais consistente e estruturada o desenvolvimento e aprofundamento das discussões que norteavam as pesquisas na área de arqueologia romana do Museu. Nos cinco anos anteriores, 2006-2011, esteve em pleno desenvolvimento o grupo do MAE-USP dedicado à arqueologia romana provincial, na realidade, o Grupo de Pesquisa do CNPq “Formas de contato e processos de transformação no Mediterrâneo Antigo: Roma e suas províncias”, por mim liderado.

Nesse período o GP-CNPq acumulou um elenco de questões sobre a atuação romana nas províncias que levaram à necessidade de aprofundar

sua atividade nos campos em investigação, pautados pelos debates em torno de temas mais discutidos à época: imperialismo romano; exército; romanização; alteridade / identidade; identidade e discurso; religião e política; urbanismo / urbanização; transformação dos espaços públicos; monumentalidade; iconografia; espaço doméstico; tecnologia, produção e consumo; território e paisagem, entre outros.

Entre as atividades do LARP para este ciclo, primeiramente previu-se disponibilizar no site do Museu os resultados das pesquisas através do Sistema de Informações Geográficas-SIG, na época, uma metodologia aplicada de forma inédita à Arqueologia Clássica desenvolvida em nosso meio. Dentre outros tópicos, visava-se à análise da distribuição de vestígios arqueológicos na paisagem terrestre. Pretendia-se, assim, tornar funcional um banco de dados para elaborar mapas temáticos de acordo com as pesquisas desenvolvidas pelos membros do LARP. Igualmente, esperava-se produzir textos-piloto relativos às discussões dos pesquisadores sobre **Urbanização e Ambiente construído; Religião e Práticas Funerárias no Império Romano; Economia e Tecnologia** (Figs. 2, 3, 4, 5). Esses textos ampliados seriam introdutórios à pesquisa científica e ensino universitário sobre o mundo greco-romano. Esta ação concretizou-se finalmente na publicação do livro *Perspectivas da Arqueologia Romana Provincial no Brasil: Pesquisas do LARP* (Fleming, 2015) (Fig. 6).

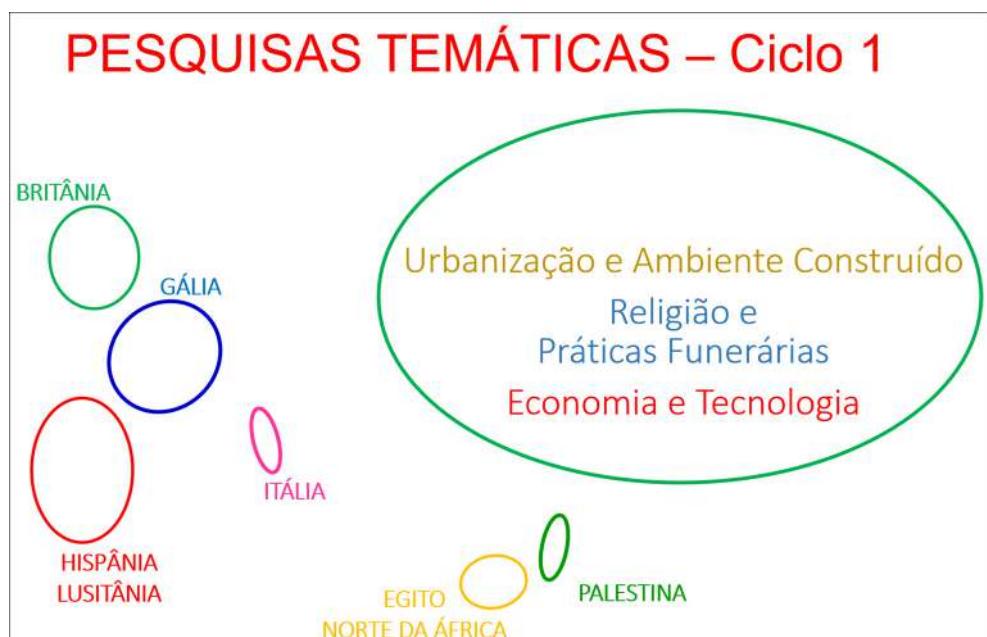


Fig. 2. Temas de pesquisas do LARP e as províncias romanas estudadas.



Fig. 3. Pesquisas temáticas na Hispânia Romana.



Fig. 4. Pesquisas temáticas na Itália e províncias do Egito, Britânia, Península Ibérica e Gália.



Fig. 5. Pesquisas temáticas na Península Ibérica e províncias da Palestina e norte da África.

A integração pesquisa e educação

Como salientei, uma das linhas mestras das atividades do LARP é a difusão da pesquisa ao público não especialista, dentro e fora do âmbito acadêmico, incluindo estudantes de nível médio e básico. Assim, um esforço significativo foi realizado para direcionar os levantamentos e produtos da pesquisa dos membros do laboratório para bancos de dados que alimentam os produtos educativos, ou projetos piloto do LARP. De forma bastante atuante, as Humanidades Digitais são o grande motor da divulgação científica do LARP, sendo ela mesma um forte braço de pesquisa acadêmica do laboratório. Nesse sentido, já deixou claramente sua marca na conclusão do primeiro ciclo do LARP. Juntamente com o **I Simpósio - Representações da Romanização no Mundo Provincial Romano**, foi realizado o workshop **Ciberarqueologia: uso de tecnologias para a reconstrução-simulação interativa em arqueologia** (Fleming, 2014), uma promoção conjunta do LARP-MAE e o Laboratório de Sistemas Integráveis, do Departamento de Engenharia Elétrica da Escola Politécnica-USP, que abriga o Centro Interdisciplinar em Tecnologias Interativas da USP (CITI-USP). Este evento teve o objetivo de reforçar a tendência interdisciplinar que tem regido as ações na arqueologia, sendo o LARP a desempenhar, por primeiro, pesquisas neste setor e na área de arqueologia clássica no Brasil.

O segundo ciclo – 2015 - atual

Neste ciclo, também com o apoio da FAPESP (2015-2019), o conhecimento produzido pelas pesquisas acadêmicas e sua aplicação nos projetos educacionais no primeiro ciclo do LARP, conduziram à criação do projeto **Formas de Contato: produção, poder e simbolismo no mundo romano**, de modo a alavancar outros eixos temáticos que possibilitassem novos debates entre os membros e trazer novas propostas de aplicação no campo da extensão ao



Fig. 6. Publicação com os resultados de pesquisas do primeiro Ciclo do LARP.

público estudantil e universitário. O projeto geral está centrado nos processos de interação inter-regionais com o propósito de formular questões de mudanças sociopolíticas e culturais na Península Itálica e províncias romanas. A pesquisa arqueológica pertinente insere-se na reconstrução de redes intersetoriais complexas, com destaque para a natureza dessas conexões, por quem são mediadas, e qual o significado político, econômico e ideológico dos bens e ideias a elas associadas. Dessa forma, no quadro das reflexões no âmbito do espaço e de contatos em suas múltiplas naturezas, produção, poder e simbolismo no mundo romano são analisados em consonância com os subtemas que compõem os principais objetos das pesquisas dos membros do LARP, como Arquitetura e Urbanismo, Paisagem e Território, Religião e Consumo, Tecnologia, Economia, Arqueometria (Fig. 7).

No cenário de ampliação dos canais de difusão das pesquisas do LARP, optou-se por produzir textos piloto que orientassem as discussões periódicas tendo como contraponto a bibliografia especializada recente. Ao mesmo tempo, tais textos foram base dos **Ciclos de Debates** em torno do eixo central: **Produção, poder e simbolismo no mundo romano**. Dessa forma foram criados mais eventos para incluir temas que são relevantes no perfil da produção coletiva (Tabela 1).

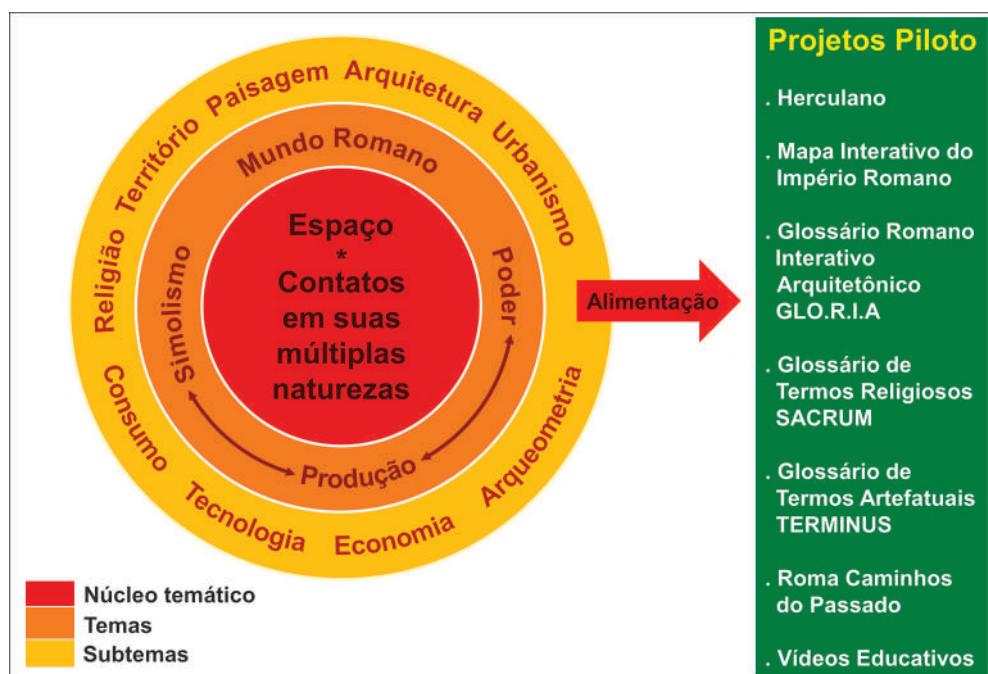


Fig. 7. Esquema do conjunto de pesquisas do segundo ciclo do LARP, cujos resultados alimentam a produção de projetos piloto educativos.

CICLO DE DEBATES DO LARP	
I- Crise em todo lugar? Regionalismo produtivo e econômico nas províncias de Roma (16/12/2016)	<ul style="list-style-type: none"> - Ms. Tomás Partiti Cafagne (LARP-MAE/USP): <i>O que as moedas romanas estão fazendo fora do Império? Numismática romana em contextos estrangeiros: o caso da Germânia Livre.</i> - Prof. Dr. Uiran Gebara da Silva (LEIR-F-FLCH-USP): <i>Comunidades Rurais na Gália Tardo-Romana: Crise ou Desenvolvimento.</i> - Prof. Dr. Marcio Teixeira Bastos (LARP-MAE/USP): <i>Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e Análises de redes sociais (ARS) em Arqueologia Romana: Crise Econômica na Palestina Greco-Romana.</i> - Prof. Dr. Vagner Carvalheiro Porto (LARP-MAE/USP): <i>A economia do mundo romano: propriedade e multiculturalismo na Província Palestina.</i>
II- Metalurgia e Mineração - Estudos do Brasil Colonial e de Roma Antiga (17/02/2017)	<ul style="list-style-type: none"> - Doutorando Lucas Troncoso (MAE/USP): <i>Arqueologia da Mineração, Interdisciplinaridade e a Gestão do Patrimônio Arqueológico.</i> - Prof. Dr. Artur Martins (Museu Aljustrel-Portugal): <i>Mineração Romana: o caso de Vipasca (Aljustrel - Portugal).</i>
III- Egito Romano: entre Tradição e Inovação (20/04/2017)	<ul style="list-style-type: none"> - Profa. Dra. Marcia Severina Vasques (UFRN; LARP-MAE/USP): <i>Egito Romano: Entre Tradição e Inovação.</i> - Ms. Claudia Gradim (LARP-MAE/USP): <i>Os banhos no Egito Romano: um encontro de culturas no mundo dos vivos.</i> - Prof. Dr. Cássio de Araújo Duarte (LARP-MAE/USP): <i>Cultura material funerária na Tebaída do início do 1º milênio a.C.</i>
IV- Arqueologias Medievais - Desmistificando a Idade das Trevas (18/08/2017)	<ul style="list-style-type: none"> - Prof. Dr. Marcelo Cândido da Silva (FFLCH/LEME-USP): <i>A Arqueologia das “crises” na Alta Idade Média.</i> - Profa. Dra. Lygia Ferreira Rocco (LARP-MAE/USP): <i>Por uma outra Idade Média: uma história deixada de lado.</i> - Doutorando Munir Lutfe: Ayoub (LARP-MAE/USP): <i>Ferreiros: entre mitos, sagas e a materialidade.</i>

CICLO DE DEBATES DO LARP	
V- Religião Romana e Ensino Universitário (24/08/2017)	<ul style="list-style-type: none"> - Prof. Dr. Fábio Morales (UFSC): <i>A religião romana na didática da História Antiga.</i> - Profa. Dra. Tatiana Bina (LARP-MAE/USP): <i>Os Manuais de Religião Romana e o Projeto SACRUM.</i>
VI- Arqueologia Digital: Meios Novos de Abordar o Passado (18/09/2017)	<ul style="list-style-type: none"> - Prof. Dr. Alex da Silva Martire (LARP-MAE/USP): <i>Uma Introdução às Humanidades Digitais.</i> - Prof. Dr. Marcio Teixeira Bastos (LARP-MAE/USP): <i>As Humanidades Digitais: Arqueologia Clássica e História Antiga no Brasil.</i> - Doutoranda Priscilla Ulguim (MAE-USP/Teesside Univ.): <i>Remanescentes Digitais: Abordagens Contemporâneas e o estudo da Morte na Era Digital.</i>
VII- Palmira – História e Reconstrução (29/11/2017)	<ul style="list-style-type: none"> - Prof. Dr. Andrea Piccini (LARP-MAE/USP): <i>Palmira: a Porta do Império Romano do Oriente.</i> - Profa. Dra. Lygia Ferreira Rocco (LARP-MAE/USP): <i>Guerra e Patrimônio Cultural.</i>
VIII- Símbolos, Imagens e Poder: Trocas Imagéticas no Mundo Antigo (04/04/2018)	<ul style="list-style-type: none"> - Profa. Dra. Maria Isabel D'Agostino Fleming (LARP-MAE/USP): <i>A iconografia de poder no cotidiano aristocrático romano: vasilhas de metal para banquete.</i> - Profa. Dra. Silvana Trombetta (LARP-MAE/USP): <i>Os mosaicos romanos provinciais e a representação do poder no Mundo Antigo.</i> - Doutorando Alessandro Mortaio Gregori (LARP-MAE/USP): <i>Arqueologia e as primeiras imagens cristãs.</i>
IX- Vida doméstica e cotidiana na Antiguidade Mediterrânea (12/06/2020)	<ul style="list-style-type: none"> - Doutoranda Anita Fattori (FFLCH/USP): <i>Para além do espaço doméstico: a vida das mulheres mesopotâmicas no início do segundo milênio.</i> - Mestranda Tatiangela (MAE/USP): <i>Os lugares sagrados de Astarte.</i> - Dra. Thais Rocha (Univ. Oxford): <i>A vida para além das quatro paredes: a experiência habitacional da Vila de Trabalhadores em Amarna.</i>

CICLO DE DEBATES DO LARP	
X- Celtas, Iberos e Romanos: questões sobre espaço e religiosidade (22/07/2020)	<ul style="list-style-type: none"> - Doutoranda Ellen Vasconcelos (Univ. Alicante): <i>Necrópoles Iberas: um espeço de religiosidade, prestígio e identidade.</i> - Doutoranda Érika Vital (UFF): <i>O Exército Romano como agente do emaranhamento e a construção de um espaço para o culto.</i> - Doutorando Brunno Araujo (UFF): <i>Arquitetura rural na Britannia: resincronizando monumentalização, identidade e política provincial (séc. III-IV d.C.)</i>
XI- No curso do Nilo (04/12/2020)	<ul style="list-style-type: none"> - Dr. Fábio Frizzo (UFTM): <i>Redescobrindo Amenmose: a Experiência da Primeira Campanha.</i> - Prof. Dr. José Roberto Pellini (UFMG): <i>Entre sarcófagos e latas de sardinha: as experiências do BAPE em QURNA.</i> - Dr. Rennan Lemos (Univ. Cambridge): <i>Arqueologia na Núbia ontem e hoje.</i>

Tabela 1. Ciclos de debates do LARP (2016-2020).

A modificação e ampliação das linhas de pesquisa para acomodar novos temas investigativos são fruto de novas reflexões sobre o papel que as Humanidades Digitais passaram a ocupar no meio acadêmico e qual a atuação que o LARP, desde sua origem, exerceu neste segmento. Um criterioso levantamento de dados revelou que as Humanidades Digitais careciam de material de aporte teórico e metodológico em português. Desse modo, o LARP elaborou a publicação do e-book **Humanidades Digitais e Arqueologia - o desenvolvimento de O Último Banquete em Herculano** (Fleming & Martire, 2018), que teve como norteador as Humanidades Digitais e usou como estudo de caso a produção do aplicativo tridimensional interativo (jogo eletrônico) baseado em Herculano, denominado **O Último Banquete em Herculano** (Fig. 8). Essa publicação foi acompanhada de um Guia Didático para orientação dos professores (Gregori & Pina, 2019) (Fig. 9).

A realização do **II Simpósio do LARP - Atualizando o passado romano: pesquisa, educação e as humanidades digitais** (Fleming, 2019) veio coroar os resultados das pesquisas desenvolvidas nesta segunda fase do Projeto do LARP como um todo e criou a oportunidade de divulgá-las e submetê-las à discussão no meio científico nacional e internacional.

Tendo em vista a trajetória do LARP nesses dez anos, importa destacar como se encadeiam as atividades nos vários eixos de pesquisa com múltiplos



Fig. 8. Publicação com os resultados de pesquisas de Humanidades Digitais e Arqueologia do segundo Ciclo do LARP.



Fig. 9. Publicação do Guia Didático para aplicação do Jogo Eletrônico *O Último Banquete em Herculano* nas escolas do Ensino Básico.

resultados a partir de um programa bem estabelecido que visa a alcançar uma produção científica de qualidade. Ou seja, como equilibrar a relação entre a pesquisa e sua divulgação; como otimizar o conhecimento para que beneficie e estimule os que a ele não têm acesso; como formar um corpo competente de pesquisadores e futuros docentes. Diante dessas reflexões, vejo com otimismo a trajetória do LARP. O que foi realizado na sua primeira década estimulou o propósito de criar mais projetos e ampliar as cooperações com um maior número de pesquisadores e instituições científicas no Brasil e no exterior, de modo a possibilitar pesquisas de longo prazo e interdisciplinares em sítios arqueológicos que abrigassem projetos de pós-doutorado, doutorado, mestrado e iniciação científica. Além da continuidade das investigações nas províncias da Gália, Hispânia, Germânia, Norte da África e do Egito, abriu-se uma nova etapa, ou um terceiro ciclo, em que a província da Palestina passou a concentrar uma maior diversificação de parcerias científicas com a Universidade de Jerusalém, Universidade de Haifa, Israel, e Universidade de Bristol, Reino Unido, além do Laboratório de Estudos da Cidade Antiga (Labeca-MAE/USP). Trata-se do Projeto *Contatos Culturais na Judaea-Palestina de Época Romana: Estudos da Malha Urbana e da Circulação Monetária em Tel Dor, Israel*, coordenado pelo Professor Vagner Carvalheiro Porto.

Este é o nosso desejo: que o LARP mantenha sua energia benfazeja de receber os que iniciam sua formação científica e crie líderes na pesquisa das próximas gerações. Que esteja sempre aberto aos parceiros de outras instituições do Brasil e do exterior em trocas profícias que fortaleçam cada vez mais os estudos da Antiguidade Clássica.

Referências bibliográficas

FLEMING, M.I.D'A. (Org.)

Anais do I Simpósio do LARP- Representações da romanização no mundo provincial romano. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, Supl. 18. São Paulo: MAE-USP, 2014.

FLEMING, M.I.D'A. (Org.)

Perspectivas da arqueologia romana provincial no Brasil. São Paulo: Annablume Editora / FAPESP, 2015.

FLEMING, M.I.D'A. (Org.)

Anais do II Simpósio do Laboratório de Arqueologia Romana Provincial - “Atualizando o passado romano: pesquisa, educação e as humanidades digitais”. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 32, 2019.

FLEMING, M.I.D'A.; MARTIRE, A. S. (Org.)

Humanidades Digitais e Arqueologia O Desenvolvimento de O Último Banquete em Herculano. São Paulo: MAE-USP, 2019.

GREGORI, A. M.; PINA, A.D.V.

Guia Didático. O Último Banquete em Herculano. São Paulo. USP-MAE/FAPESP, 2019.

Laboratório de Arqueologia Romana Provincial (LARP): Perspectivas consolidadas, horizontes alvissareiros

Vagner Carvalheiro Porto¹

Fiquei incumbido de apresentar as perspectivas futuras do LARP, tarefa não muito fácil, posto que são muitas e diversificadas as frentes de atuação de nosso laboratório. Lembremo-nos que nossas perspectivas futuras ensejam dar continuidade às linhas de pesquisa já consolidadas pelo laboratório, assim como perpassam os três eixos de atuação que compõem um museu universitário: a pesquisa, o ensino e a extensão. O LARP, laboratório temático do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP), em toda a sua trajetória e em todas as suas perspectivas futuras trabalha ampla e fortemente nestas três frentes.

Do ponto de vista da extensão prosseguiremos com as parcerias junto às Secretarias Estadual e Municipal de Educação, gerando produtos que vêm auxiliando pedagogicamente docentes do ensino fundamental e médio nestes últimos anos. Também continuaremos a adotar nossos aplicativos interativos de realidade virtual, realidade aumentada móvel, realidade virtual móvel, realidade virtual imersiva e imersiva móvel, como o *Domus* e o *Domus R.A.*, *Domus Redux*, *Domus Visita Virtual*, *Domus V.R.*, *Roma Touch*, e *Roma Aumentada*. A experiência com o jogo eletrônico para computadores e dispositivos móveis *O Último Banquete em Herculano*, também tem nos pautado novos projetos de jogos como o *Protótipo de RV ciberarqueológico sobre o acampamento legionário Vetera I* em desenvolvimento por meu aluno Matheus Morais Cruz. Destaca-se também o projeto *Tecnologia e Educação: o jogo digital como ferramenta de aprendizagem sobre Roma Arcaica*, coordenado pela Profa. Dra. Maria Isabel D'Agostino Fleming, submetido à FAPESP, 2023: Fleming, M.I.D'A.; Martire, A.S. (FURGS-LARP/MAE-USP); Gregori, A.M. (LARP/MAE-USP); Trombetta, S. (LARP/MAE-USP).

Futuros projetos de jogos virtuais ou mesmo de tabuleiro, como o jogo de percurso desenvolvido pela pesquisadora do LARP Raquel Funari, em sua pesquisa de pós-doutorado *O acervo das peças egípcias do MAE-USP: um estudo de caso para desenvolver as habilidades sócio-emocionais no ensino fundamental*, além de escaneamento 3D de parte do acervo do MAE-USP (como também de impressões tridimensionais de algumas das peças escaneadas), estão em constante diálogo com o setor educativo do MAE-USP.

Do ponto de vista do ensino, o LARP continuará a fazer parte do *Projeto Minimus Interdisciplinar* (FFLCH-MAE). Com objetivo de aproximar o conhecimento

(1) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Cooordenador do LARP/MAE-USP. <vagnerporto@usp.br>

produzido na universidade pública com a escola básica, pesquisadores do LARP, conjuntamente com pesquisadores do Labeca, vêm trabalhando com a Profa. Dra. Paula Correa (Departamento de Línguas Clássicas e Vernáculas - FFLCH-USP) na escola pública E.M.E.F. Des. Amorim Lima, São Paulo, SP. A experiência faz parte da aplicação do “Projeto Minimus Interdisciplinar” (Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas - FFLCH-USP) para o ensino de Arqueologia e História Antiga para o Ensino Fundamental II da rede pública (Kormikiari; Perissato; Ferreira, 2020). Também seminários para professores, palestras e outras atividades dos integrantes do LARP continuarão a ser desenvolvidas do ponto de vista educacional.

Do ponto de vista da pesquisa, o LARP vem se destacando no país, primeiramente, por desenvolver parcerias estrangeiras como as efetuadas com a Universidade de Tel Aviv, na figura do professor Oren Tal, com a Universidade de Münster, principalmente com os professores Achim Lichtenberger e Angelika Lohwasser, com a Universidade Hebraica de Jerusalém, na figura do saudoso professor Ilan Sharon e de Sveta Matskevich, com a Universidade de Boston, na figura da professora Susan Rebecca Martin (Becky), com a Universidade de Bristol, professora Tamar Hodos, com a Universidade de Duke, na figura do professor Maurizio Forte, Universidade do Minho, na figura da professora Helena Paula de Abreu Carvalho, e tantas outras mais. Nacionalmente, iniciamos parcerias de pesquisa com pesquisadores de diversas universidades como a UFRN, Unicamp, Unesp, UFES, UFF, dentre outras. Diversas teses, dissertações e demais produções acadêmicas e de divulgação científica são produtos destas parcerias.

Uma parceria que aponta para um futuro próximo foi estabelecida inicialmente com as professoras Juliana Hora e Maria Cristina Kormikiari, da Universidade de Santo Amaro e Labeca-MAE-USP, respectivamente, em que a região da Trácia, no Egeu (Fig. 1), entrou no escopo de nossos projetos conjuntos. A proposta desta parceria consiste em compreender a dinâmica social, cultural e religiosa em uma das ilhas mais importantes do Norte do Egeu, a Samotrácia (Avramidou, 2022). Enquadram-se como parceiros neste projeto a Universidade Metropolitana de Santos (Unimes); Democritus University of Thrace, Grécia, e Institute of Balkan Studies and Centre of Thracology, Bulgarian Academy, Bulgária. O projeto visa ao aprofundamento dos conhecimentos a respeito dos mecanismos de contato cultural e dos processos relacionais entre as ilhas do Egeu e o continente grego, a partir do estudo de caso de Petrotta, uma das *peraia* da Samotrácia de períodos arcaico, clássico, helenístico e romano (Avramidou, 2022).

Esta parceria que projeta pesquisas na região da Trácia visa também à ampliação e amadurecimento dos debates teóricos e metodológicos nos dois laboratórios temáticos do MAE-USP: o Laboratório de estudos sobre a cidade antiga (Labeca), e o Laboratório de Arqueologia Romana Provincial (LARP), este, que coordeno conjuntamente com a Profa. Dra. Maria Isabel D'Agostino Fleming. Esta parceira de pesquisa também suscita a criação de núcleos de discussões teóricas sobre globalização (Hodos, 2010) e interdisciplinaridade (Araújo, 2018) no âmbito acadêmico do MAE-USP. Temos a perspectiva de avançar em temáticas inovadoras sobre questões glocais e identidades apagadas (Müller, 2016), que são desveladas pela Arqueologia, além



Fig. 1. Mapa do Norte do Egeu. Destaque para a parte Meridional da Trácia, ilhas de Tasos, Samotrácia e Lemnos. Crédito imagem: Rodrigo Lima (2018).

de uma nova compreensão das relações político-sociais e religiosas de época romana em áreas de fundações gregas no Mediterrâneo. Áreas estas pouco exploradas pelos estudos de Roma Antiga em nosso país e que possibilitam um maior conhecimento e aprofundamento sobre as dinâmicas de contatos com povos locais e romanos; além de explorar a questão das práticas femininas, questões globais, entre outros enfoques.

Outro foco de pesquisas do LARP, as pesquisas em Tel Dor, sítio arqueológico de Israel (Fig. 2 e Fig. 3), já mencionadas neste volume, são coordenadas por mim e contam atualmente com diversos pesquisadores do LARP, dentre eles diversos pós-doutorandos e alunos de doutorado, mestrado e iniciação científica.

Essas pesquisas enquadram-se em um programa interinstitucional amplo, composto pela Universidade de São Paulo, Universidade Santo Amaro, Universidade de Jerusalém, Universidade de Haifa, Universidade de Boston e Universidade de Bristol. Visam ao aprofundamento dos nossos conhecimentos a respeito dos mecanismos de contato cultural e dos processos de transformação urbana no norte de Israel de período romano (Porto, 2020). As perspectivas futuras são de continuidade das pesquisas no sítio que ora conta com dois projetos em vigor: o projeto *Desvelando Tel Dor: Arqueologia e Numismática, Estrutura Urbana e Paisagem Social de Época Romana*, chamada CNPq nº 09/2020, Bolsa de Produtividade em Pesquisa; e o projeto *Contatos Culturais na Judeia-Palaestina de Época Romana: Estudos da Malha Urbana e da Circulação Monetária em Tel Dor, Israel*, processo Fapesp nº 2020/16698-0. Ou seja, nossas perspectivas futuras de pesquisa em Tel Dor estão alicerçadas em pratica-



Fig. 2. Tel Dor, Israel. Ao norte, a cidade de Haifa; ao sul, Tel Aviv. Fonte: Tel Dor Excavation Project. Disponível em http://dor.huji.ac.il/Israel_map.html



Fig. 3. Vista aérea do sítio arqueológico de Tel Dor, Israel. Fonte: Tel Dor Excavation Project. Disponível em http://dor.huji.ac.il/Israel_map.html

mente três anos de pesquisas que vêm sendo desenvolvidas neste sítio arqueológico de Israel. Muitos dos desafios impostos pela pesquisa já foram solucionados, mas tantos outros foram sendo suscitados, e são esses novos problemas que pretendemos encarar nesta sequência de pesquisas. Nossa mote continua sendo o mesmo: compreender melhor a presença romana na região da *Judea-Palaestina* a partir de reflexões sobre como os romanos tencionaram impor suas concepções de urbanismo na porção Leste do Império e, da mesma forma, verificar como as populações locais receberam tais concepções, emulando-as e adaptando-as às suas realidades, só que, desta vez, valendo-nos dos estudos em Tel Dor, pretendemos estender nossa compreensão também para a esfera regional, analisando as relações políticas, econômicas e religiosas de Dor com as cidades vizinhas (Akko, Tiro, Jerusalém, dentre outras) principalmente a partir da análise das moedas encontradas no sítio. Tel Dor, locus deste estudo, é uma cidade portuária que se situa a aproximadamente 130 km de distância a norte de Jerusalém. As novas etapas das pesquisas em Dor dividem-se em duas frentes distintas que se complementam: 1) uma das inquietações da pesquisa é conseguir determinar os limites da malha urbana da antiga cidade romana de Dor, para isso, é crucial localizarmos as duas artérias principais da cidade, a rua que corta a cidade de norte a sul, conhecida como *cardo maximus*, e a rua que corta a cidade de leste a oeste, a chamada *decumanus*. Determinando os limites dessas duas ruas principais, poderemos definir o local em que se encontravam os portões da cidade e, localizando seu cruzamento, saberemos onde ficava o fórum romano. Já tivemos a oportunidade de aplicar o método conhecido como GPR (Ground Penetrating Radar)

em duas temporadas de campo, março de 2022 e julho de 2023 (Porto, 2022). Nossas análises preliminares já puderam captar parte destas ruas e parte de estruturas arquitetônicas do podem pertencer ao fórum (Figs. 4 e 5). Queremos crer que mais uma rodada de aplicação do GPR, além da escavação de algumas trincheiras testes, nos permitirão responder a esta hipótese.



Fig. 4. Marcação de coordenadas geográficas com RTK pela pesquisadora Sveta Matskevitch, parceira do projeto. À esquerda, Tiago Attorre, arqueólogo com expertise em tecnologias e, à direita, Cleberson Moura (MAE-USP) filmando para o documentário.



Fig. 5. Corte sobre ortofoto com os pontos de drenagem romanos (amarelo) e linhas extrapoladas para o dreno (azul) e para a grande estrutura sul (vermelho).

O sítio arqueológico de Tel Dor é escavado desde os anos 1980, mas, como se trata de um sítio com diversas fases de ocupação (da Idade do Bronze ao período romano) (Gilboa; Sharon, 2008), muita atenção foi dada por nossos predecessores aos períodos anteriores, sendo o período de ocupação romana relegado a poucos estudos e interesse. Assim, nossos estudos têm trazido uma contribuição valiosa à compreensão da organização urbana de época romana em Dor para nosso país e para a comunidade acadêmica internacional, o que por si já é de extrema relevância. Outra etapa de extrema relevância para a pesquisa é a interpretação urbanística da cidade romana à luz das análises numismáticas no contexto dos contatos culturais e dos processos de transformação do Mediterrâneo em época romana. Neste sentido, a pesquisa que estamos desenvolvendo com as moedas escavadas em Dor tem nos permitido refletir sobre a vida urbana e os diversos contatos culturais estabelecidos nesta cidade costeira. Pouco mais de 1080 moedas estão sendo alvo de nossos estudos, por exemplo, sua medição e análise a partir da técnica de RTI (Reflectance Transformation Imaging) (Figs. 6 e 7).

Com a definição das estruturas da cidade romana, mapas serão confeccionados a partir do ArcGis. As perguntas que subsidiam a criação destes mapas são: como podemos relacionar os locais de achados das moedas com a planta da cidade? as moedas circulam mais em áreas públicas, privadas, ambas? as moedas são encontradas associadas a qual tipo de artefatos (doméstico, funerário, votivo)? quais são os fluxos de circulação ao longo do tempo? onde foram escavadas as moedas estrangeiras, principalmente as regionais (das cidades vizinhas), e as moedas produzidas localmente? há convergências? Todas essas perguntas se convertem em categorias que compõem os mapas, e todas elas serão subdivididas por períodos: séculos IAEC, I, II e III EC. Outra frente de pesquisa relacionada às moedas que ensejamos



Figs. 6 e 7. Reverso (coroa) de moeda emitida por Ptolomeu II. Apresenta águia sobre raio. À esq. foto normal, à dir. visualização a partir do RTI. O RTI permitiu-nos observar que a asa está aberta e que a águia está com uma coroa de louros no bico. Também pode-se ver melhor a legenda da peça. Esta moeda integrará o catálogo de moedas da área G do sítio de Tel Dor a ser publicado.

para esta etapa da pesquisa é o estudo de sua iconografia. Entendemos por análise iconográfica o estudo das imagens de anverso e reverso das moedas, o estudo das legendas e o estudo das marcas monetárias: símbolos das oficinas monetárias e das autoridades emissoras. Com o aprofundamento de nosso conhecimento acerca das moedas de Tel Dor nesta perspectiva também, acreditamos poder entender melhor o nível de monetização dessa cidade e das cidades do entorno nesse período e certamente jogar luz sobre possíveis interpretações de uso dos espaços nos quais as moedas foram encontradas. A investigação far-se-á por meio do levantamento dos dados arqueológicos/numismáticos disponibilizados nos relatórios de escavação, catálogos e na bibliografia disponível.

Queremos crer que nossa pesquisa criará impacto no conhecimento dos jovens estudantes brasileiros do Ensino Fundamental, Médio e Superior ao travarem contato com nossas publicações, vídeodocumentário, sites e outros produtos tecnológicos do LARP-MAE-USP derivados das atividades do laboratório.

Outra investigação com perspectivas de muito crescimento da área em nosso país e que se conecta com o LARP é a pesquisa de Jovem Pesquisador Fapesp de Leonardo Fuduli, intitulada *Arquitetura e Decoração Romana Provincial Durante a Dinastia Severa. Identidade e Propaganda*, e estará em vigor até o ano de 2028 (Fuduli, 2023). Nela, pretende-se estudar as inovações tecnológicas e estilísticas da arquitetura do período Severiano. Septímio Severo fundou uma dinastia (193-235 d.C.), uma das últimas na história de Roma, que governou o império por cerca de 40 anos e restaurou a paz após a agitação do final do século II. A paz e um período de relativo bem-estar em todo o império favoreceram o florescimento da arte mais uma vez utilizada para legitimar o poder imperial por meio da propaganda oficial do Principado.

Neste quadro de renascimento ou restauração, um papel fundamental reside na arquitetura, que representa a área em que a arte romana se destacou pela inovação tecnológica e estilística. Os Severos inauguraram uma política de novos edifícios, restauração de edifícios anteriores e urbanização em muitas regiões do império das quais permanecem imponentes ruínas. Sobre o uso extensivo do mármore, algumas características peculiares são destacadas do ponto de vista estilístico, como o surgimento de elementos da arte provinciana na arte oficial, ao lado de uma vertente da tradição clássica de derivação helenística que continua a ser cultivada. A decoração arquitetônica mostra duas tendências: a continuação da tendência classicista ligada ao renascimento de Augusto e a imitação da corrente derivada do Renascimento Flaviano, muitas vezes, porém, com resultados bastante pobres.

O objetivo dessa pesquisa é estudar a arquitetura Severa e a decoração arquitetônica de Roma e das províncias romanas, enfocando questões centrais: o uso e o comércio de mármore; a recepção de modelos estilísticos de Roma e a influência das tradições locais, com particular atenção às formas híbridas de decoração; o uso da arquitetura e da decoração arquitetônica como meio de propaganda; a participação da arquitetura e da decoração arquitetônica na construção da identidade da dinastia; o papel social da arquitetura e seu impacto na paisagem urbana.

A pesquisa se concentrará em quatro estudos de caso: cidades da costa leste da Sicília; Cidades de Atenas, Israel e Chipre, por meio de uma fase de estudo preliminar e uma fase de trabalho de campo. Os principais resultados da pesquisa serão a capacitação de pessoal especializado, a criação de um site sobre a atividade a ser mantido atualizado e vinculado ao site do LARP e a comunicação dos resultados por meio de artigos, seminários, conferências. Além de que, a comunidade acadêmica brasileira será enriquecida com os novos conhecimentos proporcionados pela pesquisa.

Considerações Finais

Não há no Brasil, atualmente, projetos de pesquisa de Arqueologia realizados em Israel que envolvam atividades de campo em uma parceria efetiva. Esses projetos permitirão que o LARP lidere pesquisas extremamente relevantes sobre a presença de Roma na antiga região da *Judaea-Palaestina*. Partindo de análises e reflexões arqueológicas, tendo como objeto as moedas escavadas no importante sítio arqueológico de Tel Dor, teremos a oportunidade de contribuir singularmente junto à comunidade acadêmica internacional, sobre um conhecimento ainda não explorado.

Esses projetos presentes e futuros do LARP se complementam transversalmente, e, acreditamos, podem contribuir para o desenvolvimento científico e de inovação metodológica: ao trabalharem a relação entre comunidades socioculturais e identidade cívica em ambientes citadinos; ao serem críticos para nosso entendimento do passado; ao se apresentarem igualmente críticos para nossa conturbada atualidade; ao ressaltarem a importância dos estudos diacrônicos para demonstrar como grupos equilibram tais identidades ao longo de gerações em um dado local; ao proporem reflexões metodológicas tendo em consideração que metodologias para tais estudos ainda são sub-

desenvolvidas; ao combinarem análises espaciais com análise da cultura material em contexto, em particular as evidências numismáticas, campo ainda com caráter inovador, tendo em vista que a Numismática se desenvolveu como campo de conhecimento das cunhagens sem necessariamente relacionar o uso das moedas a contextos arqueológicos; e, por fim, ao propor que seus resultados tencionem, igualmente, promover a compreensão deste complexo passado no mundo contemporâneo.

Como dito, acreditamos que nossas pesquisas causarão impacto no conhecimento dos jovens estudantes brasileiros, por intermédio de nossas publicações, jogos, sites e outros produtos tecnológicos do LARP derivados das atividades do laboratório, assim como videodocumentários e a multiplicação de nossos produtos por professores.

Nossa intenção última é promover no cenário educacional brasileiro reflexões mais aprofundadas sobre a história e Arqueologia de Roma e suas províncias, desconstruindo as tradicionais leituras eurocêntricas que por ventura ainda persistam em nossa academia, ao mesmo tempo em que pretendemos promover uma reflexão descolonizadora sobre o mundo romano antigo e suas consequências para a posteridade.

Agradecimentos

Agradeço à professora Maria Isabel D'Agostino Fleming pela parceria e a todos os larpianos por todo empenho e dedicação ao nosso laboratório. Aproveito para mencionar o apoio institucional do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e Universidade de São Paulo (USP). A responsabilidade pelas ideias restringe-se ao autor.

Referências

- ARAÚJO, A. G. de M. A arqueologia como paradigma de ciência histórica e interdisciplinar. *Estudos Avançados* 32 (94), 2018, p. 285-308.
- AVRAMIDOU, A.; DONATI, J. C.; PAPADOPOULOS, N.; SARRIS, A.; KARADIMA, C.; PARDALIDOU, C.; GARYFALLOPOULOS, A.; AITATOGLOU, P.; TASAKLAKI, M. The Peraia of Samothrace project: report on the 2020–2021 fieldwork campaign. *Bulgarian e-Journal of Archaeology | Българско е-Списание за Археология* 12.2 (2022), p. 281-317.
- GILBOA, A.; SHARON, I. Between the Carmel and the Sea Tel Dor's Iron Age Reconsidered. *Near Eastern Archaeology* 71, 2008, p. 146-170.
- HODOS, I. (Ed.) *Material Culture and Social Identities in Ancient World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- FUDULI, L. Arquitetura e Decoração Romana Provincial Durante a Dinastia Severa. Identidade e Propaganda. *Projeto Jovem Pesquisador (JP) – FAPESP*, 2023.

KORMIKIARI, M. C. N.; PERISSATO, F.; FERREIRA, F. L.

Saberes arqueológicos na escola pública: ações educativas do Labeca aplicadas ao ‘Projeto Minimus Intersdisciplinar’. *Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino*, v. 2, 2020, p. 35-65.

MULLER, C.

Globalization, Transnationalism, and the Local in Ancient Greece. Oxford Handbooks Online, Classical Studies, Social and Economic History, 2016.

PORTE, V. C.

Contatos Culturais na Judaea-Palaestina de Época Romana: Estudos da Malha Urbana e da Circulação Monetária em Tel Dor, Israel. *Auxílio à Pesquisa Regular (APR) – FAPESP*, 2020.

LARP-USP, 10 anos: perspectivas inovadoras sobre o mundo romano, a serviço de estudiosos e do público

Pedro Paulo A. Funari¹

Introdução

O Laboratório de Arqueologia Romana Provincial da Universidade de São Paulo comemorou em 2021 seus primeiros dez anos, motivo para celebração e reflexão. Celebração, primeiro, pelas conquistas no âmbito das Humanidades e Ciências Sociais contemporâneas. Reflexão, na medida em que suas conquistas, em benefício da sociedade e da academia, levam a pensar nos contextos históricos e sociais que permitiram esse florescimento, assim como os desafios no presente, ao almejar pelo futuro.

Como se chega ao LARP?

Já no nome, o LARP explicita sua vocação para a superação da restrição da Arqueologia Romana ao “centro del potere” (centro do poder), na expressão clássica de Ranuccio Bianchi Bandinelli (1969). Insere-se, assim, na trajetória da Arqueologia em geral em direção à crítica das assimetrias no presente e no passado (e vice-versa), com marcos na década de 1980, com a criação do World Archaeological Congress – Congresso Mundial de Arqueologia, em 1986 (Funari, 2006), e a publicações como *Re-Constructing Archaeology*, de Michael Shanks e Christopher Tilley (1987), o primeiro deles um arqueólogo clássico. Isso foi possível pelas transformações sociais e epistemológicas, no mundo e no Brasil. Convém começar pela sociedade. A Arqueologia surgiu, como disciplina acadêmica, no século XIX, na esteira da revolução industrial, do iluminismo/racionalismo, da invenção do estado nacional e da sua projeção imperialista e colonialista interna (Funari, 2013). Isso tudo esteve interligado, talvez bem definido pelo termo comum: razão (*raison, reason, Vernunft*). Razão deriva do latim *ratio*, cálculo, de *reor*, pegar, assim como o alemão *Vernunft* deriva de pegar (*nehmen*) a sua parte, daí pensar, calcular. Repartição, ordenação, classificação, cálculo são conceitos na base do Iluminismo e daí a

(1) Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, <ppfunari@unicamp.br>.

possibilidade de dizer e de pensar o mundo em termos “racionais”, de ordenação da sociedade e do mundo. A tecnologia (revolução industrial), o estado nacional com ordenação interna (colonialismo interno) e externa (imperialismo), o que Michel Foucault (1987) chamou de sociedade disciplinar (não por acaso surgiam as disciplinas acadêmicas, como a Arqueologia). A Arqueologia servia de apoio a ambos os movimentos: colonialismo interno e imperialismo, a serviço de estados nacionais em consolidação. Daí, também, o caráter militar e de espionagem da Arqueologia, sem que se deva subestimar o seu aspecto erudito e mesmo desinteressado, a depender das circunstâncias específicas. Isso acontecia não apenas na França ou na Grã-Bretanha, mas também no próprio Brasil, como atestam o Museu Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), mas também o Museu Paraense ou o Museu Paulista (Ferreira, 2010).

Sem perder de todo essas características, a Arqueologia tornou-se cada vez mais uma prática de campo e de gabinete com técnicas próprias e profissionais. Explicações de cunho racial e militar mesclaram-se ao nacionalismo, ao evolucionismo, em particular no período entre guerras (1918-1939), mas também ao internacionalismo e à ideia de progresso, como em Vere Gordon Childe (1936). No pós-guerra (1945), movimentos sociais foram decisivos para transformações sociais. Movimentos como o anti-colonialismo, contra a guerra, pelos direitos humanos e civis, contra a discriminação de gênero, religiosa, comportamental, entre tantos outros. A Arqueologia, nestas novas circunstâncias, passou a “perder a inocência” de se considerar meio fora dos embates sociais e culturais do presente, como disse David Clarke (1973). No Brasil, o fim da ditadura do Estado Novo (1937-1945) permitiu um florescimento de uma Arqueologia humanista, valorizadora dos povos originários em seu passado mais distante, na Pré-História. Os indígenas foram considerados como humanos produtores de cultura sofisticada, como atestavam as pinturas rupestres. Técnicas de campo de cunho antropológico e em consonância com o que de mais cuidadoso de fazia chegava ao Brasil, por iniciativa de figuras de proa, como Paulo Duarte (1899-1984), grande intelectual, atuante na própria fundação da Universidade de São Paulo (1934), destacado na aprovação da lei sobre jazidas pré-históricas (Funari e Carvalho, 2015), responsável pela formação humanista tão presente nas décadas seguintes. No âmbito mundial, a Guerra Fria (1947-1989) não podia deixar de afetar a Arqueologia. No Brasil, no contexto das ditaduras latino-americanas anticomunistas, o Brasil vivenciou uma ditadura militar longa (1964-1985), em crescente endurecimento e repressão, até o processo de anistia (1979) e retorno de eleições estaduais (1982) e retorno dos civis ao poder (1985). Na Arqueologia, o humanismo de Paulo Duarte e de outros foram golpeados. Duarte foi cassado em 1969, em

solidariedade Sérgio Buarque de Holanda seguiu o colega, um duro golpe (Furnari, 1994). Aos poucos, surgiam linhas de fuga, desde o estrangeiro, como no caso de Niède Guidon, com apoio humanista francês, algo que se intensificou a partir da Anistia (Serra, 2020). Subalternos, como quilombolas e indígenas, assumiam protagonismo. O engajamento social da Arqueologia foi crescente, como com a criação do Congresso Mundial de Arqueologia (1986), o surgimento de epistemologias críticas, a interação com povos originários, a quebra de hierarquias no interior da disciplina, a abertura a outras disciplinas, Arqueologia e Educação, Arqueologia Pública, entre outras, mostraram uma disciplina bem inserida na sociedade. No Brasil, todas essas tendências floresceram, em ambiente democrático, incrementadas pelos avanços tecnológicos, assim como pela aplicação da legislação de proteção ambiental.

O LARP, seu contexto, suas conquistas

O LARP está no contexto geral acenado, tanto no Brasil como no mundo. A Arqueologia Clássica originou-se, no Brasil e na Universidade, como parte da atividade da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, sob a égide do professor Eurípedes Simões de Paula (1910-1977) e seu apoio ao estudo de língua e literatura gregas e dos estudos clássicos em geral (Silva, 2010). Para isso foi essencial o professor Robert Henri Aubretton (1909-1980) professor na USP entre 1952 e 1964 (Sarian e Castilho, 2021). No âmbito da Arqueologia Clássica, Haiganuch Sarian foi pioneira ao titular-se na área (1962-1963, Université de Caen, Mestrado), estagiar na Escola Francesa de Atenas (1966-1968) e formar dezenas de arqueólogos clássicos e, em particular, aquela que lideraria a criação do LARP: Maria Isabel D'Agostino Fleming. O Museu de Arqueologia e Etnologia exerceu papel essencial para a formação de Arqueólogos Clássicos no Brasil, sendo pioneiro da titulação de mestrado e doutoramento de Arqueologia Clássica (1990), ainda que antes mesmo disso a formação fosse realizada no curso de Antropologia Social da FFLCH-USP. Maria Isabel D'Agostino Fleming, no âmbito do mundo romano, foi pioneira (Mestrado 1974-1978, Doutoramento 1982-1987, com estágio na Escola Francesa de Roma, 1983-1985). A pesquisa arqueológica sobre o mundo romano, desde então, encontrou no MAE-USP um centro de formação único no país, com a titulação de inúmeros estudiosos, responsáveis pela propagação da Arqueologia Romana em outras instituições, Brasil afora. Essa trajetória encontrou no LARP, em 2011, uma institucionalização que iria potencializar, ainda mais, a Arqueologia Romana no Brasil.

O LARP tem atuado, de forma inovadora, em diversas frentes. Pode começar-se pelos temas mais trilhados: Arquitetura, Urbanismo, Ruralidade e

Religiosidade e práticas funerárias. A Arqueologia Clássica, desde seus inícios, tem mostrado interesse por cidades e religião, por diversos motivos, a começar pela própria modernidade. No primeiro caso, o urbanismo só se acentuou, desde o século XVIII e isso levou a uma atenção ao fenômeno urbano no passado. Criou-se o conceito de Revolução Urbana, ao associar a civilização à cidade, até por motivo etimológico, na medida em que ambas remetem ao latim, *ciuitas*. Até o século XX, nunca houve predominância populacional urbana, o que já mostra a ênfase em uma parte minoritária, frente ao campo. O LARP-USP insere as cidades em um contexto maior, que inclui o extra-urbano majoritário, o rural, de maneira inovadora e bem ancorada nas tendências mais recentes. A religião, em seguida, foi um conceito usado para tratar do mundo antigo, romano, em particular. A religião permite explicar o inexplicável, isso é mesmo um *topos* da Arqueologia: o que não se consegue explicar é atribuído à crença, ao ritual, à religião. Parece razoável, mas se deve tomar isso *cum grano salis*, com cuidado. Isso é bem da modernidade: tudo que escapa à *ratio*, ao cálculo e à razão do capital é tomado como irracional, pré-moderno, religioso. No caso do LARP-USP, a religiosidade volta a adquirir seu estatuto de força social não alienada, mas estruturante da vida em sociedade. A religiosidade e as práticas mortuárias são tomadas como forças a serem levadas em conta, num inventário de diferenças, para além da razão moderna capitalista.

Outro par de temas tradicionais, se assim se o pode dizer, devem ser considerados: Economia e Paisagem e território. A Economia é um conceito moderno, na medida em que a palavra economia, usada em grego antigo, se referia ao governo da casa, da família. Como tratar, neste contexto, da Economia antiga? Finley (1973) diria que é um oxímoro, algo paradoxal, no limite impossível. No entanto, o estudo do mundo romano tem produzido evidência em sentido contrário, de modo que se pode estudar padrões de consumo e circulação, tomando em conta a cultura e os gostos, muito além dos aspectos monetários, stricto sensu. Algo semelhante se pode dizer da paisagem e do território e, com isso, aproximamo-nos da próxima inovação do LARP: a tecnologia. Paisagem tem sido um termo usado para incluir aspectos não apenas fisiográficos, como humanos: vistas, interação ambiental e muito mais. A utilização dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) tem permitido identificar padrões de continuidade e rupturas, algo tanto original, em termos tecnológicos, como epistemológicos. As construções mentais presentes nas paisagens e território, algo no âmbito do simbólico, se concretiza por meio de recursos informáticos de última geração. Junção do mais inovador em termos tecnológicos, SIG, aos aspectos paisagísticos e ambientais, ambos, tecnologia e ambiente, da mais alta atualidade.

Isso tudo se junta nos dois eixos mais ligados às ciências duras: Ciberarqueologia e Arqueometria. Esta última baseia-se em análises físico-químicas

das diversas matérias-primas usadas na manufatura de artefatos. Com isso, é possível investigar procedimentos tecnológicos antigos aplicados no fabrico de objetos cerâmicos, metálicos, vítreos ou orgânicos. Isso também potencializa abordagens transdisciplinares, ao colocar em contato profissionais de diversas disciplinas, para além da Arqueologia, acomunados pelo estudo da cultura material. Essa colaboração transdisciplinar é não só inovadora, ao corrente dos avanços nas diversas áreas de conhecimento, como permite e incentiva a colaboração, com benefícios para a Arqueologia, mas também para as outras disciplinas envolvidas, em uma salutar cooperação. Esse exercício de convivência está também presente, de forma original e marcante, na Ciberarqueologia. Voltada para a análise e desenvolvimento de ambientes tridimensionais interativos em tempo real de cenários passados. Neste aspecto, a interação com estudiosos e com leigos, com estudantes e adultos, insere-se no que se tem convencionado nomear de Arqueologia Pública, na medida em que as pessoas são estimuladas a interagir com o passado de maneira crítica. Por meio de recursos lúdicos produz-se conhecimento e a interação entre profissionais e leigos contribui para a transformação tanto de uns, como de outros, em processo de mão dupla (*pace* Paulo Freire, 1996).

Essas grandes linhas aparecem em inúmeras outras atividades e temas, como as Humanidades Digitais (Fleming, Teixeira Bastos e Porto, 2017), a produção acadêmica (Fleming, 2016), dissertações de mestrado, teses de doutoramento, Simpósios, Ciclos de Debate, organização de palestras de estrangeiros e brasileiros, Interatividades em 3D (>15), Narrativas, intervenções reiteradas na mídia, parte importante da divulgação científica.

Conclusão: um aceno às perspectivas

O Arqueólogo, assim como o historiador, procura entender o passado, a partir do presente, mas consciente do seu caráter fortuito. Isso é de particular relevância quando se trata das perspectivas, pois que o futuro não está definido, depende de todos no presente (Veyne, 1971). Neste sentido, perspectivas não podem prescindir de posicionamento, de augúrios. Os avanços da academia no Brasil, a despeito de contradições, altos e baixos, da Arqueologia, em geral, e da Arqueologia Romana, em particular, mostram a importância social desse conhecimento crítico. O LARP-USP tem tudo para continuar a contribuir para a convivência e para patrocinar o protagonismo de profissionais e leigos, crianças e adultos, estudiosos nos mais variados níveis (ensino fundamental e médio, graduação, pós-graduação, pós-doutorado). O mundo romano pode servir para a convivência dos diversos (Price, Finkelberg, Shahar, 2021) e para isso todos os esforços são bem-vindos. Os primeiros anos permitem esperar pelo melhor!

Agradecimentos: Agradeço a Aline Vieira de Carvalho, Lúcio Menezes Ferreira, Maria Isabel D'Agostino Fleming, Vagner Carvalheiro Porto, Haignanuch Sarian, Gladson José da Silva e Márcio Teixeira Bastos. Menciono o apoio institucional da Unicamp, CNPq e Fapesp. A responsabilidade pelas ideias restringe-se ao autor.

Referências

BIANCHI BANDINELLI, R.

Roma. *L'arte romana nel centro del potere dalle origini alla fine del II sec. d.C.* Milão: Feltrinelli, 1969.

CHILDE, V. G.

Man Makes Himself. London: Watts and Co., 1936.

CLARKE, D.

Archaeology: The loss of innocence. *Antiquity*, Oxford, 47(185), 6-18. 1973. doi:10.1017/S0003598X0003461X

FERREIRA, L. M.

Território Primitivo: A Institucionalização da Arqueologia no Brasil (1870-1917). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

FINLEY, M.

The Ancient Economy. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1973.

FLEMING, M. I. D'A. (Org.)

Perspectivas da Arqueologia Provincial romana no Brasil. São Paulo: Annablume, 2016.

FLEMING, M. I. D'A.; TEIXEIRA BASTOS, M.; PORTO, V. C.

Arqueologia Clássica e as Humanidades Digitais no Brasil. *Cadernos do LEPAARQ*, 17, 27, 29-52, 2017.

FOUCAULT, M.

Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, P.

Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FUNARI, P. P. A.

Paulo Duarte e o Instituto de Pré-História. *Idéias.* Campinas, v. 1, n.1, p. 155-179, 1994.

FUNARI, P. P. A.

The world archaeological congress from a critical and personal perspective. *Archaeologies.* Blue Ridge Summit, USA, v. 2, n.1-2006, p. 73-79, 2006.

FUNARI, P. P. A.

Arqueologia no Brasil e no Mundo: origens, problemáticas e tendências. *Ciência e Cultura,* São Paulo, v. 65, p. 23-25, 2013.

FUNARI, P. P. A.; CARVALHO, A. V.

Universidades, Arqueologia e Paulo Duarte. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia,* São Paulo, v. 22, p. 89-95, 2015.

PRICE, J.; FINKELBERG, M.; SHAHAR, Y.

Rome: an empire of many nations. New perspectives on Ethnic diversity and cultural identity. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

- SARIAN, H.; DE CASTILHO, A.
Robert Henri Aubreton: um mestre fundador. Em *Tese*, Belo Horizonte, 27, 2, p. 65-71, 2021.
- SERRA, C.
Niéde Guidon, meio século de luta na Serra da Capivara <https://projetocolabora.com.br/ods11/meio-seculo-de-luta-na-serra-da-capivara/>, 2020.
- SHANKS, M.; TILLEY, C.
Re-Constructing Archaeology. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- SILVA, G. J. DA.
Os avanços da História Antiga no Brasil. In: BIAZOTTO VENTURINI, R. L. (Org.) *História Antiga I: Fontes e Métodos*. 1ed. Maringá: Eduem, 2010, v. 01, p. 73-94.
- VEYNE, P.
Comment on écrit l'histoire: essai d'épistémologie. Paris: Seuil, 1971.

Paisagem - Território - Urbanismo

Os Banhos Herodianos: precursores dos banhos romanos na Palestina

Claudia Ribeiro Campos Gradim¹

1. Introdução

A expansão imperialista romana se notabilizou por seu forte caráter multicultural, resultado do amálgama étnico, social, religioso e cultural, ou emaranhamento, segundo o conceito de Stockhammer (2012), ocorrido nos territórios conquistados. Dentre os diversos elementos trazidos pelos conquistadores, e ainda visíveis nos antigos territórios dois milênios depois, estão os edifícios balneários.

As casas de banho têm especial interesse para as pesquisas que se debruçam sobre as práticas em que os contatos culturais materializaram encontros e recombinações entre tradições etnicamente distintas e por vezes antagônicas, resultando em novos arranjos marcados por manutenções e adaptações locais. Assim como os fóruns, os mercados e as basílicas, os banhos romanos formaram parte indissociável da paisagem sobretudo urbana nas províncias, e em cada uma delas assumiram feições locais próprias e únicas, e a Palestina romana não foi exceção (Fig. 1).

Banhos públicos romanos estiveram no centro da vida e das práticas sociais desde os primórdios do Império, em toda a extensão de seu território.

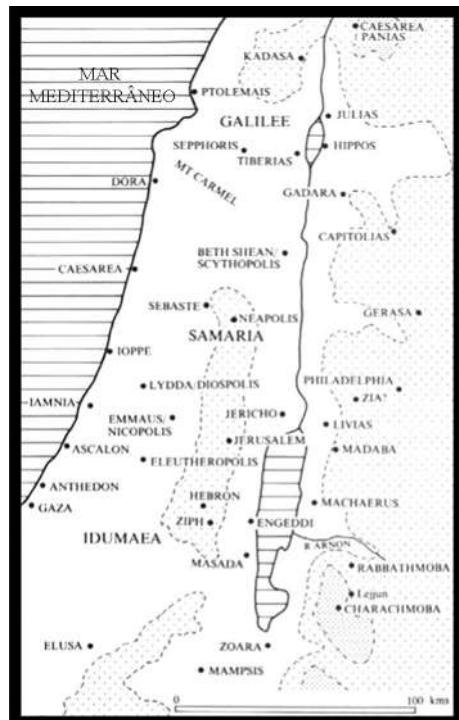


Fig. 1. Mapa da Judeia, Síria-Palestina, Arábia Ocidental do século I ao Século III EC. Fonte: adaptado de Millar, 2001:570.

(1) Doutoranda em Arqueologia pelo PPGArq do MAE-USP; pesquisadora associada do LARP.
Email: claudia.gradim1963@gmail.com.

constantemente expandido, e perduraram durante um longo período de mais de seis séculos. Evidentemente, tal variação temporal e espacial implicou em grande variabilidade nos edifícios encontrados, mas é possível distinguir um núcleo mínimo de aposentos e atividades em um banho romano canônico, que se distinguia fundamentalmente pela presença de seu sistema de aquecimento subterrâneo, chamado hipocausto, e de uma sequência ordenada de salas, que recebiam de forma graduada o calor por ele gerado.

Assim, tendo ele deixado suas roupas e seus pertences no apoditério (vestíbulo), o primeiro ambiente encontrado pelo banhista seria o frigidário (sala fria), seguido do tepidário (sala morna), e a mais quente, o caldário. Poderia ele, além dessas, encontrar salas de “sauna” seca (lacônico) ou a vapor (sudatório). Tanto nas partes frias quanto nas aquecidas, dispõe de piscinas de maior ou menor tamanho, frias ou quentes, a depender do ambiente.

Todos esses elementos poderiam ser combinados e acrescidos de outros, atingindo seu ápice de complexidade e luxo nas termas imperiais de Roma dos séculos II a IV EC caracterizadas por sua monumentalidade e simetria. Em edifícios deste tipo podemos encontrar, além dos ambientes mencionados, grandes piscinas descobertas (*natatio/nes*), bibliotecas, salas de massagem, auditórios, jardins e passeios, além de todas as salas de serviço. Na metrópole romana, esta forma se materializou nas Termas de Caracala (aprox. 200-220 EC) e de Diocleciano, datadas da virada terceiro para o quarto século da nossa era (Figs. 2a e 2b).

2. Introdução dos primeiros banhos romanos na Palestina

As práticas balneárias na Palestina entre os séculos I AEC e IV EC integraram elementos oriundos de três culturas com fortes características tradicionalmente aceitas e praticadas, em proporções desiguais, é verdade, e com



Fig. 2a. Termas de Diocleciano, Roma, Séc. III/IVEC; **Fig. 2b.** Termas de Diocleciano, Roma, Séc. III/Reconstituição do frigidário e *natatio*. Fonte: Yegül, IVEC; Planta. Fonte: Yegül, 1992: 165. 1992: 16.

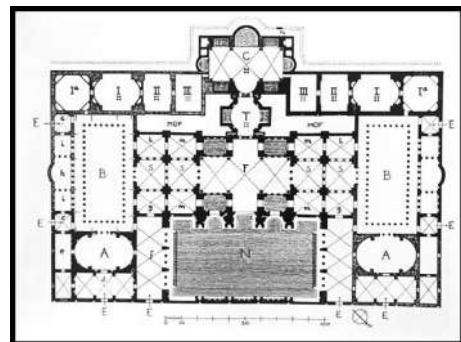


Fig. 2b. Termas de Diocleciano, Roma, Séc. III/ IVEC; Planta. Fonte: Yegül, 1992: 165.

variações no tempo e no espaço, configurando um conjunto original daquela região e época. Após a introdução do banho romano, práticas remanescentes de formas de banho helenísticas, ainda que em frequência menor do que em outras partes do mundo helenístico, ainda eram praticadas, ao menos inicialmente (Hoss, 2005, 2012). Isto ocorria lado a lado com as necessidades quotidianas impostas pela obrigação de rituais de purificação inerentes ao judaísmo, realizados em equipamento próprio, suas banheiras de purificação, as *miqva'ot* (sing. *miqveh*),² condicionadas outrossim a um sistema de alimentação de água ele mesmo prescrito pelas normas fixas perpetuadas pela tradição e descritas nas fontes rabínicas, notadamente a Mishnah, complementada pela Tosefta, o Talmude (em suas duas versões, o de Jerusalém e o Babilônico), e as normas da Halakha.³ Temos assim um processo de adaptação com manutenção, adoção e rejeição seletiva de feições e de práticas que é necessário compreender melhor.

Nomeado pelo Senado romano rei da Judeia em 40 AEC, Herodes empreendeu um extenso programa construtivo que perdurou até sua morte, em torno do ano 4 AEC. Consistia entre outras coisas da construção de residências e fortalezas palacianas, que de maneira inovadora incorporaram elementos das práticas romanas. O primeiro banho de tipo romano (conceito, modelo, planta arquitetônica, material construtivo) encontrado nesta região foi trazido por ele após sua estada em Roma, tendo sido construído em seus palácios e sob suas ordens, à imagem e semelhança de um tipo de edifício até então inteiramente desconhecido naquelas paragens. Tão canônico e tão seguro em sua datação que serviu inclusive para datar outros banhos itálicos, com datação mais problemática (Netzer, 1999). Outros do mesmo tipo se seguiram, sempre por iniciativa herodiana, em seus palácios e fortalezas, ou em residências de nobres ligados à sua dinastia, ao longo dos séculos I AEC/I EC. Characterizou-se um claro uso privado dessas instalações, ou no máximo bastante restrito a uma pequena elite, em marcado contraste com aquela que é afinal a característica mais evidente dos banhos romanos: sua prática pública.

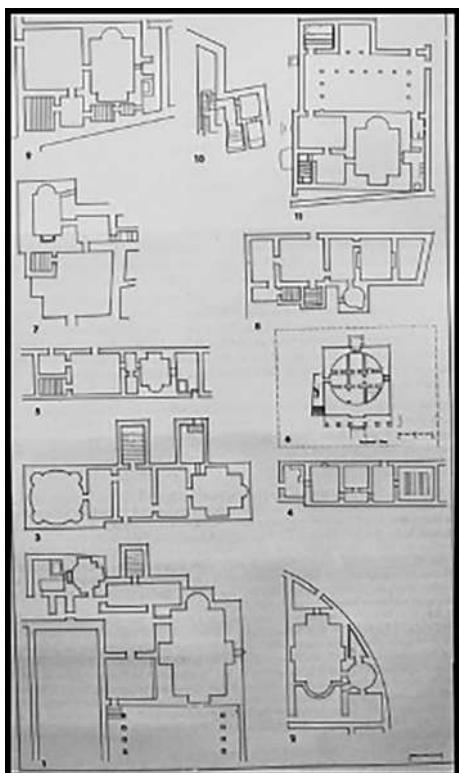
Desta forma, a implantação das práticas balneárias nesta região deu-se de maneira única, sob a iniciativa de seu governante, e assim se mantendo por mais de um século, e durante este período não se tem notícia de um só balneário aberto ao público em geral, hábito àquela altura maciçamente generalizado nas outras províncias e regiões do Império (Netzer, 1999; Hoss, 2005; Kowalewska, 2021). Depois do século herodiano marcado por um verdadeiro *boom* construtivo, temos um aparente

(2) A grafia varia conforme o autor e o idioma em que escreve. Usamos esta forma por ser a mais frequente.

(3) Estes termos designam as obras mais relevantes da chamada literatura rabínica.

hiato que durou até aproximadamente o ano 180 EC. As explicações que dão conta deste fato o justificam basicamente pelas revoltas internas (e.g. Kamash, 2012), pela urbanização tardia da região, da qual dependia o pleno funcionamento das termas (Hoss, 2005), e por um deslocamento, também posterior, das funções sociais e políticas exercidas pelo/no fórum (Kamash, 2012) ou nos mercados e ruas (Hoss, 2005), para os banhos como *locus preferencial*, o que teria retardado a aceitação cultural desta instituição.

Os esforços construtivos de Herodes e sua descendência legaram ao registro arqueológico um conjunto de onze banhos distribuídos por palácios e fortalezas, que compartilham características comuns da tipologia romana, como técnicas (nesta época ainda incipientes), materiais construtivos e decorativos – Herodes introduziu o mármore de Carrara na Palestina (Fischer, 2019) – e arquitetônicas. A forma romana de se banhar era desconhecida, e adotá-la significava criar novos edifícios adequados a esta prática. Estes edifícios conservariam, contudo, feições típicas dos hábitos judaicos, e isso se conserva por todo o período posterior. Não há neste conjunto duas plantas iguais, por razões que vão desde a conveniência prática até as limitações do terreno, como veremos a seguir (Fig. 3).



1. Heródio – Palácio inferior, Banhos Principais
2. Heródio – Banhos do Palácio -fortaleza
3. Jericó – Banhos Principais do Terceiro Palácio de Inverno
4. Jericó – Banhos do Segundo Palácio de Inverno
5. Jericó – Banhos do Primeiro Palácio de Inverno
6. Jericó – Banhos secundários do Terceiro Palácio de Inverno
7. Cypros – Banhos superiores
8. Cypros – Banhos inferiores
9. Maquero – Banhos Superiores
10. Masada – Palácio Norte, Banhos do terraço inferior
11. Masada – Banhos principais do Palácio Norte

Fig. 3: Banhos herodianos – Plantas. Fonte: Netzer, 1999: 46.

3. Os banhos herodianos

Heródio (Herodium/Herodion) é um complexo situado a aproximadamente 12 km de Jerusalém, construído por Herodes para funcionar como sua capital distrital, compreendendo um palácio de verão, nos níveis mais baixos da colina, e uma fortaleza palacial, construída em seu topo. Aí foram encontrados dois edifícios balneários principais (1 e 2 na Fig.3), um em cada palácio, além de duas pequenas instalações domésticas de banhos ao estilo romano que serviam a seus oficiais (Netzer, 1999).

Ao sul da cidade de Jericó se situa um conjunto de palácios de inverno desde a época dos reis Hasmoneus, da dinastia que precedeu Herodes, e este construiu aí mais três (3, 4, 5 e 6 na Fig. 3).

Cypros (ou Kypros) faz parte de uma série de fortalezas ou palácios fortificados no deserto, tradição também iniciada pelos Hasmoneus, que foram posteriormente reconstruídos por Herodes.

Maquero (Machaerus) é um forte no deserto junto ao Mar Morto, e está situado nas partes alta e baixa de uma colina íngreme e amuralhada. Estima-se que a sua parte inferior tenha sido ocupada por soldados e habitantes da localidade.

Masada é uma fortaleza que se localiza a Oeste do Mar Morto sobre um enorme rochedo dotado de um topo plano. As construções se distribuem por várias alas e conhecem três fases distintas sob Herodes.

4. Romanos ou locais? Romanos e locais

Para além do caráter grandioso e verdadeiramente maciço do impulso construtivo sob Herodes, que de resto não se restringiu a palácios e fortalezas, chama a atenção a maneira como elementos provenientes de culturas distintas se combinavam em suas obras. Seus complexos balneários agregavam a tecnologia e as práticas romanas, por exemplo o aquecimento por hipocausto dos aposentos, facilmente detectável arqueologicamente. Esta feição aliás, que se conserva quase sempre bem, é o que nos permite com segurança classificar tipologicamente como romano um determinado banho (Fig. 4).

Podemos acrescentar o exemplo das técnicas construtivas para melhor ilustrar o que estamos querendo demonstrar. Enquanto na península Itálica o tijolo era o mais utilizado em construções desse tipo, na Palestina houve marcada preferência pela construção em pedra, sobretudo com a técnica de *ashlar*.⁴ Mas as plantas seguiam o padrão romano, e há evidências de que

(4) Técnica de alvenaria que usa pedras retangulares ou trapezoidais colocadas na horizontal em fileiras mais ou menos regulares.



Fig. 4. Masada, hipocausto dos banhos principais. Fonte: Netzer, 1999: 51.

reconhecê-lo. É o caso de duas belas banheiras feitas de um tipo de calcita-alabastro encontradas nos banhos da fortaleza de Cypress e em Heródio. Devido à qualidade superior da pedra, durante muito tempo se acreditava que teria sido extraída no Egito, cujas pedreiras gozavam de melhor reputação, resultando que objetos de prestígio confeccionados com esse tipo de material fossem automaticamente classificados como importações. Entretanto, um estudo recente conduzido pela Universidade Bar-Ilan e pela Universidade Hebraica de Israel comprovou que a pedra é de procedência local, e ao que tudo parece indicar, também sua manufatura.

Contudo, ainda que aparentemente predominem as feições romanas, os banhos herodianos incorporam o típico elemento de banho judaico – a *miqveh* (pl. *miqva'ot*). Trata-se, como mencionamos acima, de uma banheira de imersão individual destinada à purificação ritual, normalmente dotada de degraus e de alguma forma de alimentação e armazenamento separados, pois também eles obedecem a preceitos rabínicos que deviam ser observados (Figs. 6 e 7). Já eram repertoriadas no período

foram trazidos de Roma arquitetos e artesãos para executar algumas tarefas. Outro exemplo é o emprego de *opus reticulatum*,⁵ tipicamente romano, que aqui vemos nas paredes do provável lacônico do Terceiro Palácio de Inverno de Jericó (Fig. 5).

É interessante contudo observar que também o talento local foi valorizado, embora às vezes as explicações arqueológicas tenham se equivocado por décadas, falhando em



Fig. 5. Provável lacônico, Banhos Principais do Terceiro Palácio de Inverno de Jericó. Fonte: Netzer, 1999: 52.

(5) Técnica de alvenaria romana que usa um revestimento de tijolos de tufo em forma de diamante formando uma espécie de “rede”, donde seu nome.

Hasmoneu como parte da tradição judaica da grande parcela desta população presente na região da Judeia. *Stepped pools*, como usualmente são referidas em bibliografia, são uma constante nos edifícios balneários da região, e somente nela, não sendo encontrados em nenhuma outra (Bonnie, 2016).

Configuram uma especificidade local que perdurou nos séculos que se seguiram a este primeiro movimento de implantação das práticas balneárias romanas por Herodes, e são encontradas com regularidade em banhos do período romano tardio (Hoss, 2005, Fischer, 2019). Estamos, pois, diante de um caso de emaranhamento conforme conceituado por Stockhammer, onde de fato duas culturas com características distintas se encontram, se percebem como diferentes e forjam um processo de incorporação e transformação de objetos e práticas culturais pertencentes ao “outro”.

Atestamos assim que desde o início de sua implantação na região da Palestina, as práticas balneárias da era herodiana combinaram, *lado a lado e num mesmo ambiente*, duas formas inteiramente diversas de se banhar, atendendo a necessidades distintas: o banho ritual judaico nada tem a ver com o banho de higiene e relaxamento praticado pelos romanos, mas ambas as formas compar-

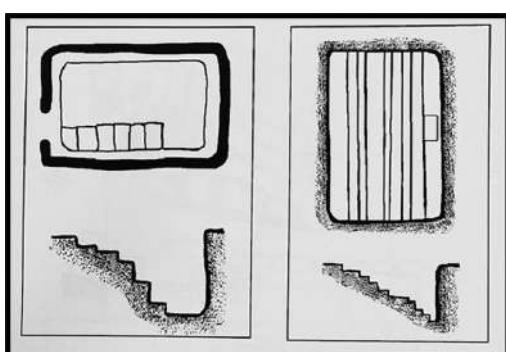


Fig. 6. Tipos de Miqva'ot construídas em aposento próprio. Fonte: Hoss, 2005, catálogo, s/n.

tilham as necessidades práticas de abastecimento, armazenamento e escoamento de água, de impermeabilização de pisos e paredes, e de uma certa atitude de aceitação por parte dos frequentadores (Tal, 2015).

Embora as fontes tanto arqueológicas quanto escritas atestem a convivência dentro dos banhos tanto de judeus devotos quanto de gentios

de todas as extrações, não foi por certo um processo de todo harmônico. As objeções daqueles quanto às questões de impureza, imodéstia e idolatria, presentes na atividade balneária tal como concebida pelos romanos teriam sido inclusive uma das razões para sua aceitação plena



Fig. 7. Miqveh e cisterna própria, Terceiro Palácio de Inverno, Jericó. Fonte: Adaptado de Kowalewska, 2021: 52.

tardia. A presença de uma *miqveh* dentro de um banho romano – ocorrência que se tornou padrão na região – seria uma acomodação mútua em face de diferenças que afinal não se comprovaram irreconciliáveis.

Referências bibliográficas

- BONNIE, R.
Studying Stepped Pools and Jewish Water Rituals in Galilee, Northern Israel. In: *Fossa*, Vol. 51, No. 2-3, p. 17-25, 2016.
- DVORJETSKI, E.
Social and cultural aspects of medicinal Roman baths in Israel according to Rabbinic sources. In: DELAINE, J.; JOHNSTON, D. E. (Eds.) *Roman Baths and Bathing*. Bath, JRA, suppl. 37, 1999, p. 117-129.
- FISCHER, M.
Greek and Roman impact in the Southern Levant: the architectural and artistic response. Marble as a cultural factor. In: *Hélade*, Vol. 5, n. 3, 2019, p. 13-44.
- KAMASH, Z.
An exploration of the relationship between shifting power, changing behaviour and new water technologies in the Roman Near East. *Water Hist*, 2012, p. 4:79–93.
- KOWALEWSKA, A.
Bathhouses in Judaea/Syria-Palaestina and Provincia Arabia from Herod the Great to the Umayyads. Oxford e Filadelfia: Oxbow, 2021.
- MILLAR, F.
The Roman Near East 31 BC – AD 337. Cambridge, Mass, Harvard University Press, 2001.
- NETZER, E.
Herodian bathhouses. In: DELAINE, J.; JOHNSTON, D. E. (Eds.) *Roman Baths and Bathing*. Bath, JRA, suppl. 37, 1999, p. 45-55.
- STOCKHAMMER, P.
Questioning hybridity. In: *Conceptualizing Cultural Hybridization: a transdisciplinary approach*. Heidleberg: Springer, 2012.
- TAL, I.
Since when do women go to Miqveh? Archaeological and Rabbinic Evidence. In: GELLER, M. (Ed.) *The Archaeology and Material Culture of the Babylonian Talmud*, Leiden, The Netherlands: Brill, 2015, p. 83-96.
- YEGÜL, F.
Baths and Bathing in Classical Antiquity, Cambridge/Mass.: The MIT Press, 1992.

Tel Dor, decadência ou ascensão? A trajetória de uma cidade Sírio-Palestina no mundo romano

Gabriela R. Marques de Oliveira¹

Introdução

Nas últimas décadas têm crescido o interesse pelo sítio de Tel Dor, cidade costeira do Levante e importante atracadouro desde a Idade do Bronze. As principais escavações foram realizadas pelo *Tel Dor Excavation Project*, sob liderança de Ephraim Stern e posteriormente de Ilan Sharon. Muito se explorou a respeito do período de dominação fenícia na cidade, porém, há relativamente poucas informações sobre a época romana de Dor.

Por esse motivo, por muito tempo o que se sabia sobre Tel Dor no período romano foi baseado nas fontes escritas da época ou em narrativas que a relacionavam com a cidade vizinha, Cesareia Marítima, onde o estrato romano foi muito mais explorado.

Porém, descobertas arqueológicas recentes têm revelado cada vez mais que a Tel Dor romana não era exatamente como as fontes escritas levaram a crer. Isto é, não era uma cidade abandonada e decadente. E, principalmente, não houve uma decadência ocasionada pelo crescimento de Cesareia Marítima.

No presente capítulo elencamos algumas dessas descobertas e buscamos compreender como esses vestígios, na verdade, reiteram que houve um crescimento de Tel Dor durante o período romano.

Breve histórico de Tel Dor

O início da história de Tel Dor remonta à Idade do Bronze Tardia, quando os cananeus, ou fenícios,² fundaram a cidade, já com função portuária.

(1) Mestre em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP). Email: <gabriela.rmo@hotmail.com>.

(2) A identificação desses cananeus como sendo fenícios tem sido discutida por séculos. Na Grécia Antiga, historiadores e geógrafos já determinavam características que definiam essas populações como fenícias – nome que apareceu pela primeira vez em Homero e Hesíodo. Na verdade, o nome grego *phoinix* e seus derivados *phoinissa* e *phoinikes* eram usados para designar as populações do Levante, especialmente os comerciantes orientais que frequentavam o Egeu. De acordo com John Kendrick, estudioso do século XIX, os próprios fenícios conheciam sua terra pelo nome de Canaã, referindo-se a eles mesmos como cananeus.

Entretanto, a primeira menção à cidade nas fontes escritas deriva da Idade do Bronze Tardia, quando seu nome aparece no Onomastico de Amenope, papiro inscrito no templo de El-Amarna durante o reinado de Ramsés II (1279-1213 AEC) e que continha uma lista das cidades costeiras ao longo do que seria, em época romana, a Via Maris (Stern, 1995, p. 1). Já no início do século VIII AEC, Dor, assim como toda a costa Palestina, foi submetida ao domínio assírio. Alguns estudiosos acreditam, inclusive, que Dor serviu como local administrativo para o império assírio. Ao final da Idade do Ferro e do domínio assírio, Dor ficou desocupada por um longo tempo, por parte do século VII AEC e por todo VI AEC, até que os persas incorporaram a região ao seu império, e durante esse período a cidade foi praticamente reconstruída.

Apesar de a cidade ter sido influenciada pela cultura grega ainda no período persa e antes da ocupação grega propriamente, foi a partir da conquista Macedônica em meados de 332 AEC que Dor passou a ser uma cidade-estado independente nos moldes da *polis* grega. Mesmo o nome da cidade passou por uma mudança, sendo conhecida por *Doros* ou *Dora*, por conta de Doros, filho de Poseidon, a quem os gregos passaram a creditar a fundação da cidade (Motta, 2015, p. 9-10). Após a morte de Alexandre, o Grande, Dor foi governada pelos ptolomeus, e sob o governo de Ptolomeu V (205 a 180 AEC) emitiu uma grande quantidade de moedas de prata. A cidade foi transformada em uma fortaleza dos ptolomeus, de forma que esteve envolvida nos conflitos entre estes e os selêucidas (Porto, 2007, p. 120). O domínio selêucida da região, brevemente estabelecido após o governo ptolomaico, chegou ao fim com a ascensão da dinastia hasmoneia, que conquistou a cidade em 104 AEC, inserindo-a em seu reino e retirando sua autonomia.

Com a conquista da Síria³ por Pompeu e o consequente desmantelamento do reino hasmoneu, Dor teve sua autonomia garantida novamente e, até pelo menos o final do primeiro século AEC, respondia diretamente ao governador romano da Síria – a cidade nunca fez parte do reino herodiano. Também foi garantido a Dor o direito de cunhar suas próprias moedas. Culturalmente, a cidade continuou characteristicamente helenística, com a população sendo majoritariamente greco-fenícia, e judaica, em menor número. O comércio marítimo permaneceu ativo durante o período romano, como havia sido durante as ocupações anteriores.

Atualmente, estudiosos tendem a usar o termo “cananeu” para designar as populações que falavam uma língua semítica do Noroeste e viviam no território da Síria-Palestina desde o início do segundo milênio até 1200 AEC; a partir desse ponto, o mesmo povo passa a ser chamado de fenício (Motta, 2015, p.4-5).

(3) Inicialmente, Tel Dor fazia parte da província da Síria. A região só passou a ser denominada Palestina (ou Judeia-Palestina) durante o governo de Adriano.

Apesar de o Levante ser muito bem documentado textualmente durante o Alto Império, existem poucas fontes escritas que fazem menção diretamente a Dor. O geógrafo Estrabão (começo do I EC) não menciona Dor em sua crônica sobre as cidades costeiras da Palestina (*Geogr.* 16.2). Plínio, o Velho (I EC) fala de Dor como uma cidade abandonada (*Nat.* 15.2). Já Josefo (*Ant.* 19.6.3) menciona tensões que ocorreram entre judeus e a população não judaica de Dor durante o reinado de Agripa I, e caracteriza a cidade como um local usado pelo exército romano para manter prisioneiros durante a Primeira Revolta Judaica. No segundo século, Dor é mencionada apenas como passagem pelos geógrafos Pausânias e Claudio Ptolomeu. Eusébio (*Onom.* 376), no início do IV EC, descreve Dor como estando em ruínas (Nitschke *et al.*, 2011, p. 146-147).

Vestígios do desenvolvimento de Tel Dor no período romano

Levando em conta os registros escritos e a crescente importância de Cesareia Marítima – cidade portuária vizinha –, não seria difícil constatar a decadência de Dor no período romano. Entretanto, evidências numismáticas e arqueológicas têm demonstrado que, na verdade, Dor prosperou do período helenístico até o século III EC.

No período romano, moedas começaram a ser cunhadas em Tel Dor logo após a chegada de Pompeu na região, mas, até pelo menos o reinado de Vespasiano – ou até o período da Primeira Revolta –, elas eram semi-autônomas e não retratavam o imperador. Mas, a cunhagem na cidade não foi linear, não tendo sido encontradas moedas dos governos de Domitiano, Nerva, Marco Aurélio, Lúcio Vero e Cômodo, por exemplo. Em relação aos motivos representados nas moedas, há a constância das representações das divindades Doros⁴ e Tyche-Astarte⁵ principais deuses da cidade. Também há a representação de diversos símbolos marítimos, como galés e *aphlaston* (instrumento, colocado na popa do navio, usado para medir a força e a direção do vento).

(4) Entretanto, em suas representações, a identidade desse deus não é tão clara. Ele geralmente aparece com características físicas típicas de Zeus e Poseidon, porém não há os símbolos desses deuses nas moedas - como a águia e o raio de Zeus, e o tridente ou golfinho de Poseidon -, o que torna sua identificação um tanto difícil (Motta, 2015, p. 61).

(5) Em sua teogonia original, Tyche era filha de Oceano, e era responsável pelas crenças religiosas dos marinheiros, sendo sua protetora, com isso também ganhando associação com a sorte (daí a relação com Fortuna). Porém, ela só se tornou uma deusa efetivamente no século IV AEC, quando alguns templos em sua homenagem foram construídos. Durante o período de conquistas de Alexandre o Grande, uma atmosfera de sincretismo se assentou no mundo helenístico, quando deuses de diferentes culturas acabaram se fundindo. É nesse contexto que, em cidades como Cesareia Marítima e Tel Dor, Tyche acabou associada à deusa fenícia da fertilidade, sexualidade e guerra, Astarte (Motta, 2015, p. 55-56).

Em muitas moedas também havia inscrições que aludiam ao papel marítimo de Dor (Meshorer, 1986-87, p. 357-360). No reverso da moeda abaixo, por exemplo, batida à época do imperador Trajano e que exibe a cabeça de Doros, destacamos a inscrição em grego “NAYAPXIS”, que significa “governante do mar”, título muito raro e associado apenas a poucas cidades portuárias de extrema importância econômica – como Trípoli e Sidon (Porto, 2007, p.120-121). (Fig. 1)



Fig. 1. Moeda retratando o Imperador Trajano (anverso) e Doros (reverso). Batida entre 111-112 EC, Tel Dor (Porto, 2007, p.117, tomo II, moeda 108).

Nessa moeda fica claro não apenas o papel, mas a importância marítima que Dor detinha no período romano. A inscrição também nos faz entrever que a cidade não era vista de forma separada de seus atracadouros, já que a menção é a ela como um todo. Além disso, é importante lembrar que “a relação entre o tamanho da cidade e o tamanho do porto produz cidades de diferentes

dimensões, tipos e *status*. Isso se deve ao fato de que a atividade portuária estimula o crescimento urbano” (Tacla *et al.*, 2011, p. 162).

Outro elemento que atesta a importância marítima de Dor no período romano é um possível armazém, ou depósito, construído em meados do século II EC – na segunda fase construtiva romana.⁶ Essa estrutura, que está localizada nas imediações da baía norte,⁷ é a única estrutura marítima da cidade efetivamente relacionada com o período romano, até o momento. Alguns pesquisadores discordam quanto à sua funcionalidade, mas seu tamanho – é uma estrutura retangular de 37m x 35m – e sua proximidade da costa

(6) Duas fases construtivas romanas puderam ser notadas nos estratos da cidade. A primeira abrange desde a chegada de Pompeu até a primeira metade do século II EC, enquanto a segunda vai até meados do século III EC, aproximadamente.

(7) A baía norte de Tel Dor começou a ser mais explorada apenas recentemente, no final da década de 2010, principalmente por iniciativa de Assaf Yasur-Landau, Ehud Arkin Shalev e Gil Gambash, em consonância com o trabalho feito pelo *Tel Dor Excavation Project*. Ela conta com três enseadas, sendo que em duas delas (áreas B e C – a área A servia mais como entrada para a área C) foram encontrados diversos vestígios romanos, tanto objetos menores de cerâmica (que também podem ter sido depositados pelas correntes marítimas) quanto grandes estruturas públicas (como um teatro e um possível armazém). Ambas as enseadas foram utilizadas pelos romanos, mas uma era mais rasa (área C) e a outra mais profunda (área B). A mais profunda, que ficava a cerca de 250 m da extremidade norte da cidade romana, era utilizada desde a Idade do Bronze, e continuou em uso pelo menos até 1000 EC. Já a enseada mais rasa, localizada na parte central e sul da baía norte, facilitava o carregamento e descarregamento de bens em barcos menores, provavelmente sendo mais próxima da cidade romana. Não à toa, é a enseada que mais possui vestígios de objetos de cerâmica, além de muitas pedras de lastro (em comparação, a parte leste da baía quase não tem achados). Além disso, é próxima a essa enseada que se encontra a única estrutura portuária até agora relacionada à Dor romana (Shalev *et al.*, 2019, p. 227-228).

reforçam a teoria de que se tratava, de fato, de um local para armazenamento de bens (Shalev *et al.*, 2019, p. 209). Também devemos levar em conta que na época de sua construção a baía norte era mais utilizada pelos romanos do que qualquer outro atracadouro da cidade,⁸ de forma que grande parte do comércio externo se dava por ali, justificando a existência de um armazém no local.

Foi também durante o período imperial romano que a cidade atingiu o ápice de sua expansão, com características urbanas comuns às cidades do leste romano – como ruas pavimentadas, piazzas, um teatro, um banho, aquedutos, casas decoradas com afrescos e mosaicos e templos monumentais dedicados aos deuses da cidade. Essas construções, entretanto, não foram erigidas ao mesmo tempo. Até finais do século I AEC, por exemplo, acredita-se que a malha urbana da cidade tenha dado continuidade às dos períodos persa e helenístico. Característica que mudou conforme se dava a expansão mencionada. Em relação aos métodos construtivos, no início do período romano ainda eram utilizados os métodos fenícios que prevaleceram pelo período helenístico, mas, eventualmente foram substituídos. Escavações pelo *tel* têm demonstrado que a modificação do espaço urbano era um processo que vinha acontecendo desde o final do período helenístico até o fim da ocupação do *tel*, com a função urbana de diferentes espaços por vezes mudando drasticamente (Nitschke *et al.*, 2011, p. 147).

Por fim, outro ponto importante que mostra a relevância da Dor romana são as construções das áreas F e H do sítio arqueológico (Fig. 3). Na primeira fase construtiva do período romano foram erigidas nessa localidade uma série de casas abastadas, que se localizavam entre as baías sul e norte, com vistas para o mar. As casas provavelmente pertenciam à elite da cidade e sua decoração era típica das estruturas domésticas do restante do império, sendo as de

Pompeia um bom exemplo. Quanto aos métodos construtivos, perpetuou-se o que já era utilizado no período helenístico, isto é, os métodos fenícios – o que só mudaria na fase 2 romana. Por terem sido demolidas, poucos vestígios restaram das casas, mas entre os que foram encontrados destacam-se um piso de mosaico retratando dois golfinhos flanqueando um tridente (Fig. 2) e um



Fig. 2. Fragmento de um mosaico de chão retratando um tridente flanqueado por dois golfinhos, recuperado da casa 2 na área H. Foto por E. Stern, The Tel Dor Project. (Nitschke *et al.*, 2011, p. 148).

(8) Além da baía norte, a cidade possuía os atracadouros da baía sul e da lagoa Tantura, utilizados desde a Idade do Bronze. Também havia uma baía central, ou baía do amor.

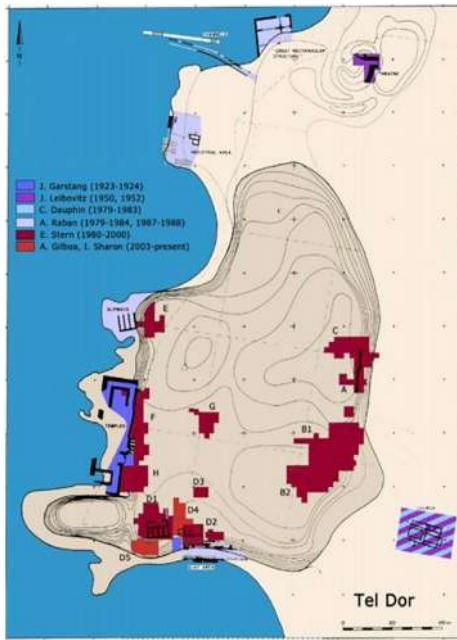


Fig. 3. Áreas exploradas em Tel Dor durante as distintas escavações. Créditos: Svetlana Matskevich (Motta, 2015, p. 18).

qualquer outra construção por aqueles que vinham pelo mar.

Mesmo com os vestígios do crescimento de Dor no período romano, há uma diminuição no número de achados no *tel* a partir do século III EC, apesar de não existir nenhuma indicação do declínio da cidade no período. As últimas moedas cunhadas em Dor datam de 211/212 EC. Entretanto, não há vestígios de conflitos e destruição que justifiquem o abandono da cidade. E a completa obliteração por Cesareia Marítima não fornece explicação suficiente, uma vez que essa cidade já existia por dois séculos antes do aparente abandono de Dor. Também foi notado que apenas o *tel* foi abandonado, as porções leste e sudeste da cidade continuaram sendo ocupadas. Nessa área, inclusive, foram encontrados remanescentes de uma grande basílica cristã do período bizantino, construída, provavelmente, no meio do século IV EC. E, objetos encontrados nessa basílica mostraram que Dor era um centro de romaria, durante o século VII EC, para pessoas que vinham da Síria e do Egito (Motta, 2015, p. 16).

fresco pintado com motivos vegetais e animais (Nitschke *et al.*, 2011, p. 147).

Essas casas foram demolidas para dar lugar a um complexo de templos, ou um templo monumental (Fig. 4), erigido na segunda fase construtiva romana. Essa estrutura possuía dois complexos, ou templos principais. A maior dessas construções fica na área F, e é a que menos se têm informações a respeito, já que apenas suas fundações foram encontradas. Já a estrutura da área H tem metade do tamanho da primeira, e apenas suas fundações também são visíveis, porém, seu formato indica que se tratava de um *perípteros sine pórtico*, tipo ocidental de templo com colunas em três de seus quatro lados. As estruturas se localizavam em um local elevado, de forma que eram avistadas antes de



Fig. 4. Estruturas F e H. Do lado direito nota-se o muro maciço construído acima das residências da fase 1. Foto: Gabriela R. Marques, 2022.

Paralelos com Cesareia Marítima

Como o suposto declínio de Tel Dor é associado ao crescimento de Cesareia Marítima, faz-se importante também tratarmos das características em comum – e das divergentes – entre as duas cidades.

Cesareia Marítima, construída no sítio da antiga Torre de Estratão, era a cidade cartão-postal do reino de Herodes Magno,⁹ tendo sido idealizada por ele. Ela obedecia ao sistema ortogonal romano e possuía estruturas típicas de uma cidade romana, com destaque para o templo de Augusto e Roma, construído perto do monumental porto de Sebastos – de forma que quem vinha por mar pudesse ver o templo antes de tudo o mais. Como as próprias nomenclaturas revelam, Cesareia Marítima e seus elementos também eram uma grande homenagem ao império e ao imperador, e uma forma de estreitar os laços entre Herodes e os romanos.

Após sua construção Cesareia Marítima logo se tornou uma das principais cidades do reino herodiano. Não seria difícil, portanto, concluir que Tel Dor, cidade vizinha, foi obliterada por Cesareia e seu grande porto. Juntamente com o fato de uma pertencer ao reino de Herodes e a outra não, o porto monumental era, inclusive, o principal ponto que diferenciava as duas cidades. Mas, elas possuíam muito mais características em comum do que divergentes.

Cesareia Marítima, assim como Tel Dor, possuía atracadouros naturais, ou com pouca intervenção humana, que eram utilizados pelas populações locais e pelos romanos – mesmo após a construção de Sebastos. Ao observar os atracadouros das duas cidades devemos sempre levar em consideração que as tecnologias envolvidas na construção de portos e as diferenças em seus usos não seguiram um desenvolvimento linear. Na verdade, antes de tratar de um suposto desenvolvimento, diversas variáveis devem ser levadas em consideração: a topografia do local, a disponibilidade de materiais construtivos e as condições econômicas regionais (Oleson, 1988, p. 148). Se pensarmos apenas em técnicas inovadoras de construção, como as utilizadas em Sebastos, seria fácil concluir que os outros atracadouros, com seu caráter natural, passaram incólumes às inovações tecnológicas romanas, o que

(9) Uma das principais características do reinado de Herodes Magno era o seu extenso programa construtivo, que estava intrínseco em sua política interna e externa. Ele almejava fortalecer seu governo impopular entre os judeus e alavancar a economia de seu reino, sem precisar depender de cidades que não o favoreciam, além disso, ele também desejava promover as ambições políticas e culturais dos romanos no Oriente, já que ele se via mesmo como uma extensão de Roma (Fritsch et al., 1975, p. 11). Dessa forma, Herodes utilizava as construções tanto para aplacar o desagrado dos judeus, quanto para agradar aos romanos, que asseguravam sua permanência no trono.

poderia indicar sua falta de importância para o império ou mesmo falta de recursos da cidade.

Porém, nem sempre era esse o caso. Os romanos se baseavam em dois princípios que definiam a prosperidade das cidades portuárias: continuidade e inovação. “O tradicional conhecimento local do sul do Levante em acessar o mar, ou seja, construir com o uso de vigas de silhar, ancorar fora da costa e em baías, continuou sendo bem usado no período romano” (Yasur-Landau *et al.*, 2018, p. 79, *tradução livre*). Além disso, “a importância de uma cidade costeira não garantia a realização de melhorias em suas estruturas portuárias, assim como o sucesso comercial de uma cidade não dependia da existência de estruturas portuárias elaboradas” (Yasur-Landau *et al.*, 2018, p. 81, *tradução livre*). Em Tel Dor, por exemplo, existem diversas evidências que apontam para uma prosperidade da cidade antes e depois do domínio romano. Ou seja, a comparação dos atracadouros e portos de Tel Dor e Cesareia Marítima não é o suficiente para justificar a suposta decadência de uma e supremacia da outra.

Outro elemento em comum que as duas cidades partilhavam eram as estruturas de armazenamento. Elas eram as únicas cidades na região a possuir tais construções. Em Cesareia Marítima a existência de armazéns é mais do que esperada, dado o tamanho do porto de Sebastos. Já em Tel Dor, conforme já apontamos, o armazém era a única construção romana ligada à infraestrutura marítima da cidade.

Considerações finais

Tel Dor foi descrita em diversas fontes como sendo uma cidade abandonada e decadente no período romano. Entretanto, a Arqueologia nos mostra o oposto. Mesmo sendo vizinha de Cesareia Marítima, que se tornaria a capital do reino de Herodes após a destruição de Jerusalém, e de seu imenso porto, Sebastos, Tel Dor cresceu e se desenvolveu durante o período romano. Demonstramos aqui alguns elementos que denotam esse crescimento, tais como a cunhagem de moedas, direito reservado às cidades provinciais com *status jurídico-administrativo* elevado, e a existência de uma estrutura de armazenamento, características compartilhadas com Cesareia Marítima. Além disso, outras construções, como casas abastadas e templos, revelam a prosperidade da cidade em época romana.

O que vimos, portanto, longe de ser uma cidade em ruínas, foi uma cidade portuária que detinha certa importância na região, não apenas para os habitantes locais, mas também para os romanos.

Referências bibliográficas

MESHORER, YA'AKOV.

The Coins of the Mint of Dora. *Israel Numismatic Journal*, n. 9, pp. 355-365, 1986-87.

MOTTA, R.M.

Material Culture and Cultural Identity: a study of Greek and Roman coins from Dora.
Oxford: Archaeopress, 2015.

NITSCHKE, J.; MARTIN, S.B.; SHALEV, Y.

Between Carmel and the sea. Tel Dor: the late periods. *Near Eastern Archaeology*, 74, p. 3, 2011.

OLESON, J.P.

The technology of Roman harbours. *The International Journal of Nautical Archaeology and Underwater Exploration*, 17.2, pp.147-157, 1988.

PORTO, V.C.

Imagens monetárias na Judéia/Palestina sob dominação romana. Tese de doutorado, MAE-USP, 2007.

SHALEV, E.A.; GAMBASH, G.; YASUR-LANDAU, A.

Disheveled Tenacity: the North Bay of Roman and Byzantine Dor. *Journal of Maritime Archaeology*, 14: 205-237, 2019.

STERN, E.; SHARON, I.

Tel Dor, 1993: Preliminary Report. *Israel Exploration Journal*, vol. 45, n. 1, 1995.

TACLA, A.B.; FLORENZANO, M.B.B.; PONTIN, P.B.V.; ABRAMO, M.C.C.

A natureza da cidade portuária e a relação portos-portas em contextos helênicos. In: KORMIKIARI, M. C.; HIRATA, E. V.; ALDROVANDI, C. E. (Org.) *Estudos sobre o espaço na Antiguidade*. São Paulo, Edusp/Fapesp, pp.125-156, 2011.

YASUR-LANDAU, A.; SHALEV, E.A.; ZAJAC, P.; GAMBASH, G.

Rethinking the anchorages and harbours of the southern levant 2000 BC-600 AD. *Harbours as objects of interdisciplinary research: Archaeology + History + Geosciences (conference)*. Kiel, 2018, p. 73-89.

Humanidades Digitais

Rome is where the *aedes* is. Simulating Roman military identity and loyalty in locations of transition

Kelly Gillikin Schoueri¹

1. Introduction

The use of various methods with digital technology in archaeological data collection, investigation and analysis is an essential part of the archaeologist's toolkit and research process. As a sub-type of 3D digital methodologies, realistic 3D visualization incorporates artistry and real-world simulation of an archaeological context by collecting the known elements and data for a (re)construction project while also identifying unknown factors through interpretive and alternating hypotheses on counterfactual data (Sullivan, 2016). Recent applications of 3D digital methods and theories have showcased the value in utilizing such technologies as a complement to more traditional archaeological research approaches (e.g., Paliou, 2014; Sullivan; Snyder, 2017; Boutsikas, 2019). As such, there is a case to be made for a 3D visualization product to also be viewed as "provocation" (Siegesmund; Freedman, 2018) for inspiring new insights and lines of enquiry that ultimately lead to richer interpretation on archaeological datasets.

In keeping with the theme of LARP 10 Years - trajectories and perspectives, this paper promotes the use of informal 3D visualization not only as a public-facing output, but also as a research tool in its own right - both the creative process of developing a realistic (re)construction and the final 2D visualized image. This argument that there is value in the resulting product as a provocation for guiding new and unexpected perspectives is exemplified by means of an archaeological case study from a 1st century Roman peristyle building found on the outskirts of ancient Apollonia off the Eastern Mediterranean coast of Israel. The most recent theory as to the original construction and use of the building was that it was a kind of Roman military *mansio*, or administrative outpost. As part of a re-investigation of the niche-style shrine found within the building, the interior common spaces of the building were 3D (re)constructed, then visualized as 2D images to perform visibility analysis of the shrine from different locations within the building (Schoueri; Teixeira-Bastos,

(1) Maastricht University, <k.gillikinschoueri@maastrichtuniversity.nl>.

2021). As a result of the process and product of making these 2D images, additional research questions were provoked about the role of the Roman military *aedes* with regard to the prescriptive nature of official cultic observances. Thus, this article seeks to outline the potential for extending lines of research on small-scale, transitional Roman military establishments and the role of official Roman military religion within these spaces. Preliminary results of the research are presented together with a set of potential research questions as well as future trajectories for further lines of research.

2. Theoretical Framework

For the purposes of this research, 3D visualization means a single 2D image, a series of images or an animation generated from the virtual 3D (re)construction of an archaeological site. 3D reconstruction models differ from ‘reality-based’ 3D models in the sense that the latter type of models are facsimiles of existing heritage remains or objects. Whereas 3D (re)constructed models are derived from an artistic process controlled by a modeler in an effort to harness many types of information and synthesize theories and evidence in order to investigate what is not present in the archaeological record (Barratt, 2021).

According to Sullivan *et al.* (2017), the (re)construction process is a form of scholarly discovery, much like traditional written scholarship in that both approaches “asks scholars to collect and weight primary and secondary sources and to build a visual and/or spatial argument that interprets the past” (p. 303-304). In addition to this, the (re)construction process is a way to return to and reconsider legacy data from a new perspective as well as inspiring the search for missing elements brought to light by the (re)construction process (Favro, 2012; Huurdeman; Piccoli, 2021). It is therefore an “abstract of information” in the sense that it acts as an aggregation and representation of data that also creates new knowledge (Sullivan & Snyder, 2017, p. 468). However, like traditional scholarship, there is a danger in 3D (re)construction practice to “force consistency of data, elide uncertainty, cherry pick examples, or eschew complexity and nuance” (Szabo, 2019, p. 15). Therefore, there needs to be clear communication regarding the process, purpose and role of the (re)construction in a scholar’s investigation and interpretation.

Up until recently, the focus on 3D (re)construction in archaeological practice has been on the innumerable benefits derived from the process of building a (re)construction using robust research methods and qualifications on the data. However, there is an oft-overlooked added benefit to the resulting product of this process – the product being the 3D visualization

of the (re)construction. As such, the realistic visualization of past environments acts as a provocation for the archaeologist to consider perspectives and research questions by means of a semi-sensorial encounter. This theoretical framework is underpinned by phenomenological archaeology begun by Christopher Tilley (1994) and expanded upon by Yannis Hamilakis (2014) as sensory archaeology, or archaeology of and with the senses. The phenomenological or sensorial encounter, real or imagined, permits the researcher to enter into “the same set of relationships in which people found themselves in the past, in order to produce our own interpretation” (Thomas, 2001, p. 181-182).

It is therefore with this theoretical framework that guide further investigation on and new perspectives into the shrine found in the peristyle building at Area E of Apollonia-Arsuf. It is argued that the incorporation of both the process of realistic 3D reconstruction of archaeological data together with the resulting production of a creative and hypothetical 3D visualization as provocation for a sensorial interpretive encounter leads to rich avenues of discovery on legacy archaeological datasets.

3. Alternative Perspectives on the shrine from Apollonia-Arsuf

The 3D visualizations of the niche-style shrine at Apollonia-Arsuf are well-positioned to illustrate this investigative potential. Figure 1 presents a 3D visualization of the shrine from a perspective of one having entered and walked about 12 meters into the building. As an imagined and artistic decision, military paraphernalia and illumination was added to provoke ideas regarding a sensorial encounter for those entering. This military designation of the shrine is predicated on the updated interpretation by Tal and Roll who proposed that the building was likely a Roman military *mansio*, or some kind of post station for ensuring stability and Roman movement in the region as a result of the First Jewish War (2018).

3.1 Site Background of Apollonia-Arsuf

Area E is located on the outskirts of what was ancient Apollonia—a prominent commercial and industrial center of the south Sharon Plain as a result of its natural safe anchorage in an otherwise inhospitable stretch of coastline (Roll; Tal, 2008). According to the *Tabula Peutingeriana* (Weber, 1976, Section X, 1U), Apollonia was geographically located on the *cursus publicus* between Jaffa and Caesarea Maritima.



Fig. 1. 3D visualization of the niche-style shrine with Roman military paraphernalia (© K. Gillikin Schoueri).

The 24 x 21.50 meter structure excavated at Area E is a Roman-period peristyle building carved out of the fossilized kurkar bedrock to a depth of about 3 meters then leveled horizontally toward the west (Roll; Tal, 2008, p. 138). At approximately 26 meters above sea-level, it sits atop a small ravine that leads down to the ancient harbor. The building was constructed in accordance with the Latin foot (pes/0.2957 cm) using large ashlar blocks carved from the local kurkar (*ibid*, p. 140). Based on finds from two superimposed plastered floors from Locus 1928, an established construction is set around the 70s CE with an estimated date of destruction and abandonment to 113 CE – most likely as a result of an earthquake documented from that year (*ibid*, p. 144-146). Excavation revealed modifications to the interior layout which suggests there were at least two phases of occupation and use (*ibid*).

The building's layout follows a classic Roman peristyle construction with an open, central inner courtyard surrounded by covered interior corridors, the most southern of which stretched the entire 24 meter length of the building (Figure 2).

It is on the eastern end of this long corridor that the two niche-style shrines were discovered at a height of 2.35 meters above the floor level within the kurkar bedrock walls (Figure 3). One of the arcaded and recessed niches faces due west while the other faces the south and the interior room of Locus 1777. Although the western portion of the building has collapsed into the ravine below, the site excavators assume the main entrance to have been at the western end of this long, southern corridor (*ibid*).

Initial interpretations maintained that during the first phase the building was a private elite residence (Roll; Tal, 2008; Galor *et al.*, 2009), however, a

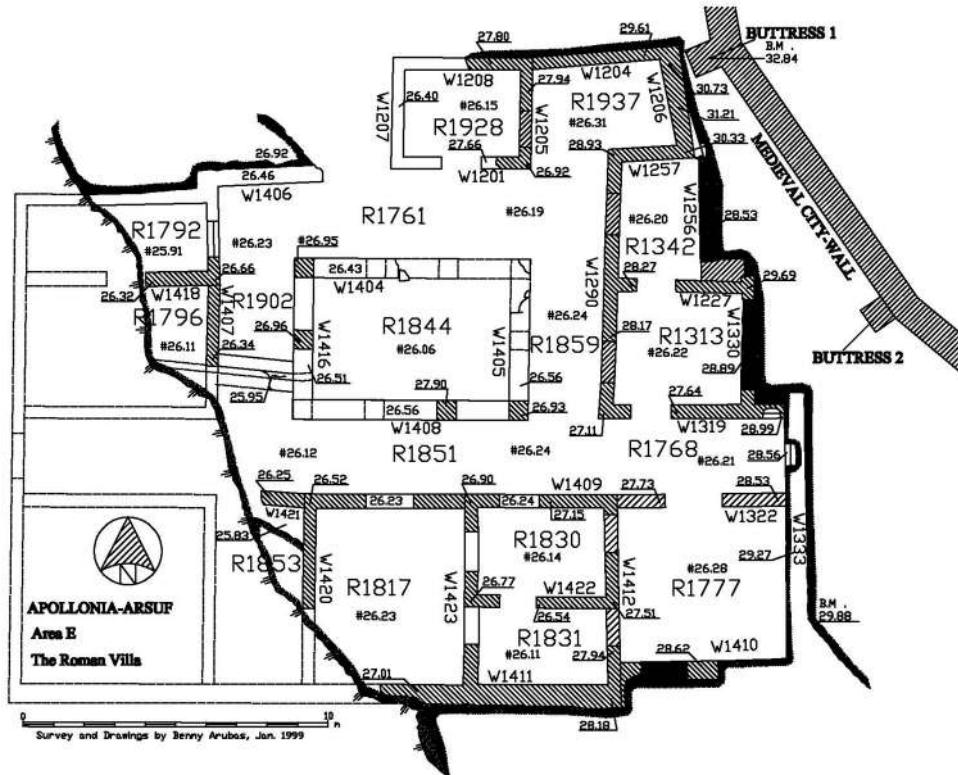


Fig. 2. Site Plan of the peristyle building at Area E of Apollonia-Arsuf (© Roll; Tal, 2008).



Fig. 3. Archaeological remains of the niche-style shrine (© M. Teixeira-Bastos).

Rome is where the *aedes* is. Simulating Roman military identity and loyalty in locations of transition

revised interpretation suggests it was a military *mansio* or way-station of some kind (Tal; Roll, 2018) because of similarities in design, construction and chronology to the nearby site of 'Ein ez-Zeituna found alongside the Caesarea-Legio road leading from Caesarea Maritime to the Lower Galilee and the Jordan Valley (Glick, 2006; Milson, 2006) (Figure 4). Both buildings have the same occupation period of late 1st to early 2nd century CE, were constructed to the standard Latin foot and designed as nearly square peristyle buildings consisting of a central courtyard surrounded on all sides by corridors and rooms (Tal; Roll, 2018, pg. 314). These architectural similarities between the peristyle building at Apollonia and the *mansio* from 'Ein ez-Zeituna (as well as their relative proximity to each other and the known scarcity of similar construction in the region) suggest that there was a commonality between the two – potentially in creator and/or commissioner of the two buildings.

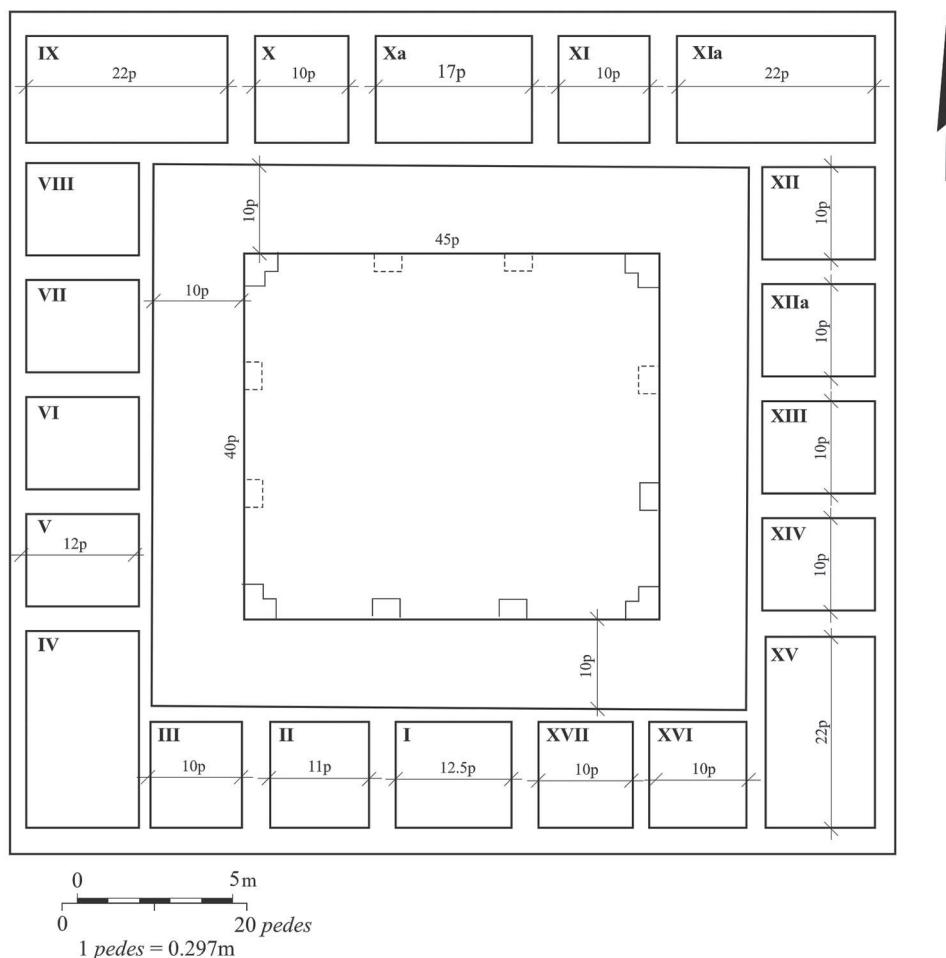


Fig. 4. A proposed site plan of the peristyle building excavated at 'Ein ez-Zeituna (© Milson, 2006).

In addition to the archaeological evidence, the geo-political climate of the time and region corroborates a Roman military character to the building. The First Jewish-Roman War occurred between 66 and 73 CE as the result of Jewish unrest under Roman rule (Josephus, *B.J.* 2.14.5). Before claiming victory at the end of the Year of the Four Emperors in 69 CE, Vespasian and his son Titus had been sent to the province of Judea to regain control and re-establish order through military campaigns (Josephus, *B.J.*). As emperor, Vespasian enacted a series of tax reforms through the renewal of old taxes and institution of new ones as well as an increase of tribute being collected from the provinces (Cassius Dio, *Hist. rom.* 65.2). There is little doubt that these reforms would have necessitated an improvement on the provincial infrastructures for administration and tax collection facilitated by a Roman military presence for enforcement.

It is therefore with some degree of certainty that we can assign an administrative and perhaps even military function to the first phase of occupation of the building at Area E in Apollonia during the 70's CE. Guided by this hypothesis, it is with a different lens that we can shift our perspective on the shrines found within the building. With this shift in perspective, there is also grounds to potentially shift identification of the shrine from a domestic-context *lararium* to a military-context *aedes*.

3.2 Official and Unofficial Roman Military Religion

With this shift in interpretation of the peristyle building at Area E in Apollonia, it is necessary to also reinterpret the shrine found within the building in light of this shift in perspective. According to a robust amount of historical sources and academic research, it can be unequivocally stated that official Roman military religion was rigidly systematic and prescriptive as evidenced by the *Feriale Duranum* – the calendar of observances and holidays in which the emperor, his family and the imperial Roman gods were worshipped and celebrated by Roman military garrisons (Fink; Hoey; Snyder, 1940). In the legionary fort or camp, it was necessary to have an *aedes*, or official shrine, where the standards, the eagle and an image of the emperor were kept (Helgeland, 1978). The established convention for the location of the *aedes* within the camp is within the *principia*, or fort headquarters, which is placed directly in the center of the enclosed camp and aligned with the four main entrances for maximum visibility when entering the encampment (Hanel, 2007).

Reasons for such a prescriptive organization of official Roman military for the camp and the soldiers based within have to do with consistency, discipline and loyalty. Helgeland (1978) suggests that the Roman military cultic

observances were designed to orient the soldier as they campaigned from place to place as well as to solidify their relationship to the Roman Empire (p. 1503). As Rome moved from Republic to Empire, Augustus declared that the recipient of the oath of loyalty a soldier was required to make shifted from commander of the legion to the emperor (*ibid*, p. 1480). The reason for this mandate was in reaction to the common occurrence of soldiers joining a military coup against the emperor because their loyalty had belonged first to their generals (Frank, 1969). From this phenomenon, we can infer that the governing bodies recognized unstable structures of command when loyalty to presential leadership superseded obligations to an absent and distant emperor. Therefore, the Roman military post-decree solidified and reinforced the idea of loyalty first to the Roman Empire through structured religious worship of the emperor, who was treated like a god.

In addition to this top-down approach to cultic observances, there is also archaeological evidence that elucidates the informal, private and spontaneous manifestations of worship carried out by individual soldiers who held closer attachment to their own families as well as to their legions in the form of familial and/or legionary *lares* and *genii* (Speidel; Dimitrova-Milceva, 1978). While official religious worship meant to establish connection and loyalty to the empire as a whole, these smaller and private rituals served to create a sense of belonging and attachment to one's immediate unit and comrades (*ibid*, p. 1546).

4. Preliminary Analysis

Based on the research previously conducted for the Apollonia in 3D project together with the analysis of the provocative 3D visualizations generated in the course of that project, new theories can be proposed on the role of visible manifestations of official Roman military worship as a method of re-orienting Roman soldiers when they are based outside of the legionary camp.

Additional archaeological evidence to support the theory of a reflexive visual relationship between entrance and shrine comes from a series of late 1st to early 3rd century CE Roman fortlets, or *presidia*, found along the Roman routes of Myos Hormos and Berenike in Egypt (Reddé, 2018). Site plans of Umm Balad, Mons Claudianus, Qusur al-Banat and Didymoi collected by Michel Reddé (2018) demonstrates a trend, if not convention, of construction for these structures whereby there is a distinctive axial line of movement and visibility between fortlet entrance and *aedes* (Figures 5, 6 and 7).

Comparing these fortlets to the building at Area E reinforces an interpretation of prescriptive military worship manifested in architectural conventions

Umm Balad

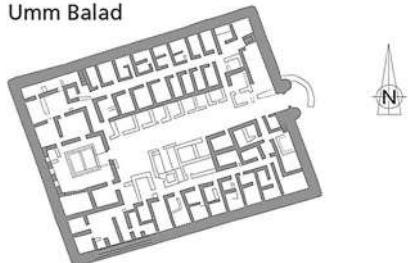


Fig. 5. Site plans of Umm Balad and Mons Claudianus (© M. Reddé).

Mons claudianus

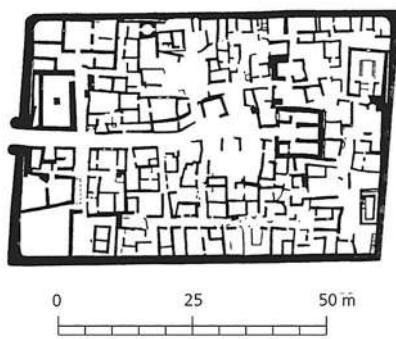


Fig. 6. Site plan of Qusur al-Banat (© N. Martin and M. Reddé).





Fig. 7. Site plan of Didymoi (© J. P. Brun and M. Reddé).

for small Roman official establishments. We may think of this phenomenon as a miniature version of the convention for the Roman fort in which the *aedes* is sequestered within the *principia*, or fort headquarters, which is placed directly in the center of the enclosed camp and on an unobstructed and direct axial alignment with the main entrances of the fort. It is hypothesized that in the case of a smaller military establishment, the *aedes* takes the place of the symbol of authority and leadership in lieu of an entire *principium* building. One theory for the reasons for this intentional re-organization is that it was

meant as a sub-conscious orientation and visual reminder to the inhabitants of the fortlet (or administrative/military establishment) regarding where and with whom central authority lies – i.e., the legion, state, the emperor and the myriad of Roman gods associated with these entities. Therefore, it is additionally hypothesized that the visibility in terms of illumination and direct line of sight of an *aedes* from the main entrance of a smaller-scale military establishment plays key a role in a visually reflexive relationship between soldier and empire.

4.1 Potential Research Questions

Based on preliminary analysis of the circumstantial data, there are more questions than answers about the role of architecture in small or transitional military establishments. Potential lines of research include:

1. How is official Roman military religion manifested in temporary or small-scale locations?
2. Is the axial view of an *aedes* from the main entrance an intended and repeated design by the state? For what purpose and to what end?
3. What physical and emotional affect does viewing the *aedes* when entering a military establishment have on the individual when entering the structure?
4. Does unofficial localized religious activities occur in the same spaces and at the same moments as officially prescribed worship?

There is not a single method of answering all of these research questions and traditional archaeological methods and theories alone will not bring clarity to the phenomenon. What is required is a combined, mixed-method approach involving: 1. historical research on Roman military political structures and religious activities; 2. architectural analysis of spatial data; 3. 3D simulations of visibility from different locations within previously existing structures; followed by 4. phenomenological and sensorial data collection and analysis.

5. Conclusion and Future Trajectories

This case study of the military interpretation of the shrine's relationship to the main entrance of the peristyle building at Area E illustrates the utility of informal 3D visualization as provocations for critical reflexive analysis and interpretation backed up by traditional text-based research strategies. When it comes to 3D (re)construction research projects, the investigative process need

not end with the final production of a visualization for dissemination. This paper showcases the value of the end-product for developing a set of new and unexpected research questions. We as researchers should extend more value to visualization products as a form of provocation and sensorial inspiration. As more research on official Roman military religious worship and the architectural spaces designed for them is developed, the 3D (re)construction can be returned to and updated to reflect these new data, perspectives, and insights.

References

- BARRATT, R.P.
Speculating the Past: 3D Reconstruction in Archaeology. In CHAMPION, E.M. *Virtual Heritage: A Guide*. London: Ubiquity Press, 2021, p. 13-23.
- BOUTSIKAS, E.
The Contribution of “Total Environment” Reconstructions in Interpreting Ancient Greek Experience of Ritual Spaces. *Open Archaeology*, 5(1), 540-552. Berlin, 2019.
- COCCEIANUS, C.D.; CARY, E.; FOSTER, H.B.
Dio's Roman History. Boston: Loeb Classical Library, 1914.
- FAVRO, D.
Se non è vero, è ben trovato (If Not True, It Is Well Conceived): Digital Immersive Reconstructions of Historical Environments. *Journal of the Society of Architectural Historians*, 71(3), p. 273-277. Los Angeles, September, 2012.
- FINK, R.O.; HOEY, A.S.; SNYDER, W.F.
The Feriale Duranum. In: HARMON, A.M.; BELLINGER, A.R.; ROWELL, H.T.; FINK, R.O. *Yale Classical Studies*, Vol. 7 (p. 1-222). London: Cambridge University Press, 1940.
- FRANK, R.I.
Scholae Palatinae. The Palace Guards of the Later Roman Empire. Rome: American Academy, 1969.
- GALOR, K.; ROLL, I.; TAL, O.; SANDERS, D.H.; WILLIS, A.R.; COOPER, D.B.
Apollonia-Arsuf between Past and Future. *Near Eastern Archaeology*, 72(1), p. 4-27. Chicago, 2009.
- GLICK, D. A
Salvage Excavation at 'Ein ez-Zeituna in Nahal 'Iron. *'Atiqot*, 51, p. 31-69. Jerusalem, 2006.
- HAMILAKIS, Y.
Archaeology and the Senses: Human Experience, Memory, and Affect. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- HANEL, N.
Military Camps, Canabae, and Vici. the Archaeological Evidence. In: ERDKAMP, P. A *Companion to the Roman Army*. Hoboken: Blackwell Publishing Ltd., 2007, 395-416.
- HELGELAND, J.
Roman army religion. In TEMPORINI, H.; HAASE, W. *Aufstieg und Niedergang de Römischen Welt: Geschichte und Kultur Roms im Spiegel der Neueren Forschung II*. Berlin: De Gruyter, 1978, p. 1470-1505.

- HUURDEMAN, H.; PICCOLI, C.
3D Reconstructions as Research Hubs: Geospatial Interfaces for Real-Time Data Exploration of Seventeenth-Century Amsterdam Domestic Interiors. *Open Archaeology*, 7(1), p. 314-336. Berlin, 2021.
- JOSEPHUS, F.; THACKERAY, H.
St. J. *The Jewish War*. Boston: Loeb Classical Library, 1927.
- MILSON, D.
Design Analysis of the Peristyle Building from 'Ein Zeituna. 'Atiqot, 51, p. 71-75. Jerusalem, 2006.
- PALIOU, E.
Visibility analysis in 3D built spaces: A new dimension to the understanding of social space. In PALIOU, E.; LIEBERWIRTH, U.; POLLA, S. *Spatial Analysis and Social Spaces: Interdisciplinary Approaches to the Interpretation of Prehistoric and Historic Built Environments*. Berlin: De Gruyter, 2014, p. 91-113.
- REDDÉ, M.
The Fortlets of the Eastern Desert of Egypt. In: BRUN, J-P.; FAUCHER, T.; REDON, B.; SIDEBOOTHAM, S. *The Eastern Desert of Egypt during the Greco-Roman Period: Archaeological Reports* [online]. Paris: Collège de France, 2018 (accessed 20 November 2021). Available on the Internet: <http://books.openedition.org/cdf/5248>.
- ROLL, I.; TAL, O.
A villa of the early Roman period at Apollonia-Arsuf. *Israel Exploration Journal*, 58(2), p.132-149. Jerusalem, 2008.
- SCHOUERI, K.; TEIXEIRA-BASTOS, M. A
Theoretical Framework for Informal 3D Rendered Analysis of the Roman Lararium from Apollonia-Arsuf. *Open Archaeology*, 7(1), p. 499-518. Berlin, 2021.
- SIEGESMUND, R.; FREEDMAN, K.
Interpreting visual information in research: Tacit knowledge and nomadic inquiry. In: HANNES, K.; DIERCKX DE CASTERLÉ, B.; HEYLIGHEN, A.; TRUYEN, F. *European Congress of Qualitative Inquiry Proceedings 2018*. Leuven: NQRL, 2018, p. 34-40.
- SPEIDEL, M.; DIMITROVA-MILCEVA, A.
The cult of the Genii in the Roman army and a new military deity. In: TEMPORINI, H.; HAASE, W. *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt: Geschichte und Kultur Roms im Spiegel der Neueren Forshung II*. Berlin: De Gruyter, 1978, p. 1542-1555.
- SULLIVAN, E.
Potential Pasts: Taking a Humanistic Approach to Computer Visualization of Ancient Landscapes. *Bulletin of the Institute of Classical Studies*, 59(2), p. 71-88. Oxford, 2016.
- SULLIVAN, E.; NIEVES, A.D.; SNYDER, L.M.
Making the Model: Scholarship and Rhetoric in 3-D Historical Reconstructions. In: SAYERS, J. *Making Things and Drawing Boundaries: Experiments in the Digital Humanities*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 2017, p. 301-16.
- SULLIVAN, E.; SNYDER, L.M.
Digital Karnak: An Experiment in Publication and Peer Review of Interactive, Three-Dimensional Content. *Journal of the Society of Architectural Historians* 76 (4), p. 464-482. Los Angeles, December 2017.
- SZABO, V.
Collaborative and Lab-Based Approaches to 3D and VR/AR in the Humanities. In: GRAYBURN, J.; LISCHER-KATZ, Z.; GOLUBIEWSKI-DAVIS, K.; IKESHOJI-ORLATI,

- V. 3D/VR in the Academic Library: Emerging Practices and Trends. Arlington, Council on Library and Information Resources, 2019, 12-23.
- TAL, O.; ROLL, I.
The Roman villa at Apollonia (Israel). In: MARZANO, A.; MÉTRAUX, G.P.R. *Part II: Roman villas in the Mediterranean*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 308-316.
- THOMAS, J.
Archaeologies of Place and Landscape. In: HODDER, I. *Archaeological Theory Today*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 165-186.
- TILLEY, C.Y.
A *phenomenology of landscape: Places, paths, and monuments*. Oxford: Berg Publishers, 1994.
- WEBER, E.
Tabula Peutingeriana: Codex Vindobonensis 324. Graz: Akademische Druck- u. Verlagsanstalt, 1976.

Arqueologia Digital, Humanidades Digitais e Arqueometria nos Estudos do Oriente Médio Romano e Bizantino

Marcio Teixeira-Bastos¹

1. Arqueologia Digital. Perguntas Fundamentais

O LARP surgiu como um laboratório temático do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo centrado na análise e variabilidade dos contextos arqueológicos das sociedades sob o domínio imperial romano na Antiguidade. As pesquisas arqueológicas sob a perspectiva do surgimento e consolidação do LARP auxiliaram a desenvolver uma série de áreas pouco exploradas na Arqueologia Clássica e, até mesmo, Arqueologia Brasileira, no cenário acadêmico nacional. Entre elas destacam-se, principalmente: Arqueologia Romana, tributária da Clássica, Arqueologia Digital, Humanidades Digitais e Arqueometria (e.g., Fleming, 2014; Teixeira-Bastos, 2015, pp. 224-226).

É evidente que esse desenvolvimento não se deu ao mero acaso. Ele esteve intimamente ligado aos lastros e pastichos de estudos precedentes. Como ora argumentado, a Arqueologia Clássica no Brasil aconteceu como uma espécie de “cunhadismo” intelectual francês (Whitling, 2019) e a *École française d’Athènes* (EFA), em Atenas, foi a primeira das escolas arqueológicas estrangeiras a contribuir diretamente para essa estruturação. Os primeiros desenvolvimentos aconteceram no âmbito do IHGB, ligados ao Museu Nacional, Rio de Janeiro, entre os anos de 1912-1938, através dos estudos de artefatos escavados em Véios, Itália (Bakos, 2004; Brancaglion Jr., 2004). Entretanto, foi a atuação dos arqueólogos franceses Robert H. Aubreton e Pierre Demargne, na Universidade de São Paulo, que forneceram as bases formativas para o desenvolvimento da Arqueologia Clássica no país (Teixeira-Bastos e Lichtenberger, 2022).

Demargne acompanhou a transição da arqueologia “tradicional” para uma arqueologia dita “moderna”, envolvendo-se com sistemas e métodos mais rigorosos de coleta e registo de dados arqueológicos e a precoce incorporação das ciências da computação de seu período (Funari e Tega, 2014). O renomado arqueólogo clássico e latinista Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (USP) esteve sob sua batuta e foi seu aluno. Robert Aubreton, por sua vez, formou uma equipe de helenistas, agremiados como assistentes, dentre os quais,

1) DLO/FFLCH e LARP/MAE, Universidade de São Paulo. <marcioteixeirabastos@gmail.com>

destaca-se a arqueóloga Haiganuch Sarian (De Castilho, 1963, p. 133-137). A professora Sarian proveu abrigo acadêmico aos três arqueólogos clássicos que se dedicaram ao estudo de Roma: Maria Isabel Fleming (1987), Pedro Paulo Funari, (1990) e Norberto Luiz Guarinello (1993), foram, diretamente, os responsáveis por formar uma nova geração de estudiosos e catapultar a Arqueologia Clássica e o Estudos Clássicos a outro patamar no Brasil. Os estudos pós-processuais ganharam mais espaço no cenário acadêmico nacional (Guarinello, 1985, Funari, 1987, 1990), além da crítica colonialista, arqueologia histórica e arqueologia pública no país (e.g. Grillo, Funari, Carvalho, 2013).

Nesse sentido, Maria Isabel Fleming foi pioneira (1983-1985) na *École Française de Rome* (EFR), supervisionada pelo diretor da EFR Michel Gras (1973-1985 e 2003-2011). Se a aplicação da arqueometria no estudo de coleções arqueológicas remonta aos seus precoces estudos em 2008; os projetos digitais, por sua vez, estão presentes em sua atuação no LARP desde seu embrião, em 2011, através de Projeto de Auxílio à Pesquisa FAPESP (Processo: 11/51184-9). Como resultado, o aplicativo 3D “DOMUS” (2013),² disponibilizou a interação imersiva em uma antiga casa romana, além de contar com uma galeria de imagens e textos de apoio redigidos pelos pesquisadores do laboratório. Na trilha dos projetos digitais, a primeira tese produzida no MAE com o tema, “Ciberarqueologia em Vipasca” (Martire, 2017), foi orientada pela professora Fleming em um estudo de caso em Portugal. Muito embora não empregasse, propriamente, o termo Arqueologia Digital, o uso de tecnologias para a reconstrução-simulação interativa arqueológica caracterizou o estudo. A tese foi avaliada por uma banca diversificada de especialistas, sendo eles Marcelo K. Zuffo, Marcelo S. Cândido, Elaina F. V. Hirata, Verônica A. S. Wesolowski, Maria Beatriz B. Florenzano, Paulo A. Deblasis, Cristina C. M. Kormikiari e Marcio Teixeira-Bastos. Ainda em 2017, Fleming afirmaria sua liderança e pioneirismo na área publicando “Arqueologia Clássica e as Humanidades Digitais no Brasil” (Fleming, Teixeira-Bastos, Porto, 2017, p. 10-28) e “Humanidades Digitais e Arqueologia: O Desenvolvimento de O Último Banquete em Herculano”³ (Fleming e Martire, 2019).

O digital, um dos principais instrumentos de atuação do LARP, possibilitou sua maior inserção no âmbito acadêmico nacional e internacional. A aplicação de novas tecnologias, a utilização de imagens, bidimensionais ou tri-

2) Link: <http://www.larp.mae.usp.br/rv/domus/> (2013). Equipe LARP: Fleming, M.I.D'A. (coord.), Martire, A.S.; Bina, T.; Teixeira-Bastos, M.; Porto, V. C.; Santos, I.D.; Trombetta, S.; Gregori, A. M.; Pereira Filho, A. C.

3) Link: <http://www.larp.mae.usp.br/o-ultimo-banquete-em-herculano/download/> (2018). Equipe LARP: Fleming, M.I.D'A. (Coord.); Martire, A. S., Rocco, L.F.; Teixeira-Bastos, M.; Pereira Filho, A. C.; Cruz, M. M.; Trombetta, S.; Cafagne, T.P.; Porto, V. C.; Mouro, J.V.; Gregori, A. M.; Pina, A.D.V.

dimensionais, interativas ou passivas, e realidade virtual, aportaram um novo olhar aos estudos do passado. Assim, meios de visualização científica, análises de dados, tanto em ambientes tridimensionais quanto produtos interativos, auxiliam no processo cognitivo de pesquisadores, professores e/ou alunos (Porto, Teixeira-Bastos, Martire, 2019). Os membros do LARP vêm mantendo a atuação nessa área, abrindo frentes de diálogo com outros especialistas, indagando, em âmbito nacional, o que tem sido realizado e reconhecendo que a prática da Arqueologia Digital não é única: “é plural, ou seja, diversificada” (Martire e Porto, 2022). Contudo, em que pesem as recentes publicações, permanecem abertas algumas questões fundamentais, que receberam pouca ou nenhuma atenção pormenorizada, até o momento, nas discussões promovidas. São elas: O que é Arqueologia Digital? A Arqueologia Digital faz parte das Humanidades Digitais? O que separa a Arqueologia Digital das Humanidades Digitais? O que separa a Arqueologia Digital do resto da disciplina como um todo? Estas questões fundamentais merecem maior atenção e algumas tecituras no contexto nacional, similarmente às proposições que ocorrem nos contextos internacionais de discussão do tema (e.g., Gold, 2012; Gold e Lauren, 2016; Gold e Lauren, 2019; Graham *et al.*, 2020).⁴

Contudo, é necessário que todos os arqueólogos se envolvam com a tecnologia digital? Até certo ponto, sim, seria a resposta ideal. Eiteljorg II (2004) argumenta que, embora atualmente seja um dado adquirido que qualquer projeto de arqueologia envolverá o uso de computadores, não é certo que os diretores e professores/arqueólogos coordenadores do projeto saberão como usá-los bem ou terão, ainda, as habilidades necessárias para encontrar auxiliares que o façam. Dessa forma, assim como recebemos um conhecimento básico de estatística, geologia, geografia, análise lítica, análise cerâmica, numismática, arquitetura, teoria arqueológica ou antropológica, independentemente de nosso uso real em nossas pesquisas, precisamos, pelo menos, saber o que está disponível e quando é apropriado integrar a tecnologia e o digital ao inquérito arqueológico.

Procurarei, dessa forma, endereçar tais questão na parte inicial deste texto, movendo a discussão, a posteriori, para as aplicações de modelagem 3D no Oriente Médio, tendo Apollonia-Arsuf como estudo de caso, e abordando a Arqueologia com sentidos. Na sequência o foco será direcionado aos estudos em Arqueometria e a Arqueologia da luz (Teixeira-Bastos, 2013). A arqueologia da luz no período Romano-Bizantino, em Israel, lança um olhar sobre as cerâmicas romanas e a produção dos samaritanos na Planície do Sharon, que nos servirá à conclusão desse capítulo de livro. A proposta aqui é desenvolver

4) <https://o-date.github.io/draft/book/index.html>

interesses temáticos, métodos e premissas de pesquisa, usando evidências arqueológicas para abordagens interdisciplinares em natureza, assim como análises e novas interpretações que permitam uma melhor compreensão das sociedades antigas que ocuparam essa região no passado.

1.1 Então, o que é Arqueologia Digital?

O potencial de bancos de dados computacionais foi o que mais atraiu o interesse da Arqueologia no período inicial em que a computação foi direcionada à ciência das coisas materiais. Ethan Watrall traçou os primeiros passos da Arqueologia Digital relacionados ao trabalho pioneiro de James Deetz, na década de 1960, utilizando computadores no MIT para realizar análises estilísticas de cerâmica Arikara (Deetz, 1965; Watrall, 2016). Entre as décadas de 1970 e 1980, a Arqueologia esteve preocupada sobre o quanto útil seria a computação de desktop e o uso de Sistemas de Informação Geográfica (GIS) para registrar informações recolhidas pelos arqueólogos em campo. Objetivando incentivar a comunicação entre as disciplinas e fornecer um levantamento do trabalho de campo que estava sendo realizado, estimulando a discussão e o progresso futuro, em 1973, em Birmingham, Inglaterra, foi realizada a primeira conferência do *Computer Applications and Quantitative Methods in Archaeology* (CAA).

O CAA é uma organização global que reúne arqueólogos, matemáticos e cientistas da computação, entre outros especialistas e associados. Inicialmente, era um pequeno grupo de arqueólogos e matemáticos interessados em aplicações de computador e trabalhando no Reino Unido. Mas, atualmente, é uma grande comunidade internacional.⁵ A organização conta com capítulos nacionais do CAA e grupos de interesse especial. O CAA International publica procedimentos anuais que ocorrem ininterruptamente desde os anos 1970. Em 1992, a primeira conferência do CAA foi realizada fora do Reino Unido. O CAA é responsável também pela publicação do *Journal of Computer Applications in Archaeology* (JCAA).⁶ É interessante notar nos primeiros volumes do JCAA a preocupação ao considerar uma forma de deduzir padrões latentes de

5) Desde 2022 o Comitê Científico Internacional do Computer Applications and Quantitative Methods in Archaeology, CAA, (Aplicações Computacionais e Métodos Quantitativos em Arqueologia) é composto pelos seguintes pesquisadores: Marta Lorenzon (University of Helsinki, Finlândia), Patricia Murrieta (Lancaster University, Inglaterra), Gabriele Gattiglia (Università di Pisa, Itália), Costas Papadopoulos (Maastricht University, Holanda), Elaine Sullivan (University of California Santa Cruz, Estados Unidos), Florian Thiery (Luleå University of Technology, Suécia), Iza Romanowska (Aarhus University, Dinamarca), Marcio Teixeira-Bastos (LARP, Universidade de São Paulo, Brasil), Alex Brandsen (Universiteit Leiden, Holanda), Patricia Martin Rodilla (Universidade da Coruña, Espanha), Deodato Tapete (Agenzia Spaziale Italiana, Itália), Ethan Levy (Bern University, Suíça). CAA International Scientific Committee (ScC). O CAA completou 50 anos de existência em 2023.

6) <https://journal.caa-international.org/>

discurso dentro de um texto, com base em padrões de palavras, ou seja, um modelo de tópico (e.g., Graham, Weingart, Milligan, 2012; Graham, 2014).

Nesse período inicial de desenvolvimento esforços foram empreendidos para solidificar o conhecimento de infraestrutura necessário para processar, armazenar e consultar, de maneira eficiente, os conjuntos de dados arqueológicos. Durante esse período, também, começou a amadurecer a ideia de reconstruções tridimensionais métricas, a partir dos planos de escavação, desenhados nos sítios. Contudo, os recursos para o treinamento e as licenças dos pacotes de softwares eram muito caros, além de que a computação tomava muito tempo. A década de 1990 permitiu uma mudança radical nesse cenário, a transformação das tecnologias de jogos de computador pessoal, de jogos baseados, principalmente, em texto para jogos baseados em gráficos, e a introdução do cd-rom, levaram o ensino de simulações digitais para a Arqueologia.

Paul Reilly (1988, 1990, 1992) discutiu a arqueologia virtual e visualização de dados. Em coautoria com Stephen Shennan, em 1989, “*Applying solid modeling and animated three-dimensional graphics to Archaeological problems*” abordou como os dados primários da arqueologia fornecem bases para modelagem e simulação de realidade. Merece destaque, também, nesse período inicial, a publicação de T. Douglas Price e Anne Birgitte Gebauer (1990) “*Adventures in Fugawiland: A Computerized Simulation in Archaeology*”. Essa publicação e programa de computador (Windows-PC) apresenta um mapa de sítios pré-históricos hipotéticos, em que os alunos aprendem os fundamentos da pesquisa arqueológica, permitindo-lhes simular experiências de trabalho de campo. É possível escolher os locais para escavar na tela, examinar o que foi encontrado e responder a perguntas sobre suas descobertas. No livro de exercícios, os alunos aprendem os fundamentos da análise e do trabalho de campo arqueológico, assim como conduzem estudos e preparam um relatório de suas investigações. O trabalho recebeu sua terceira edição em 2002.

Outra revista pioneira na área, a *Internet Archaeology*,⁷ publicada pela primeira vez em 1996, demonstrou o emaranhado entre a Arqueologia Digital e a Arqueologia Pública desde seus primórdios. Nesse sentido, sem dúvida alguma, no contexto nacional, o pioneirismo da Arqueologia Digital deve ser creditado ao professor Ivan E. Rocha (UNESP), que em 1997, encontrou e/ou “escavou” impressionantes “1000 sites de História Antiga e Arqueologia” reunidos em publicação, objetivando acesso aos conhecimentos dispersos em ambiente digital, que naquele contexto histórico não estava amplamente difundido e acessível.

A Arqueologia Digital acompanhou, durante os anos 2000, cada revolução subsequente da web, ou seja, a chamada web 2.0, web 3.0 etc. Emergiram os

7) <https://intarch.ac.uk/>

questionamentos sobre os problemas de treinamento e as questões éticas, sem deixar de abordar questões de infraestrutura (Evans, Daly, 2006; Kansa, Kansa, Watrall, 2011). Em notáveis esforços para promover as transformações na educação por meio de recursos recém-disponibilizados e ferramentas digitais, Evans e Daly (2006) consideraram a Arqueologia Digital como um sinônimo do uso da Tecnologia da Informação e Comunicação. A crítica reflexiva da computação a serviço da arqueologia permitiu abordar visões e práticas coloniais, levantar questionamentos mais intrigantes sobre o passado, assim como criar a conscientização de que nossas ferramentas digitais, seus algorítmicos e vieses podem limitar pontos de vista e/ou impor visões de mundo sobre o passado.

A Arqueologia Digital passou a ter dois significados contrastantes: a arqueologia de materiais digitais e o uso de tecnologias digitais aplicados ao inquérito arqueológico. A primeira, inclui “escavação” de código, análise de informática antiga e interpretação de materiais baseados na web. A segunda, manteve seu foco nas tecnologias digitais que servem ao estudo de sociedades humanas passadas e sua materialidade. Ao invés de uma abordagem específica, o digital, em Arqueologia, passou a ser, predominantemente, sinônimo de método. Mas, a Arqueologia Digital não é meramente sobre o uso de ferramentas digitais.

Costopoulos (2016), em *Frontiers in Digital Humanities*, argumentou que a Arqueologia Digital se constitui como um “estado de normalidade” na prática arqueológica moderna. Fazer arqueologia digitalmente ou a computação em Arqueologia está consolidado há algum tempo entre os arqueólogos. Lincoln Mullen (2017) e Andrew Goldstone (2018) ponderam, contudo, que nosso otimismo atual sobre o ensino de facilidades técnicas é equivocado. As ferramentas digitais em primeiro lugar, contexto em segundo, não funcionam. De igual forma acontece se a teoria vem primeiro. A Arqueologia Digital é um campo da Arqueologia, refere-se à aplicação de várias tecnologias usadas na pesquisa, levantamento e inquérito arqueológico, registro, preservação, restauração, visualização, códigos, informática antiga, materiais da web, e assim por diante. Entretanto, para que qualquer coisa funcione, os conjuntos de dados devem ser cuidadosamente curados e potencializados em seu valor científico e pedagógico (Teixeira-Bastos e Rocha, 2019:131-142).

Existe pouco movimento em direção à criação de uma Arqueologia Digital que possa ser um equivalente disciplinar das Humanidades Digitais. Ferramentas digitais, como bancos de dados, programas estatísticos, Desenho Assistido por Computador (CAD), e os Sistemas de Informação Geográfica (GIS), são parte das ferramentas comuns utilizadas por um arqueólogo, muito além da icônica colher de pedreiro. A tecnologia digital tem sido integrada com sucesso à disciplina, sendo amplamente utilizada por arqueólogos. Nesse sentido, é importante estar envolvido na avaliação crítica de como a tecno-

logia está mudando as formas como estudamos e a maneira como a estamos usando para informar nosso trabalho.

1.2 A Arqueologia Digital faz parte das Humanidades Digitais? O que separa a Arqueologia Digital das Humanidades Digitais?

Sucessora da ideia de “computação de humanidades”, as chamadas Humanidades Digitais, ganharam, na última década, expoente espaço na academia. A Arqueologia Digital se desenvolveu, muitas vezes, entrecruzando caminhos com as Humanidades Digitais. Notadamente, a participação arqueológica na conferência anual do *Alliance of Digital Humanities Organizations* (ADHO)⁸ tem crescido substancialmente. A ADHO, assim como o CAA, tem se reunido desde a década de 1970. Trata-se de uma organização guarda-chuva cujos objetivos são promover e apoiar a pesquisa e o ensino digital em todas as disciplinas de artes e humanidades, reunindo humanistas engajados em pesquisa digital e assistida por computador, ensino, criação e disseminação de conteúdo, em todas as áreas refletidas por seus diversos membros.

Felizmente, não existe uma definição de Humanidades Digitais com a qual todos concordem. Porém, um grupo interdisciplinar, cada vez maior, tenta determinar quem pertence à “grande tenda” das Humanidades Digitais.⁹ As Humanidades Digitais têm tentadoativamente delinear e definir a disciplina (Gold, 2012). Trata-se, então, iminentemente, de um processo emergente e transdisciplinar (Gold e Lauren, 2016). Com o auxílio de um conjunto de ferramentas mais inteligentes, as Humanidades Digitais são uma maneira de perguntar, redefinir e responder questionamentos. Representa o compromisso metodológico de construir coisas como uma forma de saber, abordagens e tentativas ambiciosas de modelar o conhecimento humano. É um termo guarda-chuva usado para descrever a aplicação da tecnologia digital ao inquérito humanístico tradicional. Alcança as relações variadas globais, históricas, geográficas, arqueológicas e as diferentes mídias que criam os significados e conhecimento (Gold e Lauren 2019). Mas, vai além de um vago termo guarda-chuva, emerge, também, enquanto um campo que detém um conjunto discernível de linhas de pesquisa, práticas e metodologias acadêmicas (Champion, 2015; Schreibman, Siemens, Unsworth, 2004, 2016; Fleming, Teixeira-Bastos, Porto 2017).

8) <https://adho.org/>

9) É notável o desenvolvimento das Humanidades Digitais na Linguística. Veja o breve panorama sobre Humanidades Digitais fornecido pelo Grupo de Humanidades Digitais (2009) da USP. O LaViHD – Laboratório Virtual de Humanidades Digitais, atua junto ao C4AI – Centro de Inteligência Artificial da USP na construção do Corpus Aberto para Linguística e Inteligência Artificial. <https://humanidadesdigitais.org/breve-panorama/>

Os arqueólogos, nesse sentido, passaram a se preocupar com o papel do digital em sua própria disciplina. A materialidade possui uma natureza animada por debates multivariados e forças históricas, formada por redes complexas de influência, produção, disseminação e recepção. Representar artefatos, paisagens, mundos imaginados, monumentos históricos e/ou culturais, ou sítios arqueológicos, nos auxilia a aperfeiçoar as experiências em paisagens pretéritas, vividas virtualmente (Burdick *et al.*, 2012, p. 17-20). Auxilia a compreensão dos sistemas de valor e relações sociais. O engajamento público, portanto, é uma característica definidora do trabalho em Humanidades Digitais, uma vez que o trabalho digital deve ser situado em contextos sociais de acesso e controle, nas políticas de poder. As novas tecnologias e mídias desafiam os estudiosos a repensar as formas como pesquisam, escrevem, apresentam e disseminam seus dados e suas inferências interpretativas sobre o passado (Cohen, Rosenzweig, 2005). Contudo, a maioria dos arqueólogos ainda está tão longe da grande tenda que nem conseguevê-la.

As Humanidades Digitais e Arqueologia Digital, existem, portanto, tanto em “termos táticos”, quanto como uma atividade acadêmica. A cunhagem “tática”, “guarda-chuva”, não é simplesmente ceder ao relativismo neopragmático. Em vez disso, procura posicionar as humanidades na vanguarda de certas agendas carregadas de valor, tais como o pensamento orientado para o futuro, a colaboração, interdisciplinaridade, big data, abertura e engajamento público, vínculos entre indústria e educação a distância ou distribuída – enquanto, ao mesmo tempo, permite várias formas de mobilidade intra-institucional à medida que permite diálogo comum entre as mais distintas áreas do conhecimento e ensino universitário (Kirschenbaum 2010: 55-61). As discussões sobre a confluência do digital e o neoliberalismo, além das dimensões éticas do trabalho digital destacam essa agenda (Allington, Brouillet, 2016; Caraher, 2012; Kansa, 2011; Greenspan, 2015).

Porém, existem razões para a divisão entre Humanidades Digitais e Arqueologia Digital. A Arqueologia é uma disciplina muito mais voltada a construção de teorias. Os dados arqueológicos mais complexos e em uma escala muito maior. Os padrões que podem ser usados em humanidades, como o *Dublin Core*¹⁰ para organização de metadados, por exemplo, não podem ser usados em arqueologia, por causa da gama de perguntas feitas devido ao tempo, espaço e abordagem teórica. O foco na teoria e a diferença nos dados mudam a abordagem dos arqueólogos em relação ao uso do digital. Entretanto, definitivamente, as duas disciplinas se sobrepõem no campo da história e dos clássicos.

10) <https://www.dublincore.org/>

1.3 O que separa a Arqueologia Digital do resto da disciplina como um todo?

A “integração” das tecnologias de computação na Arqueologia emergiu sob a égide do modelo de acúmulo e o gerenciamento eficaz de dados arqueológicos, utilizando-se da memória computacional disponível no momento histórico e a velocidade dos processadores, para aperfeiçoar a prática arqueológica, demonstrando o “casamento” perfeito entre a Arqueologia e a Computação (Daly e Evans, 2006, p. 2). No atual mundo globalizado, as ferramentas digitais e geoespaciais, baseadas na Web e de livre acesso, são agora centrais para a realização de pesquisas arqueológicas, em qualquer território ou período. Embora as ferramentas e abordagens digitais devam ser integradas a todos os aspectos do nosso trabalho e permeiem a disciplina como um todo, certos aspectos do digital requerem conhecimento especializado. Adotar uma abordagem digital exigirá, portanto, um conjunto de habilidades diferenciadas.

Entretanto, em vez de ser uma abordagem ou disciplina separada, o digital ocupa função similar àquelas exercidas pelas especializações em cerâmica ou lítico, por exemplo, no inquérito arqueológico. O uso de robustos repositórios e bancos de dados digitais permitem o cruzamento e vinculação de dados entre si, auxiliando a fomentar novas formas de visualização desses dados e ajudando na criação de interpretações mais sutis do passado. Mas, como ora afirmado, a Arqueologia Digital não é o mero uso de ferramentas computacionais para auxiliar ou responder mais eficazmente às questões arqueológicas. Ela é, sobretudo, uma maneira de praticar a inclusão na arqueologia e, por consequência exercer a arqueologia pública.

A Arqueologia Digital do século 21º EC é necessariamente uma arqueologia pública. Essa é a principal diferença dos trabalhos digitais que vieram antes, pois nunca se esqueça, os estudos atuais são precedidos por, pelo menos, meio século de uso inovador do poder computacional para a construção do conhecimento arqueológico (Watrall, 2016). A arqueologia pública se envolve, nesse sentido, com vários públicos onde existem claras diferenças de poder, ela procura promover a conscientização sobre o que é a arqueologia, como ela é feita e por que ela é importante entre os membros do público em geral, além, é claro, de promover o acesso a esse conhecimento, muitas vezes, pouco ou mal difundido.

Evans e Daly (2006) chegam a argumentar que não existe uma arqueologia digital, o que existe, ou pelo menos o que deveria existir, são formas inteligentes e práticas de aplicar o uso de computadores à arqueologia que melhor nos permitam perseguir, tanto nossas questões teóricas, quanto nossas aplicações metodológicas. Embora concorde com a primeira parte desse entendimento, a segunda parte está bastante sujeita a debate. Penso que existe,

sim, algo como Arqueologia Digital e as ferramentas digitais existem em uma malha de obrigações legais e culturais e, mais do que qualquer outra ferramenta ou coisa que os humanos já inventaram. As ferramentas digitais e seu uso não são isentos de teoria, nem sem implicações teóricas. Elas detêm a capacidade de exercer sua própria vitalidade e agência sobre o usuário (e.g., Hodder, 2012; Bennet, 2010).

A Arqueologia Digital não deve ser uma escola distinta de pensamento ou um conhecimento secreto de grupos seletivos; mas sim, simplesmente, vista como uma arqueologia bem-feita, utilizando todas as ferramentas disponíveis para melhor recuperar, compreender e apresentar o passado. Cook e Compton (2018) salientam que existe, sim, uma necessidade de especialização e foco para entender e tirar proveito das complexidades da tecnologia. As tecnologias digitais não são neutras ou passivas e, portanto, o ecossistema tecnológico dentro do qual a Arqueologia funciona deve estar conectado as mudanças paradigmáticas mais amplas. Todas as arqueologias podem ser digitais, mas nem todas as arqueologias são arqueologia digital. Devido seu caráter universal, os arqueólogos devem assumir mais responsabilidade por seus dados digitais, análises e comunicações.

A Arqueologia Digital situa-se, então, dentro das Humanidades Digitais, focada na descoberta e fomento de formas interessantes de pensar sobre um tema. Ela ocupa esse espectro entre a justificação e o que sabemos até aquele momento, “a descoberta mais próxima do fim da descoberta”. Afinal, usamos computadores em Arqueologia há décadas para tentar justificar ou conectar nossos saltos de lógica e o que acreditamos ser verossímil, virtualmente, cobrindo a lacuna entre nossos dados e as histórias que procuramos recontar. Por conseguinte, é necessário levantar o alerta quanto ao “fetichismo tecnológico” e a altivez que o domínio de determinada técnica, muitas vezes, pode causar na pesquisa, especialmente, considerando as questões de “solucionismo tecnológico” ou o utopismo na Arqueologia (Morozov, 2014). O ensino de Arqueologia Digital é lúdico, experiencial e deformativo, insere-se na interseção entre arte, humanidades digitais e arqueologia pública (e.g., Morgan, 2012; Joyce e Tringham, 2007; Tringham e Lopez, 2001; Kansa, 2011). Esse alerta é contra o uso dos conhecimentos técnicos digitais utilizados para obtenção de exclusividades e formação de grupos restritos face ao apelo quanto o amplo engajamento com o digital na Arqueologia.

A Arqueologia Digital tem um componente digital óbvio. No entanto, o aspecto primordial, que a diferencia do uso do poder da computação para responder a questões arqueológicas, é a questão do propósito. Existe uma adição implícita ao tópico dos métodos específicos que diferencia um arqueólogo usando um computador de um arqueólogo que estuda Arqueologia Digital.

Nesse sentido, sempre estamos nos tornando digital. A Arqueologia Digital é, também, sobre a deformação em vez de justificação. Exatamente devido essa prática deformante, a Arqueologia Digital, alinha-se com as formas artísticas de saber. A Arqueologia Digital se entrecruza às Humanidades Digitais e, de muitas maneiras, pressagia os debates e tendências atuais desse campo de atuação. Acima de tudo, a Arqueologia Digital é uma arqueologia pública. Todos esses aspectos da Arqueologia Digital existem ao longo de um continuum.

No restante deste capítulo, procurarei apresentar o estudo de caso de Apollonia-Arsuf, em Israel, demonstrando como essas discussões são empregadas na aplicação de modelagem 3D para esse sítio arqueológico. Essa abordagem leva em conta a arqueologia com sentidos, arqueometria e a arqueologia da luz – aquela relacionada aos diversos usos dos dispositivos de iluminação no período Romano e Bizantino em Apollonia.

2. O Caso de Apollonia Digital – Aplicações de modelagem 3D, Arqueologia da Luz e Arqueologia com Sentidos

O LARP procurou promover e fomentar processos de escaneamento digital e impressão 3D dos artefatos da coleção de clássica pertencentes ao acervo do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. As lucernas romanas serviram a esse propósito.¹¹ Os escaneamentos ocorreram no âmbito do LARP objetivando o compartilhamento e livre acesso ao acervo digital do MAE-USP.¹² Além de artefatos, o acervo digital conta, também, com os primeiros experimentos de fotogrametria e digitalização de sítios arqueológicos no Oriente Médio (Fig.1).¹³ O santuário romano de Pá, em Banias, na Alta Galileia, serviu de caso à aplicação dessas técnicas de campo. Com o aperfeiçoamento das discussões teóricas do LARP, seus níveis tecnológicos e operacionais, outros sítios arqueológicos receberam tratamento semelhante. Este é o caso de Apollonia, um assentamento costeiro de longa duração (*longue durée*) no Mediterrâneo Oriental. O sítio foi ocupado no período calcolítico e Idade do Ferro II em Israel, mas é no contexto do período de ocupação persa que Apollonia se tornou um centro urbano costeiro, sob a hegemonia de Sídon, no Líbano.

Foi durante o período helenístico que o local foi renomeado para Apollonia. Temos evidências de que o deus fenício Reshef já estava sendo identificado com o deus grego Apolo durante o 4º século AEC. Portanto, não é surpreendente saber que o local foi influenciado pela helenização e revolução

11) <https://www.youtube.com/watch?v=ChsqWvW4Sss>

12) <https://sketchfab.com/maeusp/models>

13) <https://sketchfab.com/3d-models/santuário-de-pá-detalhe-banias-israel-a6eb37380354c61b949aad2ff0a873b>

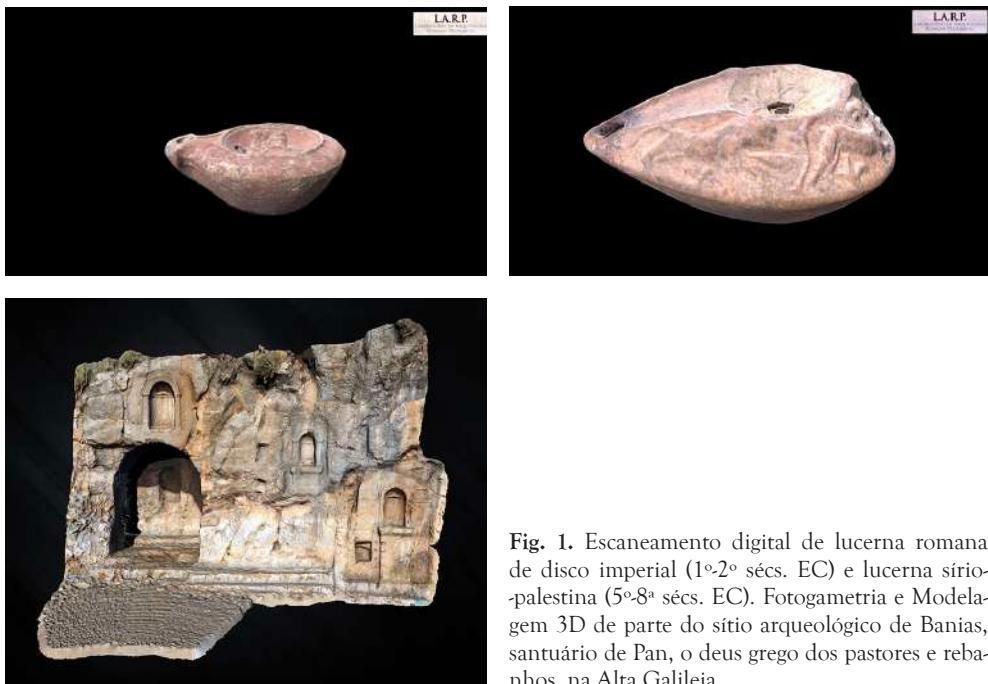


Fig. 1. Escaneamento digital de lucerna romana de disco imperial (1º-2º sécs. EC) e lucerna sírio-palestina (5º-8º sécs. EC). Fotogrametria e Modelagem 3D de parte do sítio arqueológico de Banias, santuário de Pan, o deus grego dos pastores e rebanhos, na Alta Galileia.

linguística da região. Os assentamentos costeiros receberam novas denominações: *Arshoph* tornou-se Apollonia, *Dor* tornou-se Dora e *Jope* passou a ser Ioppe. É no período romano que o local é mencionado pela primeira vez nas fontes escritas históricas. Flávio Josefo lista Apollonia entre as cidades pertencentes aos judeus sob Alexandre Jannaeus, juntamente com Jope. O período romano em Apollonia aparece em fontes literárias como Plínio (N.H., V. 13.69) e Ptolomeu (Geo. V. 15.2.), incluída na *Tabula Peutingeriana* (Weber, 1976, Seção X, 1U), o mapa viário do Império Romano, como uma das estações intermediárias oficiais da *cursus publicus* (rede de estradas imperiais) de Judeia-Palestina (*Iudea/Palaestina*). Listado como *Apolloniade* no mapa, localizado a 18 km de Jaffa e 42 km de Cesareia Marítima. Isso demonstra que o sítio serviu como um trecho oficial da rede rodoviária imperial romana na região. Os vestígios mais significativos da ocupação do período romano no local são, sem dúvida, os de uma típica *mansio* romana, do tipo peristilo, descoberta na Área E, na parte sul do sítio arqueológico.

Cabe aqui estabelecer cronologicamente os marcos de ocupação dessa região, na porção oriental do Mediterrâneo, e tecer um breve comentário sobre a alcunha Palestina. A cronologia e nomenclatura da região, a partir do período romano, está estabelecida conforme segue abaixo:

Palestina Romana – 63 AEC – 324 EC

Romano Inicial – 63 AEC – 70 EC (*Iudea, Judeia*)

Romano Médio – 70 AEC – 135 EC (*Iudea-Palaestina, Judeia-Palestina*)

Romano Tardio – 135-324 EC (Palaestina, Palestina)
 Romano Bizantino – 313-636 EC (Palaestina, Palestina)
 390 EC – Diocese do Oriente
 (Palestina Prima, Palestina Secunda, Palestina Tertia).
 529-530 EC – Revolta dos Samaritanos.
 614 EC – Invasão Persa de Jerusalém
 Islâmico – 636-1099 EC (Palestina)
 636 EC – Domínio Califado de Omar Inicial (conquista Jerusalém
 638 EC; Cesareia 640 EC – Divisão da região: Jordânia (Al-Urdunn) e a Palestina (Filastin).
 691 EC – Monte do Templo (Primeiro e Segundo de Jerusalém) é substituído por Domo da Rocha – Califado de Abd el-Malik
 Cruzadas – 1099-1291 EC – Reino Latino de Jerusalém.
 Mameluco – 1291- 1516 EC (*1500 Portugueses invadem a América do Sul, surgimento do Brasil).
 Otomano – 1517-1917 EC
 Britânico – 1918-1948 EC

O termo Palestina é oriundo do grego Παλιστίνη (Palaistinê), de παλαιστής (palaistês), que significa lutador. Então, Palestina, Παλιστίνη, significa “Terra do Lutador” ou “Terra do Batalhador”. Trata-se do mesmo significado, em Hebraico, de Eretz Israel, אֶרֶץ יִשְׂרָאֵל, ou “Terra de Israel”. Devido, provavelmente, ao mito de origem hebraico, em que Jacó luta com YHWH (יְהוָה, πνεῦμα), e seu nome passa a ser Israel (Gênesis 32:29). A região, portanto, não foi denominada “Terra dos Filisteus” pelos romanos, como o senso comum, muitas vezes, apregoa para o termo Palestina; até mesmo porque, em grego, seria Γη των Φιλισταίων (Gi ton Filistaion) e, em Latin, *Philistine*, de *Philistum* (Filistia ou Filisteia).¹⁴ Nesse sentido, os romanos mudaram o nome da região de Ἰουδαία (Ioudaia); em latim, *Iudaea* para *Palaestina*, Παλιστίνη, como decorrência dos embates e resistência à subjugação, ocorridos na Guerras judaico-romanas, narradas pelo historiador do período Flávio Josefo. A Primeira Guerra Judaico-Romana (66-73 EC), é conhecida como a “Grande Revolta Judaica”.

Após a Grande Revolta, Titus cunhou um número substancial de moedas com o título reverso *Iudaea Capta* (Fig. 2). Sob o domínio de Vespasiano a iconografia das moedas se transforma e a cunhagem passa dos denários de prata para os áureos (*aureus*, em latim, de ouro) com a mensagem *Iudea Recepta* (e.g., Brin 1986; Gitler, Tal 2012; 2020). Usualmente, a palmeira representa o símbolo da Judeia nestas cunhagens (e.g. Teixeira-Bastos e Funari 2019: 89, fig.2).

14) Note a referência de Cicero: “Dionysii mater, eius qui Syracosiorum tyrannus fuit, ut scriptum apud Philistum est, et doctum hominem et diligentem et aequalem temporum illorum” (...) CICERO, De Divinatione. 39. XX, p. 268. https://www.loebclassics.com/view/marcus_tullius_cicero-de_divinatione/1923/pb_LCL154.223.xml



Fig. 2. Sestércio de Vespasiano, 71 EC, com a legenda *Iudea Capta* (Judeia Capturada), a representação de uma mulher (a Judeia) prostrada sob uma palmeira. A figura masculina aparece triunfante, representando Roma. Denário de Tito, 79 EC. O reverso comemora seu triunfo nas guerras da Judeia, representando um cativeiro ajoelhado diante de um troféu de armas. Áureo de Vespasiano (69-79 EC) com a cunhagem *Iudeaea Devicta* (Judeia Derrotada) e *Iudeaea Recepta* (Judeia Recebida) (Wikipedia Commons).

A Guerra de Kitos (115-117 EC), Segunda Guerra Judaico-Romana, sob o imperador Trajano, ocorreu entre os judeus que viviam fora da Judeia, comunidades da Diáspora, em Cirene (Cirenaica), Chipre, Mesopotâmia e Egito. Foi sufocada pelo comandante romano Lúcio Quieto. A Terceira Guerra Judaico-Romana, ou a Revolta de Bar Kokhba (132-136 EC), procurou lograr um estado judeu independente. A região, ainda, testemunhou outras revoltas judaicas, como a “Revolta judaica contra Galo” (351-352 EC), sufocada pelo comandante romano Ursicino. No 5º séc. EC. aconteceram as Revoltas Samaritanas contra o Império Romano-Bizantino. Posteriormente, os judeus se revoltaram, novamente, contra o imperador bizantino Heráclio, em 613 EC.

O caso da edificação romana, uma *mansio* em Apollonia, Israel (Figs. 3-8), apresenta a oportunidade de aplicar técnicas digitais direcionadas ao estudo da luminosidade, visibilidade e acesso ao local votivo do sítio, um pequeno santuário, em estilo de nichos (dois), encontrados no interior do edifício. No latim literário da Roma Antiga, o termo *mansio* tinha o significado de “morada”, “habitação”, “hospedaria”. Uma abordagem que propõe visualizações fotorrealistas 2D carrega o potencial de auxiliar em áreas fenomenológicas de pesquisa, através da arqueologia e senso de lugar; que, por sua vez, incentiva a reflexão sobre os aspectos políticos, sociais e religiosos. Além disso, contribui ao entendimento dos significados do ambiente construído. Combinar o poder e as diversas aplicações das tecnologias de visualização 3D com décadas de pesquisa arqueológica,



Fig. 3. Modelo 3D de elevação de Israel com suas principais regiões geográficas.



Fig. 4. Mapeamento (GIS) dos sítios arqueológicos do período Romano em Israel com destaque para Apollonia na margem oriental do Mar Mediterrâneo.



Fig. 5. Vista da mansio romana de Apollonia, em Israel (Foto: MTB).



Fig. 6. Vista da hospedaria romana em Apollonia, ao fundo as ruínas do muro medieval da cidade. (Foto: MTB).



Fig. 7. Destaque para o principal corredor da edificação (Foto: MTB).



Fig. 8. Perspectiva frontal da edificação romana, note no fundo do corredor principal o nicho esculpido diretamente na rocha matriz (Foto: MTB).

arquitetura romana, cultura, religião e normas sociais, carrega potencial de aperfeiçoamento da percepção que temos da experiência antiga, através dos vestígios arqueológicos (Schoueri, Teixeira-Bastos, 2021, p. 499-518).

2.1. Arqueologia Sensorial e Realidade Virtual no Mundo Romano

Vitrúvio (De architectura: I, II, 7) destacou que o acesso à luz solar era uma das principais considerações no planejamento de uma construção. O antigo arquiteto romano destacou que o posicionamento de cômodos em re-

lação ao sol (ibid. VI, IV, 1) e as estações do ano (ibid. VI, IV, 2) implicam em necessidades funcionais de calor e luz na casa e seus cômodos. Carrié (2017: 14) argumenta que a arquitetura e a luz foram usadas como um dispositivo de filtragem social e como símbolo de poder, autocelebração. Quando consideramos a evidência arquitetônica e de iluminação antiga, deparamos com a constatação de que os interiores sombrios eram, provavelmente, a norma. (Ellis, 1995, 2006). Com efeito, uma forte dependência em dispositivos de iluminação para iluminar espaços internos emergiu na Antiguidade. Nesse sentido, a quantidade e qualidade dos dispositivos de iluminação teriam sido uma indicação clara de riqueza e status na sociedade romana (Griffiths, 2017).

As casas da elite romana contavam com interiores que priorizavam acesso à luz natural, especialmente, em áreas urbanas. Pellini (2015: 1) quando discorre sobre o propósito da Arqueologia Sensorial, argumenta:

“somos seres encorpados, sendo assim, nossa experiência do dia a dia é uma experiência sensorial. Captamos as informações do mundo através dos sentidos. Cores, texturas, aromas, paladares, a sensação de movimento, de calor, de peso, tudo nos é apresentado através dos sentidos, sendo assim, entender como concebemos historicamente os sentidos nos permite entender como concebemos o mundo à nossa volta. A Arqueologia Sensorial busca entender como através da experiência sensorial com a materialidade, construímos nossas histórias, identidades, políticas, cultura e memórias.”

Jay (1996) e MacGregor (1999) concordam que o estudo dos sentidos por meio da arqueologia tem se baseado em uma abordagem muito centrada no visual para as abordagens do passado, fortemente, amparada na visão e no cinestésico, ou seja, a capacidade de movimentar-se em um ambiente. Entretanto, devemos considerar que ambos, tanto a visão quanto o movimento, agem em conjunto com outras experiências corporais que “podem ser manipuladas como um meio adicional para exibir poder pessoal e recursos” (Platts, 2020, p. 2-3). As considerações romanas para luz e dispositivos de iluminação operavam em muitos níveis, especialmente, em termos de função, simbolismo, estética e relações sociais (Ellis, 1995, 2006; Griffiths, 2017; Zarmakoupi, 2011; Dieleman, 2012; Zografou, 2010; Lapp, 2017).

A relação com a luz entre os romanos estava expressa na representação da deusa romana da lareira, Vesta. A lareira, *lararium*, era o altar doméstico, um oratório e santuário romano. Nas habitações pré-romanas, a lareira era colocada no meio da casa ou perto da entrada (Ovídio, *Fasti*. 6.295) e atuava tanto como o coração simbólico da casa (Sofroniew, 2016), quanto uma barreira protetora para guardar “as coisas lá do fundo”, do interior da casa (Gee, 2000: 118). Frequentemente, Vesta era representada como uma chama ardente (Orr, 1969, 1978, p. 1557-1591), com raras aparições em sua forma antropomórfica, figurada em pinturas, estátuas e/ou representações, em lucernas e moedas

(Figs. 9 e 10). Vesta fazia parte do grupo das doze deusas principais (ou maiores), muito antiga, protetora da casa, presidia o fogo no lar doméstico, o centro da casa, e personificava o fogo ceremonial.



Fig. 9. Denário de 60 AEC; no verso Vesta com véu e uma pequena lucerna ao seu lado, o anverso apresenta a deusa togada em pé, segurando outro dispositivo de iluminação (Wikipedia Commons).



Fig. 10. Representação rara de Vesta em forma humana, como a figura central do *Lararium* de uma padaria em Pompeia, 1º século EC (Wikipedia Commons).

Essa relação simbólica com a chama e o divino acabou sendo ligada ao estado romano. *Vesta ignes aeternum* ou “fogo eterno” era mantido aceso por virgens vestais em uma lareira comum (*focus publicus*), para o benefício do povo romano (Stark, 2015; McElroy, 2016). Portanto, Vesta era uma das muitas divindades romanas que serviam simultaneamente aos interesses de famílias individuais e do estado romano. Rasmus Brandt (2010) argumenta que a piedade e o culto evoluíram, na transição da República para o Império, para um conglomerado de obrigações religiosas privadas. O *lararium* tornou-se, então, o palco da piedade individual de cada um, bem como sua lealdade aos seus familiares e a Roma.

O espaço reflete a multiplicidade (interna e externa) das identidades. A constituição das identidades é tanto simbólica quanto social, e as lutas para afirmar as diferentes identidades têm causas e consequências materiais (Woodward, 2003, p. 10). As relações identitárias têm eficácia cultural e produzem situações sociais (Cuche, 2002, p.182-186). A identidade enquanto uma construção social acontece no interior de contextos que delimitam a posição de seus atores,

orientando representações e escolhas. A multivalência de ações e relações dos romanos com a luz e os dispositivos de iluminação influenciou na formação das identidades sociais e nos padrões comportamentais da sociedade romana.

As escavações em Apollonia, Israel, resgataram centenas de lucernas romanas do tipo disco (2º-3ºsécs. EC), associadas à lareira da edificação romana encontrada no sítio. Essas escavações desenterraram lucernas com relevos zoomórficos (galo e touro), o que sugere o sincrético grego-egípcio da divindade Serapis (uma fusão de Apis e Osiris). Possivelmente, Helios/Apolo foi adorado em algum momento durante os períodos de ocupação do edifício (Teixeira-Bastos, 2011). O galo em lucernas esteve, inequivocamente, associado aos deuses e deusas do sol (por exemplo, Zeus, Leto, Artemis e Apolo). Como é o primeiro a saudar o surgimento de um novo dia, o galo esteve sempre associado a um contexto solar. Além disso, ele foi reconhecido como o pássaro sagrado de Helios, devido sua tendência de matar pragas, como ratos e gafanhotos, além de atuar como símbolo reflexo da luz de Helios, repelindo espíritos noturnos e má sorte. A representação de Serápis, em lucernas, por sua vez, está bem documentada, incluindo sua correlação com Helios e adoração ao sol (Budde, 1972, p. 630-642; Derksen, 1978, p. 296-304; Kiss, 1995, p. 137-138; Pavolini e Tomei, 1994, p. 89-130; Podvin, 2003, p. 207-210; Tran tam Tinh, 1970, p. 55-80). O mesmo tipo de iconografia foi descoberto em fragmentos de lucernas escavadas no Santuário de Apolo, em Tiro, Líbano (Bikai, Fulco, Marchand, 1996).

A materialidade está intimamente impregnada de relações sociais, incorporando comportamentos e atitudes do passado. Os artefatos possuem vitalidade e agência, ou seja, a capacidade de angariar ações e demandar comportamentos. Ao analisar o conjunto de lucernas de disco de Apollonia foi possível observar e definir três tipos específicos de fratura nos objetos que puderam ser confirmados nos outros sítios arqueológicos em que o fenômeno foi presente: quebra percussiva direta, quebra percussiva facetada e a quebra percussiva em esquadro (Teixeira-Bastos, 2013, p. 35-48). Diante disso, novas interpretações para o fenômeno da quebra intencional de lucernas em Israel foram propostas (e.g., Teixeira-Bastos, 2011; Tal e Teixeira Bastos, 2012; 2015).

Se o mundo material é criado e manipulado, mais ou menos, livremente por indivíduos, a materialidade é um elemento ativo da constituição do mundo e da constituição das próprias pessoas (Dobres, Robb, 2000, p.12). Artefatos, auxiliam a materializar, restringir e empregar ações (Wobst, 1999, 2000). Sem as coisas materiais não seria possível o desenvolvimento social. Classificações, posições, categorias e estados são todos conceitos entremeados pela ação material (Wobst, 2000, p.47). E, nesse sentido, além de agência, em diferentes escalas, a matéria tem uma vitalidade vibrante (Bennett, 2010). A dependência entre humanos e coisas é instável e indisciplinada (humanos e coisas têm distintas vitalidades)

levando a processos de desvinculação (catalise), em que fenômenos emergentes aparecem e soluções de fixação são buscadas (e.g, Hodder, 2012, p. 158-178).

O senso de lugar envolve muito mais do que uma coleção de objetos dentro de um espaço. Em vez disso, é particular, único, dinâmico e memoravelmente relacionado com outros lugares, povos e eventos (Champion e Dave 2007, p. 10). O senso de lugar e a arqueologia dos sentidos estão sendo cada vez mais aplicados aos estudos de Arqueologia Digital. Isso se deve, em grande parte, ao reconhecimento de que as abordagens fenomenológicas contribuem significativamente para o rigor acadêmico. Nossa experiência como seres humanos é o primeiro passo para reconstruir o passado. Os trabalhos com VR de Pujol-Tost (2019), em Catalhöyük, na Turquia, apontaram que os diferentes elementos dentro da simulação, ou seja, arquitetura, objetos, realismo sensorial e personagens humanos, contribuem de forma significativa para o senso de lugar e aprendizado do usuário (Pujol-Tost, 2019, p. 16; veja também Beacham, 2020; Holtorf, 2017, p. 6).

Inicialmente, o edifício peristilo em Apollonia foi interpretado como uma villa marítima romana devido a artefatos domésticos da segunda fase de ocupação, elementos arquitetônicos e sua localização à beira do penhasco, com vista para o mar, projetando, assim, as qualidades típicas da elite romana de “tranquilidade, privacidade e lazer” (Galor et al., 2009, p. 9) (Figs.11 e 12). Roll e Tal (2008) sugeriram que poderia se tratar do resultado de um processo de romanização isolado, em que um rico comerciante e sua família, encomendaram a construção do edifício no estilo romano na costa.

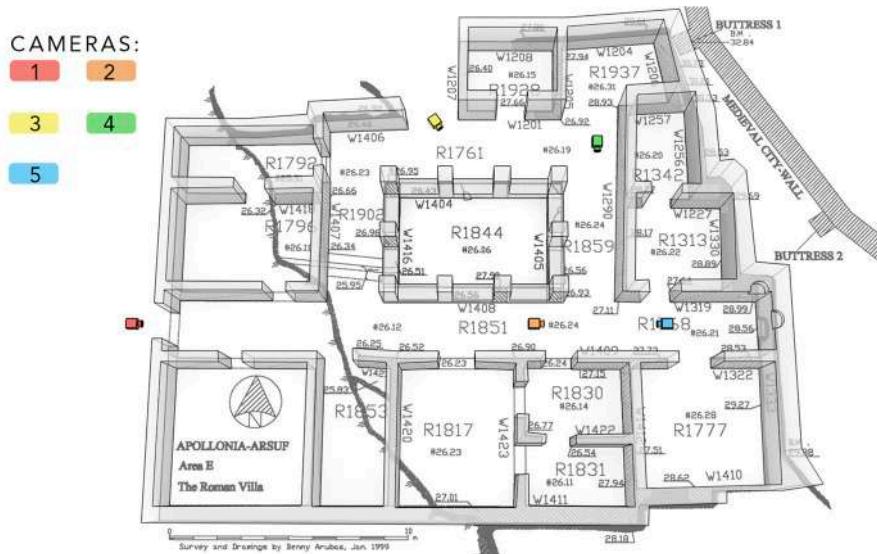


Fig.11. Planta de edificação romana escavada em Apollonia (Área E) com indicação dos pontos de vista (câmeras) no interior da *mansio*, conforme as imagens que seguem abaixo, figs.14-25 (Schoueri, Teixeira-Bastos, 2021).

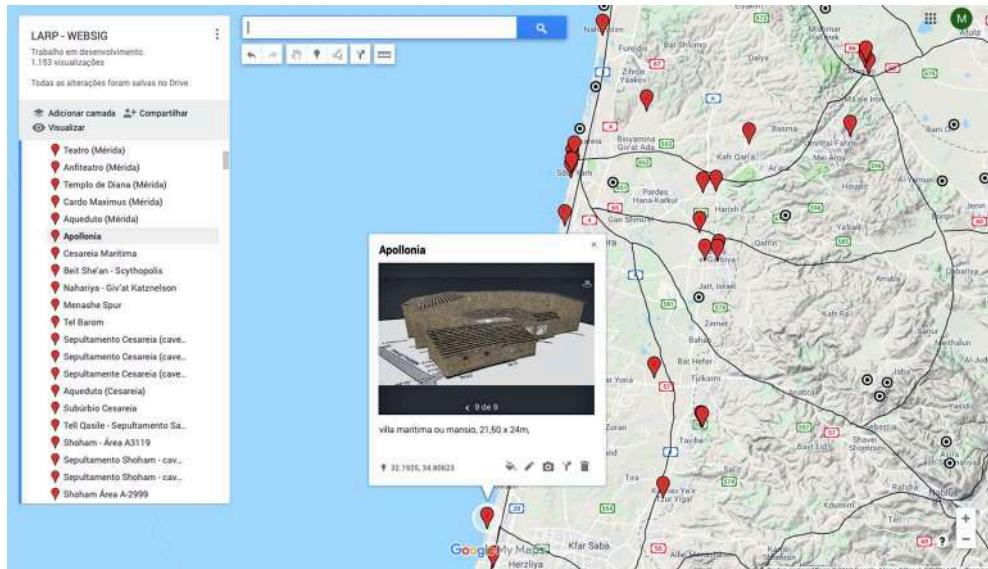


Fig.12. LARP Websig dos sítios romanos em Israel e o modelo de Apollonia Digital.¹⁵

Embora essa hipótese seja plausível, foi abandonada em favor da interpretação revisada dos escavadores e a perspectiva matizada do local, em que Apollonia, em sua fase inicial, foi construída, cerca de 70 EC, ao longo da estrada Jaffa-Cesareia, e, provavelmente, estabelecida nos contextos da Primeira Guerra Judaica. Essa nova interpretação levou em consideração a semelhança de Apollonia em construção, design, cronologia, e as lucernas da edificação do sítio arqueológico de 'Ein ez-Zituna, encontrado ao longo da estrada Caesarea-Legio, que leva de Cesareia Marítima até a Baixa Galileia e o Vale do Jordão (Glick, 2006).

Como Apollonia está igualmente localizada ao longo de uma importante rede rodoviária imperial (Jaffa-Cesaréia), e as lucernas romanas de disco de 'Ein ez-Zituna apresentam a mesma quebra intencional do período posterior (2º-4º EC), a interpretação revisada é que o edifício peristilo foi inicialmente construído e usado por um curto período de tempo como uma estação militar, algum tipo de entreposto para garantir a movimentação e permanência dos romanos no litoral, durante a Primeira Guerra Judaica. Ambos os edifícios peristilo têm o mesmo período de ocupação, o final do primeiro ao início do segundo século EC, e ambas as estruturas foram construídas de acordo com o padrão Pé latino (Teixeira-Bastos 2011: 160; Tal e Teixeira-Bastos, 2012, p. 109; Tal e Roll 2018, p. 314-315).

Esta teoria é corroborada pela tendência de os acampamentos militares romanos serem afastados da influência corruptora da vida civil (MacMullen, 1963). Haverfield (1978, p. 173) descreveu a religião militar como um sistema

15) <http://www.larp.mae.usp.br/websig/>

de observâncias cultuais prescritas para todas as unidades do exército onde quer que tenham estado estacionadas. Speidel e Dimitrova-Milceva (1978: 1546) discutiram a natureza não prescrita e espontânea deste tipo de culto militar, enquanto um apego à unidade militar, bem como, um sentimento de identidade e de pertencimento.

A orientação era de que cada acampamento romano tivesse sempre um *aedes*, santuário sagrado, onde ficariam os estandartes, a águia e um busto ou imagem do imperador. Do 1º século EC ao 4º século EC, um voto sagrado era realizado exclusivamente ao imperador para garantir a lealdade do exército a ele, ao invés de forças pessoais de generais individuais (Frank, 1969). Numerosas festivais para a família imperial e os deuses romanos oficiais eram, também, observados pelas legiões romanas (Fink, Hoey, Snyder, 1940).

Uma infinidade de *Lares* ou *Genii* eram adorados individualmente por soldados, em esferas privadas, incluindo os *Genii centuriae* e os *Genii legionis* (Fig. 13). Devido à natureza semipública do santuário em Apollonia-Arsuf, é mais provável que apenas *Lares* e/ou *Genii militares* oficiais fossem cultuados neste espaço (Schoueri, Teixeira-Bastos, 2021). As principais divindades candidatas ao culto que se estabeleceu na primeira fase de ocupação desse santuário, de acordo com a evidência arqueológica, seriam, Apollo, Serapis, Helios ou Vesta, representada como a luz de chama e como os guardiões do oratório interno da residência ou, ainda, como a chama eterna do estado romano.

Com base nos resultados da renderização de imagens, determinou-se que a visibilidade direta do santuário romano era somente possível a partir da entrada principal, o corredor leste-oeste. Ainda assim, seria necessário iluminação artificial para a devida apreciação do espaço, mesmo durante o dia. Se por um lado os ambientes interiores sombrios não favoreciam a luz natural; por outro, seriam lugares de refresco e alívio, diante das altas temperaturas do Oriente Médio nessa área, com uma média de 29,8 °C, especialmente, no verão sofrendo picos de elevação. Esses e mais fatores podem ter contribuído para a percepção e sensação de um indivíduo ao chegar ou partir deste local remoto, durante o 1º - 2º séculos EC.

Finalmente, o uso de (re)construções experimentais e criativas baseadas nos resultados científicos de escavações fornecem ampla justificativa para a adoção de abordagens analíticas formais e informais de ambientes 3D em sítios arqueológicos em estágio avançado interpretação. Quando executadas com rigor, com base na soma da evidência arqueológica e na literatura antiga e moderna sobre os sítios contextualmente relacionados, as simulações virtuais 3D adicionam uma compreensão diferenciada dos lugares e processos ocorridos. As considerações fenomenológicas contribuem a melhorar a maneira de transmitir as informações, assim como promove interpretações mais refinadas.



Fig. 13. Detalhe do *lararium* de Apollonia iluminado por lucernas em sua fase inicial de ocupação romana (Schoueri, Teixeira-Bastos, 2021).

3. Arqueometria de Lucernas Romano-Bizantinas: A produção cerâmica dos Samaritanos

Vamos, então, refinar um pouco a análise proposta nesse capítulo. Durante o período romano tardio e bizantino, um aumento fundamental no número de tipos regionais de lâmpadas de barro em toda Judeia-Palestina é evidenciado. A vibrante e distante economia de intercâmbios internacionais durante o período bizantino ilustra claramente a correlação entre o aumento da interconectividade e o desenvolvimento de redes (Lavan, 2012). O mercado romano bizantino pode ser visto como um sistema econômico de transações, troca de bens e serviços, mercados fragmentados e desconectados, dentro da estrutura mais restritiva de um estado tributário. Ou, ainda, o mercado enquanto uma rede abrangente de regiões relativamente dependentes das demandas e ofertas comuns. Quando se trata de lucernas, parece que as lâmpadas do tipo Darom refletiam a expressão artística popular local que seguiu as clássicas romanas de disco que gradualmente desapareceram, a partir do 4º séc. EC (Sussman, 2017: 1-8).

A fabricação de lâmpadas de óleo no Oriente Médio ajudou a moldar novas e diferentes entidades culturais após o fim da Revolta de Bar Kokhba (132-135 EC), alterando o equilíbrio das entidades étnicas na região. Durante a 21ª campanha de escavações do *Apollonia-Arsuf Excavation Project*¹⁶ os trabalhos foram estendidos para além do *Apollonia National Park* em direção ao interior da Planície Costeira (Fig. 14)

16) <https://en-humanities.tau.ac.il/apollonia-arsuf-excavation-project>



Fig. 14. Imagem de Satélite de Apollonia com o indicativo da área do Parque Nacional e de Apollonia Nof-Yam.

As escavações de 2012, 2013 e 2017 na periferia do sítio, em Apollonia Nof-Yam, interior imediato, a leste de Apollonia/Bizantina Sozousa, aconteceram em cooperação com *Israel Antiquities Authority* (IAA License No. G-74/2012). Na área CC (a maior área de escavações) foi exposta uma enorme fossa de lixo (diâm. 30 m), datada do final do período bizantino (Fig. 15). A estratificação na área foi uniforme: uma camada superficial de areia cobria uma camada de cacos (espessura máxima ca. 1 m) e uma camada subjacente de aluvião (Fig. 16, 17). A imensa cova continha numerosos artefatos, incluindo vasos de cerâmica, cacos de vidro, resíduos industriais de vidro, objetos de metal e ossos de animais, bem como, mais de 200 lucernas samaritanas a óleo completas e mais de 700 moedas. Embora o poço de lixo seja atribuído à segunda metade do período bizantino, partes dele podem ter sido usadas apenas por curtos períodos dentro desse período (Fig. 18).

Na Área CC2, a escavação encontrou uma parede construída em solo virgem e alinhada ao poço de lixo. A maioria das lucernas escavadas são tipologicamente definidas como feitas por samaritanos ou, principalmente, para uso dos samaritanos (Sussman, 1983; 2017, p. 128-190). Essas lâmpadas surgiram como uma entidade cultural dentro do vácuo de poder criado pelas mudanças das entidades e poder político que controlavam o Império Romano. A presença de lucernas “samaritanas” em grandes cidades bizantinas sugere que judeus, cristãos e outros grupos étnico-religiosos, estavam usando os mesmos tipos de lâmpadas.

As lucernas samaritanas eram feitas de acordo com a parte legal da literatura judaica – a Halacha – com orifício de enchimento totalmente vedado

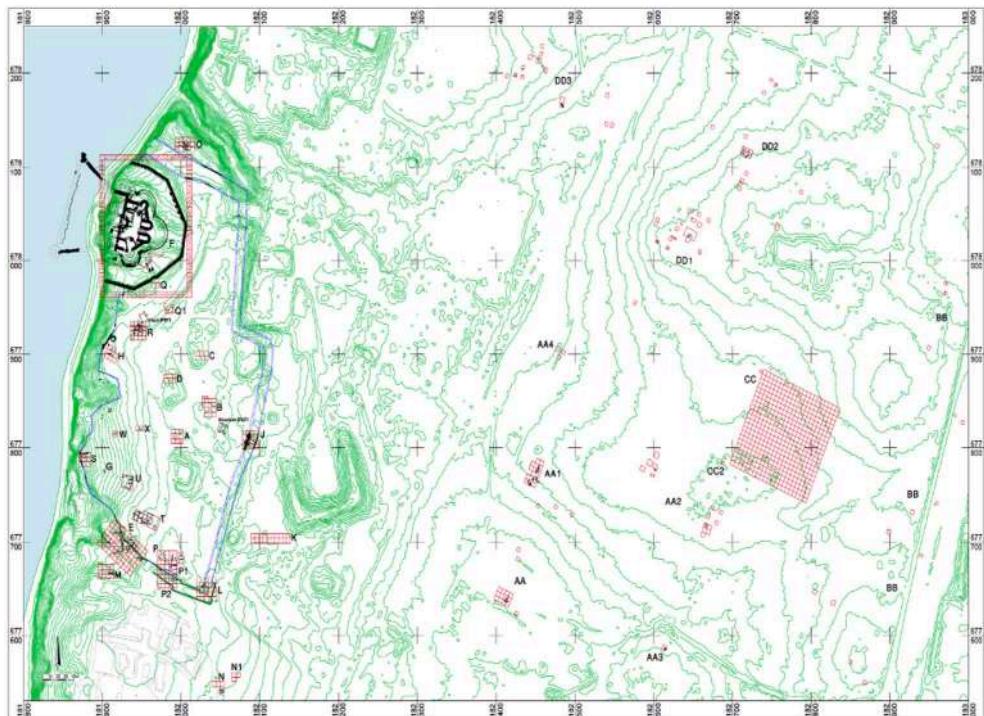


Fig. 15. Planta das áreas escavadas no sítio de Apollonia-Arsuf nas últimas 25 temporadas.



Fig. 16. Vista aérea da escavação da lixeira na Área CC - Apollonia Nof-Yam - com destaque para o croqui da escavação e concentração do material.

durante a fabricação; por conseguinte, uma lâmpada tornava-se somente utilitária após quebrar a vedação do orifício de enchimento (Fig. 19: 1 e 2).

As lucernas “samaritanas” eram fabricadas a partir de dois moldes cujos produtos eram unidos. O fabrico destas lâmpadas com um disco fino e a fundido, que era destinado a ser quebrado para o uso, é uma das principais



Fig. 17. Fotografias das escavações e os achados cerâmicos. Fonte: MTB.

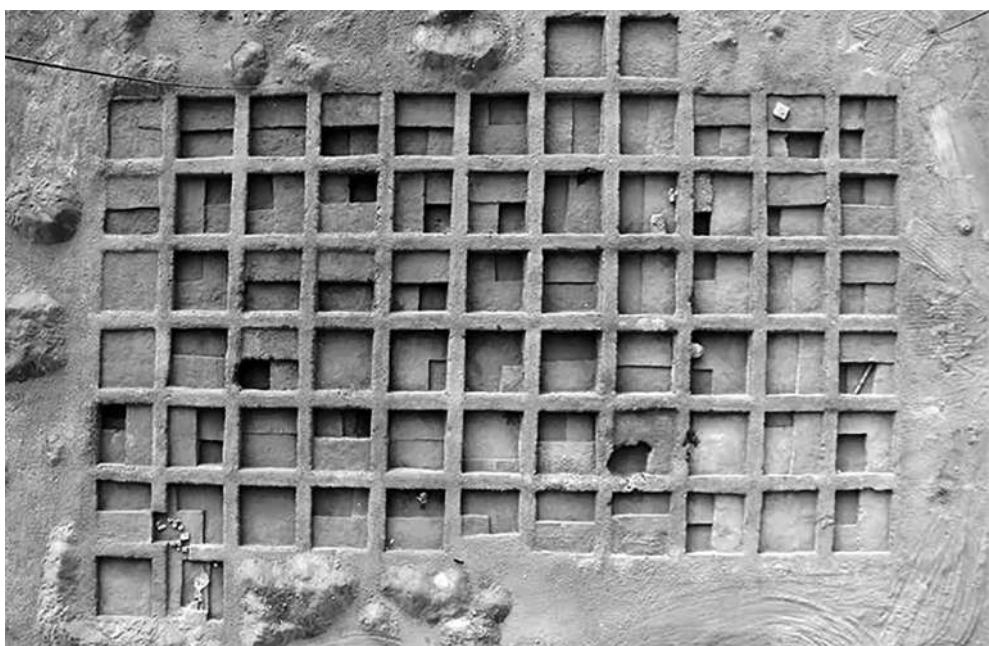


Fig. 18. Fotografia área da escavação total da lixeira na Área CC do sítio de Apollonia.

características de sua produção e identificação como samaritano. Todas essas lucernas foram fabricadas com semelhança em forma, decoração, estilo e com o disco superior completamente plano com um ponto em seu centro – em ambos os lados, partes superiores e inferiores, do corpo das lucernas. A decoração foi incisa no molde superior. Os desenhos (principalmente geométricos)



Fig. 19. Algumas das lucernas samaritanas encontradas na escavação da Área CC, uma produção local do sítio de Apollonia, em período Romano-Bizantino.

cobrem praticamente toda a superfície da parte superior do corpo das peças e este foi, provavelmente, o método mais fácil de decorar os produtos. O disco produzido completamente fechado, com muita probabilidade, está relacionado com a quebra intencional das lucernas romanas de disco, durante o 2º-4º séculos EC, como foi reconhecido nos mais diversos contextos e sítios arqueológicos da época romana (Tal e Teixeira Bastos, 2012; 2015).

As lucernas samaritanas foram descobertas majoritariamente na Área CC de escavação, porém, outras foram encontradas nas Áreas M, N e O. Obviamente, não existe uma tipologia perfeita e as classificações das lucernas apresentadas não poderiam, com certeza, carregar as mesmas ideias e pensamentos daquelas pessoas que as produziram. A tipologia é um dispositivo classificatório para ordenar grandes quantidades de material e simplificar a comunicação e comparação. Os atributos selecionados para definir as lucernas foram baseados no estudo prévio publicado por Sussman (1983; 2017, p. 128-190), com algumas modificações, conforme publicado na análise da coleção de lucernas de contextos funerários (Tal e Taxel, 2015). Os principais elementos decorativos dos grupos estipulados e analisados em Apollonia foram as linhas radiais, escadas, padrões de espinha de peixe, círculos, semicírculos, círculos concêntricos e pontos. Esses padrões são combinados com grande diversidade, dando a cada lâmpada uma aparência e identidade quase particular. Dessa forma,

sete tipos (e alguns subtipos) dos períodos romano tardio, bizantino e cruzado foram identificados. Os tipos 1, 2, 3 e 4 são Tipos de lâmpadas “samaritanas”; o tipo 5 pertence ao tipo de lâmpada “castiçal” e o tipo 6 é de uma oficina desconhecida, mas pode muito bem ser uma lâmpada “samaritana”, apesar da falta de quebra intencional do orifício de enchimento. O tipo 7 pertence ao tipo de lucerna cruzado/mameluco (e.g., Tal, Taxel, Teixeira-Bastos, 2020).

Amostras de 30 lucernas samaritanas e uma tigela de incenso foram selecionadas para análise petrográfica (Iserlis, 2015). Foi constatada uma pequena variedade de matérias-primas na produção das lâmpadas analisadas, reforçando seu caráter de produção local e regional (e.g, Cesaréia Marítima, cf. Teixeira-Bastos 2015, p. 224-250). O ambiente de Apollonia-Arsuf, Tell Qasile, Khirbet al-Ḥadra e Tel Barukh é caracterizado por sedimentos formados por rocha kurkar, solos ḥamra e solos aluvião (Singer, 2007). A identificação de areia calcária e matriz margosa, permitiram a classificação de três tipos de pastas (A, B e C) utilizadas para fazer as lucernas Samaritanas. A matriz das pastas A e B são petrograficamente semelhantes e podem ser identificadas como originárias das proximidades. A diferença entre esses dois grupos petrográficos é a ausência de grãos arredondados a subangulares de quartzo e feldspato até 530 µm (micrômetros) do Grupo B. A matriz e os componentes não plásticos, as inclusões, contidas na pasta C, representam a litologia local de Apollonia-Arsuf, Tell Qasile Khirbet al-Ḥadra e Tel Barukh (Iserlis, 2015, p. 223-224).

A Pasta A é caracterizada pela matriz margosa e foraminífera. O silte (1-3%) inclui, principalmente, quartzo acompanhado por minerais opacos, partículas de plagioclásio, calcita, epídoto e zircônio. As inclusões sedimentares, o material não-plástico, deste grupo (7-30%) inclui grãos de quartzo arredondados a subangulares (5-15%), até 390µm (às vezes até 530 µm), feldspato (1-3%) até 250-330 µm, giz arredondado a sub-arredondado e grãos de calcário (1-3%), até 500-900 µm, (raramente até 2300 µm), e fragmentos de conchas até 300-500µm (raramente até 2300 µm). Às vezes, fragmentos ocasionais de silex e bolas de argila são observados.

A Pasta A e suas inclusões se adequam ao ambiente de Apollonia-Arsuf, Tell Qasile, Khirbet al-Ḥadra e Tel Barukh. Com base no extenso material de referência, no arranjo não plástico da pasta, a areia da Planície Costeira central é identificada. O material do tempero da Pasta A é equivalente ao arranjo mineral do tempero da Pasta C, ou seja, composta por sedimentos de areia ḥamra (areia vermelha e argilosa) do Quaternário na região. Esses sedimentos ocorrem ao longo de toda a Planície Costeira, entre Ashdod e a costa de Carmel. Portanto, são identificados como originários das proximidades. A principal diferença entre essas duas pastas é o margoso ou calcário (e não-feruginoso) da matriz da Pasta A. A qualidade da pasta e sua matriz sugere que

foi coletada a alguma distância do afloramento da marga ou misturado com sedimento aluvião por ceramistas. Os afloramentos de calcário do Eoceno, Turon e Cenoman Superior, de giz e marga, estão localizados a uma distância de 12 a 15 Km dos locais amostrados (Sneh, Bartov, Rosensaft, 1998).

A área a oeste da Sefelá e a leste da Planície Costeira central é coberta por aluviões quaternários e coluviões. Esses sedimentos incluem fortes componentes calcários lavados da Sefelá, a Planície da Judeia, no centro-sul de Israel. A Pasta A é, portanto, um produto de sedimentos aluviais-coluviais margosos e areia costeira adicionada artificialmente. Baseado no mapa geológico e nos estudos petrográficos prévios, esta pasta é identificada como solo aluvial-coluvial da Planície Costeira oriental e parte inferior do sopé da Judeia.

Essas argilas podem ser prontamente associadas com solos aluviais marrons (escuros) (Dan *et al.*, 1977; Wieder e Gvirtzman, 1999, p. 233-234; Brady e Weil, 2002, p. 100-102) da planície costeira, mais presentes em sua porção sul. Embora tais solos também ocorram no interior, as inclusões não plásticas nas amostras apontam claramente para a origem litoral deste grupo. Isso é indicado pela alta frequência e tamanho dos grãos e minerais pesados presentes nas amostras. A escassez de fragmentos de rocha calcária, feldspatos e abundância de areia da praia são outras características gerais das argilas costeiras. O alto componente de silte eólico aliado à presença de areia de praia, em uma textura bimodal, auxiliam a definir esse grupo petrográfico.

O petrogrupo foi caracterizado como “solo marrom escuro” (Ben-Shlomo, 2005, p. 165-166) e “solo aluvial marrom/vermelho com inclusões costeiras” (Stager, Master, Shloen 2011, p. 55-56; Fig. 4.1). Goren argumenta que as pastas cerâmicas que se enquadram nesse petrogrupo são uma forma de solos loess costeiro que foi alterado durante a queima (Goren, Finkelstein, Na'aman, 2004, p. 294-298). O loess é um tipo de solo sedimentar e de cor amarelada, solo fértil formado a partir da ação dos ventos, que possibilita o acúmulo de grãos finos e muito pequenos (20-50 μm) de argila, cálcio, feldspato, quartzo e outros minerais.

Em termos arqueológicos, esse é o petrogrupo mais comum na manufatura de cerâmicas da Idade do Ferro em Ashkelon. Este petrogrupo se estende até Tel Mor, situado 6 km a sudeste de Ashdod. Apontado como uma produção local, foi identificado nas cerâmicas escavadas em um forno do período do Ferro II de ocupação desse sítio arqueológico (Master, 2003, p. 54-55; cf. Ben-Shlomo, 2005, p. 174-175). Esse mesmo petrogrupo foi identificado nas cerâmicas do período do Ferro I-II de Tell eṣ-Ṣafi/Gath e nas proximidades de Kfar Menahem e Tel Miqne/Ekron, onde foram atribuídas como produções locais (Ben-Shlomo, Uziel, Maeir, 2009, p. 2267-2268; Ben-Shlomo, 2005, p. 183-189, Petrogrupo A2; Tabelas 4.11-4.13; Master, 2003,

p. 55, n. 7). Amostras derivadas de solos marrons em Ashkelon e Ashdod são praticamente indistinguíveis, mesmo por análise química (ICP) (Ben-Shlomo, 2005, p. 178; Stager, Master, Shloen, 2011, p. 56). O grupo difere, no entanto, de seus semelhantes costeiros devido a maior presença de areia calcária (calcário, nari e giz), oriundos da região da Sefelá, contendo silex e foraminíferos no corpo de argila. Além disso, a areia de quartzo tende a ser menos esférica e mais angular do que nos outros exemplos costeiros.

A Pasta B é caracterizada, também, pela matriz margosa e foraminífera. O silte (1-1%) inclui quartzo, acompanhado por minerais opacos, partículas de plagioclásio, calcita, epidoto e zircônio. O arranjo não-plástico (1-3%) inclui grãos de giz e calcário (1-3%) até 90 μm e alguns grãos de quartzo arredondados a subarredondados de até 80 μm . A ausência de grãos arredondados a subangulares de quartzo e feldspato até 530 μm como tempero marca a distinção e definição da Pasta B. O grupo B é um produto de solo aluvial-coluvial (Fig. 20).

Já a Pasta C possui a matriz ferruginosa, opticamente ativa e rica em corpos opacos de minerais de ferro. O silte (1-3%) inclui, principalmente, grãos de

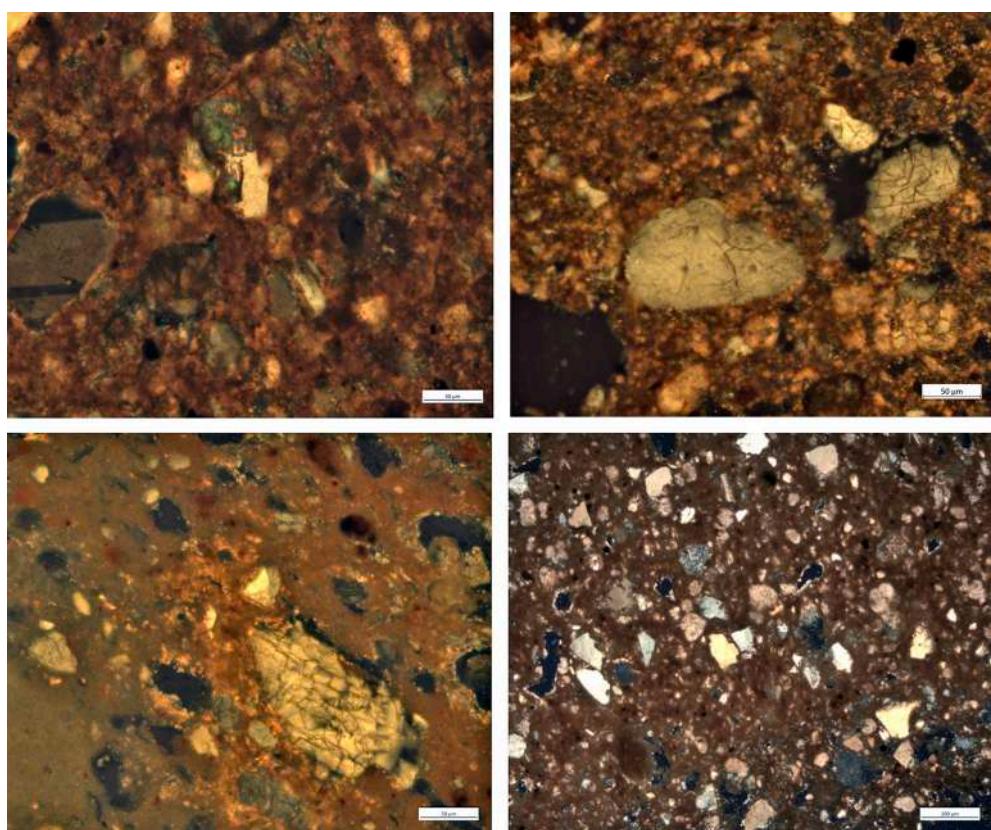


Fig. 20. Fotomicrografias das lâminas cerâmográficas (delgadas) do Petrogrupo da Planície Costeira, central e sul, solo argiloso vermelho/Hamra.

quartzo. Partículas de plagioclásio, calcita, epidoto, rutilo e zircônio também foram observados. O arranjo não-plástico (5–25%) inclui quartzo arredondado a subangular até 400 ou 530 µm (7–15%), feldspato (3–5%, plagioclásio e microclina) até 400–480 µm, partículas de óxido (1–1%), fragmentos de rocha calcária leitosa (1–1%), alguns cristais de calcita e raríssimos fragmentos de silex de até 100 ou 180 µm. Em raras amostras fragmentos de kurkar e concha foram observados. Com base no extenso corpo de material de referência, este grupo petrográfico é identificado como os solos ḥamra do quaternário misturado com areia costeira. Hamra ocorre ao longo da planície costeira entre Ashdod e o Carmelo (Dan *et al.* 1977; Goren, Finkelstein, Na'aman, 2004, p. 292-293; Singer, 2007; Cohen-Weinberger e Goren, 2004, p. 77-78; Gilboa, Cohen-Weinberger, Goren, 2006, p. 307, 310). O solo ḥamra da costa do Carmel contém até 50% de componente calcário (Nir, 1989, p. 12). O solo ḥamra entre Ashdod e Cesareia contém principalmente quartzo. Com base no mapa geológico, dados e pesquisas petrográficas publicados,¹⁷ a matriz e inclusões indicam um ambiente deposicional peculiar à Planície Costeira central (Apollonia-Arsuf, Tell Qasile, Khirbet al-Hadra e Tel Barukh) e seus arredores imediatos (Ravikovitch, 1969; 1981; Sneh, Bartov, Rosensaft, 1998).

O petrogrupo da Planície Costeira central, Israel, conta, então, com solo argiloso vermelho/Hamra. Os solos de Hamra também aparecem esporadicamente mais ao norte, na área entre Akko e Rosh HaNiqrah. No entanto, nas areias costeiras, os grãos calcários e não o quartzo, são o componente dominante. A cerâmica feita de Hamra foi relatada em muitos locais (incluindo locais de fornos) ao longo da porção central do litoral sul do Levante em diferentes períodos (por exemplo, Singer-Avitz, Levy, 1992; Cohen-Weinberger e Goren, 2004, p. 78; Goren, Finkelstein, Na'aman, 2004, p. 293; Cohen-Weinberger, 2006; Gorzalczany, 2006). Amostras de outros locais do Sharon ajudam a identificar a proveniência desse grupo petrográfico. Amostras comparativas foram identificadas em locais na costa do Sharon, principalmente, em Tel Zeror, Tel Ifshar, e em tabuletas de Gezer e Aphek, no leste do Sharon.

3.1. As lucernas e os contextos de descarte de Apollonia no período Romano e Bizantino

As lucernas provenientes das Áreas CC, M, N e O foram encontradas em pequenas (Áreas M, N, O) e grandes lixeiras domésticas e industriais (Área CC). As lucernas foram amplamente utilizadas como oferendas em locais de culto oficiais e não oficiais, incluindo templos, fontes sagradas e outras fontes de água

17) <https://www.levantineceramics.org/>

(muitas vezes incorporadas em templos ou complexos de balneários) e santuários de cavernas, onde foram colocados ou arremessados em locais designados (e.g., Bouras e Parani, 2008; Karivieri, 2010, p. 417-240, 427-429; Zissu *et al.* 2017). Existe consenso entre os estudiosos de que as lucernas de óleo, majoritariamente, feitas de barro, mas feitas também de metal, em menor escala, tiveram um papel bastante central em várias atividades de culto no grande período greco-romano, como evidenciado por materiais textuais e arqueológicos.

Segundo Peña (2007, p.56-57), as lucernas teriam um curto período de uso, as lâmpadas, provavelmente, ficavam saturadas de óleo, tornando-se difícil de manusear e propensas a quedas e quebras, devido às paredes mais finas, característica dessas cerâmicas. Normalmente, permaneciam em uso por um período relativamente breve de tempo, com toda a probabilidade, substancialmente, menos de um ano. Além disso, as lucernas eram baratas, tornando o custo de substituição muito menor se comparado ao da substituição de outros vasos cerâmicos funcionais, tais como os utensílios de mesa e cozinha, transporte ou estocagem.

Em contextos cristãos típicos, lâmpadas e velas tinham um papel central na comunidade do período bizantino e igrejas monásticas, auxiliando a manipular a atmosfera litúrgica e criando um equilíbrio especial entre luzes e sombras. Os romanos foram os primeiros a fazer velas imersas em sebo, começando por volta de 500 AEC. As velas eram comuns e regularmente fornecidas como presentes durante a Saturnália. Entretanto, as lâmpadas de óleo foram a principal fonte de iluminação do período. Esse cenário somente foi alterado após as trocas comerciais mudarem com o colapso do império romano e o azeite, o combustível mais comum para lucernas, ficar indisponível na Europa. As velas, assim, se tornaram mais utilizadas. Porém, o Oriente Médio e o Norte da África, não experimentaram a escassez de azeite e a produção de velas permaneceu relativamente desconhecida (Telesco, 2001, p. 10).

Além disso, as lucernas foram habitualmente usadas em contextos fúnebres comuns, tanto para fins funcionais quanto rituais. Elas foram acesas em túmulos de santos e/ou perto de outros locais sagrados, em frente a ícones de santos (Bouras e Parani, 2008, p. 23-24, 26-29; Nesbitt, 2012, p. 139-160). Foram utilizadas dentro e fora dos túmulos, perto do falecido para homenagear e comemorar os mortos (como no costume judaico da lâmpada/vela da alma) e para iluminar seu caminho para a vida após a morte. Costumes como esses eram comuns entre a maioria dos religiosos e grupos étnicos na época romana e, em particular, na antiguidade tardia. Na Judeia-Palestina esteve, particularmente, relacionado com as práticas tanto de politeístas, como monoteístas, cristãos, judeus e samaritanos (Tal e Taxel 2015, p. 195, 198-199; Bouras e Parani, 2008, p. 22-23).

A evidência literária para oferendas de lucernas descrita por Sozomeno (400 - 450 EC), monge do 5º séc. EC, pode ser seguramente identificada com os numerosos exemplares descobertos no poço sagrado do santuário de Mamre/Terebinto (e.g. Mader, 1954). Práticas rituais de ritos politeístas, pan-religiosos e crenças populares do período romano são arqueologicamente presentes nos sítios de Paneas, um templo (Berlin, 1999, p. 32-36), de Hammat Gader (Coen Uzzielli, 1997, p. 319), banhos, na nascente de 'Ein Tzur, que aparentemente, funcionava como um poço dos desejos (Hirschfeld, 2000, p. 336 a 337), além do seu depósito intencional em lugares pouco acessíveis na Caverna Te'omim (Zissu *et al.* 2017, pp. 111-130).

Evidências textuais e arqueológicas para tais atividades indicam que inscrições com textos mágicos, *defixiones*, acompanharam as lucernas, assim como a presença de moedas, no caso da Fonte de Anna Perenna, Termas de Diocleciano, Roma (Fig. 21), e de Apollonia Nof-Yam. Em outros casos, as lucernas foram iluminadas com pavios feitos de materiais incomuns e/ou outros tipos de óleos. Os papiros mágicos gregos do Egito, frequentemente, se referem à prática de acender uma lâmpada e rezar ou recitar um texto de adivinhação para ela (e.g., Karivieri, 2010, p. 416-420). Berlin (1999, p. 36-37), atribuiu uso semelhante às numerosas lucernas votivas encontradas na última fase (3º-5º séculos EC) dos templos de Paneas, na Alta Galileia.

Deve-se, então, notar que as lucernas estavam envolvidas com a liconomancia - adivinhação em rituais de sacrifício. Os deuses ctônicos ou espíritos do mundo subterrâneo eram convocados com a ajuda da luz e das lucernas para profetizar e enviar sonhos, assim como doenças (Karivieri, 2010, p. 416). Esses ritos, que eram praticados por uma variedade de grupos religiosos, poderiam ter ocorrido, praticamente, em qualquer lugar; e, especialmente, em locais de culto doméstico designados e outros contextos.

Conforme os esforços das pesquisas que abordaram os aspectos socioeconômicos e comportamentais do descarte na região nesse período (Tal e Taxel, 2012; Tal, Taxel, Jackson-Tal, 2013; Taxel *et al.*, 2018, p. 132-155), foi sugerido que os depósitos de lixo devem ser incluídos entre os locais onde as lâmpadas eram utilizadas em múltiplos propósitos, incluindo os mágicos e de culto (Tal, Taxel, Teixeira-Bastos, 2020, p. 167). Pelo menos dois lixões ricos em lucernas acumuladas dentro de estruturas abandonadas dos períodos romano tardio e bizantino foram escavados em Horvat Migdal/Tsur Natan (Matthews, Neidinger, Ayalon, 1990, p. 26, fig. 28).

Um deles foi parcialmente escavado, o Balneário do período bizantino, em Baqa el-Gharbiya, onde foram encontradas cerca de cinquenta lucernas, em sua maioria completas, dos 5º e 7º EC, cobertas por depósitos de lixo. Em Kefar Sava, um grande depósito de lixo foi encontrado com inúmeras lucernas comple-

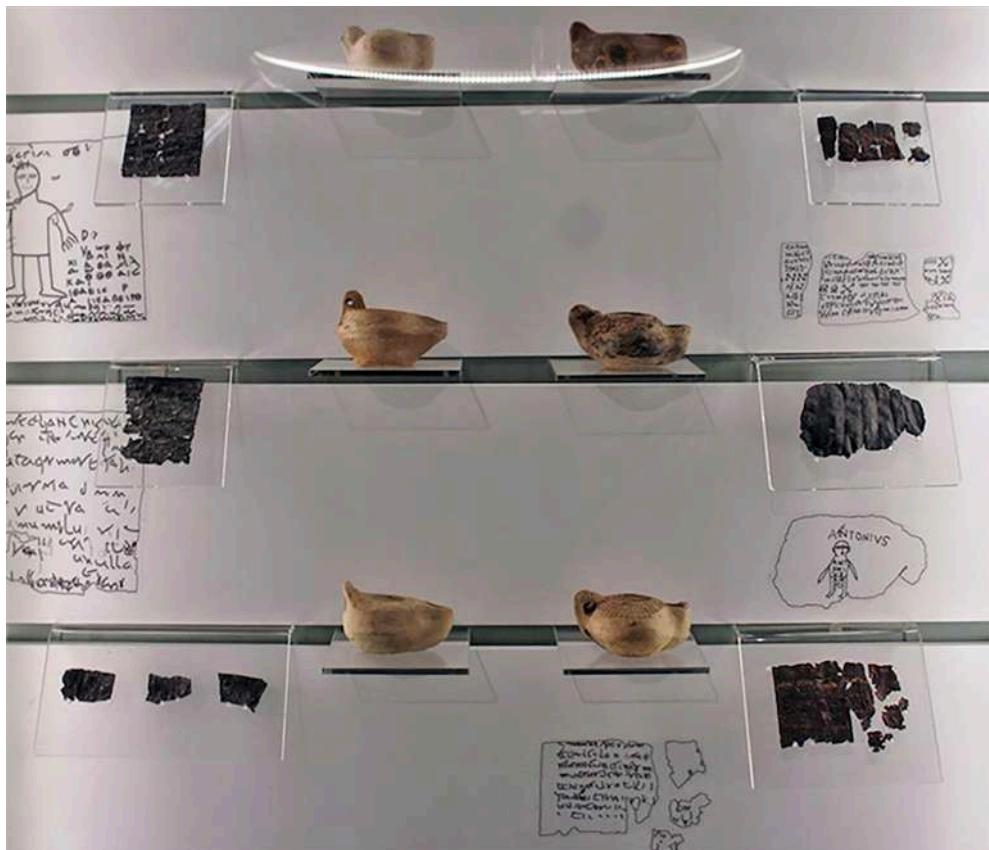


Fig. 21. Lucernas votivas com *defixiones* da Fonte de Anna Perenna, Museo Nazionale Romano, Termas de Diocleciano, Roma. Nesse contexto, as moedas também foram encontradas associadas aos rituais. (Fotos: MTB).

tas, incluindo duas com orifícios de enchimento selados, originalmente intactas (Ayalon, 1998, p. 114-116, fig. 11). Em Mishmar David, um grande depósito de lixo, do início do período islâmico inicial (meados do 7º século a meados do 8º século EC), que se acumulou ao longo de estruturas abandonadas, renderam cerca de uma dúzia de lucernas completas ou quase completas. Em um espesso depósito de lixo do mesmo período, escavado nas margens do sudeste de Yavneh,

mais de vinte lucernas completas ou quase completas foram encontradas; algumas nunca usadas antes de serem descartadas. Em poucos casos o descarte foi devido a defeitos de produção. As escavações revelaram evidências de uma indústria local de lâmpadas (Tal, Taxel, Texeira-Bastos, 2020, p.168).

No próprio sítio arqueológico de Apollonia, inúmeras lucernas, muitas vezes completas, foram encontradas nos contextos das ruínas romanas e lixeiras do período bizantino, em distintas áreas do sítio e arredores. A descoberta de muitas lucernas no depósito de lixo de Apollonia Nof-Yam, um dos maiores depósitos de lixo já escavados na Palestina de forma sistemática e controlada, reforça a ideia de incluir os contextos de descarte entre os lugares em que múltiplos propósitos mágicos e de culto tiveram ocasião com o auxílio de lucernas. Entre os exemplos notáveis dos contextos de descarte de Apollonia estão as lucernas romanas de disco, intencionalmente quebradas, das quais mais de 30 peças foram desenterradas completas. Elas foram escavadas na Área E (sul), logo abaixo do muro de fortificação medieval meridional, majoritariamente provenientes de um lixão (de ca. 20 m de diâmetro e 5 m de profundidade) que se acumulou sobre o edifício romano, a *mansio*, datada do final do 1º e 2º século EC. Um grupo de cerca de 90 lucernas “samaritanas” foi encontrado em outro poço de lixo (ca. 4 m de profundidade e pelo menos 4 m de diâmetro), localizado a leste do portão da cidade medieval. Contudo, este foi alvo de saques, pois a maioria das lucernas recolhidas nesta lixeira estava nas mãos de um colecionador particular (Sussman, 1983).

Mas por que lixeiras? Aparentemente, ao longo da história humana (incluindo as sociedades atuais), as pessoas tiveram uma atitude complexa e um tanto ambivalente em relação ao lixo e excrementos de animais e humanos. Por um lado, as pessoas evitam ficar perto de lixões e outros locais provisórios ou terminais de acúmulo de lixo. Por outro lado, vários componentes dos resíduos podem ser tratados como altamente úteis, como fonte de materiais dignos de reutilização e reciclagem, como fertilizantes em terras agrícolas e como ingredientes em certas indústrias, como, por exemplo, nos curtumes.

O mapeamento das lucernas intra-sítio, dentro do lixão escavado na Área CC, revelou que a concentração das lucernas em lugares/loci centrais do lixão (E9/Locus 30082; F6-F9/Loci 30060, 30061, 301131, 30160; G6-G7/Loci 30063, 30071), é maior do que o número de lucernas encontradas nas áreas circundantes do lixão. O fato de a lixeira ter (quase) um único grupo de lucernas, as “Samaritanas”, juntamente, com a quase ausência de ossos de porco, e a presença de dois anéis samaritanos inscritos, sugerem que o lixão foi usado, principalmente, por uma população samaritana. Contexto similar ao evidenciado, por exemplo, no lixo desenterrado do tanque de coleta do lagar descoberto na Área O, atribuído à presença samaritana no local (Tal, 2009).

Dessa forma, Tal, Taxel, Teixeira-Bastos (2020) são da opinião que essas lâmpadas não poderiam representar um descarte comum de material inutilizável, e argumentam que a explicação para esse fenômeno está no domínio de uma prática comportamental negligenciada em que três cenários possíveis foram sugeridos. O primeiro enquanto um repositório dos pertences pessoais de indivíduos falecidos entre os habitantes da cidade que teriam sido descartados devido ao medo da impureza ou por outros motivos (não enterrados com os mortos ou mantidos por seus parentes). Os judeus e, provavelmente, os samaritanos consideravam impura as vasilhas de cerâmica que tivesse algum contato com a menstruação das mulheres, por exemplo, devido a pessoalidade do objeto. Tal cenário explicaria a existência de outros acessórios pessoais típicos no lixão, entre eles os dois anéis samaritanos com inscrições.

No segundo cenário, o descarte das lucernas seria enquanto um repositório de antigos itens religiosos ou de cultos que estavam em uso na(s) sinagoga(s) samaritana(s) da cidade, e foram descartados por necessidades religiosas ou práticas. Claramente, esta interpretação borra os limites entre o sagrado e a natureza mundana das lucernas. Por fim, o terceiro cenário seria aquele em que as lucernas despejadas seriam os restos materiais de um ritual mágico, talvez baseado em alguma prescrição ou tipo de receita, cuja prática foi realizada na área de lixão – notadamente, embora não exclusivamente, executado por magos, ou feiticeiros, profissionais. Nesse caso, a especulação nos permite atribuir um significado especial para algumas lâmpadas descartadas/depositadas nesse lixão. As lucernas poderiam ter sido usadas e/ou foram acesas enquanto um texto de adivinhação era rezado ou recitado, conforme descrito nos papiros mágicos gregos do Egito; ou poderiam ter sido usadas como recipientes para substâncias (orgânicas) que iriam se decompor, semelhante ao encanto da inscrição de Genizah.

O texto de Genizah, do Cairo, é uma recitação mágica escrita em eloquente aramaico palestino. Embora datado do início do século 10ºséc. EC, este texto é, provavelmente, a cópia de uma prescrição antiga, aparentemente tardia, que se originou na Palestina. Lê-se:

Um amuleto para o espírito TBHYTH matar [da raiz TBH]. Pegue uma nova vasilha [QDWRH הַרְוֹדָה] e coloque nela sal e vinho e [mais dois ingredientes] de uma videira e enterre-a em um monturo [BQYQLH DZBL] e escreva sobre ele: 'YSTH QYQLY, o anjo, eu te conjuro [pelo] nome e pelo que tudo vê e santo que desceu do céu e disse: cerque a árvore e destrua-a" [Daniel 4:20], assim você deve cercar [e destruir] e prender as nádegas de NN, de suas nádegas [para o coração] e de seu coração para a cabeça, e será subjugado e humilhado até que QWST', o anjo, virá e o soltará.

De fato, esta recitação refere-se, especificamente, a uma vasilha (QDWRH; aparentemente uma cópia incorreta da versão mais comum

QDYRH/ (הדריך), uma vez que um vaso, relativamente, grande e de volume considerável era necessário neste caso. Ainda assim, o uso intensivo de lucernas em rituais e atividades mágicas, tão profundamente enraizada no mundo mediterrâneo oriental na época romana e bizantina, permite a sugestão de que as lucernas eram igualmente usadas para ritos mágicos do tipo descrito acima no texto do encanto de Genizah. Cada um desses cenários pode ter sido associado a um número excepcional de moedas escavadas nesse lixão, desempenhando um papel na prática ou nos rituais. Todos os cenários descritos são válidos e podem ter ocorrido individualmente ou mesmo em conjunto.

4. Conclusão

Após 25 temporadas de escavações contínuas, o sítio de Apollonia-Arsuf produziu um elevado número de lucernas completas de três depósitos consideráveis. A primeira lixeira, em que cerca de noventa lucernas “samaritanas” foram descobertas, em meados da década de 1970, está localizada a leste do portão da cidade medieval; no entanto, foi escavado ilicitamente e publicado seletivamente, não nos permitindo ir além de uma tipologia primária das peças (Sussman, 1983).

A segunda lixeira, é a da Área E (sul), escavada de forma intermitente entre 1980 e 2000, com cerca de 30 lucernas romanas de disco completas descobertas que se acumularam no topo de uma *mansio* romana, datada do final do 1º século e início do 2º século EC. Essa área foi intensivamente estudada e os seus resultados publicados, incluindo as interpretações e simulações 3D da primeira fase de ocupação romana que foram discutidas nesse capítulo (Teixeira-Bastos, 2011; Schoueri e Teixeira-Bastos, 2021; Schoueri, 2023, neste volume), até as análises sobre o fenômeno da quebra intencional das lucernas romanas de disco (Tal, Teixeira-Bastos, 2012; 2015). A terceira lixeira é aquela escavada na Área CC, em que cerca de 130 lucernas “samaritanas” completas foram descobertas. A função das lâmpadas como utensílios de iluminação levou ao seu uso como oferendas votivas, podendo ser colocadas ou arremessadas em locais designados para fins funcionais ou rituais. As lucernas foram usadas por monoteístas e politeístas nos períodos romano e bizantino. Muitos aspectos do uso das lucernas e luzes foram tratados na literatura científica lidando com distintos períodos e locais. No entanto, a função das lucernas nos lixões foi tratada, pela primeira vez, nos resultados das pesquisas arqueológicas em Apollonia Nof-Yam (Tal, Taxel, Teixeira-Bastos, 2020). Sem dúvida, o encaminhamento de uma pesquisa de natureza pós-processual sugere, além da interpretação do descarte utilitário, outro aspecto negligenciado em relação a presença de lucernas nos lixões da antiguidade tardia.

Como procurei demonstrar nesse capítulo, o conjunto das abordagens teórico-metodológicas aplicadas na pesquisa arqueológica no Oriente Médio, exemplificadas nos estudos de caso em Apollonia, Israel, em seus diferentes contextos de ocupação e períodos, apresentadas no decorrer desse texto, permitiu o emprego eficaz da Arqueologia Digital, promovendo discussões enriquecedoras sobre as Humanidades Digitais e as simulações 3D. A Arqueologia Digital carrega o caráter de Arqueologia Pública. O emprego de Arqueometria nos estudos cerâmicos do sítio arqueológico, contribuiu com sólidos resultados para o avanço do conhecimento do período Romano e Bizantino na região. Certamente, a produção local de lucernas samaritanas, identificada pela petrografia cerâmica, esteve emaranhada não somente em questões práticas de iluminação, mas, também, em relações ambientais, geográficas, etno-religiosas identitárias, rituais e mágicas, evidenciadas no registro material desse sítio arqueológico.

Bibliografia

Documentação textual

FLAVIO JOSEFO.

Obras completas. Introdução e tradução direta do grego de Luis Farré. Buenos Aires, Acervo Cultural, 1961.

BIBLIA HEBRAICA.

Baseada no Hebraico e A Luz do Talmud. Trad. David Gorodovits e Jairo Fridlin. 2^a ed. São Paulo: SEFER Editora, 2006.

BIBLIA DE JERRUSALÉM.

São Paulo: Paulus, 4^a ed., 2006.

BIBLIA SAGRADA.

Trad. João Ferreira de Almeida. Versão Revista e atualizada, 2^a ed. São Paulo: SBB., 1996.

OVID, F.; OVID, J. G.

Ovid's Fasti. London: Heinemann, 1931.

Referências

ALLINGTON, D.; BROUILLETTE, S.

Neoliberal Tools (and Archives): A Political History of Digital Humanities. Los Angeles, California: LA Review of Books, 2016.

AYALON, E.

Ancient Kefar Sava in the Light of Recent Excavations. 'Atiqot. Jerusalém, XXXIV. p. 107-120, 1998.

BAKOS, M.

Como o Egito chegou ao Brasil. In: BAKOS, M. *Egiptomania: O Egito no Brasil*. Rio de Janeiro: Paris Editorial, 2004, p. 15-28.

- BEACHAM, R.
I dreamt I dwelt in marble halls. In: FORTE, M.; MURTEIRA, H. (Eds.) *Digital cities*. Oxford: Oxford University Press, 2020, p. 42-61.
- BENNET, J.
Vibrant Matter: A Political Ecology of Things. Durham, NC: Duke University Press, 2010.
- BEN-SHLOMO, D.
Material culture. In: DOTHAN, M.; BEN-SHLOMO, D. Ashdod VI: Excavations of Areas H and K (1968–1969). *Israel Antiquities Authority Reports 24*. Jerusalém, p. 63-246, 2005.
- BEN-SHLOMO, D.
Petrographic Analysis of Iron Age Pottery. In: GARIJINKEL, Y.; GANOR, S. (Eds.). *Khirbet Qeiyafa Vol. 1. Excavation Report 2007–2008*. Jerusalem: Israel Exploration Society, 2009, p.161-173.
- BERLIN, A. M.
The Archaeology of Ritual: The Sanctuary of Pan at Banias/Caesarea Philippi. *BASOR*. Alexandria, Virgínia, 315, p. 27-45, 1999.
- BIKAI, P. M.; FULCO, W. J.; MARCHAND, J.
Tyre: The shrine of Apollo. Amman: The National Press, 1996.
- BOURAS, L.; PARANI, M. G.
Boyd Lighting in Early Byzantium. *Dumbarton Oaks Byzantine Collection Publications*. Washington, D.C., 11, 2008.
- BRADY, N. C.; WEIL, R. R.
The nature and properties of soils. New Jersey: Pearson Education Inc., 13th edition, 2002.
- BRANCAGLION JR., A.
Coleções egípcias no país. In: BAKOS, M. *Egiptomania: O Egito no Brasil*. Rio de Janeiro: Paris Editorial, 2004, p. 29-42.
- BRIN, H. B.
Catalog of Judaea Capta Coinage. London: Emmett Publishing Company, 1986.
- BUDDE, L.
Julian-Helios Sarapis und Helena-Isis. *Archäologischer Anzeiger*. Berlim, 87(4), p. 630-642, 1972.
- BURDICK, A.; DRUCKER, R. J.; LUNENFELD, P.; PRESNER, T.; SCHNAPP, J.
Digital Humanities. Massachusetts: The MIT Press., 2012.
- COEN-UZZIELLI, T.
The oil lamps. In: HIRSCHFELD, Y. (Ed.) *The Roman baths of Hammat Gader: final report*. Jerusalem: Israel Exploration Society, 1997, p. 319-346.
- COHEN-WEINBERGER, A.; GOREN, Y.
Levantine-Egyptian Interactions during the 12th to the 15th Dynasties Based on the Petrography of the Canaanite Pottery from Tell el-Dab'a. *Ägypten und Levante*. Viena, 14, p. 69-100, 2004.
- COHEN-WEINBERGER, A.
Petrographic Results of Selected Fabrics of the Late Bronze Age and Iron Age I from Tel Batash. In: PANITZ-COHEN, N.; MAZAR, A. (Eds.) *Timnah (Tel Batash) III: The Finds from the Second Millennium BCE. Qedem*. Jerusalem, 45, p. 16-21, 2006.
- COOK, K.; COMPTON, M. E.
Canadian Digital Archaeology: On Boundaries and Futures. *Canadian Journal of Archaeology*. Alberta, 42(1), p. 38-45, 2018.

- CHAMPION, E.; DAVE, B.
Theorizing digital cultural heritage. In: CAMERON, F.; KENDERDINE, S. (Eds.) *Theorizing digital cultural heritage*. Cambridge: MIT Press, 2007, p. 1-12.
- CHAMPION, E.
Critical Gaming: Interactive History and Virtual Heritage. Burlington: Ashgate Publishing Company, 2015.
- CARAHER, W.
Archaeological Glitch Art. The Archaeology of the Mediterranean World. Mountain View: Wordpress.com, Freshly Pressed, 2012.
- CARRIÉ, J.-P.
Lighting the good life: The role of light in the aristocratic housing system during late antiquity. In: PAPADOPoulos, C.; MOYES, H. (Eds.) *The Oxford handbook of light in archaeology*. Oxford: Oxford University Press., 2017, p. 1-17.
- COHEN, D. J.; ROSENZWEIG, R.
Digital History: A Guide to Gathering, Preserving, and Presenting the Past on the Web. Filadelfia: University of Pennsylvania Press; Illustrated edition, 2005.
- COSTOPOULOS, A.
Digital Archeology Is Here (and Has Been for a While). *Frontiers in Digital Humanities*. Lausanne, Suisse, 3 (4), 2016.
- CUCHE, D. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 2002.
- DALY, P. T.; EVANS, T. L.
Introduction: Archaeological Theory and Digital Pasts. In: EVANS, T. L.; DALY, P. T. (Eds.) *Digital Archaeology: Bridging Method and Theory*. London; New York: Routledge, 2006, p. 2-7.
- DAN, J.; YAALON, D.H.; KOYUMDJISKY, H.; RAZ, Z.
The Soils of Israel (with Map 1:500,000) (*Israel Ministry of Agriculture Bulletin* 168). Bet Dagan, 1977.
- DE CASTILHO, A. T.
Homenagem Robert Henri Aubretton. *Alfa, Revista de Linguística*. São Paulo, v. 4, p. 133-137, 1963.
- DEETZ, J.
The Dynamics of Stylistic Change in Arikara Ceramics. Urbana: University of Illinois Press, 1965.
- DERKSEN, J. J. V. M.
Isis and Serapis on lamps from North Africa. In: BOER, M. D.; EDRIDGE, T. A. (Eds.) *Hommages à M.J. Vermaseren*. Leiden: Brill, 1978, p. 296-304.
- DIELEMAN, J.
Coping with a difficult life: Magic, healing, and sacred knowledge. In: RIGGS, C. (Ed.) *The Oxford handbook of Roman Egypt*. Oxford: Oxford University Press., 2012, p. 337-361.
- DOBRES, M.A.; ROBB, J.E.
Agency in Archaeology. London/New York: Routledge, 2000.
- EITELJORG II, H.
Computing for Archaeologists. In: SCHREIBMAN, S.; SIEMENS, R.; UNSWORTH, J. (Eds.) *A Companion to Digital Humanities*. Nova Jersey: Wiley-Blackwell, 2004.
- ELLIS, S.
Lighting in late Roman houses. In: COTTAM, S.; DUNGWORTH, D.; SCOTT, S.; TAYLOR, J. (Eds.) *TRAC 94: Proceedings of the Fourth Annual Theoretical Roman Archaeology Conference, Durham 1994*. Oxford: Oxbow Books, 1995, p. 65-71.

- ELLIS, S.
Shedding light on late Roman housing. *Late Antique Archaeology*. Leiden: Brill, 3(2), 2006, p. 283-302.
- EVANS, T. L.; DALY, P. T. (Eds.)
Digital Archaeology: Bridging Method and Theory. London; New York: Routledge, 2006.
- FLEMING, M. I. D. A.
Aplicação da arqueometria no estudo de coleções arqueológicas. *Revista CPC* (USP). São Paulo, v. 6, p. 5-15, 2008.
- FLEMING, M. I. D. A. (Org.)
Perspectivas da arqueologia romana provincial no Brasil. 1. ed. São Paulo: Annablume Editora / FAPESP, 2015.
- FLEMING, M. I. D. A.; TEIXEIRA-BASTOS, M.; PORTO, V. C.
Arqueologia Clássica e as Humanidades Digitais no Brasil. *Cadernos do LEPAARQ* (UFPEL). Pelotas, v. 14, p. 10-28, 2017.
- FLEMING, M. I. D. A.; MARTIRE, A. S. (Orgs.)
Humanidades Digitais e Arqueologia O Desenvolvimento de O Último Banquete em Herculano. 1. ed. São Paulo: MAE-USP, 2019.
- FINK, R. O., HOEY, A. S., SNYDER, W. F.
The feriale duranum. In: HARMON, A. M.; BELLINGER, A. R.; ROWELL, H.T., FINK, R. O. (Eds.) *Yale classical studies*. London: Cambridge University Press, Vol. 7, p. 1-222. 1940.
- FRANK, R. I.
Scholae Palatinæ. The palace guards of the later Roman empire. *American Academy, Papers and monographs of the American academy in Rome*. Rome, XXIII, 1969.
- FUNARI, P. P. A.
Arqueologia. São Paulo: Ática, 1987.
- FUNARI, P. P. A.
Reflexões sobre a mais recente teoria arqueológica. *Revista de Pré-História*. São Paulo, 7, p. 203-9, 1990.
- FUNARI, P.P.A.; TEGA, G.
Arqueologia, do Imperialismo à Inclusão Social. *Expressa Extensão*. Pelotas, v. 19, n. 1, p. 17-27, 2014.
- GALOR, K.; ROLL, I.; TAL, O.; SANDERS, D. H.; WILLIS, A. R.; COOPER, D. B.
Apollonia-Arsuf between past and future. *Near Eastern Archaeology*. Alexandria, Virginia, 72(1), p. 4-27, 2009.
- GEE, E.
Ovid, Aratus and Augustus: Astronomy in Ovid's Fasti. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- GILBOA, A.; COHEN-WEINBERGER, A.; GOREN, Y.
Philistine Bichrome Pottery: The View from the Northern Canaanite Coast: Notes on Provenience and Symbolic Properties. In: MAEIR, A.; DE MIROSCHEDJI, P. P. (Eds.) *I Will Speak the Riddles of Ancient Times (Abiah chidot mineikedem-Ps. 78:2b): Archaeological and Historical Studies in Honor of Amihai Mazar on the Occasion of His Sixtieth Birthday*. Winona Lake: Eisenbrauns, 2006, p. 303-334.
- GITLER, H.; TAL, O.
Some Notes on the Relative Chronology of the Fifth-and Fourth-Century BCE Coinage of Philistia. *Israel Numismatic Research*. Tell Aviv-Yafo, 7, p. 7-15, 2012.

- GITLER, H.; TAL, O.
A View from the Near East: The Transition from Metal to Coin Economy in the Southern Levant. In: VAN ALFEN, P.; WARTENBERG, U. (Eds.) *White Gold: Studies in Early Electrum Coinage*. New York: American Numismatic Society, 2020, p. 35-48.
- GLICK, D.
A Salvage Excavation at' Ein ez-Zeituna in Nahal'Iron. 'Atiqot. Jerusalém, 51, p. 31-69, 2006.
- GRAHAM, S.; WEINGART, S.; MILLIGAN, I.
Getting Started with Topic Modeling and MALLET. *Programming Historian*. São Francisco, California, 2012.
- GRAHAM, S. A
Digital Archaeology of Digital Archaeology: Work in Progress. São Francisco, California. Electric archaeology, 2014. Acesso Julho 2023. <https://electricarchaeology.ca/2014/11/06/a-digital-archaeology-of-digital-archaeology-work-in-progress/>.
- GRAHAM, S.; GUPTA, N.; SMITH, J.; ANGOURAKIS, A.; REINHARD, A.; ELLENBERGER, K.; BATIST, Z.; RIVARD, J.; BEN MARWICK, M. C.; COMPTON, B.; BLADES, R.; WOOD, C.; NOBLES, G.
The Open Digital Archaeology Textbook, 2020. Acesso Julho 2023. <https://o-date.github.io/draft/book/index.html>
- GOLD, M. K (Ed.)
Debates in the Digital Humanities. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2012.
- GOLD, M. K.; LAUREN, K. F.
Debates in the Digital Humanities. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2016.
- GOLD, M. K.; LAUREN, K. F.
Debates in the Digital Humanities 2019. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2019.
- GOLDSTONE, A.
Teaching Quantitative Methods: What Makes It Hard in Literary Studies. In: GOLD, M. K.; LAUREN, K. F. *Debates in the Digital Humanities 2019*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2019, p. 209-223.
- GOREN, Y.; FINKELSTEIN I.; NA'AMAN N.
Inscribed in Clay: Provenance Study of the Amarna Letters and Other Ancient Near Eastern Texts. *Institute of Archaeology Monograph Series*. Tel Aviv, 23, 2004.
- GORZALCZANY, A.
Petrographic Analysis of the Tel Mikhal (Tel Michal) Pottery. 'Atiqot. Jerusalém, 52, p. 57-65, 2006.
- GREENSPAN, B.
Don't Make a Scene: Game Studies for an Uncertain World. *Digital Studies/le Champ Numérique*. Canada, CSDH/SCHN, 6(3), 2015. DOI: <http://doi.org/10.16995/dscn.35>
- GRIFFITHS, D. G.
Household consumption of artificial light at Pompeii. In: PAPADOPOULOS, C.; MOYES, H. (Eds.) *The Oxford handbook of light in archaeology*. Oxford: Oxford University Press, 2017, p. 1-25.
- GRILLO, J.G.C.; FUNARI, P.P.A.; CARVALHO, A.V.D.
Os caminhos da Arqueologia Clássica no Brasil São Paulo: Annablume, 2013.
- GUARINELLO, N. L.
Greek and Roman Technology. *Revista de História*. São Paulo, n. 118, p. 203-208, 1985.

- HAVERFIELD, F.
 Roman army religion. In: TEMPORINI, H.; HAASE, W. (Eds.) *Aufstieg und Niedergang de Römischen Welt: Geschichte und Kultur Roms im Spiegel der Neueren Forschung II*. Berlin: De Gruyter, 1978, p. 1470-1505.
- HIRSCHFELD, Y.
Ramat Hanadiv Excavations: Final Report of the 1948-1998 Seasons. Jerusalém: Israel Exploration Society, 2000.
- HODDER, I.
Entangled: An Archaeology of the Relationships Between Humans and Things. Chichester: Wiley-Blackwell, 2012.
- HOLTORF, C.
 Introduction: The meaning of time travel. In: PETERSSON, B.; HOLTORF, C. (Eds.) *The archaeology of time travel: Experiencing the past in the 21st century*. Oxford: Archaeopress, 2017, p. 1-24.
- ISERLIS, M.
 Appendix II: Thin-section Analysis of Samaritan Oil Lamps and Incense Bowl. In: TAL, O.; TAXEL, I. *Samaritan Cemeteries and Tombs in the Central Coastal Plain: Archaeology and History of the Samaritan Settlement outside Samaria (ca. 300-700 CE)*. *Ägypten und Altes Testament*. Münster: Ugarit-Verlag, 82. p. 223-224, 2015.
- JAY, M.
 Vision in context: Reflections and refractions. In: BRENNAN, T.; JAY, M (Eds.) *Vision in context: Historical and contemporary perspectives on sight*. London: Psychology Press. 1996, p. 1-12.
- JOYCE, R.; TRINGHAM, R. E.
 Feminist Adventures in Hypertext. *Journal of Archaeological Method and Theory*. Berlin, no. 14, p. 328-58, 2007.
- KANSA, E. C.; KANSA, S. W.; WATRALL, E.
Archaeology 2.0: New Approaches to Communication and Collaboration. UCLA, Cotsen Digital Archaeology, 2011.
- KANSA, E.C.
 Introduction: New Directions for the Digital Past. In: KANSA, E. C.; KANSA, S. W.; WATRALL, E. *Archaeology 2.0: New Approaches to Communication and Collaboration*. UCLA, Cotsen Digital Archaeology, 2011, p. 1-26.
- KARIVIERI, A.
 Magic and Syncretic Religious Culture in the East. In: GWYNN, D. M.; BANGERT, S. *Religious diversity in Late Antiquity*. Leiden, Netherlands: Brill, 2010, p. 401-434.
- KIRSCHENBAUM, M. G.
 What Is Digital Humanities and What's It Doing in English Departments? *ADE Bulletin*. EUA, 150, p. 55-61, 2010.
- KISS, Z.
 Hélios embrasse Sérapis. In: A. BURSCHE (Ed.) *Nunc de Suebis dicendum est. Studia G. Kolendo dicata*. Warsaw: Instytut Archeologii, 1995, p. 137-138.
- LAPP, E. C.
 Encountering photoamulets and the use of apotropaic light in late antiquity. In: PAPADOPOULOS, C.; MOYES, H. (Eds.) *The Oxford handbook of light in archaeology*. Oxford: Oxford University Press, 2017, p. 1-23.

- LAVAN, L.
 From polis to emporion? Retail and Regulation in the Late Antiquity City. In: MORRISON, C. (Ed.) *Trade and Markets in Byzantium*. Washington, D.C: Dumbarton Oaks Research Library and Collection Trustees, 2012, p.333-377.
- MACGREGOR, C.
 Making sense of the past in the present: A sensory analysis of carved stone balls. *World Archaeology*. Abingdon, Inglaterra, 31(2), p. 258-271, 1999.
- MACMULLEN, R.
Soldier and civilian in the later Roman Empire. Cambridge: Harvard University Press, 1963.
- MADER, A. E.
Die Ergebnisse der Ausgrabungen im heiligen Bezirk Rāmet el-ḥalīl in Südpalästina 1926-1928. Freiburg im Breisgau: Wewel, 1954.
- MASTER, D. M.
 'Trade and politics: Ashkelon's balancing act in the seventh century B.C.E.', *BASOR*, Alexandria, Virginia, 330, p. 47-64, 2003.
- MATTHEWS, E.; NEIDINGER, W.; AYALON, E.
Preliminary Report on the Excavations at Zur Natan 1989 and 1990. Houston: TX: Texas Foundation for Archaeological and Historical Research, 1990.
- MCELROY, I.
The eternal fire of Vesta: Roman cultural identity and the legitimacy of Augustus. New Jersey: Rutgers, The State University of New Jersey, 2016.
- MARTIRE, A. S.
Ciberarqueologia em Vipasca: o uso de tecnologias para a reconstrução-simulação interativa arqueológica. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2017.
- MARTIRE, A. S., PORTO, V. C.
(Des)Construindo Arqueologias Digitais. São Paulo: MAE-USP, 2022.
- MORGAN, C. L.
Emancipatory Digital Archaeology. Ph.D. Thesis, University of California, Berkeley, 2012.
- MOROZOV, E.
To Save Everything, Click Here: The Folly of Technological Solutionism. Nova York: Public Affairs, 2014.
- MULLEN, L. A
 Confirmation of Andrew Goldstone on 'Teaching Quantitative Methods'. In: GOLD, M. K.; LAUREN, K. F. (Eds.) *Debates in the Digital Humanities 2019*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2019, p. 15-30.
- NESBITT, C.
 Shaping the sacred: Light and the experience of worship in middle Byzantine churches. *Byzantine and Modern Greek Studies*. Cambridge, vol. 36(2), p. 139-160, 2012.
- NIR Y.
 Sedimentological Aspects of the Israel and Sinai Mediterranean Coasts. *Israel Geological Survey Report GSI/39/88*. Jerusalem, 1989.
- ORR, D. G.
Roman domestic religion: A study of the Roman Lararia. Dissertação de Mestrado. University of Maryland, College Park, 1969.
- ORR, D. G.
 Roman domestic religion: Evidence of the household shrines. In: TEMPORINI, H.;

- HAASE, W. (Eds.) *Aufstieg und Niedergang de Römischen Welt: Geschichte und Kultur Roms im Spiegel de Neureren Forshung II*. Berlin: De Gruyter, 1978, p. 1557-1591.
- PAVOLINI, C.; TOMEI, M. A.
Iside e Serapide nel palazzo. Lucerne isiache dalla Domus Tiberiana. In: LA FOLLETTE, L. A. (Ed.) *Rome papers*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1994, p. 89-130.
- PELLINI, J. R.
Arqueologia com Sentidos. Uma Introdução à Arqueologia Sensorial. *Revista de Arqueologia Pública*. Campinas, v. 11, p. 1-12, 2015.
- PEÑA, J. T.; MCCALLIM, M.
The Production and Distribution of Pottery at Pompeii: A Review of the Evidence; Part 2, The Material Basis for Production and Distribution. *American Journal of Archaeology*. Princeton, vol. 13, no. 2, p. 165-201, 2009.
- PLATTS, H.
Multisensory living in ancient Rome: Power and space in Roman houses. London: Bloomsbury Academic, 2020.
- PODVIN, J.-L.
La triade Isis - Harpocrate - Anubis sur des lampes africaines. In: CHRZANOFSKI, L. (Ed.) *Nouveutés lychnologiques*. Hauterive: Lychnoservices, 2003, p. 207-210.
- PORTO, V. C.; TEIXEIRA-BASTOS, M.; MARTIRE, A.
Many Ways to Rome: The LARP's Development of Technical Tools to Approach Resilience and Resistance within the Roman Empire. *Athens Journal of Mediterranean Studies*. Atenas, v. 5, p. 89-104, 2019.
- PRICE, T. D.; BIRGITTE GEBAUER, A. B.
Adventures in Fugawiland: A Computerized Simulation in Archaeology. Chicago: McGraw-Hill Higher Education, 3rd Edition (2002), 1990.
- PUJOL-TOST, L.
Did we just travel to the past? Building and evaluating with cultural presence different modes of VR-mediated experiences in virtual archaeology. *Journal on Computing and Cultural Heritage*. Nova York, 12(1), 1-20, 2019.
- RAVIKOVITCH S.
Soil Map. 1:250,000. Jerusalem, 1969.
- RAVIKOVITCH S.
The Soils of Israel: Formation, Nature, and Properties. Tel Aviv, 1981 (Hebrew; English summary).
- REILLY, P.
Computer Analysis of an Archaeological Landscape. Medieval Land Divisions in the Isle of Man. *BAR British Series*. Oxford, 190, 1988.
- REILLY, P.; SHENNAN, S.
Applying solid modeling and animated three-dimensional graphics to Archaeological problems. In: RAHTZ, S.; RICHARDS, J. (Eds.) *Computer Applications in Archaeology. BAR, Int. Series*. Oxford, 548, 1989, p.157-166.
- REILLY, P.
Towards a virtual archaeology. In: LOCKYEAR, K.; RAHTZ, S. (Eds.) *Computer Applications in Archaeology. BAR, Int. Series*. Oxford, 565, 1990, p.133-139.
- REILLY, P.
Three-Dimensional modelling and primary archaeological data. In: REILLY, P.;

- RAHTZ, S. (Eds.) *Archaeology and the Information Age*. London: Routledge, 1992, p.147-173.
- ROCHA, I. E.
1000 sites de História Antiga e Arqueologia. São Paulo: Arte & Ciência, 1997.
- ROLL, I., TAL, O.
A villa of the early Roman period at Apollonia-Arsuf. *Israel Exploration Journal*. Jerusalem, 58(2), p. 132-149, 2008.
- SOZOMENO, H.
História Eclesiástica. Trad. Bortolo Agostini. São Paulo: Edições História Magna, 2023.
- SCHREIBMAN, S.; SIEMENS, R.; UNSWORTH, J. (Eds.) *A Companion to Digital Humanities*. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.
- SCHREIBMAN, S.; SIEMENS, R.; UNSWORTH, J. (Eds.)
A New Companion to Digital Humanities. Oxford: Blackwell Publishing, 2016.
- SCHOUERI, K. G.; TEIXEIRA-BASTOS, M.
A Theoretical Framework for Informal 3D Rendered Analysis of the Roman from Apollonia-Arsuf. *Open Archaeology*. Berlim, v. 7, p. 499-518, 2021.
- SINGER, A.
The Soils of Israel. Berlin/Heidelberg: Springer-Verlag, 2007.
- SINGER-AVITZ, L.; LEVY, Y.
An MBIIa Kiln at the Nahal Soreq Site. *'Atiqot*. Jerusalem, 21, p. 9*-14* (Hebrew), 1992.
- SNEH A.; BARTOV, Y.; ROSENSAFT, M.
Geological Map of Israel 1:200.000. Sheet 1 and 2. Jerusalem, 1998.
- STARK, C. M.
Vesta, her virgins and the worship of her cult during the Roman imperial period. Ph.D. Dissertation, The University of Wisconsin, Madison, Wisconsin, 2015.
- STAGER, L. E.; MASTER, D. M.; SCHLOEN, J. D. (Eds.).
Ashkelon 3: the seventh century B.C. Final Reports of the Leon Levy Expedition to Ashkelon 3. Winona Lake, In: Eisenbrauns, 2011.
- STAGER, L.E.
Ashkelon on the eve of destruction in 604 B.C. In: STAGER, L. E.; MASTER, D. M.; SCHLOEN, J. D. (Eds.) *Ashkelon 3: the seventh century B.C. Final Reports of the Leon Levy Expedition to Ashkelon 3*. Winona Lake (IN): Eisenbrauns, 2011, p. 3-11.
- SPEIDEL, M.; DIMITROVA-MILCEVA, A.
The cult of the Genii in the Roman army and a new military diety. In: TEMPORINI, H.; HAASE, W. (Eds.) *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt: Geschichte und Kultur Roms im Spiegel der Neueren Forshung II*. Berlin: De Gruyter, 1978, p. 1542-1555.
- SOFRONIEW, A.
Household Gods: Private devotion in ancient Greece and Rome. Los Angeles: J. Paul Getty Museum, 2016.
- SUSSMAN, V.
The Samaritan Oil Lamps from Apollonia-Arsuf. *Journal of Tel Aviv*. Tel Aviv, 10: 71, 1983.
- SUSSMAN, V.
Late Roman to Late Byzantine/Early Islamic Period Lamps in the Holy Land. The Collection of the Israel Antiquities Authority. Oxford: Archaeopress Publishing Ltd., 2017.
- TAL, O.
Hellenism in Transition from Empire to Kingdom: Changes in the Material Culture of

- Hellenistic Palestine. In: LEVINE, L. I.; SCHWARTZ, D. R. (Eds.) *Jewish Identities in Antiquity: Studies in Memory of Menahem Stern. Texte und Studien zum Antiken Judentum* 130. Tübingen: Mohr Siebeck, 2009, p. 55-73.
- TAL, O.; TAXEL, I. Socio-Political and Economic Aspects of Refuse Disposal in Late Byzantine and Early Islamic Palestine. In: MATTHEWS, R.; CURTIS, J.; ET AL. (Eds.) *Proceedings of the 7th International Congress on the Archaeology of the Ancient Near East, 12-16, April 2010*. Wiesbaden: Otto Harrassowitz GmbH & Co., 2012, p. 497-518.
- TAL, O.; TEIXEIRA BASTOS, M. Intentionally Broken Discus Lamps from Roman Apollonia: A New Interpretation. *Journal of Tel Aviv*. Tel Aviv, 39/1, p. 105-115, 2012.
- TAL, O.; TAXEL, I.; JACKSON-TAL, R. E. Khirbet al-Hadra: More On Refuse Disposal Practices in Early Islamic Palestine and Their Socio-Economic Implications. *Strata: The Bulletin of the Anglo-Israel Archaeological Society*. London, 31, p. 117-148, 2013.
- TAL, O.; TEIXEIRA BASTOS, M. More on the Intentionally Broken Discus Lamps from Roman Palestine: Mutilation and Its Symbolic Meaning. In: BLÖMER, M.; LICHTENBERGER, A.; RAJA, R. (Eds.) *Religious Identities in the Levant from Alexander to Muhammed: Continuity and Change*. Contextualizing the Sacred 4. Turnhout: Brepols. 2015, p. 345-368.
- TAL, O.; TAXEL, I. Samaritan Cemeteries and Tombs in the Central Coastal Plain: Archaeology and History of the Samaritan Settlement outside Samaria (ca. 300-700 CE). *Ägypten und Altes Testament*. Münster: Ugarit-Verlag, 82, 2015.
- TAL, O.; ROLL, I. The Roman villa at Apollonia (Israel). In: MARZANO, A.; MÉTRAUX, G. P. R. (Eds.) *Part II: Roman villas in the Mediterranean*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 308-316.
- TAL, O.; TAXEL, I.; TEIXEIRA-BASTOS, M. Lamps. In: Tal, O. (Ed.) *Apollonia-Arsuf: Final Report of the Excavations Volume II: Excavations Outside the Medieval Town Walls*. 1ed. Pennsylvania: Eisenbrauns (Penn State University Press), 2020, p. 152-193.
- TAXEL, I.; SIVAN, D.; BOOKMAN, R.; ROSKIN, J. An Early Islamic inter-settlement agroecosystem in the coastal sand of the Yavneh dune-field, Israel. *Journal of Field Archaeology*. Abingdon, Inglaterra, 43 (7), p. 551-569, 2018.
- TEIXEIRA-BASTOS, M. *Cristianização dos espaços na antiguidade tardia: O caso de Apollonia-Arsuf*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2011.
- TEIXEIRA-BASTOS, M. Arqueologia da Luz: agência da cultura material e a cerâmica de iluminação na Palestina romana. *R. Museu Arq. Etn.* São Paulo, n. 23, p. 35-48, 2013.
- TEIXEIRA-BASTOS, M. Arqueologia Romana em Israel: O uso da Petrografia Cerâmica para análises de cultura material. Pelotas: *Cadernos do LEPAARQ*. Pelotas, Vol. XII, n°24, p. 224-250, 2015.
- TEIXEIRA-BASTOS, M.; ROCHA, I. E. e-Science, GIS e Curadoria Digital de dados arqueológicos e históricos: o passado conectado. *R. Museu Arq. Etn.* São Paulo, v. 32, p. 131-142, 2019.

- TEIXEIRA-BASTOS, M.; LICHTENBERGER, A.
Imperialismos, Estados Nacionais e Arqueologia Clássica: as trajetórias dos estudos arqueológicos na Alemanha e Brasil. *Revista de História* (UNESP). Assis, v. 41, p. 1-27, 2022.
- TELESCO, P.
Exploring Candle Magick: Candle Spells, Charms, Rituals, and Divinations. Nova Jersey: Career Press, 2001.
- TRAN TAM TINH, V.
Isis et Sérapis se regardant. *Revue Archéologique*. Paris, 1, p. 55-80, 1970.
- TRIGHAM, R.; LOPEZ, M. A.
Virtual Systems and Multimedia (Vsomm 2001) 7th International Conference. Nova Jersey: IEEE, p. 271-79, 2001.
- WATRALL, E.
Archaeology, the Digital Humanities, and the ‘Big Tent’. In: GOLD, M. K.; LAUREN, K. F. *Debates in the Digital Humanities*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2016. Acessado Julho 2. <http://dhdebates.gc.cuny.edu/debates/text/79>.
- WEBER, E.
Tabula Peutingeriana: Codex Vindobonensis 324. Graz: Akademische Druck- u. Verlagssanstalt, 1976.
- WHITLING, F.
Western Ways: Foreign Schools in Rome and Athens. Berlin-Boston: Walter de Gruyter, 2019.
- WIEDER, M., GVIRTZMAN, G.
Micromorphological indications on the nature of the late Quaternary Paleosols in the southern Coastal Plain of Israel. *Catena*, Amesterdã, Elsevier, 35, p. 219-237, 1999.
- WOBST, H. M.
Style in Archaeology, or Archaeologists in Style. In: CHILTON, E.S. (Ed.) *Material Meanings. Critical Approaches to Material Culture*. Salt Lake City: University of Utah Press, 1999, p. 118-132.
- WOBST, H.M.
Agency in (spite of) material culture. In: DOBRES, M.A.; ROBB, J.E. (Eds.) *Agency in Archaeology*. London and New York: Routledge, 2000, p. 41-50.
- WOODWARD, K.
Identity and difference. London: Routledge, 2003.
- ZARMAKOUI, M.
Light design concepts in Roman luxury villa architecture. In: SCHNEIDER, P.; WULF-RHEIDT, U. (Eds.) *Licht-Konzepte in der vormodernen Architektur*. Regensburg: Schnell & Steiner, 2011, p. 158-172.
- ZISSU, B.; KLEIN, E.; DAVIDOVICH, U.; PORAT, R.; LANGFORD, B.; FRUMKIN, A.
Votive Offerings from the Late Roman Period in the Te’omim Cave, Western Jerusalem Hills. In: TAL, O; WEISS, Z. (Eds.) *Expressions of Cult in the Southern Levant in the Greco-Roman Period. Contextualizing the Sacred*, 6. Turnhout, Belgium: Brepols Publishers., 2017, p. 111-130.
- ZOGRAFOU, A.
Magic lamps, luminous dreams: Lamps in PGM recipes. In: CHRISTOPOULOS, M.; KARAKANTZA, E. D.; LEVANIOUK, O. (Eds.) *Light and darkness in ancient Greek myth and religion*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2010, p. 276-294.

Digitalizando a arqueologia com *Reflectance Transformation Imaging (RTI)* no LARP

Guilherme Diogo Rodrigues¹

Jessica Silva Mendes²

Cleberson Henrique de Moura³

Ana de Carvalho Rigolon⁴

Introdução

Nos últimos anos, aumentaram as pesquisas que abordam o emprego de tecnologias digitais e métodos físicos nas pesquisas arqueológicas, o que tem levado a trabalhos que envolvem capturas de imagens com grande resolução, digitalização de acervos e sítios arqueológicos, entre outros aprimoramentos metodológicos. Na arqueologia (digital), estamos falando de fotografia, fotogrametria, modelagem 3D, tomografia, escaneamento a laser etc.

Dentre esses procedimentos metodológicos do novo milênio se situa – ainda que com uma popularidade menor – a técnica de fotografia computacional denominada *Reflectance Transformation Imaging (RTI)*, que permite virtualizar superfícies de artefatos ou contextos.

Recentemente, o Laboratório de Arqueologia Romana Provincial (LARP) se apropriou dos conhecimentos relativos ao RTI, de modo que tem desenvolvido diversos projetos arqueológicos envolvendo a aplicação desta técnica, incluindo o oferecimento de um curso de extensão visando a apresentar/difundir este conhecimento metodológico.

Relatando a trajetória dessa técnica no âmbito do LARP, esse texto é composto por quatro partes. A primeira, registra a origem da influência/

(1) Historiador pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (PPGArq - MAE-USP). E-mail: <guilhermerodrigues@usp.br>.

(2) Historiadora pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) e mestrandra do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (PPGArq - MAE-USP). E-mail: <jessica.silva.mendes@usp.br>.

(3) Pedagogo pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE-USP), técnico do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP) e mestrando do Programa Interunidades de Pós-Graduação em Museologia da Universidade de São Paulo (PPGMus - USP). E-mail: <cleberson.moura@usp.br>.

(4) Historiadora pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). E-mail: <a.rigolon19@usp.br>.

aprendizados sobre o RTI, que subsidiaram o início dos trabalhos baseados nesta técnica, no laboratório. Na segunda parte, apresentamos resumidamente o RTI em si. A terceira expõe as aplicações do RTI pela equipe do LARP, incluindo aplicações em peças do acervo do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE-USP) e de instituições internacionais, relatos de acertos, erros e possibilidades notadas com a aplicação, principalmente a um grande conjunto numismático romano, bem como cerâmico, metais da cultura vilanoviana do período do ferro (1200-550 a.E.C.), objetos com representação do deus Bés, dos períodos ptolomaico (305-30 a.E.C.) e novo império (1550-1069 a.E.C.), entre outros. A quarta parte relata um trabalho de divulgação e reprodução dos conhecimentos sobre RTI desenvolvidos pelos membros do LARP.

Inserção do RTI no LARP

Podemos considerar que a relação do Laboratório com a técnica de RTI se inicia com a participação de membros do LARP em uma oficina do pós-doutoramento da Profa. Dra. Adriene Baron Tacla, integrante do Labeca, ministrada em agosto de 2018. Seu objetivo foi introduzir o RTI aplicado na arqueologia. A oficina incluía apresentar o potencial da aplicação de tecnologias 3D na pesquisa e preservação de cultura material; estudar casos de emprego de tecnologia 3D para fins de preservação do patrimônio; habilitar tecnicamente os participantes para realizarem digitalização de artefatos com o RTI ao ensinar sobre captura das imagens, processamento e análise das imagens geradas via software.

A participação de membros do LARP e Labeca, dentre outras pessoas, nesta oficina permitiu a difusão dos devidos aprendizados dos procedimentos técnicos e tecnológicos que constituem o RTI de modo que inaugurou uma série de desdobramentos em projetos do LARP envolvendo o emprego da técnica na arqueologia.

A técnica de RTI

Captura

O RTI é um processo de captura imagética envolvendo um processamento computacional baseado em um recurso matemático sob o nome de Mapeamento de Textura Polinomial (PTM), desenvolvido por Tom Malzbender, pesquisador da *Hewlett Packard Labs*, em 2001. É uma ferramenta de grande utilidade porque permite a identificação de detalhes não apreensíveis a olho nu nos materiais digitalizados ao sintetizar um conjunto de fotografias, com

luzes em posições distintas, em uma nova representação (Schroer, 2012, *apud* Bueno *et al.*, 2015, p. 1).

Há duas formas de captura: i) a captura das imagens feita de forma automatizada por luzes posicionadas fixa e previamente em uma cúpula; e ii) a técnica de *Highlight RTI* (H-RTI) que se vale do posicionamento manual da luz. Nos processos descritos neste capítulo, este foi o método escolhido, tanto por sua praticidade quanto por sua mobilidade, pois, para sua realização, são necessários uma câmera *Digital Single Lens Reflex* (DSLR), um tripé, um *flash* profissional e uma esfera refletora (vermelha ou preta) de dimensão semelhante ao tamanho do assunto sob exame. Além disso, para garantir a fidelidade das cores do objeto, valemo-nos também de um cartão cinza 18%.

O objeto fotografado deve permanecer imóvel, juntamente com a câmera, movendo-se somente a luz em seu entorno em doze posições uniformes. Em cada uma dessas posições, variamos a inclinação de incidência do flash em quatro ângulos entre 15° e 65°, a uma distância de duas a quatro vezes maior do que o assunto. A esfera refletora, por sua vez, capta o posicionamento da luz, auxiliando o processo de mapeamento quando os registros fotográficos são processados no software. Dessa forma, qualquer trepidação – no assunto, na câmera, no tripé e/ou na esfera – prejudica o resultado final. A fim de evitar isso, utilizamos um tripé de coluna – garantindo maior mobilidade do fotógrafo no entorno da peça fotografada – e de um controle remoto para disparo à distância, sem que precisássemos acionar o obturador da câmera manualmente.

Processamento

Após a captura, há o processamento das imagens pelo *RTIBuilder*, software que gera o arquivo do RTI. O software é de configuração simples, mas todas as etapas devem ser seguidas estritamente como requisitado, senão o sistema acusa erro. Para isso, é necessário seguir alguns passos antes de inserir as fotos no processamento.

Nossas experiências e leituras dos materiais disponíveis, principalmente aqueles disponibilizados pelo *Culture Heritage Imaging*, nos ajudaram a aperfeiçoar o trabalho. Estabelecemos um caminho, uma lista de etapas que, se cumpridas, ajudam no melhor processamento das imagens. Foram divididos em duas etapas, pré-processamento e de processamento. As primeiras lidam com a preparação das imagens e da máquina para o processo, como baixar e instalar o programa Java e criar a pasta necessária para que o programa consiga usar as imagens que formarão o produto. As de durante o processamento, por sua vez, lidam com os pormenores do processo, como selecionar exatamente

a área da esfera refletora e verificar se todas as imagens estão com o ponto de reflexo da luz na bola assinalado pelo programa. Infelizmente aqui não podemos apresentar a lista e sua organização dado o limitado espaço, mas isso está disponível em um livro que será publicado.

Aplicações do RTI

a. Aplicação em numismática

Ao longo dos últimos cinco anos, a equipe do LARP aplicou sistematicamente a técnica do RTI a acervos numismáticos e de metais no Brasil e no exterior. A experiência com esse material de difícil captura, dada as especificidades especulares de artefatos metálicos, especialmente bronze e prata, garantiram uma grande experiência e a compreensão ampla das necessidades e dificuldades apresentadas em termos de luz, equipamentos, configurações e processamento do *Highlight RTI* (H-RTI), como enfatizado acima.

As primeiras experiências relacionando RTI e moedas tiveram início em 2019, com a aplicação desse modelo ao acervo do Museu de Arqueologia e Tecnologia (MAE-USP). Nessa primeira etapa, de uma coleção composta de 669 moedas de origem romana, com datação dentre os séculos IV a.C. e IV d.C., e que congrega não apenas o MAE, mas também o Museu Paulista da USP (Florenzano; Ribeiro; Lo Monaco, 2015), foram selecionadas 36, sendo que algumas delas não haviam sido publicadas no catálogo produzido pelas professoras doutoras Beatriz Borba Florenzano, Maria Gianeze Ribeiro e Viviana Lo Monaco, dada a existência de páginas com avançado estado de corrosão/oxidação, entre outros problemas que dificultavam a leitura das mesmas.

Esse conjunto, escolhido pela questão do estado de conservação, por trazer uma gama de motivos iconográficos (vide sua amplitude cronológica), e pela variedade do material (ouro, prata e bronze), trouxe resultados expressivos. Houve a produção de 72 arquivos .PTM – anversos e reversos –, que revelaram detalhes não visíveis com técnicas de fotografia convencionais (Rodrigues *et al.*, 2022) como as texturas e detalhes das inscrições e das iconografias, conforme o caso da moeda de bronze que traz o busto de Constantino I (número de acervo 46/4.6) .

A moeda tem sua identificação precisa no Catálogo de Moedas Romanas da Universidade de São Paulo (Florenzano; Ribeiro; Lo Monaco, 2015, p. 94), com o imperador usando diadema de rosetas, drapeado e encouraçado no anverso e, no reverso, dois soldados com elmos e outros itens. Mas tanto a leitura da inscrição na orla quanto a plena visualização dos elementos presentes na imagem são quase impossíveis em uma fotografia sem ajuda do RTI (Fig.1-a

e c), devido ao nível de corrosão da moeda. Porém, com a ajuda da técnica e dos modos de renderização das imagens, a exemplo do modo de realce espelhado (Fig. 1-b e d), é possível visualizar detalhes do diadema, do busto e do encouraçado e identificar que os dois soldados seguram lanças e estão apoiados em escudos.



Fig. 1. Anverso e reverso da moeda de bronze em modos de renderização em padrão e realce espelhado. Acervo do MAE-USP. (46/4.6).

A obtenção desses resultados para a numismática é fruto de muita experimentação, tentativas, acertos e erros que foram sendo ajustados ao longo do trabalho. Por conta das características da pátina da moeda e em busca de obter a fidelidade de cores dos materiais em questão, tais como os tons do ouro, do bronze e da prata, procuramos enquadrar os assuntos e um cartão cinza 18% nas imagens. O cartão é um acessório fundamental para a aplicação da correção do equilíbrio de branco (EB) e, dessa forma, evitar as possíveis inva-

sões de cores provenientes do reflexo da luz em outros objetos presentes no espaço.⁵ No caso, temos a bola refletiva de cor vermelha que usávamos para o mapeamento da luz; hoje a substituímos por uma bola preta menor. Ela tem garantido melhores resultados, evitando a problemática da interferência do vermelho nos objetos e possíveis sombras, já que seu tamanho, antes com cerca de 3 cm de diâmetro, foi reduzido para menos de um centímetro.

Além disso, mesmo a dificuldade de capturar objetos com alta especularidade, como a prata, foi superada ao longo da experiência com a digitalização desse conjunto de moedas. A configuração precisa do flash, variando entre 1/64 e 1/128 de carga, bem como um melhor ajuste do zoom do equipamento, com cerca de 50% de zoom, garantiram um melhor controle das áreas de reflexo e a minimização da superexposição nos pontos de incidência da luz.

Essa experiência foi fundamental para a realização do projeto de Pesquisa APR-Fapesp intitulado *Contatos Culturais na Judaea-Palaestina de Época Romana: Estudos da Malha Urbana e da Circulação Monetária em Tel Dor, Israel* (processo nº. 2020/16698-0), um programa interinstitucional amplo, que tem como objeto de pesquisa o sítio arqueológico de Tel Dor, situado na porção norte de Israel. Em julho de 2022, na Universidade Hebraica de Israel, o RTI foi realizado em um conjunto de moedas provenientes da área G do sítio arqueológico.

No total, somavam-se 203 moedas, das quais foram selecionadas 156 para a aplicação do RTI, com o objetivo de evidenciar detalhes não observáveis diretamente ou pelo uso da fotografia convencional e possibilitar sua publicação com informações detalhadas e precisas das iconografias e inscrições. É importante salientar que a experiência pregressa com as moedas no Brasil nos possibilitou fazer a seleção citada acima, justamente por compreendermos por meio do trabalho empírico com a técnica de que a mesma não é uma panaceia para a análise de moedas, sendo ineficaz em alguns casos e necessitando de estudos complementares. Como bem coloca Historic England (2018, p.4):

Esta abordagem captura as informações da textura da superfície, mas não revela nenhuma informação visual (por exemplo, cor, textura) que esteja coberta por outros materiais, como líquen ou tinta. Em outras palavras, a técnica não permite que os usuários vejam abaixo do material sobrejacente se não houver uma diferença no relevo da superfície.

Isso garantiu, por exemplo, a exclusão de moedas que eram apenas um

(5) É rara a invasão de cores em ambiente controlado, como no caso da presente pesquisa, em que trabalhamos com o flash fotográfico profissional e que emite luz na temperatura de cor em 5500k . No entanto, em condições externas ou quando há objetos no entorno, o uso do cartão cinza 18% se torna indispensável para garantir a fidelidade de cores nos objetos fotografados.

(6) Coordenado pelo Prof. Dr. Vagner Carvalheiro Porto e pela Profa. Dra. Maria Cristina N. Kormikiari .

disco sem iconografia, moedas fragmentadas ou com incrustações severas, garantindo assim que nos dedicássemos às moedas que poderiam produzir resultados e leituras mais precisas.

Paralelamente, os trabalhos da equipe de RTI do LARP também se dedicaram a aplicações da técnica do RTI, conjuntamente com a Dra. Juliana Hora, nos objetos de metal de bronze e ferro do acervo do MAE-USP, proveniente da Península Itálica, e datados da Idade do Ferro, do período orientalizante e do período clássico. Feito em amostragem, com a aplicação apenas em algumas peças desse contexto, a pesquisadora procurou a aplicação em objetos passíveis de identificação de marcas de uso, marcas de fabricação entre outros (Hora, 2022), como o machado de bronze (Fig. 2) parte do acervo do Mediterrâneo Médio-Oriental (64/5.11), datado do século VIII-VII aEC.



Fig. 2. Machado de bronze em modo de visualização padrão e realce especular. Acervo de Mediterrâneo Médio-Oriental (64/5.11) do MAE-USP.

b. Aplicação em cerâmica

Da mesma forma, tivemos a oportunidade de aplicar o RTI em quatro vasos cerâmicos do acervo do Mediterrâneo Médio-Oriental do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE-USP). Mesmo que em fase inicial e sem uma

análise definitiva, a aplicação da técnica a esses materiais já tem demonstrado potencial para responder a algumas questões e fornecer sugestões referentes às ferramentas e técnicas nos processos decorativos dos pintores para a criação das linhas em relevo.

Exemplo disso é a cerâmica da Itália meridional, mais precisamente da Apúlia. Segundo a ficha catalográfica da peça (número de acervo 64/2.19), trata-se de uma pélica de 22 cm, datada do século IV aEC, com decoração figurada de uma mulher segurando um leque na mão esquerda e um estojo de toalete na direita. Para além dessa identificação, visível a olho nu, a aplicação do RTI na cerâmica revelou detalhes das “linhas de relevo” (Figs. 3 e 4) que podem servir de indícios para a identificação das possíveis ferramentas utilizadas em sua produção. Mesmo que haja consenso na tradição cerâmica sobre as técnicas de produção dos vasos de figuras vermelhas, com a cozedura em três fases (Schumann, 1942), ainda há discussões sobre alguns elementos decorativos como as linhas de relevo (Artal-Isbrand *et al.*, 2011).

Sem dúvida, uma análise mais aprofundada ainda se faz necessária, mas a renderização da imagem em modo de realce especular (Figs. 3 e 4) nos revela o traçado realizado pelo pintor. Esse traçado pode ajudar na identificação de possíveis ferramentas utilizadas, como no artigo de Artal-Isbrand *et al.* (2011), que em aplicação similar apontou para a possibilidade do uso de pedaços de carvão, lápis de ardósia ou pequenas ferramentas de madeira ou metal (2011, p. 4). Além disso, o mesmo modo de visualização ainda indica um possível deslocamento da figura pelo pintor (Fig. 4). Sem dúvida, a confirmação demandaria análises e metodologias complementares,⁷ contudo, são patentes as possibilidades do RTI para o estudo da produção cerâmica.

c. Aplicação em estatuetas - Bés

Outra aplicação que realizamos do RTI foi em estatuetas e amuletos. O Museu possui cinco objetos relacionados ao deus Bés em seu acervo, três amuletos e duas estatuetas e a aplicação da técnica nos objetos era de interesse por dois motivos. O primeiro seria para observar melhor a superfície desses objetos, para, por exemplo, ver marcas de ferramentas ou resquícios de políchromia. Em segundo, o recorte escolhido abrange tipos diferentes de materiais – faiança, terracota e calcário – permitindo explorar as potencialidades da técnica em cada um.

O RTI aplicado na primeira peça a ser analisada acabou sendo inválido e teve que ser repetido. Em razão da falta de experiência, houve movimentação

(7) Uma análise completa da peça, com análises complementares, deverá ser publicada em artigo posterior.

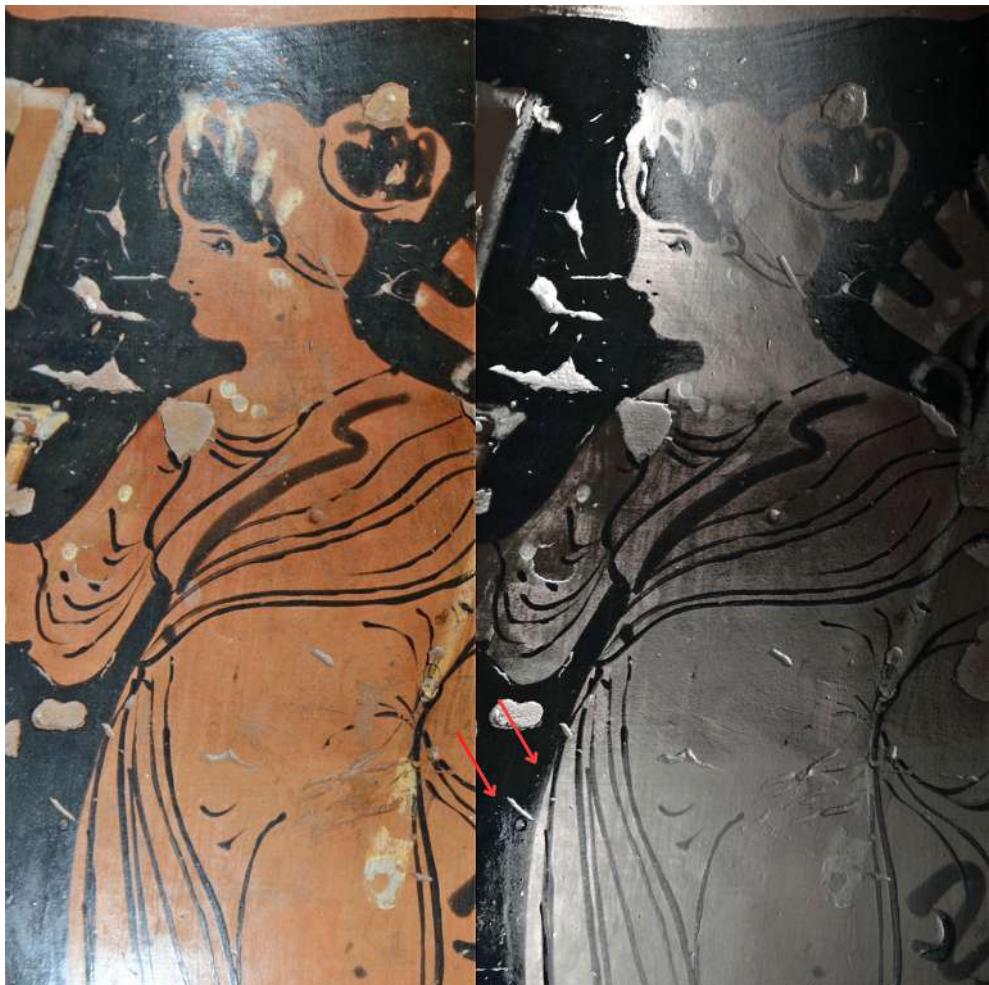


Fig. 3. Iconografia da pélica em modo de renderização padrão e realce especular mostrando o possível deslocamento da figura. Acervo de Mediterrâneo Médio-Oriental do MAE-USP.



Fig. 4. Detalhe do traçado do pintor na iconografia da pélica em modo de renderização padrão e realce especular mostrando o possível deslocamento da figura. Acervo (64/2.19) do MAE-USP.

não intencional do tripé, uma vez que foi uma das primeiras vezes que aplicamos RTI em acervo. Como dito anteriormente, uma vez mexido qualquer um dos elementos envolvidos na captura do RTI, o programa não consegue coincidir as imagens, o que causa algo como um borrão no resultado final, como demonstrado na Fig. 5. O ocorrido ajudou-nos a entender melhor a elaboração do RTI feita pelo *software*, que funciona com uma sobreposição de imagens, e ter mais atenção e precisão aos nossos movimentos no processo de captura.



Fig. 5. Resultado da aplicação do RTI com erro em uma placa votiva do Bés. Acervo (86/1.1) do MAE-USP.

Em outubro de 2020, membros do LARP – em parceria com integrantes do Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga (Labeca) – conceberam e ministraram um curso de extensão universitária (do tipo difusão) intitulado “Introdução à Tecnologia Aplicada a Acervos Museológicos: Reflectance Transformation Imaging (RTI)”.

O curso foi ministrado, de modo remoto, por Carolina Machado Guedes, Cleberson Henrique de Moura, Guilherme Diogo Rodrigues, Jessica Silva Mendes e Juliana Figueira da Hora, sob coordenação da Profa. Dra. Maria Cristina Nicolau Kormikiari Passos e vice-coordenação do Prof. Dr. Vagner Carvalheiro Porto.

Seu objetivo foi proporcionar ao público interessado os conhecimentos necessários para a realização do processo de *Highlight Reflectance Transformation Imaging (H-RTI)* a partir de conceitos básicos de fotografia, uso do flash externo e aspectos técnicos necessários para a plena captura das imagens,

Conjuntamente com o aperfeiçoamento do procedimento, o uso da técnica permitiu que explorássemos características da peça que não haviam sido observadas. A partir de um conhecimento prévio do fenômeno, trabalhado por Tacla (2018) em relação a moedas, notou-se que, com a variação da posição da luz, as características visuais da figura mudam. Dependendo do grau da incidência, as características se endurecem, intensificando a carranca, vide comparação das imagens das peças nas Figs. 6 e 7.

Multiplicando conhecimentos

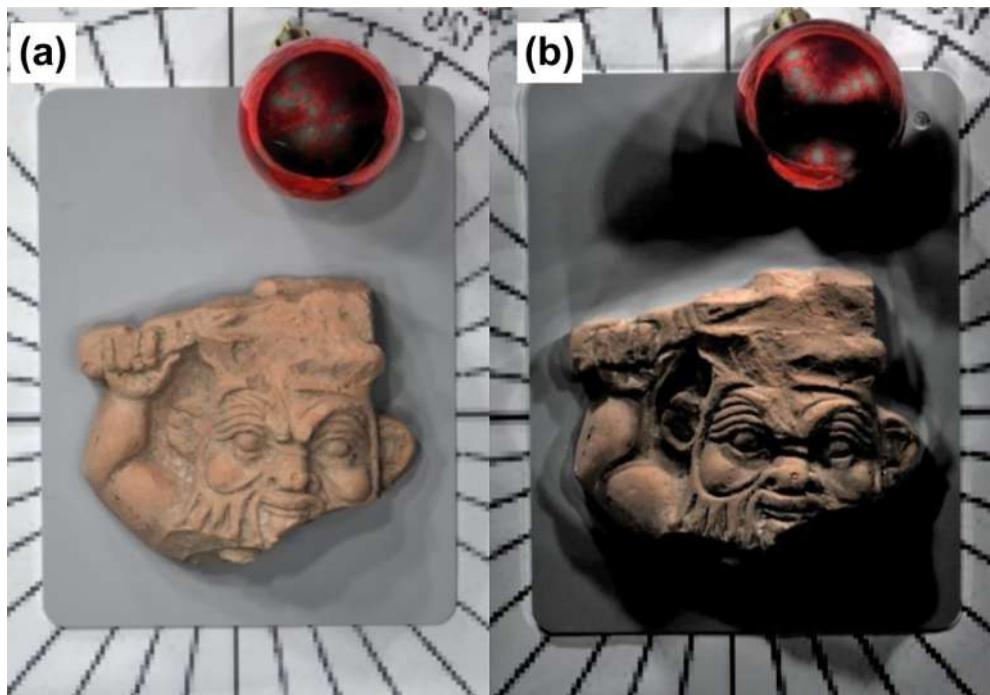


Fig. 6. Comparação entre incidência de luz direta (a) e de luz rasteira (b) em um fragmento de placa de Bés. Acervo (RGA 7161/ MP 012-32) MAE-USP.

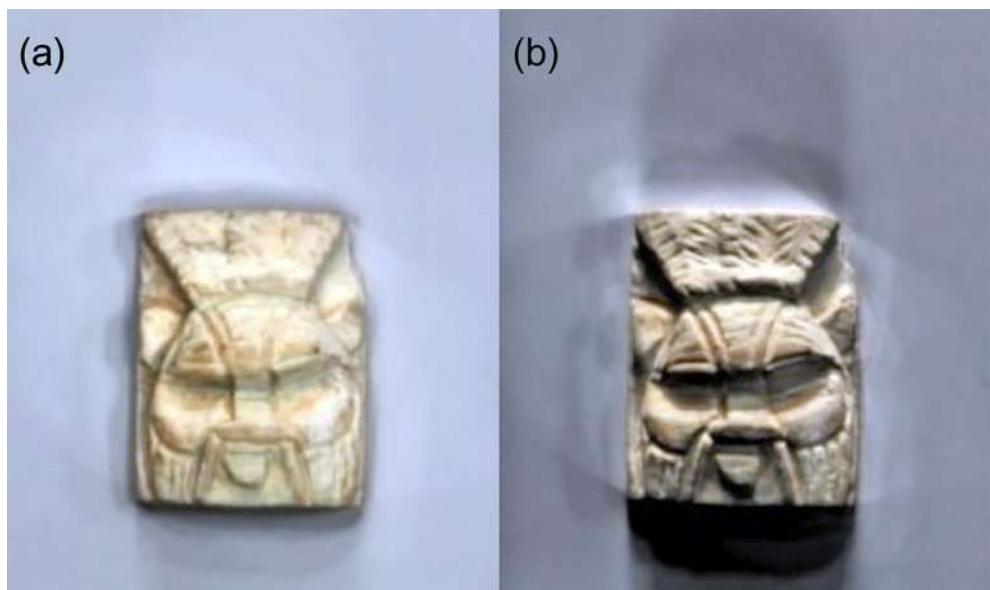


Fig. 7. Comparação entre incidências de luz diferentes. Acervo (74/d.1.11) MAE-USP.

pós-processamento e uso dos softwares *RTI Builder* e *RTI Viewer*. Além disso, o curso também visou explorar as possibilidades da técnica para fins de preser-

vação e documentação digital dos patrimônios históricos, culturais e artísticos e no contexto da pesquisa acadêmica.

Conclusões parciais

Diante do exposto, consideramos razoável afirmar que, ao longo dos últimos anos, o LARP não apenas se apropriou dos conhecimentos sobre as técnicas de RTI (ciclo iniciado com o curso de extensão ministrado pela Prof. Dra. Adriene Baron Tacla no MAE-USP em 2018). O laboratório também concebeu e executou projetos envolvendo RTI no campo da arqueologia e se habilitou a divulgar e multiplicar os conhecimentos em torno do RTI.

Em suma, o conhecimento empírico proporcionado pelos trabalhos mencionados nos permite notar que o RTI tem potencial para diversos fins. Pode servir à ampliação de acesso ao acervo fotografado, dada sua natureza digital que rompe barreiras de tempo e espaço, impostas a um acesso ao objeto físico. É também viabilizador da conservação de acervos, uma vez que o acesso virtual dos artefatos digitalizados diminui a necessidade de contato físico com o respectivo objeto. Da mesma forma, mostra-se um promissor recurso de documentação arqueológica e museológica, pelo fato de gerar registros na forma de imagens de alta resolução/qualidade/fidelidade visual. Em sentido mais amplo, pode contribuir para a difusão de acervos, pelo fato de cada objeto virtualizado ser um ativo digital em si, e, com isso, viabilizar ações educativas patrimoniais.

Referências bibliográficas

ARTAL-ISBRAND, P.; KLAUSMEYER, P.; MURRAY, W.

An evaluation of decorative techniques on a red-figure attic vase from the Worcester Art Museum using reflectance transformation imaging (RTI) and confocal microscopy with a special focus on the “Relief Line”. *MRS Online Proceedings Library* (OPL), v. 1319, 2011. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/mrs-online-proceedings-library-archive/article/abs/an-evaluation-of-decorative-techniques-on-a-red-figure-attic-vase-from-the-worcester-art-museum-using-reflectance-transformation-imaging-rti-and-confocal-microscopy-with-a-special-focus-on-the-relief-line/463BBF801433D46E3CE50FFFC763459>. Acesso em: 10 mar. 2023.

BUENO, A.S.; LAVALL, P.; LEÃO, A.C.; ALMADA, M.

Implementação de técnica Reflectance Transformation Imaging para análise de superfície de manuscritos antigos. *III Encontro luso-brasileiro de conservação e restauro*. Évora. 2015. Disponível em: https://www.eba.ufmg.br/ilab/wp-content/uploads/2022/10/ARTIGO_RTI_ECR2015_PRONTO-1.pdf. Acesso em: 10 mar. 2023.

HISTORIC ENGLAND

Multi-light Imaging for Cultural Heritage. Swindon: Historic England, 2018. Disponível em: <https://historicengland.org.uk/images-books/publications/multi-light-imaging-heritage-applications>. Acesso em: 10 mar 2023.

RODRIGUES, G.D.; MENDES, J.S.; MOURA, C.H.; RIGOLON, A.C.

Reflectance Transformation Imaging e moedas romanas. In: MARTIRE, Alex S.; PORTO, Vagner C. (Des) construindo arqueologias digitais, p. 105-117, 2022. Disponível em: <https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/777>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SCHUMANN, T.

Oberflächenverzierung in der antiken Töpferkunst, Terra Sigillata und griechische Schwarzrotmalerei. *Berichte der deutschen keramischen Gesellschaft*, v. 23, p. 408-426, 1942.

Numismática

Lívia: entre moedas e a “institucionalização” da mulher romana

Tais Pagoto Bélo¹

1. Introdução

Este trabalho tem como intuito um convite ao pensamento e à reflexão sobre a posição feminina na sociedade antiga, ao averiguar a mulher no passado romano através de Lívia e a hipótese de como ela foi “institucionalizada”.² Lívia (59/58 a.C. – 29 d.C.) foi esposa de Augusto (27 a.C. – 14 d.C.), mas anteriormente tinha sido casada com Tibério Claudio Nero, com o qual teve Tibério (42 a.C. – 37 d.C.) e Druso (38 a.C. – 9 d.C.) como filhos (Tac. *Ann.* 5.1). Otávio, que era casado com Escribônia, arranjou o divórcio de Lívia para ela se casar com ele. No primeiro casamento, Otávio teve Júlia como filha. Essa união foi caracterizada como uma estratégia política, mas foi um desgosto e somente durou um ano (Barrett, 2002, p. 20).

Otávio raptou Lívia enquanto ela estava grávida de seu filho com o então marido, Tibério Nero (Tac. *Ann.* 5.1), amando-a e estimando-a de maneira singular e constante. Ela, que não teve filhos com Otávio (Suet. *Aug.* 62.1), pertencia a uma família distinta, da *gens Claudii*. Seu pai, Marco Lívio Druso Cláudiano, foi adotado pela *gens Livii*, sugerindo que seu pai adotivo tenha sido Druso. Além disso, acabou sendo um tribuno da plebe (Tac. *Ann.* 5.1). Por conta de seu pai, Lívia adquiriu o cognome de Drusila e sua descendência ajudou Otávio a fortalecer seus laços com famílias distintas de Roma. O primeiro marido de Lívia, Tibério Nero, nomeou Augusto como tutor de seus filhos com Lívia antes de sua morte em 32 ou 33 a.C. (Barrett, 2002, p. 8, 22 e 27).

A grande prosperidade de Lívia, devido à sua posição eminente como esposa e mãe de imperador, resultou em um amplo poder, tanto para questões políticas quanto para ela exercer a atividade de patronato, visto que passou a ser conhecida por suas construções públicas e atos filantrópicos (Hemelrijk, 1999, p. 108). Consequentemente, ela foi a mulher da família Júlio-Claudiana mais

(1) Pós-doutoranda do Museu de Arqueologia e Etnologia, da Universidade de São Paulo e da Université Libre de Bruxelles. Bolsa de fomento: FAPESP; <taispbeto@usp.br>.

(2) Este termo foi colocado entre aspas para um efeito didático, pois essa “institucionalização” não é evidente e não é comentada nas fontes escritas.

bem representada e seu nome apareceu em portos, mercados e até santuários, além de ter tido sua imagem estampada em moedas. A presença da figura de Lívia nessas comemorações não possui precedentes. Tudo isso demonstra que ela tinha uma “carreira” como esposa de Augusto e sugere que ela apresentava um senso político acurado, levando-a a um considerável poder e influência (Zager, 2014, p. 54-57). Lívia, assim como Otávia, irmã de Otávio, era um modelo de matrona romana a ser seguido, evidenciado através da maternidade, da fidelidade, da *pudicitia* e da prosperidade, tornando-se um símbolo e uma figura social de influência política. De acordo com a leitura de Harvey (2020), Dião Cássio e Tácito a indicam como a “primeira senhora do Império romano”, pois Lívia foi promovida através da mídia visual como o membro feminino mais importante da família imperial (Harvey, 2020, p. 2 e 8).

2. O público, o privado e a religiosidade

Ao longo do governo do seu filho Tibério (Barrett, 2002, p. x), a posição de Lívia se tornou ambígua, devido aos títulos que ganhou e por adquirir alguns privilégios concedidos apenas para as Virgens Vestais. Essa ambiguidade poderia estar relacionada a uma polarização social estabelecida na interpretação da Vestal e da mulher casada, a qual foi criada de acordo com a estruturação da sociedade, que gerou todo um repertório de condutas e de experiências religiosas femininas (Chartier, 1995, p. 41).

Como viúva e sacerdotisa do novo *divus*, Lívia esteve no foco público, principalmente logo após a morte e a consagração de Augusto. Moedas que comemoravam o louvor de Augusto tinham em seu reverso uma figura feminina com uma *patera* e um cetro, com o intuito de demonstrar uma sacerdotisa do seu culto (Grether, 1946, p. 235-236).

O título de Augusta, atribuído de Augusto à Lívia, poderia ter conferido um atributo imperial, político e de poder, que poderia ter feito de Lívia uma companheira de governo de Tibério (Barrett, 2002, p. 153) ou uma rival, somando às suas virtudes domésticas as de continuidade dinástica, harmonia e estabilidade ao próprio Estado. Essa foi a primeira vez que um título masculino foi transferido para uma mulher, o que fez com que Lívia fosse honrada e aludida a um alto *status* social (Flory, 1988), sendo que esse título apareceu em moedas nas línguas grega e latina e esteve cada vez mais frequente em inscrições. Possivelmente, o título tenha sido o desejo de Augusto em fortalecer Tibério, até pelo fato de Tácito deixar claro que tanto Lívia quanto Tibério eram seus herdeiros, além de Augusto, em vida, ter pedido duas vezes para o Senado conceder poderes tribunários a Tibério (Tac. Ann. 1.8 e 10), e ainda pelo possível fato de que Augusto poderia ter visto em Tibério um governante

fraco ou rebelde, que teria sido contra seu próprio sistema imperial, atribuindo à sua mãe papéis públicos para ajudá-lo em seu poder.

Os pressupostos de gênero são os que criam grandes problematizações sociais, e, no caso romano, estavam presentes na base da formação da sociedade, com dispositivos para a existência de um patriarcalismo estrutural, os quais foram especialmente delineados por conta de três bases: o discurso, que envolveria o discurso educacional, familiar e, principalmente, o religioso, o qual parece ter influenciado os outros dois primeiros; o histórico, considerando os “mitos de origem”, como o estupro de Rhea Sílvia, o rapto das Sabinas, o estupro de Lucrécia e suposição do estupro de Vergínia, uma vez que a “história” foi tomada como experiência; por fim, o jurídico, que se formou de acordo com as normas religiosas e como consequência de eventos históricos, que deixaram entender que as mulheres deveriam ser protegidas de alguma maneira, resultando em leis como a *lex Iulia de adulteriis* e a *ius (trium) liberorum*.

A presença e a atuação de Lívia no governo de Tibério poderiam estar atreladas a questões religiosas, visto que era notável que, em caso de crise ou de um governo fraco, como o de Tibério, era delegada a presença religiosa das mulheres para acalantar a ira divina. Em tais circunstâncias, os dirigentes masculinos, os religiosos e os políticos recorriam às matronas para acalmar os deuses através de presentes, espetáculos e procissões femininas. Nesses momentos, confiava-se nas mulheres para conseguir a recuperação da estabilidade social e política (Cid López, 2011, p. 62-63).

Em Roma, quando as mulheres desejavam intervir na política, elas o faziam dentro de atividades religiosas, pois podiam sair de suas casas para assistir cerimônias religiosas, honrar divindades em determinadas datas do ano, além de que em momentos de crise os homens recorriam a elas para honrar as divindades com mais afinco, o que dava importância política às atividades religiosas e às deidades femininas, constituindo, assim, as mulheres “piedosas,” cuja idealização serviu para moldar as normas jurídicas (Cid López, 2011, p. 61). Com esse ideal feminino, era compreensível que as atividades públicas elegidas para Lívia tivessem sido atreladas ao espaço religioso.

3. Moedas de Lívia

As primeiras mulheres romanas a serem representadas em moedas apareceram com características ou personificações de deusas e foram diferenciadas como mulheres mortais devido a alguns elementos, como o tipo de cabelo. As moedas mostram como os romanos associavam Lívia à religiosidade.

Aos 80 anos, em 22 d.C., Lívia ficou muito doente e, para sua recuperação, o Senado decretou oferendas e jogos para a sua graça, o que a levou, simultanea-

mente, a ser representada em moedas como *Salus Augusta*, ou seja, a personificação do bem-estar. Para Barrett (2002), a alusão a *Salus* para representar o bem-estar de Lívia é indireta, uma vez que o estudioso aponta que abstrações femininas, como *Salus* ou *Pietas*, modificadas por *Augusta*, não se referem a Lívia, mas a uma relação da personificação abstrata com a casa de Augusto. A associação com *Salus* tem uma longa história, posto que em 16 a.C. moedas de Augusto celebravam votos tirados da *Salus* do Imperador, que foi identificada como a *Salus* da República, de modo que juramentos foram feitos por *Salus Augusti*. Houve também um culto a *Salus* de Augusto durante sua vida (Barrett, 2002, p. 93).

Entretanto, a personificação de Lívia como *Salus Augusta* pode estar atrelada não só à sua saúde, mas também às suas atividades religiosas, uma vez que *Salus* pode estar conectada com a deusa *Bona Dea*, à qual Lívia foi muitas vezes associada, além de ter restaurado seu templo. Várias estátuas de Lívia com a cornucópia lembram as estátuas de *Bona Dea*. Além disso, segundo Takács (2008), a base de uma pequena estatueta de uma mulher sentada conecta *Bona Dea* com *Hygia*, deusa da saúde, que aparece frequentemente como consorte de Asclépio. Sendo assim, *Salus*, que estava atrelada ao significado de saúde corporal, era a equivalente latina da deusa grega, *Hygia* (Takács, 2008, p. 102).

A série de moedas de Lívia como a personificação de *Salus*, segundo Harvey (2020), foi uma das primeiras a ser cunhada por Roma com sua face, visto que em várias outras províncias ela foi cunhada de forma similar (Harvey, 2020, p. 4 - 8), copiando o estilo e o padrão, não só de Lívia como *Salus*, mas também de outras séries em que ela vem personificada como *Pietas* e *Iustitia*, como fizeram as casas de moeda de Thessalonica e Amfípolis (Harvey, 2020, p. 114). (Fig. 1)



Fig. 1. Dupondius de bronze, Roma, de 22 - 23 d.C., governo de Tibério, 14 - 29 d. C. Anverso: Lívia como SALVS AVGSTA (Salo Augusta). Reverso: TI CAESAR DIVI AVG F AVG TR POT XXIIII S C (Tiberius Caesar Divi Augustus Fili Augur Pontifex Maximus Tribunicia Potestate Vicesimum Quartum = Tibério César Augusto, Filho do Divino Augusto, áugure, Sumo Pontífice encarregado do Vigésimo Quarto Poder Tribunício³); S(enatus) C(onsultum) (cunhada pelo consentimento do Senado⁴). © The Trustees of the British Museum.⁵

(3) Tradução nossa.

(4) Tradução nossa.

(5) Número de registro: R.6361. Referência bibliográfica: RIC1 47, p.97; RE1 83, p.131. Catálogo C&M: RE1p131.83. Disponível em: https://www.britishmuseum.org/research/collection_online/collection_object_details.aspx?objectId=1202443&partId=1, acessado em: 10/11/2019.

Nesse *dupondius* de Lívia como *Salus Augusta*, sua imagem aparece só no anverso da moeda, o lado mais importante do objeto, sem indicação do imperador. Entretanto, a correlação com o imperador apenas se mostra na legenda do reverso, evidenciando Lívia como a mais importante naquele momento. Segundo Harvey (2020), havia outra moeda com uma figura feminina sentada, cunhada anteriormente, que parece ser Lívia (Harvey, 2020, p. 121) e surge atrelada a ela em outros governos.

Barrett (2002) defende que o Senado fez um gesto adicional ao honrar Lívia durante o ano em que esteve doente, concedendo atenção aos filhos da *pietas* dela, um conceito romano que envolveu uma responsabilidade tanto aos deuses quanto à família. Foi votada a construção da *Pietati Augustae*, referida também como o Altar de *Pietas Augusta* (Barrett, 2002, p. 94). (Fig. 2)



Fig. 2. *Dupondius*,⁶ de 22 – 23 d.C., governo de Tibério. Anverso: Lívia como PIETAS. Reverso: S C (Senatus Consultum = cunhado com o consentimento do Senado), DRVSVS CAESAR TI AVGSTI F TR POT ITER (Drusus Caesar Tiberii Augusti Filius Tribunicia Potestate Iterum = Druso César, filho Tibério Augusto, com poder tribúnico pela segunda vez⁷). Cortesia do Classical Numismatic Group, Inc.⁸

moeda de *Pietas* traz o título de Druso, o Jovem, filho de Tibério e seu sucessor, enquanto o reverso da moeda de *Salus* e de *Iustitia* traz o título de Tibério (Harvey, 2020, p. 165). Acrescenta-se também que, nessa série de moedas de Lívia como *Pietas*, ela está associada ao seu papel como sacerdotisa do culto de Augusto (Harvey, 2020, p. 187). (Fig. 3)

Outra série feita em homenagem a Lívia foi a de *dupondius*, do governo de Tibério, datado de 21 – 22 d.C., em que ela está personificada como *Iustitia*. O objeto caracterizou-se como uma forma de homenageá-la por seus atos

Consequentemente, o Senado providenciou a cunhagem de uma série de *dupondius*, em que Lívia está representada como *Pietas*. Ela aparece com a cabeça velada e um diadema, demonstrando aspectos ligados a *pudicitia* e a *Vesta*, honrando seu papel de matrona romana, sem a presença masculina, mas com a referência ao filho de Tibério e Druso, no reverso. Segundo Harvey (2020), o reverso dessa moeda

(6) Referência: RIC I 43, *Corpus Nummorum Romanorum* VIII.

(7) Tradução nossa.

(8) Disponível em: <https://www.acsearch.info/search.html?term=Livia&category=1&en=1&de=1&fr=1&it=1&es=1&ot=1&images=1¤cy=usd&order=0>, acessado em: 05/09/2020.



Fig. 3. Dupondius⁹ de orichalcum,¹⁰ Roma, de 21 - 22 d.C., governo de Tibério. Anverso: Lívia como IUSTITIA, com uma tiara (stephane, que era um atributo divino). Reverso: TI CAESAR DIVI AVG F AVG P M TR POT XXIIII (Tiberius Caesar Divi Augustus Fili Augur Pontifex Maximus Tribunicia Potestate Vicesimum Quartum = Tibério César, filho do divino Augusto, áugure, Sumo Pontífice com o vigésimo quarto Poder Tribúnico¹¹), S C (Senatus Consultum = cunhada com anuência do Senado). Cortesia do *Heritage Action*, HA.com.¹²

de ajuda, que possivelmente estariam ligados à sua atividade de patrona, além de garantir uma ligação com o governo de Tibério, pela legenda do reverso, demonstrando a anuência do Senado e do imperador, ao demonstrar uma harmonia familiar, herança dinástica relacionada a Augusto.

Barrett (2002)

acentua que deve haver um cuidado na interpretação de figuras como *Salus*, *Iustitia* e *Pietas*, que poderiam refletir a aparência de Lívia. Para o estudioso, a figura feminina de *Salus*, com o nome *Augusta*, não teria uma ligação específica com Lívia, pois *Salus* possuiria elementos personalizados idiossincráticos. Fora de Roma, a moeda de *Salus* era usada como um tipo de retrato de Lívia, mas isso não prova que era um registro exato de sua aparência, apesar de refletir suas características (Barrett, 2002, p. 104). Representações dessas mulheres na Antiguidade muitas vezes não elucidavam de forma correta a sua aparência, porém alguns elementos se repetiam de formas precárias ou boas de representações, os quais podiam caracterizar certas pessoas, não importando sua qualidade (Harvey, 2020, p. 119).

Nesse mesmo ano, 22 d.C., outra série de moedas que se referia a Lívia foi cunhada em Roma e mostrava um *carpentum*, que era composto por uma carroça com duas mulas, utilizada pelas Vestais para atividades públicas. Nela, aparece a legenda S.P.Q.R. IVLIAE AVGST(AE), relativa ao *supplicatio*, de modo que o Senado decretou a Lívia o direito Vestal de uso do *carpentum*, bem como ela acabou ganhando uma celebração pública em Roma pelo dia do seu

(9) Número de referência: RIC 46

(10) Um metal amarelo valorizado nos tempos antigos, provavelmente uma forma de latão ou liga semelhante (Lexico, powered by Oxford), disponível em: <https://www.lexico.com/en/definition/orichalcum>, acessado em: 05/09/2020.

(11) Tradução nossa.

(12) Disponível em <https://coins.ha.com/itm/ancients/roman-imperial/tiberius-ad-14-37-orichalchum-dupondius-1385-gm-/a/231446-62053.s?ic16=ViewItemBrowseTabs-Auction-Archive-ThisAuction-120115>, acessado em: 05/09/2020.

aniversário (Grether, 1946, p. 236 - 237). A permissão do uso do *carpentum* aconteceu em 22 d.C., quando ela se tornou sacerdotisa do deificado Augusto e, consequentemente, teve a concessão para se sentar no teatro das Vestais (Tac. Ann. 4.16.4; Wood, 1999, p. 82; Winkler, 1995, p. 53-54), compondo seu caráter de modéstia, *pudicitia*, mãe e com virtudes femininas (Harvey, 2020, p. 186). (Fig. 4)

Esse sestertius com o *carpentum* no anverso, junto com o nome de IVLIAE AVGVSTA(e), demonstra um respeito Vestal à personagem, uma vez que esse tipo de carruagem era apenas utilizado pelas Virgens Vestais, revelando um aspecto religioso à imagem de Lívia. Para Barrett (2002), a moeda deveria estar ligada à doença de Lívia, de modo que a cena poderia estar relacionada com a procissão de súplicas, a qual o Senado deve ter decretado (Tac. Ann. 12.42.2; Barrett, 2002, p. 95).

Nos anos 20 d.C., ela e Júlia foram associadas ao culto de *Hestia*, a deusa grega equivalente a *Vesta* romana (Barrett, 2002, p. 144). Elementos como o cetro, a *patera*, o véu velando a cabeça, além de suas imagens sentadas, mostram uma iconografia ligada à deusa *Vesta*, contribuindo para a sua posição de sacerdotisa e mãe (Harvey, 2020, p. 184). A identificação de Lívia com outras deusas continuou nas províncias, assim como sua personificação como *Hera*, que persistiu nas moedas de Tarsus. Em Atenas, ela ganhou um epíteto ligado ao nome de *Hera*, que sugere a *Providentia* romana, demonstrando que onde Lívia não era identificada divinamente, era associada com uma deusa (Grether, 1946, p. 241-242).

Segundo Harvey (2020), Lívia também foi associada com *Demeter/Ceres*, pelos grãos e papoulas, símbolos ligados à fertilidade, com papéis maternais (Harvey, 2020, p. 137 e 174). Ela foi celebrada como a “nova Hera” em Assos



Fig. 4. Sestertius¹³ de liga de cobre, de 22 - 23 d.C., Roma, governo de Tibério. Anverso: *carpentum*, SPQR/IVLIAE AVGVST(e) (Senatus Populusque Romanus *Iuliae Augustae* = o Senado e o Povo Romano para Julia Augusta¹⁴). Reverso: SC (Senatus Consultum = pelo consentimento do Senado), TI CAESAR DIVI AVG F AVGVST P M TR POT XXIII (Tiberius Caesar Divi Fili Augustus Pontifex Maximus Tribunicia Potestate Vicesimum Quartum = Tibério César, Filho do Divino Augusto, Grande Pontífice investido com o Vigésimo Quarto Poder Tribunitio¹⁵). © The Trustees of the British Museum.¹⁶

(13) Número de referência: R.6358. Referências bibliográficas: RE1 / Coins of the Roman Empire in the British Museum, vol. 1: Augustus to Vitellius (77, p.130), RIC1 / The Roman Imperial Coinage, vol. 1 (51, p.97)

(14) Tradução nossa.

(15) Tradução nossa.

(16) Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/C_R-6358, acessado em: 21/08/2020.

e *Pergamum*; “nova Isis” no Egito; “nova Afrodite” em Chipre; e “nova Héstia Demeter” em *Lampsacus* (Spaeth, 1996, p. 169-170; Harvey, 2020, p. 138-139).

O que parece é que o fato de Lívia ter sido ligada a um ambiente religioso, com atributos concedidos apenas às Virgens Vestais, foi uma maneira de “institucionalizar” suas atividades e atos dentro do Estado. A associação de Lívia com *Vesta* parece ter sido prudente, uma vez que *Vesta* era a deusa do lar ou da lareira em seu templo, próximo a *Regia*,¹⁷ no fórum, onde guardava o fogo sagrado, o qual as Virgens Vestais protegiam. Segundo Barrett (2002), talvez Augusto tenha usado a associação de Lívia com *Vesta* para reforçar a imagem de sua esposa como um símbolo de castidade e uma apropriada representante do lar, do *princeps* e da casa de uma nação (Barrett, 2002, p. 143). Dessa forma, a apresentação pública de Lívia deveria estar ligada a uma moral feminina que se impunha a todas as partes do corpo e que exercia uma continuidade através de uma coação quanto aos trajes e aos penteados. Os princípios antagônicos da identidade masculina e feminina se inscreviam sob maneiras permanentes de se servir do corpo ou de manter uma postura (Bourdieu, 1998, p. 36).

Lívia aparece em outras moedas com os mesmos atributos de fertilidade feminina, mas interpretada como outras deusas. Grether (1946) a correlaciona com *Pax/Ceres* e menciona que sua representação teria sido associada com a



Fig. 5. *Aureus*,¹⁸ 14 – 37 d.C., *Lugdunum*, governo de Tibério. Anverso: busto laureado de Tibério, TI CAESAR DIVI AVG F AVGVSTVS (*Tiberius Caesar Divi Augustus Fili Augustus* = Tibério César Augusto, filho do divino Augusto¹⁹). Reverso: figura feminina que poderia ser Lívia, PONTIF MAXIM (*Pondifex Maximus* = Pontífice Máximo²⁰). © The Trustees of the British Museum.²¹

deidade da abundância agrícola. Moedas de Augusto, de 2 a.C. a 14 d.C., tinham em seu reverso a imagem de uma figura sentada segurando espigas de milho e um cetro, a qual continuou a aparecer em outros governos posteriores, assim como no de Tibério e no de Cláudio, quando Lívia já teria sido deificada (Grether, 1946, p. 226 – 227 e 238). (Fig. 5)

(17) *regina sacrorum* era a mulher do *rex sacrorum* (Boatwright, 2011, p. 112).

(18) Número de referência: 1985,0421.38. Referências bibliográficas: CHRB VI / Coin Hoards from Roman Britain Volume VI (38, p.3), RIC1 / The Roman Imperial Coinage, vol. 1 (29, p.95).

(19) Tradução nossa.

(20) Tradução nossa.

(21) Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/C_1985-0421-38, acessado em: 17/08/2020.

Nesse *aureus* do governo de Tibério, o imperador é homenageado como *divus*, devido ao seu precedente, pai adotivo, Augusto. No reverso, está a imagem de Lívia, que lembra *Pax/Ceres*. Mais uma vez, ela é associada a uma deusa, com um ramo de planta em sua mão esquerda, o que pode estar relacionado a prosperidade governamental de seu filho, fertilidade e abundância agrícola, além de produtividade e sucesso na transmissão hierárquica. Mostra também uma homenagem ao governo de seu filho Tibério, o qual celebra que sua mãe foi essencial para que ele chegasse ao poder. Segundo Harvey (2020), Lívia, sentada com atributo de *Pax* ou *Ceres*, com ramo de espigas de grãos, demonstra seu papel de mãe da família imperial e sua presença estável na dinastia imperial, sendo que em *Lepcis Magna*, *Colonia Romula* e *Tarsus*, ela foi referida diretamente como mãe (Harvey, 2020, p. 132 e 134). Para Barrett (2002), a figura feminina sentada que aparece no governo de Tibério troca o cetro por uma lança e as espigas são grãos de trigo (Barrett, 2002, p. 141).

Apenas em 41 d.C., com Cláudio imperador, com o intuito de fortalecer sua conexão com a casa imperial, ele não somente empreendeu novas honras a Augusto, mas também deificou sua avó, Lívia (Grether, 1946, p. 247-249), o que fez com que a cunhagem de moedas com a figura dela passasse a ser mais corriqueira em Roma (Harvey, 2020, p. 121), além de ter, dessa forma, uma garantia política a si mesmo em receber o título de *divus*. Provavelmente, foi somente depois de Lívia ter sido deificada, em 42 d.C., que as moedas com sua imagem apareceram acompanhadas da legenda *diva* e o culto a ela começou a aparecer. (Fig. 6)

Nesse *dupondius* do governo de Cláudio, que marca a consagração, em 41 d.C. (Barrett, 2002, p. 222), e consequente deificação de Lívia, aparece mais uma vez a figura feminina sentada, a qual passa a ser bem identifi-



Fig. 6. *Dupondius*²², de 41 - 50 d.C., governo de Cláudio, Roma. Anverso: Augusto, DIVVS AUGUSTUS e S C. Reverso: Lívia, DIVA AUGUSTA. © The Trustees of the British Museum.²³

(22) Número de registro: R.9873. Referências bibliográficas: RE1 / Coins of the Roman Empire in the British Museum, vol. 1: Augustus to Vitellius (224, p.195)

PCR / Principal coins of the Romans: Volume I: The Republic c. 290 - 31 BC; Volume II: The Principate 31 BC - AD 296; Volume III: The Dominate AD 294 - 498. (395)

RIC1 / The Roman Imperial Coinage, vol. 1 (101, p.128).

(24) Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/C_R-9873, acessado em: 17/08/2020.

ficada, seguindo o padrão ligado à figura de *Ceres* (Barrett, 2002, p. 141 e 210) ou *Vesta*. Há uma celebração ao casal divino, pois a deificação de sua avó, Lívia, garantiu o *status de divus* a Cláudio, demonstrando o passado de sua própria família, que o ajudou a chegar ao poder. A moeda possui a imagem de Augusto no anverso, como a figura principal, e a de Lívia no reverso, como figura secundária, com uma espiga de milho na mão, significando fartura, abundância agrícola, fertilidade e outras virtudes de uma matrona romana e indicando, principalmente, a garantia de uma longevidade dinástica. Já o cetro estaria ligado ao respeito, à sabedoria e à deusa *Vesta*. De acordo com Harvey (2020), Lívia está representada nessa moeda como *Ceres/Demeter*, aspecto que também aparece em algumas moedas do governo de Tibério, com formas semelhantes, mas com alguns atributos diferenciados, como a *patera*, o cetro e, ocasionalmente, as espigas de grãos no lugar do cetro, como também aparece em moedas do governo de Galba (Harvey, 2020, p. 124).

4. Conclusão

Os elementos monetários romanos poderiam delimitar uma marca da relação de poder, de gênero, do sistema familiar e de seus valores, além de que eram objetos que poderiam ter sido o corolário de mudanças políticas, uma vez que estava em pauta a demanda privada e doméstica elencada para as mulheres cunhadas em moedas, diante de uma visibilidade pública ainda baseada na moralidade e nos valores próximos aos mais tradicionais. As imagens de Lívia foram atribuídas às personificações de deusas, junto a símbolos representativos da fertilidade, religiosidade e *pudicitia*.

Em decorrência dos elementos simbólicos relativos à fertilidade, demonstrados pela iconografia monetária, interpreta-se que havia uma topologia sexual do corpo socializado, sendo que o corpo feminino era aquele reconhecido por procriar. Os corpos, diante de seus deslocamentos e movimentos, são revestidos de significados sociais. As diferenças entre o corpo masculino e o feminino poderiam ter levado ao emprego de diferentes práticas e elementos metafóricos para elucidá-los, os quais foram utilizados para cada sexo e diferenciados igualmente em suas aparências, estando ligados ao *habitus* dos agentes, que funcionavam como esquemas de percepções, de pensamento e de ações (Bourdieu, 1998, p. 16-18).

Outra questão que foi levantada neste trabalho elencou o local de atuação de Lívia, que parece ter sido o religioso, imprescindível para o desempenho feminino. Certamente, tanto dentro da arena pública quanto da privada, as mulheres tinham limites de atuações. Nesse contexto, a interpretação dos locais de atuação pode definir e tornar tais espaços objetos de reflexão e de definição do que seria a atuação política, levando em conta que a moeda

também poderia ser elencada como um espaço público para se efetuar um discurso através de seus símbolos (Alvarez *et al.*, 1998; Scott *et al.*, 1997). A “institucionalização” da mulher romana, ligada à religião, pode ter feito com que o político se camuflasse pelo religioso, abrindo espaço para a agência de Lívia e lhe garantindo um lugar de atuação. Mesmo assim, as mulheres tenderam a não ser tão bem aceitas, mas se poderia contar com um novo estabelecimento delas entre o público e o privado, principalmente depois de Lívia.

Nesse ínterim, pode-se mencionar que as agências de Lívia representaram um desafio às fronteiras entre o público e o privado e, consequentemente, uma reinvenção do doméstico e o reconhecimento da importância do gênero para os fenômenos culturais e políticos, de modo que as moedas exemplificam isso. Nessa perspectiva, este estudo teve o intuito de evidenciar, através das moedas e junto com as fontes textuais, as construções identitárias romanas e a importância da agência para a constituição de processos complexos de mudanças.

5. Documentação

Coleção Numismática do *Classical Numismatic Group*, disponível em: <https://www.cngcoins.com/>, último acesso: 25/04/2022.

Coleção Numismática do *Heritage Action: the world's largest Numismatic Auctioneer*, disponível em: <https://www.ha.com/>, último acesso: 25/04/2022.

Coleção Numismática do Museu Britânico, disponível em: <https://www.britishmuseum.org/collection>, último acesso: 25/04/2022.

6. Bibliografia

6.1. Autores antigos

SUETONIUS.

The Twelve Caesars. translation by Robert Graves, Penguin Books, Harmondsworth, 1957.

TACITUS, P. C.

The Annals and The Histories. Tradução: Church, A. J. & Brodribb, W. J. Great Britain: Penguin Classics. 1952.

6.2. Referências bibliográficas

ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Eds.)

Cultures of Politics of Cultures. Re-visioning Latin American Social Movements. Boulder, Colorado: Westview Press, 1998.

BARRETT, A. A.

Livia: first lady of Imperial Rome. New Haven: Yale University Press, 2002.

- BOURDIEU, P.
A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- CHARTIER, R.
Diferença entre os sexos e a dominância simbólica (nota crítica). In: *Cadernos Pagu* (4), pp. 37-47, 1995.
- CID LÓPEZ, R. M.
La matrona y las mujeres de la Roma antigua. Un estereotipo feminino a través de las imágenes religiosas y las normas legales. In: *Mujeres en la Historia, el arte y el cine: discursos de género, variantes de contenidos y soportes: de la palabra al audiovisual*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2011, pp. 55-70.
- FLORY, M.B.
The meaning of Augusta in Julio-Claudian period. In: *American Journal of Ancient History* 132: 113-138, 1998.
- GRETER, GERTRUDE.
Livia and the Roman Imperial Cult. In: *The American Journal of Philology*, v. 67, n. 3, pp. 222-252, 1946.
- HARVEY, T.
Julia Augusta: images of Rome's first empress on the coins of the Roman empire. London and New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2020.
- HEMELRIJK, EMILY A.
Matrona docta: educated women in the Roman elite from Cornelia to Julia Domna. London and New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 1999.
- SCOTT, J. W.; KAPLAN, C.; KEATES, D.
(Eds.) *Transitions, Environments, Translations. Feminisms in International Politics*. London and New York: Routledge, 1997.
- SPAETH, B. S. *The Roman goddess Ceres*. Austin: University of Texas Press, 1996.
- TAKÁCS, S. A.
Vestal Virgins, Sibyls, and matrons: women in Roman religion. Austin: University of Texas Press, 2008.
- WOOD, S. E.
Imperial women: a study in public images, 40 BC - AD 68. Leiden, Boston, Koln: Brill's Scholars' List, 1999.
- WINKLER, L.
Salus: Vo Staatskult zur politischen idee, eine, Archäologische Untersuchung. Heidelberg: Verlag Archäologie und Geschichte, 1995.
- ZAGER, I.
The political role of women of the Roman elite, with particular attention to the autonomy and influence of the Julio-Claudian women (44 BCE to CE 68). Submitted in accordance with the requirements for the degree of Master of Arts, in the subject of Classical Studies, at the University of South Africa, Pretoria, 2014.

Estruturas de poder e memória monumental observadas nas moedas de Jerusalém/Aelia Capitolina no século II EC

Gladys Mary Santos Sales¹

1. Introdução

Nossas pesquisas destacam a moeda como ‘memória monumental’, uma vez que mesmo inserida em um sistema ponderal para facilitação de trocas de bens e serviços permitia a compreensão de que a ordem imperial na *Judea Palaestina* se dava, também, por meio de integração cultural, negociação e legitimação, presentes em uma complexa rede de poder multidirecional e polissêmica, que percorria as esferas administrativas, políticas, sociais e religiosas.

Esclarecemos que nossas análises arqueológicas referentes à presença romana em Jerusalém/Aelia Capitolina no século II EC se alinham à corrente pós-processual, no entendimento de que o estudo de moedas em contexto arqueológico, devidamente identificadas nas estruturas arquitetônicas em que foram localizadas, ampara-se no escopo da Arqueologia Contextual. Logo, essa abordagem metodológica permitiu o entendimento de que a cultura material se relacione ao seu momento histórico-social e questionamentos regionais, na produção de conhecimentos plausíveis e relevantes para a compreensão do passado humano em consonância com o presente, na perspectiva crítica do futuro. Portanto, a apresentação pautou-se pelas construções teórico-metodológicas dos estudos arqueológicos resultado do dinamismo e interdisciplinaridade que a Arqueologia dos séculos XX e XXI possui.

Dessa forma, seguimos as novas concepções arqueológicas dos estudos sobre o Império Romano desenvolvidos no Brasil (Guarinello, 1985, 2008, 2006; Fleming, 2001, 2008, 2014; Funari, 2005, 2006, 2008), assim como a presença de brasileiros em escavações de sítios romanos ocidentais (Garraffoni; Cavicchioli; Silva, 2001); e da equipe brasileira que escavou pela primeira

(1) Arqueóloga titular de cargo efetivo no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Doutora em Arqueologia pelo MAE-USP. Pesquisadora do LARP-MAE/USP <gladys@alumni.usp.br>. O presente capítulo discorre sobre os resultados das pesquisas arqueológicas divulgadas no evento “10 anos de LARP: Trajetórias e Perspectivas”, relacionadas à tese de doutorado “ESTRUTURAS DE PODER E NEGOCIAÇÕES NA JUDEA-PALAESTINA DO SÉCULO I AEC AO II EC – Análise de moedas em contexto urbano”, sob a orientação do Prof. Dr. Vagner Carvalheiro Porto, defendida e aprovada em junho de 2022.

vez um sítio romano oriental, a saber, o sítio arqueológico de Apollonia (Marshall, 2003). A propósito desta escavação, destacam-se os estudos desenvolvidos na área E, o estrato romano de Apollonia (trabalho coordenado pela Profa. Dra. Maria Beatriz Borba Florenzano do MAE-USP e pelo Prof. Dr. Francisco Marshall da UFRGS), que escavou uma área identificada inicialmente como *villa marítima*² (Rech, 2003; Roll; Tal, 1999). Contudo, o mais provável é que se trata de uma *mansio*³ construída por volta de 70 EC ao longo da Via Romana Jope-Cesareia, estabelecida no contexto da Primeira Guerra Judaica (Tal; Teixeira-Bastos, 2012).

Entendemos que as atuais discussões brasileiras sobre o Império Romano⁴ – nas quais nosso estudo está inserido – englobam as pesquisas desenvolvidas na Universidade de São Paulo – USP, no Laboratório de Arqueologia Romana Provincial coordenado pela Profa. Dra. Maria Isabel D'Agostino Fleming e Prof. Dr. Vagner Carvalheiro Porto – cujos estudos dessa região foram enriquecidos com as pesquisas desenvolvidas por Marcio Teixeira-Bastos (*Cristianização dos Espaços na Antiguidade Tardia: O caso de Apollonia-Arsuf*, dissertação de mestrado, 2011; *Análise e distribuição espacial de lamparinas romanas de disco: o caso das províncias da Palestina e do norte da África*, tese de doutorado, 2016). Recentemente, o Laboratório de Arqueologia Romana Provincial – LARP/USP foi representado pelas pesquisadoras Dra. Gladys Mary Santos Sales, Ma. Claudia Gradim e Dra. Lygia Ferreira Rocco nas escavações em Israel, organizadas pela Universidade Hebraica de Jerusalém – *Projeto Tiberíades em 2018*, sob a coordenação da Profa. Dra. Katia Cytryn-Silverman. Acrescentam-se no contexto do LARP, os estudos de Doutorado, Mestrado e Iniciação Científica em curso que tratam dessa região, dos pesquisadores Kelly Gillikin Schoueri, Gabriela Rodrigues Marques de Oliveira, Carolina Mattoso e Ana Rigolon.

Diante do que foi mencionado sobre as pesquisas brasileiras em Arqueologia, nas quais estão inseridos os estudos sobre o Império Romano, seguimos

(2) Segundo Bastos (2015, p. 225) a *villa* originalmente caracterizava-se como uma moradia de luxo, destinada à elite romana. Desde suas origens a função e ideias a respeito da *villa* transformaram-se consideravelmente. Após o período da República Romana, as *villae* transformaram-se em pequenos entrepostos agrícolas, e durante a Antiguidade Tardia, tornaram-se cada vez mais fortificadas. Em muitos dos casos, sob o domínio Bizantino foi transferida a posse do lugar à Igreja para reutilização como centro religioso, comumente mosteiros.

(3) *Mansio*, que vem do verbo latino *mansus* e derivada de *manere* (forma verbal), significa “lugar para passar a noite enquanto viajam”. Esse entreposto tratava-se de uma parada oficial em uma via romana e era mantida pelo governo central para o uso de oficiais e negociantes ao longo de suas viagens ao redor do Império. Em período posterior foram adaptadas e transformadas para acomodar os mais diversos viajantes e habitantes fixos (como no caso de Apollonia) de todas as esferas da sociedade (Bastos, 2015, p. 225).

(4) Os principais centros de estudos no país: LARP-MAE/USP; LEIR-MA/USP; UNICAMP; UNESP; UFES; UFRJ; UERJ; UFSC; UFPE; UFPR; UFOP; UFRN, dentre outros.

também, os pressupostos pós-processuais de Hodder (1986) e seus colaboradores, as pesquisas desenvolvidas por Porto (2007), Carlan (2008), Florenzano (1984; 2001), Lacroix (1974), Caltabiano (1998), Pérez (1986) e Kormikiari (2001), dentre outros.

2. A moeda como monumento e as estruturas de poder

As moedas são entendidas em Arqueologia como suportes físicos que permitem a integração entre imagem e texto – cada um, dos quais, pode ser estudado separadamente, mas que se analisados em conjunto, possibilitam a reflexão para além da soma dessas partes. Devido a essa interação, as moedas são fontes multidisciplinares e, para atribuir-lhe a importância de todas as suas dimensões, é necessária uma abordagem interdisciplinar.

Compreendemos que as moedas são objetos portáteis de fácil circulação nas diversas sociedades desde a Antiguidade, às quais possibilitam interação e integração regional, e formam elos integrativos nas estruturas de poder e resistência entre a sociedade e a agência do indivíduo. Assim, os estudos numismáticos possibilitam a compreensão das próprias moedas, e o entendimento de seus contextos, suas histórias de vida e os seres humanos ao seu redor (Sales, 2022).

Partimos do pressuposto de que a invenção da moeda pelas cidades gregas da Lídia, na Ásia Menor, no final do século VII AEC, e a adoção da cunhagem no século seguinte pelas *póleis* gregas, façam parte de um processo de inovação tecnológica, vivenciado pelas sociedades do Mediterrâneo em termos mercantis e/ou financeiros, que viabilizou um ciclo de inovação, experimentação e aperfeiçoamento (Florenzano, 2001).

Dessa forma recorremos à origem etimológica da palavra ‘moeda’ (provavelmente na Antiguidade romana), a qual possivelmente estava relacionada a dois elementos principais: (1) Ao verbo latino *moneo* que no infinitivo se escreve *monere*, cujo significado está associado a “avisar”, “advertir”, mas que nesse caso pode ser entendido como “lembra” e “fazer pensar”. (2) A vinculação com a deusa Juno Moneta, que possui seu epíteto “Moneta” derivado do mesmo verbo. Ressaltamos que o templo da deusa se situava no Capitólio, próximo à oficina de cunhagem do período republicano, cujas atribuições relacionavam-se à manutenção das unidades de medidas da república romana (Meadows; Williams, 2001).

Outra palavra vinculada ao mesmo verbo (*moneo*) é o léxico *monumentum*, que conforme Andrew Meadows e Jonathan Williams (2001), estava relacionado à convenção romana de ‘memória’ e ‘monumento’. Logo, as moedas poderiam ter a função de agir como (re)avivadoras da ‘memória coletiva’ (Halbw-

chs, 1992; Assman; Czaplicka, 1995). Nesta perspectiva, as moedas romanas, poderiam ser consideradas como “monumentos em pequena escala”, com ampla circulação, que teriam tornado possível a transformação da imobilidade em movimento constante (Meadows; Williams, 2001, p. 40-43).

Diante da conceituação da possível relação existente entre moeda e monumento destacamos a compreensão das estruturas de poder a partir das proposições de Michel Foucault (1977, 1979, 1980, 1995), que as define como uma rede de relações em que todos os indivíduos estão envolvidos, como geradores ou receptores, dando vida e movimento a essas relações. Assim, segundo Revell (2009), a resistência se dá, necessariamente, onde há poder, porque ela é inseparável das relações de poder, logo, tanto a resistência funda as relações de poder, quanto ela é, às vezes, o resultado dessas relações; na medida em que as relações de poder estão em todo lugar, a resistência é a possibilidade de criar espaços de lutas e agenciar possibilidades de transformação em toda parte (Revell, 2009, p. 74).

3. Contexto histórico

Após a libertação do jugo selêucida, a Judeia vivenciou liberdade política, entre os anos 164 e 64 AEC. A conquista do Templo de Jerusalém em 63 AEC por Pompeu, porém, mudou o quadro de liberdade judaica e estabeleceu o início da intervenção direta romana na *Judea-Palaestina*. Esta nova relação foi marcada por duas grandes revoltas – a de 66 EC e a de 132 EC – que evidenciaram a resistência dos judeus ao domínio romano (Williams, 2000).

Dessa forma, o recorte temporal da comunicação oral (século II EC) limitou-se à refundação romana de Jerusalém por Aelia Capitolina (refundada provavelmente em 130 EC por Adriano).

4. Metodologia

Metodologicamente a análise da cultura material deu-se de maneira qualitativa, por meio dos dados retirados de relatórios de escavações, pesquisas acadêmicas, revistas científicas e de catálogos numismáticos publicados até o momento, de moedas cunhadas durante o século II EC na cidade de Jerusalém/Aelia Capitolina.

4.1 Dados

Foram analisadas na tese de doutorado as moedas produzidas em duas cidades (93 moedas de Jerusalém/Aelia Capitolina, e 49 de Cesareia Marítima),

assim como as emissões estrangeiras que circularam nelas (501 em Jerusalém/Aelia Capitolina e 176 em Cesareia Marítima). Foram identificadas seis estruturas arquitetônicas em grande escala em Jerusalém/Aelia Capitolina e onze para Cesareia Marítima. Assim, para se evitar a multiplicidade e repetição na análise, apresentamos na comunicação oral uma moeda e uma estrutura arquitetônica de Jerusalém para uma visão geral da construção ideológica das estruturas de poder presentes nas moedas e no espaço construído, conforme mostra a Fig. 1.

Nº	Moeda/estrutura arquitetônica	Século	Descrição
1	Moeda emitida pelos Judeus da Segunda Revolta (Bar Kokhba)	II EC	Tetradracma, prata, de Jerusalém/Aelia Capitolina (MESHORER, TJC 218 apud PORTO, 183, 2007).
2	Estrutura arquitetônica denominada Complexo do Monte do Templo	I AEC	A estrutura do Complexo do Monte do Templo era composta pelos muros de contenção e o próprio Templo. Escavações a oeste e ao sul do Monte do Templo revelaram evidências de ruas e de casas que indicam o caráter público dos arredores imediatos do Monte do Templo.

Fig. 1. Moedas e estrutura arquitetônica de Jerusalém/Aelia Capitolina. Fonte: Sales, 2022.

4.2 Análise e discussão dos resultados

As análises foram pautadas pelas epistemologias da Arqueologia Pós-processual e pela compreensão do emaranhado biossociomaterial (Teixeira-Bastos; Ferreira; Hodder, 2020) que possibilitaram a percepção dos aspectos primordiais dos elementos que compõem o discurso monetário e da compreensão dos aspectos ideológicos que envolviam as relações interpessoais no mundo antigo. Assim, as escolhas das imagens das moedas provinciais, por um lado, e a inserção das moedas na organização do espaço construído, por outro, fazem parte do entendimento da totalidade material e suas representações nas relações sociopolíticas, histórico-sociais, religiosas e econômicas em Jerusalém/Aelia Capitolina no século II EC, conforme Figs. 2, 3, 4 e 5.

Observamos na Fig. 3 que a imagem centralizada da fachada do Templo de Jerusalém surge estrategicamente em alto relevo no primeiro plano da moeda. A representação centralizada da Arca da Aliança aparece com a finalidade de persuadir e mostrar à sociedade da época, o caráter sagrado e religioso da cidade, e assim, a função ‘messiânica’ da Revolta de Bar Kokhba, alinhada aos elementos discursivos apresentados nas escolhas imagéticas de reverso (Fig. 4) a seguir.

A imagem centralizada do feixe de *lulav* (palma) com *etrog* (cidra) observada na Fig. 4, são representações imagéticas de duas espécies do Festival dos Tabernáculos (*Sukkōt*), o que pode ser compreendido como uma clara alusão ao período em que os judeus peregrinaram pelo deserto com Moisés.



- 1) Autoridade Emissora: Judeus da Segunda Revolta (Bar Kosiba).
- 2) Característica de emissão / distinção de status: “nacionalista”.
- 3) Datação: 132-135 d.C. (ano 1 da revolta 132 d.C.).
- 4) Local da emissão: Jerusalém-Aelia Capitolina – Judéia.
- 5) Denominação: Tetradracma; prata.
- 6) Anverso: fachada do templo de Jerusalém.
 - Variação do tipo principal: não há.
 - Tipos secundários de anverso: no centro, arca (?).
 - Legendas de anverso: em páleo-hebraico, (לְמִזְבֵּחַ), que significa Jerusalém.
 - Reverso: seixe de lulav (palma) com etrog (cidra) = (as quatro espécies do Festival dos tabernáculos).
 - Variação do tipo principal: não há.
 - Tipos secundários de reverso: não há.
 - Legendas de reverso: em páleo-hebraico, (בָּשָׁנָה הַזֶּה יְהִי לְעֵלָה יְהִי לְמִזְבֵּחַ), que significa: ano um da redenção de Israel.
- 7) Referências: Meshorer T1 218.

Fig. 2. Imagem da moeda de Jerusalém. Fonte: Extraído do catálogo numismático desenvolvido por Porto (2007).

A palavra “tabernáculo” origina-se da palavra latina “tabernaculum” que significa “uma cabana, um abrigo temporário”. No original hebraico (מִזְבֵּחַ) a palavra equivalente é *Suca*, cujo plural é *Sukkōt*. O uso de quatro espécies de plantas é prescrito em Levítico 23.40: “tomareis fruto de árvores formosas, ramos de palmeiras, ramos de árvores frondosas e salgueiros de ribeira”. As autoridades judaicas estabeleceram que “a fruta de árvore formosa” significa a cidra (etrog); “ramos de palmeiras” seriam ramos da tamareira (*lulav*); “ramos



Fig. 3. Em destaque a imagem de anverso da moeda de Jerusalém. Fonte: Sales, 2022.



Fig. 4. Em destaque a imagem de reverso da moeda de Jerusalém. Fonte: Sales, 2022.

de árvores frondosas” referindo-se ao mirto (*hadassim*); e “salueiros de ribeira” ao salgueiro (*aravot*). Essas quatro espécies formam o molho de *Sukkōt* que os judeus seguram durante a Festa dos Tabernáculos.

Dessa forma, tanto anverso quanto o reverso se complementam na disseminação de um discurso de sacralidade da cidade de Jerusalém. Assim, a construção discursiva de um passado comunal era permeada pela valorização religiosa e messiânica dos míticos eventos locais.

Em consonância com os elementos discursivos observados na moeda de Jerusalém, examinamos as estruturas construtivas, para a verificação das formas com que se davam as estruturas de poder no espaço construído, em Jerusalém, no século II EC, à luz das teorias arqueológicas e numismáticas.

Na Fig. 5 apresentamos análises das estruturas de poder e memória monumental observadas nos elementos construtivos de Jerusalém/Aelia Capitolina.

As evidências de estruturas de poder e memória monumental (Fig. 5) são percebidas a partir da localização na paisagem do Complexo do Monte do Templo, que se destacava na organização do espaço construído, uma vez que estava topograficamente na área mais elevada da cidade. Mantém-se a evidenciada monumentalidade de todo o arranjo espacial deste complexo pelo número de moedas encontradas nele. Esta área foi a que apresentou o maior número de moedas em contexto arqueológico na teses de doutorado (Ariel, 1982), totalizando 2.179 moedas, datadas do século I AEC ao II EC.

Esclarecemos que o templo na Antiguidade tinha função de casa de câmbio, e em alguns casos, como no templo dedicado a Juno Moneta, era o local onde se produziam moedas. Assim, a presença de numerosas e diferentes emissões monetárias na referida estrutura demonstra um grande fluxo de pessoas e mercadorias, que proporcionavam dinamismo econômico.

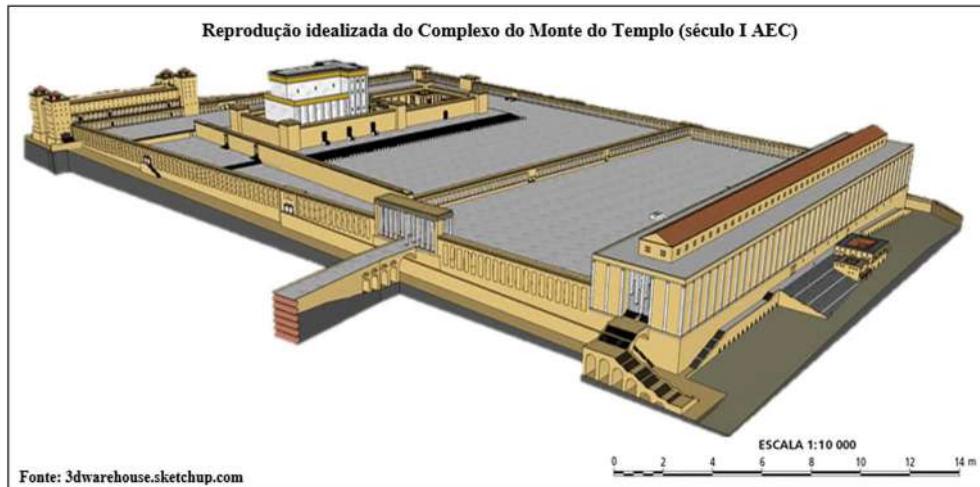


Fig. 5. Reprodução artística do Complexo do Monte do Templo. Fonte: Sales, 2022.

Reforçamos que as instâncias econômicas estão alinhadas e em consonância com o poder político, assim, um mercado monetarizado estava diretamente relacionado à força política e econômica da cidade.

Destacamos que o Templo de Jerusalém foi saqueado e parcialmente destruído pelos romanos no ano 70 EC, mas os achados monetários apontam para a utilização da área envoltória após a destruição dele.

Observamos a presença do emaranhado biossociomaterial nesta estrutura monumental, assim como a função de trazer à memória o passado vivenciado pelo coletivo, uma vez que sua fachada foi um dos motivos iconográficos utilizados nas emissões da Segunda Revolta (Fig. 3). Assim, as estruturas de poder e negociações relacionavam-se à posição na paisagem, usos do local, visibilidade, representação em moedas e governante construtor, logo, as escolhas arquitetônicas de materiais e visibilidade estavam relacionadas à monumentalização de memórias, as quais resistiam ao esquecimento e à passagem do tempo.

Faz-se necessário esclarecer que as moedas que circulavam por esta estrutura estavam relacionadas aos vieses político, econômico e cultural, os quais reforçavam as identidades locais por meio da mediação entre a elite local e Roma.

4.3 Discussão geral

As análises foram pautadas pelas epistemologias da Arqueologia Pós-procesual e pela compreensão do emaranhado biossociomaterial que possibilitaram a percepção dos aspectos primordiais dos elementos que compõem o discurso monetário e da compreensão dos aspectos ideológicos que envolviam as relações

interpessoais no mundo antigo. Assim, as escolhas das imagens das moedas provinciais, por um lado, e a inserção das moedas na organização do espaço construído, por outro, fazem parte do método de análise a que nos propomos: do entendimento da totalidade material e suas representações nas relações sociopolíticas, histórico-sociais, religiosas e econômicas na *Judea-Palaestina*.

5. Considerações finais

Esta pesquisa arqueológica permitiu a compreensão de que suas discussões iniciais evidenciavam o caráter oficial e de Estado quanto à ordenação da malha urbana e às produções monetárias de Jerusalém/Aelia Capitolina. Todavia, a conceituação e análises fundamentadas em dinâmicas biossociomateriais, como negociações e emulações permitiram a compreensão do complexo enlace dos elementos locais e imperiais, na evidenciação de que poder e resistência ultrapassam posições culturais maniqueístas e monolíticas. Assim, a organização urbana e as moedas estão inseridas em um universo polissêmico, dinâmico e fluido, que faz das relações interpessoais, políticas e econômicas novas formas de vivenciar a dominação romana. Logo, as cidades provinciais não são miniatuuras de Roma, no sentido de serem cópias *ipsis litteris*, ou as mesmas antes da ocupação do Império, mas emulações multivocais e multidirecionais pertencentes à complexa rede de estruturas de poder e negociações atemporais.

Referências

- ARIEL, D.T.
A Survey of the Coin Finds in Jerusalem (until the end of Byzantine Period). *Liber Annus* 32, 1982, p. 273-326.
- ASSMANN J; CZAPLICKA J.
Collective memory and cultural identity. New German Critique, 1995.
- CARLAN, C.U.
Os museus e o patrimônio histórico: uma relação complexa. *História*. São Paulo, 27, no. 2, 2008, p. 75-88.
- CALTABIANO, M.C.
Il simbolismo del “Lepre”. Influenze ideologico-religiose dell’Egitto sull’area dello Stretto riflesse dal documento monetale. In: L’Egitto in Italia dall’Antichità al Medioevo. Atti Congresso Internazionale, Roma-Pompei, 1998, p. 33-40.
- FLEMING, M.I.D’A.
Aplicação da arqueometria no estudo de coleções arqueológicas. *Revista CPC*, São Paulo, n. 6, 2008, p. 219-230.
- FLEMING, M.I.D’A.
Apresentação. In: *Anais do I Simpósio do Laboratório de Arqueologia Romana Provincial “Representações da romanização no mundo provincial romano”*, 2014.

FLEMING, M.I.D'A.

Poder Político e cultura material: as vasilhas de metal romanas no contexto imperial e nas áreas periféricas da Europa central e do norte. In: BENOIT, H.; FUNARI, P.P.A. (Orgs.) *Ética e Política no Mundo Antigo*. Campinas: UNICAMP, Revista FAPESP, 2001, p. 101-116.

FLORENZANO, M.B.B.

Numismática e História Antiga. *Anais do 1º Simpósio Nacional de História Antiga*. João Pessoa, 1984, p. 48-59.

FLORENZANO, M.B.B.

Polis, e Oikos, o público e o privado na Grécia antiga. *Coletâneas do Nossa Tempo*, v. 5, n. 4-5, 2001, p. 113-118.

FOUCAULT, M.

A verdade e as normas jurídicas. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2003.

FOUCAULT, M.

A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

FOUCAULT, M.

Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M.

Microfísica do poder. 23. ed. São Paulo: Graal, 1979 [2004].

FOUCAULT, M.

Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, M.

História da sexualidade: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M.

O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e a hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FUNARI, P.P.A.

Brasileños y romanos: colonialismo, identidades y el rol de la cultura material. In: FUNARI, P.P.A.; PÉREZ-SANCHES, D.; DA SILVA, G.J. (Eds.) *Arqueología e Historia del mundo antiguo: contribuciones brasileñas y españolas*. Oxford: BAR Internations Series 1791, 2008, p. 41-45.

FUNARI, P.P.A.

La contribution d'une approche postprocessual pour la compréhension de la consommation d'huile d'olive en Bretagne romaine. *Studio Historica. Historia Antigua*, v. 26, 2008b, p. 271-302.

FUNARI, P.P.A.

Roma Vida Pública e Vida Privada. 4ª ed. São Paulo: Atual, 1993.

FUNARI, P.P.A.

Arqueología. São Paulo: Contexto, 2003.

FUNARI, P.P.A.

Arqueología: por quê, para quê, em benefício de quem? III REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS CLÁSSICOS, Rio de Janeiro. *Caderno de Resumos*, 1988, p. 2.

FUNARI, P.P.A.

Cultura material Histórica e Patrimônio. Campinas, IFCH/Unicamp, Abril/2003.

- FUNARI, P.P.A.
 Latin epigraphy, an interdisciplinary approach to the ancient world. *Revista Clássica, São Paulo*, v. 17/18, 2006, p. 311-322.
- FUNARI, P.P.A.
 The Economic history of Roman Britain: olive oil contribution to the debate. *História e economia*, v. 1, 2005, p. 29-46.
- FUNARI, P.P.A.
 Grécia e Roma: vida pública e vida privada. *Cultura, pensamento e mitologia, amor e sexualidade*, v. 2, 2002.
- FUNARI, P.P.A.
Roma Vida Pública e Vida Privada. 4a ed. São Paulo: Atual, 1993.
- GARRAFFONI, R.S.; CAVICCHIOLI, M.; SILVA, G.J.
 Escavação arqueológica em uma cidade romana: a experiência de três brasileiros. *Boletim do CPA*, ano VI, n. 11, 2001, p. 149-153.
- GUARINELLO, N.L.
 IMPÉRIO E IMPERIALISMO, REALIDADES ANTIGAS E CONCEITOS CONTEMPORÂNEOS. In: CAMPOS, A.P.; SILVA, G.V.; NADER, M.B.; FRANCO, S.P.; FELDMAN, S.A. (Orgs.) *Os impérios e suas matrizes políticas e culturais*. Vitória e Paris: Flor & Cultura; Université de Paris-Est, 2008, p. 10-18.
- GUARINELLO, N.L.
 Análise espacial de um Edifício Rural Romano - a vila da localidade de Sette Termini no ager pompeianus. *Dédalo*, São Paulo, v. 24, 1985, p. 207-234.
- GUARINELLO, N.L.
 O Império Romano e Nós (Introdução). In: MENDES, N.M.; SILVA, G.V. (Orgs.) *Re-pensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: Edufes, 2006, p. 13-19.
- GUARINELLO, N.L.
 Modelos Teóricos sobre a Cidade do Mediterrâneo Antigo. In: *Estudos sobre a Cidade Antiga*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2009, p. 109-119.
- GUARINELLO, N.L.
 A história antiga contemporânea. Contexto, 2013.
- HALBWACHS, M.
 On collective memory. University of Chicago Press, 1992.
- HODDER, I.
Reading The Past: Current Approaches To Interpretation In Archaeology. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- KORMIKIARI, M.C.N.
 Norte a África autóctone do século III ao I a.C.: as imagens monetárias reais berberes. Tese de Doutorado. São Paulo: Museu de Arqueologia e etnologia da Universidade de São Paulo - MAE/USP, 2001.
- LACROIX, L.
Études d'archéologie numismatique. Paris: De Boccard. Université de Lyon II. Publications de la Bibliothèque Salomon Reinach, III, 1974.
- MARSHALL, F. (Ed.)
 História Antiga e Arqueologia. Dossiê Projeto Apollonia. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 10, n. 17, 2003.

MEADOWS, A.; WILLIAMS, J.

Moneta and the Monuments: coinage and politics in Republican Rome. *The Journal of Roman Studies*, v. 91, 2001, p. 27-49.

PÉREZ, C.

Monnaie du pouvoir. Pouvoir de la monnaie. Une pratique discursive originale: le discours figuratif monétaire. Paris: Annales Littéraires de l'Université de Besançon, 1986.

PORTO, V.C.

Imagens monetárias na Judeia/Palestina sob dominação romana. Tese de Doutorado. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo - MAE/USP, 2007.

RECH, R.M.

Apollonia Romana e sua Villa Maritima. Revista Anos 90, Porto Alegre, n. 17, p. 229-250, 2003.

REVELL, L.

Roman Imperialism and Local Identities. Cambridge, Cambridge University Press. 2009.

ROLL, I; TALL, O.

Apollonia-Arsuf. *Final Report of Excavations I.* Tel Aviv, 1999.

SALES, G.M.S.

Estruturas de Poder e Negociações na Judea-Palaestina do Século I AEC ao II EC - Análise de moedas em contexto urbano. Tese de Doutorado. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo - MAE/USP, 2022.

TAL, O.; TEIXEIRA-BASTOS, M.

Intentionally Broken Discus Lamps from Roman Apollonia: A New Interpretation. Tel Aviv, v. 39/1, 2012, p. 105-115.

TEIXEIRA-BASTOS, M.

Cristianização dos Espaços na Antiguidade Tardia: O caso de Apollonia-Arsuf. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo - MAE/USP, 2011.

TEIXEIRA-BASTOS, M.

Arqueologia Romana em Israel: o uso da Petrografia Cerâmica para análises de cultura material. *Cadernos do LEPAARQ*, v. XII, n°24, p. 223-250, 2015.

TEIXEIRA-BASTOS, M.

Análise e distribuição espacial de lamparinas romanas de disco: o caso das províncias da Palestina e do norte da África. Tese de Doutorado. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo - MAE/USP, 2016.

TEIXEIRA-BASTOS, M.; FERREIRA, L.M.; HODDER, I.

Isso não é um artigo: dialogando com Ian Hodder sobre a virada ontológica em Arqueologia. *Revista de Arqueologia*, [S. l.], v. 33, n. 2, 2020, p. 118-134. DOI: 10.24885/sab.v33i2.775. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/index.php/sab/article/view/775>. Acesso em: 13 ago. 2021.

Educação

Os projetos digitais do LARP e sua interface educativa: Dez anos de interação entre a universidade e o ensino básico

Alessandro Mortaio Gregori¹

Introdução

Desde sua fundação, em 2011, o Laboratório de Arqueologia Romana Provincial do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (LARP-MAE/USP) possui entre seus objetivos desenvolver projetos de extensão direcionados a aproximar a comunidade escolar da investigação acadêmica. Em dez anos de percurso, o LARP construiu projetos digitais que contribuem não só para a divulgação das pesquisas realizadas no laboratório, mas também para a criação de materiais didáticos e propostas de aprendizagem sobre arqueologia e história romana direcionados ao Ensino Básico.

O presente texto rememora a trajetória de produção dos projetos digitais do LARP, discutindo, ao mesmo tempo, sua potencialidade de aplicação na Educação Básica. Em seguida, apresentamos as concepções educativas do laboratório, as quais balizam o desenvolvimento dos produtos digitais e a realização de materiais didáticos, *workshops* e eventos acadêmicos. Por fim, indicaremos as ações futuras do laboratório direcionadas à extensão de projetos de pesquisa educativos.

O LARP e seus projetos digitais: dez anos de pesquisa e extensão

Nascido da experiência do Grupo de Trabalho do CNPq “Formas de contato e processos de transformação no Mediterrâneo Antigo: Roma e suas províncias”, liderado pela Profa. Dra. Maria Isabel D’Agostino Fleming, o LARP posiciona-se no cenário acadêmico nacional como um laboratório aberto a duas frentes (Fleming, 2015, p. 106). De um lado, aquela da pesquisa arqueológica, que se desenvolve por meio de projetos de investigação sustentados por temáticas diversas como imperialismo; romanização; alteridade/identidade; religião e política; urbanismo/urbanização; transformação dos espaços públicos; iconografia; tecnologia, produção e consumo; território e paisagem,

(1) Mestre em Arqueologia pelo MAE-USP. Doutor em Educação pela FE-USP (Formação, Currículo e Práticas Pedagógicas). Pesquisador do LARP-MAE-USP. E-mail: <alemortaio@gmail.com>

entre outros. De outro, aquela que estabelece contato permanente entre pesquisadores e estudantes, divulgando o material produzido pelo Laboratório, resultado das pesquisas acadêmicas e projetos voltados para a esfera educativa, com apoio de recursos digitais, em especial, da Ciberarqueologia.²

O primeiro projeto do LARP com interface educativa foi o aplicativo DOMUS, desenvolvido entre os anos de 2012 e 2014 e com expansões posteriores entre os anos de 2015 e 2018.³ Concebido como a simulação 3D de uma casa romana ideal (*domus* em latim pode ser traduzido como “casa”), buscou-se construir um simulacro de um ambiente doméstico da Roma Antiga idealizado pelo conjunto de pesquisadores do laboratório e construído a partir da metodologia da Ciberarqueologia. A casa romana, reconstituída tridimensionalmente em um ambiente virtual, permite a qualquer pessoa experimentá-la como poderia ter sido no passado (Martire, 2014, p. 149). Tal recurso encontra-se atualmente hospedado no *website* do LARP e permite *download* gratuito.

A simulação da casa romana em ambiente virtual permite sua utilização como recurso para a aprendizagem na Educação Básica. O aplicativo pode atuar não apenas como contextualização visual do ambiente construído pelos antigos romanos, mas também como estimulador da reflexão arqueológica, apresentando aos educadores e estudantes questões sobre a vida cotidiana entre os homens do passado, o modo como resolviam problemas e construíam representações simbólicas. Paralelamente ao desenvolvimento do aplicativo e para dar conta das questões arqueológicas direcionadas ao ensino, os pesquisadores do laboratório desenvolveram materiais de apoio aos usuários. São textos sobre vários aspectos da vida social no antigo mundo romano: arquitetura, cerâmica, iluminação, alimentação, religião, entre outros. Esses textos encontram-se disponíveis para *download* no *website* do LARP.

Entre os meses de maio e junho de 2014, pesquisadores do LARP desenvolveram uma atividade com intuito de aferir as potencialidades educativas do aplicativo DOMUS, ao mesmo tempo em que se averiguaria a recepção de um dos públicos-alvo do projeto: estudantes do Ensino Fundamental (Tauhy *et al*,

(2) A Ciberarqueologia (Cyberarchaeology) é um campo investigativo e com desenvolvimento praticamente autônomo dentro dos estudos arqueológicos. Segundo Forte (2010, p.9), a Ciberarqueologia vai além da reconstrução de ambientes ou vestígios arqueológicos em 3D, pois pretende, ao usar a Realidade Virtual, criar processos de simulação, *feedback*, provedores de conteúdo, ambientes colaborativos e comunicação do digital para o digital.

(3) Inicialmente, o aplicativo DOMUS foi desenvolvido para instalação em *desktops* e *notebooks*, o que limitava seu potencial de utilização. Com vistas a expandir os meios de acesso ao aplicativo, uma série de atualizações foram desenvolvidas, como *DOMUS REDUX* (versão compacta para dispositivos móveis), *DOMUS R.A.* (versão para óculos de realidade aumentada), *DOMUS WebGL* (versão para utilização *online*) e *DOMUS Visita Virtual* (para utilização com óculos de realidade virtual).

2015, p.90). A atividade ocorreu em colégio particular localizado na cidade de Santo André na região metropolitana de São Paulo com três turmas do 6º ano. Realizaram-se duas intervenções didáticas: a experimentação do aplicativo DOMUS na sala de informática do colégio e um encontro de discussão com os alunos, quando foi possível a manipulação de réplicas de objetos antigos encontrados no aplicativo digital (Figura 1). A atividade foi de suma importância para avaliar aspectos tecnológicos relacionados à construção do objeto digital, assim como o uso do aplicativo como estímulo à aprendizagem escolar e à apropriação de um patrimônio cultural (Tauhy et al., 2015, p. 100). A descrição da atividade e resultados estão presentes no capítulo “A utilização de recursos 3D para o ensino da arqueologia romana”, escrito por pesquisadores do laboratório para o primeiro livro do LARP *Perspectivas da Arqueologia Romana Provincial no Brasil* (2015), organizado pela Profa. Dra. Maria Isabel D’Agostino Fleming.

A proveitosa experiência didática de aplicação do projeto DOMUS e a criação de novos objetos digitais pelo LARP incentivaram a realização de *workshops* promovidos pelo laboratório e direcionados a educadores e interessados no tema tecnologia e educação (Figura 2). Em colaboração com a divisão educativa do MAE/USP, diversos encontros foram organizados entre os anos de 2015 e 2017. Além do DOMUS e suas extensões, novos projetos foram apresentados ao público escolar, como ROMA 360,⁴ ROMA TOUCH⁵ e réplicas de artefatos produzidos por meio de impressão 3D. Intitulados “Formação de Professores: Roma Interativa”, a realização dos *workshops* não se pautou por uma mera divulgação do LARP, mas sim pelo diálogo entre o universo acadêmico e o universo escolar, uma vez que os pesquisadores do laboratório ministraram oficinas, promoveram ciclos de debates e deram espaço para que os educadores apontassem dúvi-



Fig. 1. Alunos do 6º ano experimentam o aplicativo DOMUS em colégio da rede particular em Santo André - SP no mês de maio de 2014. Acervo Pessoal.

(4) ROMA 360 é um aplicativo em que é possível navegar em um simulador da cidade de Roma no ano 360 d.C. Estruturas são apresentadas através de tecnologia 3D e é possível navegar através delas de forma intuitiva.

(5) ROMA TOUCH é um aplicativo em que é possível navegar pelo mapa 3D da Roma Antiga e obter informações clicando sobre os monumentos espalhados pela paisagem. Todos os textos foram redigidos pelos pesquisadores do LARP, representando o trabalho de seus arqueólogos.

das, sugestões e impressões sobre os projetos digitais (Fleming; Gregori, 2017, p.76).

Concebido como um dos projetos-piloto educativos do projeto de pesquisa do LARP *Formas de Contato: Produção, Poder e Simbolismo no Mundo Romano* (2015-2018), o videogame *O Último Banquete em Herculano* (OUBEH) foi concebido como um videogame do gênero *adventure point'n'click* (apontar e clicar) e é resultado do trabalho dos pesquisadores do LARP envol-

vidos com a pesquisa em Humanidades Digitais, Ciberarqueologia e Educação. A partir de uma proposta conceitual, que é a de apresentar ao público uma narrativa lúdica que trouxesse potencial estímulo para a aprendizagem de conceitos e temas específicos da arqueologia romana, o OUBEH é o primeiro jogo digital gratuito disponível no país construído por arqueólogos e direcionado exclusivamente a operar como ferramenta didática. O cenário do game é a antiga cidade de Herculano, na Península Itálica. O destino trágico dessa comunidade, destruída pela erupção do Vesúvio em c. 70 d.C., permitiu que seus remanescentes arqueológicos a tornassem, junto com Pompeia, um verdadeiro passaporte para a vida cotidiana no antigo mundo romano. Ao controlar um personagem fictício, *Septimius*, um escravo de um rico senhor de Herculano, o usuário deve cumprir diversas missões em alguns cenários da cidade, resolvendo enigmas relacionados a aspectos da vida social, política, religiosa e econômica da Roma Antiga.

O grande desafio durante a elaboração de OUBEH não era apenas a tradução para o digital de aspectos da vida cotidiana na antiga cidade romana, mas o estabelecimento de uma conexão entre o arqueológico digitalizado, a ludicidade (essencial em todo o jogo) e os pressupostos educativos que balizam a proposta de extensão do LARP.⁶ Apresentado em outubro de 2019, o OUBEH trouxe ao público escolar brasileiro uma ferramenta didática ímpar para a utilização nas mais diversas situações de aprendizagem envolvendo Roma Antiga. Partindo-se do pressuposto de que videogames podem e devem ser utilizados como recurso didático, o lançamento de OUBEH foi acompanhado do *O Último Banquete em Herculano: Guia Didático* (2019), material



Fig. 2. Série de *workshops* “Formação de Professores: Roma Interativa”, promovida pelo LARP em parceria com a divisão educativa do MAE-USP entre 2015-2018. Acervo Pessoal.

(6) Sobre a construção e desenvolvimento de OUBEH, assim como os diversos desafios decorrentes de seu processo de produção ver Fleming; Martire; Gregori, 2020.

de apoio gratuito *on-line* que permite aos educadores planejar suas aulas com apoio do game. O Guia Didático traz ao usuário uma contextualização histórico-arqueológica sobre os cenários do jogo e seus personagens e as concepções teórico-metodológicas que orientaram o desenvolvimento do recurso digital. Em seguida, faz sugestões de utilização do recurso digital em sala de aula, como planos de aprendizagem e exploração lúdica dos cenários do jogo.

O sucesso de OUBEH pode ser averiguado pela repercussão que recebeu, não apenas em ambiente universitário, gerando a produção de um livro sobre humanidades digitais (*Humanidades Digitais e Arqueologia – o desenvolvimento de O Último Banquete em Herculano*, 2019),⁷ mas também pela visibilidade que ganhou da grande mídia nacional (*Jornal da USP*, *Portal Porvir*, *UOL Educação*, *O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo*, *Revista Pesquisa Fapesp...*) (Figura 3) e das Secretarias de Educação do Estado e do Município de São Paulo (inclusão do jogo como sugestão didática nas orientações curriculares).



Inovações em Educação

Jogo de aventura ensina história antiga com desafios

Fig. 3. Reprodução da página da web com reportagem especial realizada pelo Portal Porvir sobre o primeiro videogame do LARP “O Último Banquete em Herculano”. Fonte: <https://porvir.org/jogo-de-aventura-ensa-historia-antiga-com-desafios/>

(7) Disponível para *download* no seguinte endereço: <http://www.larp.mae.usp.br/o-ultimo-banquete-em-herculano/humanidadesdigitais/>

O interesse pela conexão entre Ciberarqueologia e Educação consolidou-se como importante vertente de pesquisa do Laboratório. Em maio de 2018, o II Simpósio Internacional do LARP organizou a primeira mesa de discussão entre pesquisadores interessados em Tecnologia e Educação: “Educação e Humanidades Digitais”. Com a presença de educadores do LARP-MAE/USP, POLI-USP e Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, o resultado dessa interação abriu caminho para novas propostas de pesquisa, avaliação dos produtos digitais do Laboratório e a ampliação da atuação do LARP nas questões relacionadas a utilização de tecnologias para a aprendizagem. Paralelamente, em julho de 2020, o Museu de Arqueologia e Etnologia em parceria com o LARP e o Labeca (Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga) organizou o *guiá Recursos Didáticos sobre o Mediterrâneo Antigo*,⁸ manual *on-line* que reúne uma série de objetos digitais de aprendizagem desenvolvidos pelos laboratórios direcionados aos estudos de alunos e professores de História, incluindo jogos digitais, maquetes virtuais e vídeos.

Finalmente, a consolidação do LARP e sua proposta educativa no cenário nacional passou a atrair pesquisadores de diversas localidades com projetos de mestrado, doutorado e pós-doutorado elaborados a partir dos aplicativos digitais já produzidos pelo laboratório, assim como a introdução de novas ideias e inclusão de novas propostas de produção de objetos digitais envolvendo Ciberarqueologia e Educação. A presença de pesquisadores de diversas regiões do país, interessados na investigação e experimentação de recursos digitais em colaboração com o LARP e a aproximação do Laboratório de outros institutos de pesquisa nacionais e internacionais celebra os dez anos de existência do Laboratório com muito entusiasmo. Em uma década, o LARP desenvolveu um sólido projeto de extensão, integrando investigação arqueologia e criação de objetos digitais de aprendizagem, aproximando de modo contínuo a Universidade da Educação Básica.

Recursos educativos digitais: perspectivas do LARP sobre o possível diálogo entre ciberarqueologia e o Ensino Básico

Os recursos digitais do LARP são orientados por eixos temáticos, os quais interagem com as pesquisas acadêmicas produzidas pelo Laboratório: tecnologia, usos do espaço, simbolismos e poder no mundo romano. Os eixos

(8) O manual pode ser consultado e baixado no seguinte endereço: <https://mae.usp.br/recursos-didáticos-arqueologia-e-mediterraneo-antigo/>

temáticos são compreendidos como oportunidades de aprendizagem, pois fornecem caminhos para se ensinar aspectos do Mundo Antigo a partir de temas transversais,⁹ no geral negligenciados pelas visões tradicionais do ensino escolar.

Os aplicativos e objetos digitais desenvolvidos pelo LARP devem ser compreendidos, sobretudo, como o resultado de uma produção acadêmica, por transformar em discurso visual e interativo reconstruções de vestígios arqueológicos. Os produtos do LARP são um corpo de enunciados “científicos” e tal dimensão deve ser enfatizada aos educadores e usuários. São ferramentas que carregam potencialidade de aprendizagem e o discurso que apresentam não se pauta pela ideia de mera ilustração de como se vivia no passado, mas sim no desafio de como podemos dialogar com o passado, levantando hipóteses e discutindo aspectos sociais, políticos, econômicos e ambientais a partir de remanescentes arqueológicos.

O LARP oferece aos educadores e interessados em Educação e Tecnologia ferramentas gratuitas de interatividade que proporcionam a imersão do usuário/estudante em um contexto histórico específico, permitindo contato visual e emocional com objetos de estudo provenientes do passado romano. Tal característica possibilita a inserção de temáticas arqueológicas nas propostas didáticas, atribuindo à cultural material de sociedades antigas uma função ativa na aprendizagem escolar, superando-se a ideia de que objetos e imagens do passado serviriam como meros “ilustradores”. As atividades desenvolvidas com o uso dos objetos digitais inserem o estudante na proposta didática do professor, favorecendo um raciocínio histórico baseado na fonte de informação (o artefato, a estrutura, o sítio arqueológico), na linguagem da reconstrução digital, na promoção da empatia histórica e na produção de narrativas pelos próprios educandos (Gregori, 2019, p.52).

Os produtos digitais do LARP, portanto, encontram-se em um contexto de renovação dos materiais didáticos apoiados em tecnologia digital para o Ensino Básico. Elencamos abaixo as perspectivas do LARP em relação a utilização de seus objetos digitais como facilitadores de aprendizagem na Educação Básica:

- **Atenção do educando e Metodologias Ativas.** Ao apresentar questões provocativas, um problema ou desafio a ser solucionado pelo estudante, os aplicativos digitais favorecem o desenvolvimento de

(9) Temas transversais são temáticas que perpassam diversas disciplinas e devem ser abordados a partir de uma perspectiva múltipla, proveniente dos diversos conhecimentos que formam o saber escolar. Meio ambiente, cidadania, saúde, economia, tecnologia e multiculturalismo são alguns dos temas transversais contemporâneos presentes nas atuais propostas curriculares vigentes no país e que devem ser abordados pelos educadores nas diversas disciplinas da Educação Básica.

Metodologias Ativas, permitindo aos estudantes engajarem-se diretamente na situação de aprendizagem. Os objetos digitais do LARP permitem aos educadores o planejamento de suas aulas com propostas pautadas pelos conceitos de *gameficação*,¹⁰ *snack learning*,¹¹ *blended learning*,¹² entre outras, as quais favorecem maior atenção e concentração do estudante durante a situação de aprendizagem estipulada.

- **Estímulo para a conexão entre conhecimentos.** Por meio dos objetos digitais é possível estabelecer relações significativas entre conteúdos das várias disciplinas escolares, promovendo interações interdisciplinares e transdisciplinares. Os recursos digitais produzidos pelo LARP colaboram para a exploração de temas transversais, uma vez que sua própria narrativa se utiliza de conhecimentos oriundos de vários tipos de saberes.
- **Orientação de aprendizagem.** O recurso digital enriquece e contextualiza os conteúdos de aprendizagem com recursos narrativos e questões reflexivas na forma de imagens, sons e textos, possibilitando acesso intuitivo do estudante à proposta educativa e posicionando o educador como “mediador” da aprendizagem.
- **Estímulo ao desempenho e a prática.** A proposição de atividades estimuladas pelos objetos digitais almeja, na maioria das vezes, a interação dos alunos com os conteúdos substantivos das disciplinas, direcionando situações didáticas em que os estudantes se engajem por meio de atividades práticas. Os objetos digitais fomentam a formulação autônoma de hipóteses, tomada de decisões, resoluções de problemas e criação de novos conteúdos e objetos.
- **Múltiplas possibilidades de avaliação e verificação da aprendizagem.** Os objetos digitais do LARP favorecem a construção de varia-

(10) A ideia de *gameficação* permite que se planejem atividades para o ensino e aprendizagem a partir de técnicas, fundamentos e regras que constituem os mais variados tipos de jogos. A presença da dinâmica de jogo em uma atividade escolar possibilita aos estudantes enfrentar novos desafios e raciocínios envolvendo os conteúdos das disciplinas escolares, além de tornar o percurso da aprendizagem mais atrativo, interativo e dinâmico.

(11) O conceito de *snack learning* (em tradução literal “aprendizagem-lanche”) envolve a inserção de atividades curtas no planejamento do educador que tragam situações de aprendizagem breves e de fácil assimilação pelos estudantes. Essas atividades envolvem, no geral, a interação com mídias digitais, hiperTEXTOS, dramatizações e atividades físicas. A utilização desses pequenos momentos torna a situação de aprendizagem mais interativa, dinâmica e “digerível”, favorecendo a integração do grupo, a descontração e a existência de um componente “surpresa”, que permite uma maior atenção dos estudantes em relação ao tema abordado.

(12) O conceito de *blended learning* (aprendizagem híbrida) combina práticas pedagógicas da aprendizagem presencial com atividades e recursos do ensino à distância, apoiados, no geral, por produtos digitais.

das formas de verificação dos objetivos de aprendizagem estipulados pelo educador. Desse modo, é possível, com a utilização do recurso digital, planejar múltiplas formas de avaliação da aprendizagem ao longo da utilização do recurso digital: análise individual de desempenho, verificação de aprendizagem em grupos e avaliações formativas e somatórias.

Expansão dos projetos educativos e suporte aos educadores

Visando expandir o acesso dos produtos do LARP ao público do Ensino Básico e dar continuidade à produção de objetos digitais, as próximas ações do Laboratório envolverão novas interação com educadores. Em primeiro lugar, almeja-se coletar dados referentes à aplicação dos produtos do LARP por professores do Ensino Básico, construindo um panorama das experiências docentes em vistas a aprimorar os produtos digitais e corrigir falhas e eventuais erros de programação. Em seguida, as próximas ações pretendem da continuidade à divulgação dos objetos digitais do LARP por meio de *workshops*, visitas a escolas e centros universitários de formação de professores.

Outro relevante aspecto da expansão dos projetos educativos do Laboratório é a acolhida de pesquisadores interessados na investigação de temáticas relacionadas à aprendizagem, Ciberarqueologia e Educação. A partir dos produtos digitais já existentes e aqueles em futuro processo de produção, a abertura do Laboratório para tal dimensão investigativa permite avaliar a extensão e o alcance dos produtos digitais, bem como discutir teoria e metodologia ciberarqueológica empregada no desenvolvimento dos mesmos. Além disso, as estratégias de ensino e aprendizagem que se pretende incentivar com o uso de recursos digitais passam a ser uma importante vertente de pesquisa, uma vez que se encontram no cerne da produção dos recursos digitais desenvolvidos pelo LARP.

Para potencializar o uso dos produtos digitais do LARP como recursos educativos, pretende-se a produção de novos guias didáticos para produtos já existentes (ROMA TOUCH, ROMA 360, réplicas de artefatos...) e aqueles que ainda estão em desenvolvimento. O guia didático é peça fundamental na interação dos pesquisadores do laboratório com os educadores. É por meio dele que se sensibiliza e se fomenta um diálogo aberto com os educadores, levantando-se uma série de questões sobre a aprendizagem e a dinâmica de aulas suportadas por recursos digitais. Tais trocas permitem a construção de materiais-guia coerentes, respaldados pela pesquisa científica, porém direcionado às realidades das escolas do país (Fleming; Martire; Gregori, 2020: 42).

Finalmente, o LARP pretende fortalecer a interação com as Secretarias de Educação para a potencialização do uso de nossos produtos digitais como sugestão nos currículos oficiais. Acreditamos que a inclusão dos recursos digitais em documentos de tal natureza é reflexo do trabalho compromissado, dedicado e entusiasmado dos pesquisadores do Laboratório em oferecer gratuitamente aos educadores do país ferramentas para a elaboração de planos e sequências didáticas que tragam para o espaço escolar não apenas a discussão sobre a Antiguidade Romana, mas sim modos de se pensar sobre o passado, construir hipóteses sobre ele com uso de tecnologia e aproximar a comunidade escolar da arqueologia, seus métodos e técnicas.

Considerações Finais: trajetórias e perspectivas

O percurso do LARP, em dez anos, é marcado por projetos de extensão que almejam atingir um público amplo, não especializado, em especial educadores e estudantes da Educação Básica do país. É também no desenvolvimento de recursos digitais apoiados pela metodologia ciberaqueológica que o LARP se destaca no cenário nacional. Pioneiro em aproximar o campo da Ciberarqueologia dos estudos arqueológicos realizados no país, o LARP conquistou um importante espaço no cenário acadêmico, construindo projetos digitais que extrapolam os muros da universidade e oferecem a educadores e interessados em Tecnologia e Educação variados recursos didáticos embasados em pesquisa científica.

As perspectivas futuras que se abrem ao LARP em sua interface educativa apoiam-se no retorno positivo dos projetos de extensão e produtos digitais criados pelo Laboratório. Torna-se fundamental, inicialmente, incrementar a pesquisa, abrindo novos caminhos investigativos que ensejam a produção de recursos digitais em diversos suportes, plataformas e formatos. Em seguida, a contínua aproximação dos educadores do país é essencial para a expansão dos projetos digitais. O diálogo aberto entre universidade e Ensino Básico é o que motiva os projetos educativos do Laboratório. A produção dos objetos digitais direcionados ao ensino não pode ser realizada apenas entre os muros da universidade, distanciada da realidade da Educação do país. Se o LARP pretende continuar a produzir e realizar projetos de extensão de caráter educativo, deve, não apenas construí-los a partir de uma metodologia rigorosa, comprometida com as premissas da Ciberarqueologia, mas também incluir no desenvolvimento dos projetos educativos impressões, necessidades e desejos dos educadores do país. O compromisso do LARP é de promover uma educação que seja solidária, democrática e engajada no espírito da Ciência.

Referências bibliográficas

- FLEMING, M. I. D'A. Pesquisas temáticas no Laboratório de Arqueologia Romana Provincial (LARP/MAE/USP). *Revista Arqueologia Pública*, Campinas, SP, v. 9, n. 3[13], p. 105–113, 2015.
- FLEMING, M. I. D'A.; MARTIRE, A. S.; GREGORI, A. M. Herculano Interativa: Cibearqueologia e Educação no desenvolvimento do jogo O Último Banquete em Herculano. São Paulo, R. *Museu Arq. Etn.*, São Paulo, 35: 36-43, 2020.
- FLEMING, M. I. D'A.; GREGORI, A. M. Ciberarqueologia e aprendizagem: os aplicativos digitais do LARP no diálogo entre universidade e ensino médio. *Rev. Cult. Ext. USP*, São Paulo, v. 17, p. 69-81, 2017.
- FORTE, M. (Ed.) *CyberArcheology*. Oxford: BAR, 2010.
- GREGORI, A. M. Ciberarqueologia e Ensino de História: Questões de Aprendizagem. R. *Museu Arq. Etn.*, São Paulo, 32, p. 49-56, 2019.
- MARTIRE, A. S. "DOMUS: Cyber-Archeology in Three-Dimensional Virtual Environment. 2014 XVI Symposium on Virtual and Augmented Reality", 2014, pp. 148-155, 2014.
- TAUHYL, A. P. M.; GREGORI, A. M.; MARTIRE, A. S.; BINA, T. DOMUS: A utilização de recursos 3D para o ensino da arqueologia romana. In: FLEMING, M. I. D'A. (Org.) *Perspectivas da Arqueologia Romana Provincial no Brasil*. Coleção História e Arqueologia em Movimento. São Paulo: Annablume, pp. 79-98, 2015.

O acervo egípcio a serviço da educação

Raquel dos Santos Funari¹

OLaboratório de Arqueologia Romana Provincial – LARP, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP) comemora seus dez anos de atividades e este capítulo trata sobre o uso educativo de parte do significativo acervo egípcio. Convém começar pelo acervo egípcio, a partir do detalhado estudo do saudoso Antônio Brancaglion Júnior (2017). Em seguida, discuto as habilidades socioemocionais, sobre a educação e sua relação com o lúdico. Apresento um jogo desenvolvido no LARP e trato do seu potencial. Concluo com as perspectivas de uso educativo do acervo arqueológico.

O acervo egípcio

O Museu de Arte e Arqueologia, hoje MAE, fundado em 1964 acolheu um acervo egípcio, resultado da aquisição da coleção de Franz Hermann Edgar Tapajós Hipp, herdada do antigo cônsul alemão na Turquia, colecionador de antiguidades em Berlim, em princípios do século passado. Tapajós Hipp era um apreciador do Egito Antigo. Pode relacionar-se essa apreciação da cultura egípcia antiga à egipomania tão persistente e renovada a partir da expedição napoleônica ao fim do século XVIII e, em seguida, da decifração dos hieróglifos, há duzentos anos (1822). A aquisição dessa primeira coleção, entre 1968 e 1978 foi seguida de uma segunda, de Vera Bezzi Guida, herdada se seu avô Tomaso Gaudenzio Bezzi (1844-1915), antigo engenheiro italiano responsável pelo edifício do que viria a ser o Museu Paulista. Esse Monumento do Ypiranga estava já em construção ao final do segundo reinado, tendo sido inaugurado e mudado de escopo em 1895. A coleção egípcia de Bezzi foi formada nesse período e pode ser colocada em relação com o interesse do imperador D. Pedro II pelo Egito (Gralha, 2022), assim como pela presença em sua terra natal, Turim, do Regio Museo di Antichità ed Egizio (1832), hoje Museo Egizio. Este Museu é o mais antigo a acolher a cultura egípcia antiga e parece ter contribuído para o interesse de Bezzi pela coleção de peças egípcias.

O valor científico dessas peças pode ser avaliado pelo fato de que o Museu Britânico se interessou em comprar a coleção. O apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) permitiu sua aquisição pelo Museu entre 1967 e 1977. Ambas as coleções parecem relacionar-se ao comerciante italiano Nicolau Fiengo. Desde a década de 1820, Fiengo comerciava peças egípcias,

(1) Pós-doc. MAE-USP, supervisor Prof. Doutor Vagner Carvalheiro Porto, <raquelsfunari@uol.com.br>.

a começar por uma coleção de antiguidades descobertas por Giovanni Battista Belzoni (1778-1823) na necrópole Tebana, Luxor, Karnak. Essas duas coleções apresentam, assim, relação com o acervo do Museu Nacional e com o Rio de Janeiro. Outras peças foram doadas por Vera Maluf, vindas de Beirute, de Edgar Pires Ferreira ou mesmo de Ciro Flamarion Cardoso. Na década de 1970, o Instituto de Pré-História depositou dois artefatos egípcios no MAE; no total, eram 70. Em 1989, houve uma reestruturação administrativa e o MAE passou a contar com dezenas de artefatos egípcios procedentes dos acervos do Museu Paulista e do Acervo Plínio Ayrosa. Já neste século, em 2005, outros objetos egípcios faraônicos foram custodiados pelo MAE, provenientes da coleção Banco Santos (Karnal, 2004). Boa parte desse acervo consiste em artefatos votivos comuns.

As coleções mais antigas podem ser entendidas pelo contexto de desenterramentos, comuns desde o início da Egiptologia, no século XIX. Havia grande e crescente interesse na cultura egípcia antiga, em particular tudo que fosse anterior à chegada dos muçulmanos e, em particular, referente à época faraônica (Bakos, 2004). A mania egípcia entrava em nova fase, em parte por causa da decifração dos hieróglifos, algo que permitiu uma compreensão muito mais detalhada sobre o sentido geral e específico dos artefatos. Com o insucesso militar francês, o Egito passou a ter administração própria a partir de 1805, com Muhamad Ali. Um primeiro decreto foi emitido em 15 de agosto de 1835 proibindo a exportação de antiguidades, postura reiterada por outros atos jurídicos em diversas ocasiões (1869; 1874; 1897; 1912; 1951; 1983). Todas essas regras legais, contudo, sempre foram violadas por desenterramentos ilegais e pelo florescimento de um mercado negro no próprio Egito e, mais ainda, por meio de antiquários em outros países (Working paper, 2009), receptores, como no caso do Líbano. Isso implica falta de informações sobre o contexto arqueológico e limita sua interpretação. Mesmo assim, muito se pode saber. Muitas peças apresentam textos e podem ser lidos, assim como podem ser até mais bem datados pelas características tanto da forma da escrita (paleografia) como da sintaxe e semântica.

O acervo atual consiste em relevos decorativos (7 peças), caixões e cartonagens (11), shabtis ushabtis (31), amuletos (35), bronzes (18), figuras divinas e votivas (13), vasos e recipientes (4), adornos (4), múmias (2), outras (2). Os amuletos são os mais numerosos, o que se deve tanto ao seu predomínio na civilização egípcia antiga, como no mercado moderno. Essa classificação apresentada acima, em dez tipos de artefatos, corresponde à maneira acadêmica, pelos egiptólogos profissionais, mas não deixa de estar relacionada com a provável classificação dos próprios egípcios antigos. No caso dos amuletos, o sentido é moderno, como fica clara em Flinders Petrie (1914, p. 1) ao associar a crença no poder mágico de objetos inanimados a povos primitivos ou a crianças pobres na Inglaterra. Essa definição modernista insere-se no racionalismo, iluminismo e cientificismo, pelo que se pode e deve superar essa denominação restritiva. O poder simbólico da materialidade tem sido enfatizado em diferentes vertentes e abordagens, como Viveiros de Castro (2012), entre outros, de maneira a contestar e dissolver o próprio conceito pejorativo de magia, por detrás dos amuletos.

Habilidades socioemocionais

Habilidades socioemocionais difundiram-se, entre nós, pela sua importância na Base Nacional Comum Curricular (BNCC 2017), mas são bem anteriores. Formalizou-se na década de 1960, em parte a partir de uma leitura da caracterização da educação na República de Platão e na cultura grega antiga, em geral, e do caráter holístico da Educação. Esmiucemos, um pouco, cada um dos termos usados, a começar pelo menos comum: holístico. Holos, em grego, significa “todo”, “tudo” e holístico implica tanto o conjunto das coisas, como sua articulação, seu emaranhado, rizoma, enraizamento. Aristóteles já enfatizava que o todo é mais do que a junção das partes (Metafísica, 8, 1045a.8-10). Holístico foi tomado, assim, como a junção, mistura, de tudo, em prol do crescimento integral de pessoas ou indivíduos e da sociedade, como um todo (Preston, 2012). Ainda mais direta foi a influência de John Dewey (1859-1952) e mesmo Jan Smuts (1870-1950) (Dewey 1916; Smuts, 1926/1987). O termo “habilidades socioemocionais” difundiu-se a partir da última década do século passado, como a publicação pioneira de 1997 (Elias *et alii*, 1997).

Antes de tratar das habilidades específicas, convém explorar o próprio conceito de habilidade. Na origem, a palavra vem de *habere* (haver, ter), daí ter capacidade própria. Em inglês, *skill*, deriva de “cortar”, “separar”, daí discernir, discernimento, capacidade de ação e reflexão criteriosa. Critério deriva do grego para “separar”, daí “julgar”. O termo socioemocional relaciona dois conceitos: sociedade e emoção. Sociedade deriva de *socius* (sócio), cuja raiz é a mesma de “seguir”. Sociedade, assim, consiste dos que seguem juntos, são companheiros e social o que se refere à cooperação, convivência. Emoção vem de “mover para fora” e é um conceito carregado, na modernidade, em especial, de conotações relativas à fragilidade feminina. Isso é algo datado e recente, em termos históricos. Antes disso, assim, no mundo antigo ou na Idade Média, o choro masculino era comum e a expressão de sentimentos e emoções generalizado na literatura, tanto em prosa, quanto em verso. A exclusão masculina da esfera das emoções foi difundida, como um ideal, uma imposição social, a partir dos inícios do século XIX. Essa idealização do homem que não chora nem se emociona nunca deixou de ser isso: uma tentativa de imposição, de interiorização dos sentimentos, de não mover para fora os sentimentos ou emoções. Só se menciona isto, aqui, pois parece ajudar a entender alguns dos motivos pelos quais as emoções tardaram a entrar nas considerações educacionais. Como resultado da chamada liberação feminina, com a crescente participação da mulher na vida pública, também as emoções ou sensibilidades (Galzenari, 2012) puderam ser consideradas importantes para todas as pessoas, mulheres e homens. Abriam-se as portas para que, ao final do século XX, florescessem as habilidades socioemocionais, em geral, e na Educação, em particular.

Dentre as habilidades socioemocionais, sete podem ser consideradas capitais: empatia, diálogo, resolução de conflitos, cooperação, respeito ao outro, flexibilidade e determinação. Empatia é um dos muitos termos modernos criados a partir de palavras gregas ou latinas, com novos sentidos. O sentido do conceito incluiu sentir, sofrer, daí o significado de “sentir ou sofrer como outra pessoa”. Diálogo

deriva de *lego* (junto, daí falo) e *dia* (entre, trans), assim que diálogo implica falar com outra ou outras pessoas, num ir e vir de junções (narrativas, coisas, ideias). Desse contato, podem surgir conflitos e meios de como os resolver, sem o recurso à coerção, à força bruta e à destruição. Conflito, pode parecer estranho, mas vem de bater junto, ou seja, vem de uma forma de cooperação aplicada à defesa e ao ataque, daí o sentido de embate. Já resolução vem de desatar, deslavar, separar. Resolução de conflitos é lavar a desavença, dissolver a junção de forças em contrário, paz, no sentido de reunião. Cooperação, “agir com”, mutirão, no português do cotidiano. Respeito ao outro é um a expressão que inclui dois termos. Respeito é “olhar para trás” e o outro é “o que está além”, diferente. Flexibilidade envolve a capacidade de curvar-se, flexionar-se, mudar a si mesmo, na interação com ou-trem ou com as circunstâncias. Determinação vem de termo, final, limite, objetivo ou meta, e consiste na capacidade de perseverar, manter uma meta e chegar ao limite. Os conceitos revestem-se de dois aspectos, um interior, da pessoa consigo mesma (emoção), e outro exterior, na relação com os outros e com o ambiente e circunstâncias (sociedade). O social inclui pessoas, mas também tudo o mais que se relaciona com elas: animais, florestas, rios e mares, tudo isso muito concreto, mas também o subjetivo, abstrato, mental, como as narrativas, contos e tudo mais. Por isso mesmo “holístico” é uma boa palavra para descrever a complexa relação das habilidades socioemocionais na Educação.

A BNCC preconiza, ainda, que os estudantes e futuros cidadãos sejam capacitados a tomar decisões a partir de princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. A tomada de decisões implica risco e responsabilidade, como indica a origem da palavra “decido”: decaio. Tomar uma decisão é deixar-se cair no mundo, arriscar-se, daí a importância dos princípios propostos. Princípio é o que vem antes, no caso, da tomada de uma decisão. Os cinco adjetivos mencionados indicam o que se busca no convívio, a começar pela ética, palavra que denota caráter e hábito, como se a constância do comportamento definisse o indivíduo ou seu caráter. A democracia, para além de “poder do povo”, inclui atributos como a separação dos poderes, o estado de direito, a proteção das minorias, entre outras explicitadas na Constituição, assim como em tratados e acordos internacionais, como a Carta de Direitos Humanos. Princípios democráticos, assim, são variáveis e debatíveis, no detalhe. No geral, valores democráticos significam a não destruição de indivíduos ou coletividades por parte do Estado. Para dar conta de características essenciais à democracia são mencionadas a inclusão, a sustentabilidade e a solidariedade. Incluir é colocar todos no mesmo ambiente, em comum. Sustentar é “manter em cima”, daí apoiar e mesmo suportar ou aguentar. Muitas vezes, sustentabilidade parece restrita à relação entre sociedade e ambiente, mas o sustento é sempre entendido como mútuo ou recíproco (apoio). O último termo, solidariedade, resume tudo, ao vir de sólido, inteiro, completo, que tudo e todos inclui.

Habilidades socioemocionais são importantes, assim, para uma educação de convivência e suas competências podem servir a diversos propósitos. De imediato, contribui para o convívio pacífico nas escolas e na sociedade e, em seguida, para aumentar a satisfação futura no mundo do trabalho. Ambos os aspectos são

tão mais importantes, quanto a competição, as exclusões e a destruição tendem a contar com potentes impulsos, desde há tempos e ainda mais nos dias de hoje. Diversos estudiosos costumam associar a modernidade à destruição humana e ambiental, como característica dessa mesma modernidade, nomeada também de outras formas, como capitalismo, neoliberalismo ou por termos ainda mais específicos como necropolítica. Sem entrar nessas entradas, em interpretações nem sempre coincidentes e conciliáveis, parece evidente que houve tanto crescente enriquecimento geral, no mundo e no Brasil, como aumento das desigualdades e, como resultado, da despreocupação ou mesmo desprezo pelos perdedores ou excluídos, senão sua própria destruição. Parece que, por mais evidente que tenha havido imensas melhorias no atacado, tem havido, também, crescente percepção que, no varejo, as agruras não deixaram de levar à morte e à destruição. Daí que seja tão importante uma Educação baseada nas habilidades socioemocionais, para o bem do convívio. E o acervo do Egito Antigo, seus amuletos, podem e devem servir para isso, para a construção de uma cultura de paz e de fortalecimento de valores como respeito pelo outro. Paz é outro conceito prenhe de significados: pegar, juntar. De novo, estamos às voltas com o convívio, a paz é estar juntos, o oposto da solidão ou da ausência de vida. Por isso mesmo, a expressão “paz dos cemitérios”, que retoma a frase “descanse em paz”, conota uma contradição entre o sentido básico de paz, como vida em comum, e a paz como ausência de vida, de convívio e, portanto, de conflitos. Em “cultura de paz”, a palavra retoma o conceito profundo de vida, convívio de diferentes, daí o respeito pelo outro.

Os amuletos egípcios do MAE-USP

Os amuletos egípcios do acervo do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE) podem ser datados de diversos períodos da História do Egito Antigo. Dentre eles, destacam-se os escaravelhos. O besouro de esterco é um inseto comum. Há espécies de escaravelho ou besouro do esterco em quase todos os lugares. Tem como característica rolar uma bola de excremento de animais, que pode ter até quatro centímetros de diâmetro. Ao terminar de preparar a bola, enterra-a em um buraco para que possam se alimentar. No vale do rio Nilo, esse inseto foi associado ao sol nascente, Khepri, e o seu nome em egípcio antigo, *kheper*, significa existência, manifestação, crescimento, sendo sua forma a mais comum em amuletos. Podiam servir como selos ou sinetes de autentificação, também. Os escaravelhos, usados desde o reino antigo, tornaram-se mais frequentes desde o reino médio. Nos escaravelhos do acervo há inscrições e menções a divindades, como:

“louvado por Hórus da grande casa das duas terras (=Egito)” (Brancaglion 2017, p. 69)
Bés (Brancaglion 2017, p. 70)

Seth, Anhur, disco solar (Brancaglion 2017, p. 70)
Bés (Brancaglion 2017, p. 70)

Falcão, Hórus, “servidor do Deus Senhor das Duas Terras” e “Hórus vive para sempre, Amun-Ré” (Brancaglion 2017, p. 71)

Há, ainda, referências divinas em outros amuletos, como:
Deusa Háthor (Brancaglion 2017, p. 73)
Bés (Brancaglion 2017, p. 74-76, três amuletos)
Menat (= chocalho da deusa Háthor; Brancaglion 2017, p. 76)
Pássaros-Bá (Brancaglion 2017, p. 77-78)
Pilar-Djed (Osíris, Brancaglion 2017, p. 78-80)
Olhos-Udjat (Hórus, Brancaglion 2017, p. 81-82)
Anúbis (Brancaglion 2017, p. 82-84, três amuletos)
Sekhmet: “Palavras ditas por Sekhmet grande amada de Ptah Soberana do Céu” (Brancaglion 2017, p. 84-85)
Sekhmet (Bracaglion 2017, p. 85-86)
Thot (Brancaglion 2017, p. 86)
Babuíno de Thot (Brancaglion 2017, p. 86-88)
Tauret (Thoueris, Brancaglion 2017, p. 88-89, dois amuletos)
Renenutet (Brancaglion 2017, p. 90)
Colar-Usekh com filhos de Hórus (Brancaglion 2017, p. 91-92)
Hapy (Bracaglion 2017, p. 92)

Esses amuletos apresentam conotações, no geral, à vida, ao renascimento (Osíris), à alegria das festas (Bés, chocalho de Háthor), à vida eterna (Hórus/Falcão vive para sempre; Anúbis e a mumificação), à fertilidade (Háthor, Tauret, Renenutet, Hapy), à alma (pássaros bá), à segurança (pilar-djed), à oferenda vivificadora (olho de Hórus), à saúde (Sekhmet), à sabedoria e à magia (Thot), à proteção (colar usekh). Ainda que os nomes das divindades não sejam de conhecimento geral, hoje, todas as suas características o são: vida, renascimento, festas, alegria, fertilidade, segurança, saúde, sabedoria e poder mágico, proteção. Ninguém deixa de conhecer essas emoções, adultos ou crianças, estas, as crianças, antes e primeiro. A partir disso, foi possível propor atividades socioemocionais educativas, tendo como base o acervo de amuletos no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

Jogo de percurso e a cooperação

A cooperação está na base da vida humana, a começar pelos milhões de anos em que os humanos ou as espécies anteriores dependiam da cooperação para a sobrevivência, como caçadores e coletores. Isso significa que as desigualdades, a exploração e mesmo a destruição são características recentes, no contexto de sociedades urbanas, agrícolas e com Estado. Importa ressaltar as raízes biológicas profundas da cooperação, como contraponto à noção de guerra de todos contra todos (Hobbes 2002: 34: *bellum omnium contra omnes*). Estamos tão acostumados à competição e à guerra que chegamos a esquecer as raízes profundas e biológicas mesmo (Axelrod 1997) da cooperação. A partir dessa constatação, pode chegar-se ao conceito de jogo de percurso como indutor de cooperação, em particular entre crianças (Martin & Olson, 2015).

A cooperação baseia-se em alguns sentimentos, a começar pela justiça. Este conceito parece muito abstrato ou mesmo distante, mas o seu sentido primeiro é bem

simples: não ser explorado, não ser vítima do outro. Isso também pode ser chamado de jogo limpo (*fair play*). Isso funciona a partir do conceito de reciprocidade: se você faz algo, o outro fará de maneira semelhante. Se você trapaça, será vítima de trapaça, se você é ríspido, será tratado com ríspidez, mas o contrário é válido e ainda mais atrativo para as partes: se você ajuda o outro, este tenderá a fazer o mesmo, para dar continuidade a tal padrão. Interessa a ambas as partes a cooperação, é nocivo para ambas a trapaça e a ofensa. Isto é válido para duas partes, mas para muitas outras partes também. Esse princípio prescinde de uma autoridade e, por isso mesmo, pode ser considerado anárquico, sem um poder central. Isto não significa que, em termos históricos, as sociedades de caçadores e coletores não tenham algum tipo de hierarquia, mas não são fortes ou opressivas, já que a cooperação interessa a todos e a cada membro do grupo (Sahlins, 1976). Em sociedades com Estado, a cooperação não se impõe, sem que se introduzam estratégias específicas. Isto acontece, de fato, como já mencionado, pela naturalização das desigualdades, da violência e mesmo da destruição. Esse processo apresenta justificativas religiosas ou simbólicas, como no caso do sistema de castas, relacionado a vidas passadas e à reencarnação. Desde o Iluminismo, surgiram justificativas científicas, como se as desigualdades e guerras fossem resultado da ordem natural das coisas. A razão explicaria a inevitabilidade natural do domínio de uns sobre outros. Para superar isso, e mesmo retornar à cooperação, há que instituir práticas cooperativas, de particular eficácia na infância.

Tudo começa com o conceito de jogo, definido como atividade coletiva e prazerosa, quando mais de uma pessoa toma decisões que impactam de maneira mútua. Alguns princípios são colocados em ação, para que um jogo funcione, a começar pela chamada regra de ouro: que cada um trate o outro como quer ser tratado. Estamos acostumados tomar essa regra como algo ideal, algo nobre, mas irrealista. No entanto, toda a vida social está baseada na reciprocidade e, ainda mais, quando se joga. Na vida cotidiana, um bom exemplo é “lave a louça após o uso” ou “jogue o lixo na lixeira”. Outro princípio consiste na confiabilidade: farei isso, sabendo que você fará aquilo, o princípio do combinado. Em seguida, o mais universal e antigo no jogo é o prazer da brincadeira. Não foi à toa que Johann Huizinga (2000) começou o seu clássico *Homo Ludens* justo com essa constatação:

O jogo é fato mais antigo que a cultura, pois esta, mesmo em suas definições menos rigorosas, pressupõe sempre a sociedade humana; mas, os animais não esperaram que os homens os iniciassem na atividade lúdica. É-nos possível afirmar com segurança que a civilização humana não acrescentou característica essencial alguma à ideia geral de jogo. Os animais brincam tal como os homens.

O jogo de percurso com amuletos do MAE-USP

O jogo de percurso do Egito Antigo tem uma proposta lúdica, relativa aos amuletos do acervo do MAE-USP (Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo), busca levar o usuário a movimentar uma peça de um ponto de partida

a um ponto de chegada, seguindo informações, enfrentando e superando os obstáculos propostos, a partir de habilidades envolvidas, com colaboração, perseverança, comunicação, empatia e paciência.

Regras do Jogo:

1. Inicia o jogo a criança com a menor idade, entre os participantes. Em seguida, jogam os de maior idade e cada um deverá escolher um pino, para percorrer o jogo de percurso.
2. Os participantes deverão jogar o dado e quando cair em uma casa com imagem ou uma das habilidades socioemocionais, devem buscar a carta correspondente, que trará informações para serem lidas e refletidas em grupo. Após a leitura devolva a carta ao monte, pois a mesma poderá ser usada por outro participante.
3. Ao cair em uma casa com seta, o jogo segue para o próximo jogador.
4. Vence o jogo quem chegar primeiro à última casa. O jogo poderá continuar para saber a posição de classificação dos demais participantes.
5. Divirta-se e aprenda mais informações dos amuletos egípcios do MAE-USP, no livreto adicional com as imagens do jogo.

O jogo apresenta 45 casas e há as seguintes casas relativas às habilidades socioemocionais:

Cartas das habilidades:

Casa 2: Colaboração

Para que haja colaboração é preciso saber ouvir, se colocar no lugar do outro e buscar soluções para todos os envolvidos. Para que todos consigam jogar juntos é preciso incorporar as ideias de todos. Lembre-se de colaborar com os seus colegas que estão participando do jogo.

Casa 15: Perseverança

A principal característica das pessoas persistentes é não desistir, para isso, planejam para alcançar um objetivo e valorizam suas conquistas. Você é persistente, vá para a casa 20 e conheça um pouco mais do amuleto egípcio Djed

Casa 26: Comunicação.

A comunicação é uma habilidade socioemocional utilizada para facilitar o entendimento de uma informação. Volte para a casa 24, leia sobre o escaravelho e deixe a comunicação fluir com informações e confirmadas em locais confiáveis.

Casa 33: Empatia.

A empatia é muito importante para compreender sentimentos e emoções do outro, procurando experimentar de forma objetiva e racional o que sente o outro indivíduo.

Fique uma rodada sem jogar e exerçite a empatia pelos colegas do jogo.

Casa 40: Paciência

A paciência é uma virtude do ser humano baseada no autocontrole emocional, sem perder a calma e a concentração. Volte ao início, para iniciar outra vez o jogo e assim exercitar a paciência.

Um único exemplo das casas relativas aos amuletos será apresentado, neste artigo: Carta 8. Casa 20. Djed é um amuleto mais concreto na origem, significa coluna ou pilar, ao representar a estabilidade, duração e a resistência, qualidades para superar as forças da morte.



O pilar-djed é formado por uma haste vertical com quatro barras horizontais paralelas no alto da peça separadas por arcos com pequenas incisões verticais.

IV.17

Pilar-Djed.

Período Saíta, XXVI dinastia (685 a 525 a.C.).

Egito, procedência indeterminada.

H. 5,2 cm; L. 2,1 cm.

Faiança egípcia verde claro.

Oscar P. Landman adquirida pela Fapesp.

Inv. 76/3.173.inv. 76/3.174.

Pr.IV.4 fig.2

As extremidades das barras são arredondadas, a extremidade direita da barra mais alta está quebrada. Uma pequena borda forma a base do pilar. Uma coluna retangular dorsal, ao longo de toda a peça, termina em um pequeno degrau no seu topo. Possui um orifício transversal, para sustentação, entre as duas barras inferiores.

Este amuleto representa um fetiche pré-histórico de natureza ainda mal definida, ele aparece pela primeira vez na tumba do Dinástico Inicial em Heluan. Durante o Antigo Império em Mênfis está ligado aos ritos do deus funerário Sokar e aos ritos agrícolas de Ptah. A associação de Ptah a Sokar e de Sokar a Osíris favoreceu por extensão a este último deus, e o pilar-djed passou então a ser um dos principais símbolos de Osíris. Inicialmente parece ser a representação esquemática de uma árvore sagrada ou mais provavelmente de um mastro com feixes de grãos atados a ele, o que explica a sua importância no rito agrícola chamado “Ereção do Pilar-Djed” nos campos à margem do Nilo. Esta cerimônia era realizada no último dia da inundação com a finalidade de garantir a fertilidade aos campos e boas colheitas. Com o final do Antigo Império o djed passou também a simbolizar a vitória deste deus sobre seus inimigos, o seu renascimento e transmissão de sua herança a seu filho Hórus representado pelo faraó.

A partir do Novo Império o djed assume definitivamente a simbologia de coluna vertebral de Osíris. Tornando-se um dos mais importantes símbolos funerários como destaca o capítulo 155 do “Livro dos Mortos”, que determinava que um pequeno pilar-djed fosse colocado no peito da múmia no dia do sepultamento; isto permitiria ao morto atravessar as portas do “Mundo Inferior”, tornar-se uma alma imortal e participar do séquito de Osíris nas festividades do ano novo tornando-se um bem-aventurado.

Como sinal hieroglífico o pilar-djed era usado para significar “estabilidade”, “duração” e “resistência” qualidades imprescindíveis à existência póstuma. O princípio presente neste amuleto era o da verticalidade, pois estar ereto era o mesmo que estar vivo, superando as forças da morte.

Conclusão

O acervo do MAE-USP tem servido para a Educação Patrimonial e este projeto no LARP insere-se em larga trajetória institucional. O acervo egípcio pôde ser utilizado graças ao estudo detalhado do saudoso Antônio Brancaglion. Sua aplicação com crianças, mas também como adolescentes e mesmo adultos, constitui um passo no caminho de sensibilizar a todos para a convivência com o outro. Isso é sempre importante, mas mais ainda em meio ao conflito e à destruição. Um passo faz parte de uma caminhada em prol de todos.

Agradecimentos

Agradeço a Margareth Bakos, Júlio César Gralha, Leandro Karnal e Wagner Carvalheiro Porto. Menciono, ainda, o apoio institucional do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

Referências bibliográficas

ANDREWS, C.

Amulets of Ancient Egypt. Londres, British Museum, 1994.

AXELROD, R.

The complexity of cooperation. In: *The Complexity of Cooperation: Agent-Based Models of Competition and Collaboration*. Princeton University Press, 1997.

BAKOS, M.M.

Egiptomania. *O Egito no Brasil*. 1a. ed. São Paulo: Paris (Contexto), 2004.

BERMAN, L.M.

Catalogue of Egyptian Art. The Cleveland Museum of Art. Cleveland, Cleveland Museum of Art, 1999.

BLANCHARD, R.H.

Handbook of Egyptian Gods and Mummy Amulets. Cairo, Blanchard, 1909.

BRANCAGLION, A.

O acervo egípcio do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017 (manuscrito inédito).

- BRANCAGLION, A.
Tempo, matéria e permanência. O Egito na Coleção Eva Klabin Rapaport. São Paulo, Casa da Palavra, 2001.
- DEWEY, J.
Democracy and education. Nova Iorque, MacMillan, 1916.
- ELIAS, M.J.; ZINS, E.; WEISSBERG, R.P.; FREY, K.S.; GREENBERG, M.T.
Promoting social and emotional learning. Guidelines for educators. Alexandria, ASCD, 1997.
- GALZERANI, M.C.B.
 Memória, cidade e educação das sensibilidades. *RESGATE - Revista Interdisciplinar de Cultura*, v. 20, p. 1-10, 2012.
- GRALHA, J.C.
Os diários de D. Pedro II no Egito. São Paulo, LVM, 2022.
- HOBBES, T.
Do cidadão. 3a.ed. Tradução de Renato Janine Ribeiro, 2002 (1642). https://www.unodc.org/documents/treaties/organized_crime/Egypt.pdf Working paper submitted by the Egyptian delegation to the Conference Meeting of Open Governmental experts concerning protection from illicit trading in cultural property held in Vienna from 24 to 26 November 2009.
- HUIZINGA, J.
Homo Ludens. Tradução de João Paulo Monteiro. São Paulo, Perspectiva, 2000.
- KARNAL, L.
A escrita da memória. São Paulo: Banco Santos, 2004.
- MARTIN, A.; OLSON, K.R.
 Beyond Good and Evil: What Motivations Underlie Children's Prosocial Behavior? *Perspectives on Psychological Science*, 10(2), 159-175, 2015. <https://doi.org/10.1177/1745691615568998>.
- MILLER, J.P.
Ancient roots of holistic education, Encounter: Education for meaning and social justice, 2002.
- PETRIE, W.M.F.
Buttons and design scarabs. Londres, UCL, 1925.
- PETRIE, W.M.F.
Scarabs and cylinders with names, illustrated by the Egyptian collection in the University College. Londres, UCL, 1917.
- PETRIE, W.M.F.
Amulets, illustrated by the Egyptian collection in the University College. Londres, Constable, 1914.
- PRESTON, J.P.
 Holistic education: a pioneer narrative, *LEARNing Landscapes*, 5, 2, 251-267, 2012.
- SAHLINS, M.
Culture and Practical Reason. Chicago: University of Chicago Press, 1976.
- SCHNEIDER, H.D.
Life and Death under the Pharaohs. Perth, Western Australian Museum, 1997.
- SMUTS, J.C.
Holism and evolution. Cidade do Cabo, N& S Press, 1926/1987.

Acervos

Sobre caixões e sarcófagos

Cássio de Araújo Duarte¹

Item fundamental no mobiliário das sepulturas egípcias, as urnas funerárias eram mais do que caixas concebidas para proteger os corpos dos mortos do contato direto com a crueza do solo; trata-se de complexos artefatos que entrelaçam uma intrincada rede de simbolismos amadurecidos no decorrer de uma longuíssima duração cultural e que visavam integrar o fenômeno individual da morte e os processos dela decorrentes à mecânica do cosmos e aos eventos do mundo divino. Para Taylor (2001), de todos os objetos preparados para a tumba, os caixões eram os mais dotados de significância simbólica – importância que conectava transformações nas práticas culturais às condições da existência humana aqui e no além, à paisagem e aos seres de ambas as esferas.

Por conta da extensão e complexidade do tema, para os fins da presente publicação lançaremos aqui um brevíssimo olhar exclusivamente sobre os conceitos que contribuíram na construção do simbolismo das urnas funerárias desde a 5^a dinastia até a 21^a dinastia.² Não se pretende levantar exaustivamente as especificidades de todas as variedades de urnas dentro de nossa periodização e seu conteúdo iconográfico, mas tão somente explicitar o caráter complexo e polissêmico desses intrigantes artefatos.

Caixões e sarcófagos: em busca de uma definição

É importante considerar de início que, salvo em sepultamentos modestos, se desenvolveu a prática de sepultar os mortos em um conjunto de urnas depositadas uma dentro da outra como fruto dos desdobramentos das crenças e ritos religiosos. Bettum (2012), apoiado nos conceitos de “nesting” e “wrapping”, propõe que o corpo mumificado divinizado recebia o mesmo cuidado que a imagem divina nos templos sendo, por esta razão, ocultado por diversas camadas hierarquicamente sobrepostas conforme sua proximidade à imagem sacra.

O recipiente mais externo, frequentemente elaborado em pedra, ganhou na literatura a apelação de “sarcófago” (lit. “comedor de carne”); consequentemente, os continentes interiores, não importando o material em que foram

(1) Pesquisador associado ao LARP/MAE-USP. <menkassio1@hotmail.com>.

(2) Com enfoque particular na cultura material do Alto Egito e, em especial, da região tebana.

produzidos, passaram a ser chamados de “coffins”, “cercueil”³ etc. O problema dessa classificação fundamentada no material de construção dos sarcófagos é que, além de artificial e baseada numa projeção de valores alheios à mentalidade dos antigos egípcios ela não explica, por exemplo, a existência de conjuntos de caixões exclusivamente em pedra do final da 18^a e início da 19^a dinastia (Bettum, 2012, p. 48; Ikram, Dodson, 1998, p. 212).

Outro parâmetro categoriza os sarcófagos em função de seu formato. Desde o Reinado Antigo, esses monumentos apresentam formas retangulares – o tampo podendo ser abaulado à semelhança da arquitetura canônica do templo do Baixo Egito . Com o Reinado Novo o uso da pedra restringiu-se à esfera real, quando os sarcófagos passaram a exibir também a forma de cartuchos  (Hatshepsut, Thutmosis III), aparência repetida nos monumentos de Merneptah e Ramesses VI, onde se acrescentou ao tampo a imagem mumiforme do rei. Já os de Tutankhamun, Ay e Horemheb, por sua vez, adotaram as linhas canônicas do templo *per-ur* (*pr-wr*) do Alto Egito  - estética replicada pelos membros da corte juntamente ao modelo do santuário do Baixo Egito *per-nu* (*pr-nw*), exemplificados pelos sarcófagos de madeira de Yuya e Thuyu (Spencer, 1991, p. 176).

Do Reinado Antigo, conhece-se a palavra *qersu*  (*krsw*) que é traduzida como sarcófago (Hannig, 2003, p. 1090). O termo  *suht* (*swht*),⁴ por sua vez, é mais nebuloso. Para Janssen (1975, p. 213-214), se referiria ao ataúde interno antropoide, opinião compartilhada por Ikram e Dodson (1998, p. 193). Taylor (2001, p. 216) menciona a homofonia com a palavra para ovo , para daí extrair o sentido do ataúde como um “útero” onde se daria o renascimento⁵ – interpretação que veremos mais adiante. Hannig (1995, p. 680) lista o verbete para se referir à máscara funerária, mas talvez o termo valha somente para o Reinado Médio.⁶ Dada a constituição das máscaras em cartonagem, moldadas com pedaços de linho rústico e gesso, sua aparência, de fato, lembra a das cascas dos ovos.⁷ Vale notar que a palavra para mortalha compartilhava a mesma raiz *suh* (*swh*), escrita  no Reinado Antigo e  no Reinado Médio (Hannig, 2003, p. 1090, 2006, p. 2144; Ikram, Dodson, 1998, p. 193). No período Raméssida, a palavra passa a ser

3) Entretanto, em alguns lugares, tal como o próprio Museo Egizio, em Turim, denominam-se inclusive os recipientes internos para o corpo, não importando sua forma, de “sarcofagi”. Cf. catálogo redigido por Niwiński (2004).

4) Outras grafias incluem o determinativo de um ovo  ou  (Erman, Grapow, 1971b, p. 74).

5) Para o sentido da palavra *swht*  para embrião no útero antes do nascimento, cf. Hannig (2006, p. 2143).

6) Cf. Cooney, 2007, p.23; Brovarski, 1988, p. 119.

7) O mesmo vale para os primeiros caixões antropomórficos, como veremos adiante.

empregada para se referir exclusivamente à cobertura de múmia,⁸ que é um desdobramento da máscara funerária semelhante a um tampo antropoide sem os pés (Cooney, 2007, p. 23; Bettum, 2012, p. 46, nt. 5).

Contratos provenientes de Deir el-Medina atestam outros termos para se referir às diferentes categorias de urnas. A palavra *djebat* (*db3t*), se referiria ao sarcófago retangular de pedra  ou de madeira ,⁹ a interpretar pelos determinativos ( e ) e menções de alguns haverem sido pintados¹⁰ (Cooney, 2007, p. 22; Janssen, 1975, p. 215). No que diz respeito aos caixões antropoides, *ut aa* (*wt 3*)  aplicava-se para o grande, enquanto que *ut cheri* (*wt šri*)  para o pequeno ou menor do jogo (Cooney, 2007, p. 20; Janssen, 1975, p. 213-15; Lesko, 2002, p. 116).

Desenvolvimento dos simbolismos dos caixões e sarcófagos

O ataúde grande antropomórfico podia ser referido também como *men ankh* (*mn-‘nh*)  “vida duradoura” (Cooney) ou “lugar de vida” (Janssen), expressão possivelmente derivada de “senhor da vida” *neb ankh* (*nb ‘nh*)  (Erman, Grapow, 1971a, p. 228) ou “caixão de vida” *hen ankh* (*hn ‘nh*) ;  (Erman, Grapow, 1971a, p. 491; Taylor, 2001, p. 214), expressões que denotam as urnas como receptáculos preservadores da vida (Willems, 1988, p. 46-47). Ikram e Dodson (1998, p. 244), por sua vez, afirmam que o termo “senhor da vida” se referiria ao sarcófago.

Tal conceito foi desenvolvido na cultura funerária desde o Reinado Antigo, quando os caixões foram equiparados ao corpo de Nut, deusa do céu, em cujo útero o morto seria gestado para seu renascimento.¹³ Por esta razão também podiam ser chamados de “mãe” (*mut - mwt*) (Assmann, 2000, p. 16-24; Spencer, 1982, p. 165; Taylor, 2001, p. 215). Ataúde e o cadáver representariam assim a união da mãe com o filho (Assmann, 2001, p. 165-166), da mesma forma que vinculava o morto “à eternidade cíclica do universo” (Taylor, 2001, p. 216). Em uma passagem dos Textos das Pirâmides se lê:

(8) Grafado como , , e outras variantes (Lesko, 2004, p. 21). Schneider (1977, p. 65) se refere às coberturas de múmia como mortalhas rígidas.

(9) Para outras grafias cf. Lesko, 2004, p. 267.

(10) Uma exceção é o sarcófago de calcário de Pashed, que continha cenas pintadas do Livro dos Mortos no interior e exterior (Zivie, 1979), e do qual falaremos mais adiante.

(11) Para o Reinado Médio e Segundo Período Intermediário, Hannig (2006, p.1064) indica a grafia  igualmente para o caixão externo mumiforme.

(12) Existente desde o Reinado Médio (Willems, 1988, p. 46, nt. 5.)

(13) Durante o Período Arcaico e parte do Reinado Antigo, caixões e sarcófagos originalmente visavam replicar a morada do morto (Taylor, 2002, p. 214-215).

(...) [Ela] os fez saudáveis para você, você foi dado à sua mãe Nut em seu nome de sarcófago; ela abraçou você em seu nome de caixão, e você foi trazido a ela em seu nome de tumba" (364, §616 c-f)¹⁴

Durante o Reinado Médio, o vínculo da urna com Nut se manteve (Hayes, 1990, p. 317-8; Willems, 1988, p. 48, 243) e tornou-se indissociável do tempo¹⁵ (Ikram, Dodson, 1998, p. 197; Spencer, 1982, p. 171; Willems, 1988, p. 235-237), simbolismo que se perpetuou nas épocas seguintes. Outras deusas mais tarde vieram se alternar com Nut enquanto mães dos mortos: Háthor enquanto Deusa do Ocidente, como veremos em alguns caixões da 21^a dinastia, e também Neith (Taylor, 2001, p. 216).

Em contraposição, as caixas dos esquifes do Reinado Médio aludiam à terra e ao mundo subterrâneo, e por isso recebiam os mapas do outro mundo, representados pelo Livro dos Dois Caminhos. Nas partes externas, esses caixões trazem menções a várias divindades, cada qual posicionada em partes específicas dos cofres (Hayes, 1990, p. 314; Snape, 2011, p. 147): nas laterais maiores, Imsety e Hapy eram localizados na região dos ombros, cada qual em um lado, enquanto que Duamutef e Qebehsenuf, na área das pernas. Entre eles, outras colunas de textos se referem a deuses primordiais, tais como os pares Shu e Tefnut, Geb e Nut. As extremidades eram dedicadas às irmãs de Osíris: Ísis aos pés e Néftis na região da cabeça do morto.

No interior dessas urnas repousava a múmia, apoiada sobre seu lado esquerdo, com a cabeça apontada para o norte, face para o leste e munida de uma máscara funerária em cartonagem. Na direção de seu rosto, no interior e no exterior do caixão, localizavam-se ilustrações de uma porta falsa; sobre ela, na parte externa, dois olhos ☀ que representam magicamente os do defunto espreitam as oferendas trazidas a ele assim como o horizonte oriental – local onde se dava transfiguração do morto em um *akh* (Taylor, 2001, p. 219). Em alguns exemplares, a máscara podia vir munida de um toucado *nemes* e a *uraeus* ☀ (Hayes, 1990, p. 310, fig. 201; Ikram, Dodson, 1998, p. 201; Smith, 2017) e em determinados sepultamentos foram encontrados cetros (Hayes, 1990, p. 285-286) e outros artefatos com simbolismo caracteristicamente real, por vezes junto ao corpo do morto. A presença desses elementos, somados às influências de textos da realeza na esfera privada levaram à disseminação, na egiptologia, da ideia da popularização de determinados privilégios da realeza, incluindo a própria associação do falecido a Osíris no além – processo que teria transcorrido em

(14) Billing, 2002, p. 184; Spencer, 1982, p. 165. Tradução baseada em Faulkner, 1987, p. 119). Allen (2015, p. 84), por sua vez, traduz ☀ qerst (*krst*) como entombment", ☀ qersu (*krsw*) "tomb chamber" e ☀ ia (*ī*) "tomb superstructure". Para o texto hieroglífico, cf. Sethe, 1908, p. 331.

(15) Nas tampas de determinados exemplares há representações de constelações e relógios estelares (Grajetzki, 2014, p. 37, fig. 46; Ikram, D., 1998, p. 201, fig. 252; Taylor, 1989, p. 22, fig. 12, 2001, p. 215); em outros, inscrições em que o morto é associado ao trajeto da barca do deus sol (Willems, 1988, p. 173).

particular durante o Primeiro Período Intermediário.¹⁶ Um desdobramento desse raciocínio fez das múmias de personagens da elite reflexos daquela do próprio Osíris¹⁷ (Grajetzki, 2014, p. 150-152; Hayes, 1990, p. 309, 314; Snape, 2011, p. 144-146; Spencer, 1982, p. 174; Taylor, 2001, p. 215). Tal simbolismo teria sido transmitido aos ataúdes antropomórficos modelados à imagem do *sah* (*sȝh*) , conceito egípcio para o corpo que recebeu os devidos ritos de mumificação que transformavam o morto em um ser divino e eterno (Schneider, 1977, p. 74-75; Taylor, 2001, p. 17), resultando na aparência que imitava as características divinas, tais como a peruka tripartite, a longa barba recurva e a pele dourada ou alusiva ao ouro (ocre amarelo).¹⁸ Cenas posteriores da tumba de Amenemopet (TT 41), 19^a dinastia, ilustram parte do processo de enfaixamento, confecção da máscara mortuária e do ritual diante do corpo¹⁹ (Figura 1). Esquifes com essa aparência surgiram pela primeira vez no início da 12^a dinastia, confeccionados seja em cartonagem ou madeira e depositados em caixões retangulares à mesma maneira das múmias, sobre o lado esquerdo e com a face voltada para o sol nascente (Hayes, 1990, p. 304-305, 310-311; Mace, Winlock, 1916, p. 53; Petrie, 1907, 12; p. 202). É significativo que os caixões antropomórficos tenham vindo a ser considerados verdadeiros substitutos às próprias múmias que eles guardavam, como sugerem inscrições²⁰ deixadas nos pinos e cavilhas que uniam suas tábuas e que os associavam à junção dos ossos de Osíris pela mágica de Hórus (Schneider, 1977, p. 74, nt. 61; Winlock, 1922, p. 35).

Além de Osíris, o morto também teria sido identificado com Rê – o qual igualmente vivenciava o processo de renascimento – e Shu, deus da atmosfera que se localizava entre o céu (tampo) e a terra (caixa) (Taylor, 2001, p. 215).

O modelo mumiforme de esquife ganhou popularidade e foi adotado tanto pelo círculo privado quanto pelo da realeza – com um número de diferenças no que concerne às particularidades da decoração – e absorveu o simbolismo desenvolvido nas urnas retangulares do Reinado Médio que incluía menções às mesmas divindades nas laterais e associações de suas partes à terra e ao firmamento. Como consequência da alteração do posicionamento das múmias nas

(16) Bárta (2011, p. 187-188), por sua vez, defende que o conceito de se tornar Osíris após a morte foi estendido a dignitários de origem não real a partir da 5^a dinastia.

(17) Smith (2017, p. 201) argumenta que tais símbolos já existiam muito antes de Osíris ser vinculado a eles e que os ditos equipamentos funerários (cetros e outras insígnias) não fariam alusão a poderes da realeza, mas a outros atributos como rejuvenescimento e renascimento. Para ele, a relação com Osíris se dava unicamente de forma ritualística. Para mais críticas ao conceito de “democratização do além” cf. Hays, 2011.

(18) Já os termos *khat* (*hȝt*)  ou *djet* (*dȝt*) , designariam o cadáver não embalsamado ou mumificado, isto é, antes dos rituais de transfiguração.

(19) Caillaud, 1831, pr. 8; Ikram, Dodson, 1998, p.108, fig. 107.

(20) “Unidos para ti estão teus ossos que estão no Grande Cemitério, por Horus que te abraça” (Winlock, 1922, p. 35).

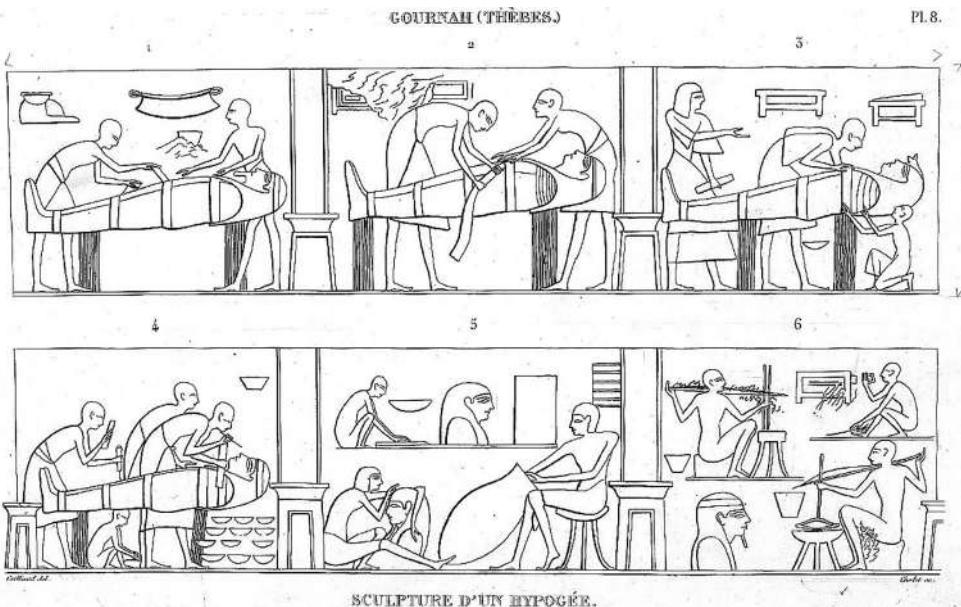


Fig. 1. Cenas outrora registradas na parede oeste da tumba Amenemopet (TT 41), 19^a dinastia, do preparo de uma múmia e de sua máscara mortuária. Fonte: Caillaud, 1831, pr. 8.

urnas, que passaram a repousar sobre as costas, o direcionamento simbólico da jornada solar foi reorientado das laterais para o eixo que vai dos pés à cabeça.²¹

Um desdobramento dos ataúdes antropomórficos na necrópole tebana, da 13^a dinastia ao princípio da 18^a dinastia, foi o aparecimento de urnas no estilo “rishi”, termo árabe para “emplumado” em virtude da representação de asas ou plumas envolvendo o corpo do morto no tampo.²² O restante do esquife era pintado, via de regra, de preto ou azul. A concepção por detrás desse projeto iconográfico ainda é bastante nebulosa e recebeu diversas interpretações, tais como a descrição das asas do *ba* (*b3*) do falecido (Bettum, 2012, p. 80; Ikram, Dodson, 1998, p. 204), de um pássaro *benu* (*bnw*) (Miniaci, 2011, p. 42-43) ou de Ísis  e Néftis protegendo o morto enquanto Osíris (Spencer, 1982, p. 174); alusão a um traje real (Lacovara, 2007); ou mesmo uma influência de práticas funerárias núbias.²³ Miniaci (2010) e Ikram e Dodson

(21) Simbolismo evidente nos caixões da 21^a dinastia, nos quais as representações do sol eram usuais na região da cabeça, como veremos adiante. Tal associação pode estar ligada à experiência sensorial da luz do sol no alto da cabeça, que pode ter inspirado o cap. 162 do LdM (“fórmula para fazer nascer uma chama sobre a cabeça do bem-aventurado”) e os hipocéfalos nas múmias no Período Ptolemaico (Barguet, 1967, p. 228-229; Taylor, 2010, p.130). Por outro lado, pode também ter surgido pelo fato de a preposição “acima” (*tep*) – evocando aqui o sol no firmamento – derivar de uma referência ao corpo humano .

(22) Segundo Taylor (2001, p. 223), tal decoração pode ter derivado de máscaras funerárias do final do Reinado Médio e Segundo Período Intermediário (cf. Ikram, Dodson, 1998, p. 169, fig. 196) com o mesmo tipo de ilustração plumária.

(23) Para mais detalhes acerca dessas hipóteses, cf. Miniaci, 2010, pp. 54-55.

(1998, p. 204) têm reservas quanto ao uso do termo “*rishi*” para as urnas reais do Reinado Novo, uma vez que nestas o projeto foi retrabalhado de forma que as asas envelopassem os caixões completamente e sua aparência não era mais policromada sobre uma superfície engessada, o que poderia indicar um novo conceito por detrás de sua elaboração. Ainda para Miniaci, nas ocasionais reaparições desse estilo em caixões privados da 21^a à 26^a dinastia, seu desenho difere dos *rishi* originais, apresentado sejam asas cruzadas²⁴ ou parte de uma ave logo acima do rosto .

No início do Reinado Novo até a época de Thutmosis III (Niwiński, 1988), e substituindo o estilo *rishi*, surgem, no âmbito privado, caixões antropomórficos concebidos à semelhança da múmia, com fundo branco, e faixas horizontais e verticais alusivas às bandagens de fixação das mortalhas como elemento decorativo e eventual espaço para a inclusão de fórmulas funerárias. Raramente se representava as mãos (Spencer, 1982, p. 175) e estas, cruzadas sobre o peito, só se tornam regra após o período amarniano (Niwiński, 1988, p. 12; Taylor, 2001, p. 227). Com frequência, os espaços vazios entre bandas nas laterais ou no tampo eram utilizados para a inclusão de imagens policromadas dos filhos de Hórus, Thot e Anúbis. Ísis e Néftis estão presentes nos pés e cabeça respectivamente em uma alusão ao capítulo 151 do Livro dos Mortos, no qual o morto assume o papel de Osíris (Bettum, 2015, p. 31). Outras ilustrações, tais como aquelas no esquife de Madja (Louvre E 14543) ou Ahmose (Metropolitan MMA 14.10.2), incluem cenas da procissão fúnebre, de carpideiras, de oferendas ao morto, olhos *wedjat* , de Osíris, e de Anúbis em sua forma animal .

Algumas urnas do princípio da 18^a dinastia mantiveram o padrão de plumas *rishi* (por exemplo, das rainhas Ahmose-Nefertary e Merytamun), mas o estilo acabou por se tornar restrito à realeza. Outra tendência, surgida durante a época de Hatshepsut e Thutmosis III foi a dos caixões pintados de preto com as faixas amarelas ou douradas (Sartini, 2015), como se vê, por exemplo, nos de Mesra e Sennefer (Louvre N 2573; E 14026 – estética que se manteve até o reinado de Ramesses II (Taylor, 1989, p. 35, 2001, p. 227), na 19^a dinastia. Embora muito poucos ataúdes tenham sobrevivido do período de Amarna para que possamos medir adequadamente o impacto da doutrina de Akhenaton no âmbito funerário, conhecem-se casos nos arredores da capital nos quais o tipo tradicional, com as imagens divinas, resistiu (Bettum, 2015; Stevens, 2018). Entretanto, uma variante desse mesmo estilo consoante à nova teologia foi identificada

(24) Pertinente para nossa cronologia é uma cobertura de múmia publicada por Niwiński (1988, p.131, n. 143, pl. VIII B). Neste caso, acima da intersecção das asas cruzadas e ao centro há uma cabeça de falcão e, mais abaixo, sua cauda. As asas partem das laterais esquerda e direita e toda a composição está descrita sobre um padrão geométrico possivelmente derivado de um motivo plumário.

em um número de caixões nos quais as imagens dos antigos deuses foram substituídas por cenas de rituais funerários – decoração replicada em uma miniatura de caixão descoberta em Tell el-Amarna.²⁵

Ainda durante o Reinado Novo, um terceiro tipo de ornamentação ganhou popularidade, conferindo às urnas e sarcófagos a predominância da cor amarela – daí a designação de “caixões amarelos”, “yellow coffins”, “cercueils jaunes” etc. Para Ikram e Dodson (1998, p. 215),²⁶ tal estilo teria surgido no final do reinado de Amenhotep III na necrópole de Deir el-Medina, mas outros autores – fundamentados nos aspectos singulares da decoração dessa variedade²⁷ (Sousa, 2018, p. 18, nt. 3) – apontam o período pós-Amarna (Niwiński, 1989, p. 12) ou, mais especificamente, o reinado de Ramesses II (Taylor, 2001, p. 227; Sartini, 2015, p. 49) como época para seu aparecimento.

O emprego do amarelo, além de uma forma de imitar ouro²⁸ (Niwiński, 1989, p. 12), estaria diretamente relacionado ao simbolismo solar e evocaria a incidência da luz do sol sobre o morto (Bettum, 2012, p. 57; Schneider, 1977, p. 65-66, 74, nt. 68; Taylor, 2001, p. 227), tal como prescrevia o ritual da abertura da boca desempenhado diante da múmia, em pé, em frente à sua tumba (Assmann, 2005, p. 317-24). Em outro texto se lê:

“Rê brilha em tua face para que ela esteja revestida de ouro” (Assmann, 2005, p. 37)

A luz emanada pelo deus sol era considerada um princípio revigorante que trazia vida aos falecidos quando este transitava pelo mundo subterrâneo.²⁹ É oportuno mencionar também que, nos hinos solares, a descrição do pôr do sol reproduzia as mesmas imagens que se utilizavam nos textos funerários para a deposição do morto em seu caixão (Assmann, 2000, p. 21-22, 2001, p. 173-4) – metáfora que equiparava o astro e o morto em sua descensão ao útero de Nut. O amarelo era também empregado na decoração das tumbas Raméssidas – da realza ou não – como referência à passagem do deus sol pelo mundo subterrâneo.

Sobre as superfícies dos caixões, imagens e textos eram representados em vermelho, azul, verde, branco e preto, cores que com o envelhecimento do

(25) Bettum, 2015, p. 32; Pendlebury, 1951a, p. 90, 92, 188, 1951b, pls. LXXIV, nº. 9, CIV; Skinner et al., 2019, p. 212; Taylor 2001, p. 226-227, fig. 166.

(26) O ataúde mais antigo, segundo os autores, seria o do artesão Teti (Brooklyn Museum 37.14Ea-b).

(27) Em particular a dissociação da decoração do tampo do corpo do caixão – até então concebidos como uma unidade – e a presença de zonas pictóricas distintas (Sousa, 2018, p. 17).

(28) Cf. ataúde do rei Ahmose, que teve sua cobertura com folha de ouro substituída, nas palavras de Daressy (1909, p. 3, pls. III, IV), “por uma camada de ocre amarelo”. O mesmo intercâmbio se vê no conjunto de urnas de Henutmehyt (British Museum EA48001).

(29) Cf. um hino ao sol poente em Assmann (1995, p. 14). Lembremos também de um registro na estela de Taperet (Louvre N 3663), na qual em uma das faces Rê-Horakhty projeta seus raios sobre a proprietária na forma de flores – uma sutil referência à palavra para buquê 𓁴, com a mesma raiz do termo para “vida”.

verniz de mastique, acabaram por ficar alteradas – processo visível também nos caixões da 21^a e 22^a dinastias. O conteúdo iconográfico das laterais manteve o mesmo repertório, enquanto a tampa passou a incorporar divindades, o defunto fazendo ofertas a elas, e cenas de rituais funerários e do Livro dos Mortos (Taylor, 1989, p. 35).³⁰

Outra inovação que se deu entre o final da 18^a - início da 19^a dinastia foi a representação do finado em seus trajes de vivente nos caixões internos e coberturas de múmia,³¹ os quais, segundo alguns estudiosos, poderiam evocar o *akh* do falecido (Bettum, 2012) – ao contrário da urna exterior, também antropomorfa, mas alusiva à aparência do *sah*. Em ambas, entretanto, as paredes externas mantiveram as consagradas imagens de Thot e dos filhos de Hórus, enquanto o interior era deixado, via de regra, sem decorações (Bettum, 2012, p. 129).

Os únicos sarcófagos integros datados da 19^a dinastia que abrigavam urnas antropomorfas foram os de Sennedjem e Khonsu, encontrados na tumba do primeiro em Deir el-Medina (TT 1). Construídos em madeira à semelhança do santuário pr-wr e munidos de trenós , estampam a mesma coloração amarela nas laterais exteriores sobre as quais cenas do Livro dos Mortos³² foram registradas; no interior, receberam tinta preta, o que pode ser uma referência simbólica à terra fértil propiciadora do renascimento, ou à escuridão do universo primordial anterior à criação, tal como nos caixões negros da 18^a dinastia.³³ Nos fragmentos de outro sarcófago, de calcário e pertencente a Pashed (TT 3), foi possível distinguir o mesmo tratamento estético dos demais com exceção do interior, que também continha cenas do mesmo livro funerário (Bettum, 2012, p. 131-2; Zivie, 1979).³⁴

No final do Período Ramessida, durante a 20^a dinastia, operou-se um número de transformações importantes que se refletiram no programa decorativo das urnas da 21^a e início da 22^a dinastias. O estilo até então em voga nos tampos dos caixões interiores e nas coberturas de múmia – modelados à imagem do indivíduo com seus trajes finos – foi deixado de lado em prol do já estabelecido modelo mumiforme (Niwiński, 1988, p. 13; Taylor, 1989,

(30) Cf., por exemplo, o caixão de Iy-neferty no Metropolitan Museum (86.1.5a, b).

(31) Bettum, 2012, p. 117-122; Ikram, Dodson, 1998, p. 216; Taylor, 2001, p. 227. Um ostracon no Metropolitan Museum (23.7.1) ilustra o projeto de um tampo ou cobertura de múmia com tais características.

(32) Em particular dos capítulos 1, 17, 72, 151 e 161 (Bettum, 2012, p. 130).

(33) Bettum, 2012, p. 57.

(34) Internamente, foram inseridas cenas dos caps. 1, 17, 72 e 151 do LdM e no lado de fora, “a confissão negativa” (cap. 125) que dialogava com as imagens pintadas na câmara funerária (Bettum, 2012, p. 131).

p. 39), com peruca tripartite³⁵ , um amplo colar floral em conjunto com o habitual *usekh* (*wsh*) , braços cruzados e uma longa barba recurvada nos caixões masculinos. Contudo, as faixas laterais que abrigavam inscrições e conferiam uma unidade entre a caixa e o tampo permaneceram somente no último enquanto divisões horizontais de um número de vinhetas, dispostas aos pares, e espelhadas em função de uma ou mais barras verticais com textos. O resultado dessa mudança foi uma autonomia entre a decoração da tampa e do recipiente (Taylor, 1989, p. 39). Esse novo arranjo de imagens sobre o tampo foi posicionado logo abaixo de Nut com asas estendidas , a qual substituiu a imagem de Nekhbet³⁶ por volta do reinado de Amenhotep III (Taylor, 1989, p. 32). O padrão de retratar, nas laterais externas, os filhos de Hórus e outras divindades foi mantido e os textos funerários que os separam ganharam mais colunas. O interior não exibe ilustrações ou qualquer tratamento cromático.

Com a 21^a dinastia, em virtude da situação econômica do país, não somente os conjuntos de urnas deixaram de contar com o sarcófago e foram via de regra fabricadas com madeira local,³⁷ como as próprias tumbas passaram a ser coletivas, rústicas e anepigráficas, isto é, as paredes foram deixadas sem qualquer tratamento para abrigar pinturas e textos – as mais conhecidas descobertas em Deir el-Bahari em 1881³⁸ (Royal Cache TT 320) e 1891 (Bab el-Gasus).

Os enterramentos mais sofisticados contavam com dois caixões mumiformes e uma cobertura igualmente à imagem do *sah*. Em diversos casos, urnas anteriores foram reutilizadas³⁹ (Cooney, 2018, 2018b, 2019; Niwiński, 1988, p. 13) e adequadas não somente ao estilo em voga quanto ao gênero do novo ocupante: caixões femininos apresentam a morta com brincos, mas com as orelhas escondidas, faixas florais em torno da peruca, as mãos estendidas sobre o peito⁴⁰ e os seios indicados por protuberâncias unidas às extremidades inferiores da espessa peruca com as aréolas sinalizadas por rosetas  ou outro motivo.⁴¹

(35) Uma urna intermediária nesse processo é a de Nesamun (Leeds City Museum), que apresenta uma peruca de vivente (Niwiński, 1988, p. 14, figs. 12-14; Schmidt, 1919, p. 129, figs. 670-673; Taylor, 1989, p. 38, fig. 30).

(36) Como é o caso de dois caixões masculinos, um anônimo e outro pertencente a Senhetep, ambos datados de meados da 18^a dinastia. Louvre (N 2573 e E 7724).

(37) Sobretudo com tábuas de sicômoro fixadas com pinos de outras madeiras. As formas eram modeladas com argila e recobertas com uma camada de gesso antes de receber a policromia.

(38) O esconderijo já havia sido descoberto por locais dez anos antes.

(39) Por exemplo, a urna interior de Tamutmutef (Museo Egizio Cat. 2228) que, originalmente, representava uma morta em trajes de vivente e que foi readequada ao novo gosto da 21^a dinastia.

(40) Em tampos e coberturas de múmia como os de Tanetnahereret (Louvre E 13034) e Panebmontu, (Louvre E 13029), foram incluídos braços tomados de braceletes e vinhetas. Com o tempo restaram somente as mãos flutuando sobre o amplo colar multicolorido (Niwiński, 1988, pp. 68-69, figs. 25-29).

(41) Como ocorre nas urnas de Taihuty (British Museum EA 24793) e Tanetnahereret, em Paris, (Niwiński, 1988, p. 153, nº 267, p. 163, nº 328).

As masculinas incluíam as orelhas, uma longa barba, e dispunham as mãos do defunto fechadas, por vezes segurando os símbolos *djed* ☩, o nó *tyet* ☪ e o *ankh* ☩.⁴² Guardadas as especificidades de cada ataúde, em ambos os sexos são encontrados os mesmos tipos de colar – amplo e floral sobreposto ao *usekh* – assim como elaborados e diversificados peitorais,⁴³ usualmente próximos às mãos.

Dois elementos se destacam no acabamento das tampas e coberturas de múmia: o grau crescente de preenchimento dos espaços com cenas, textos e signos policromados e o uso de baixos-relevos para destacar partes de imagens divinas e símbolos remetendo-se a amuletos de pasta vítreia ou pedras semipreciosas.⁴⁴ Em virtude de tamanho grau de concentração de imagens, Bettum (2012, p. 60) defende que tais caixões, em particular os de meados da 21ª dinastia, não deveriam ser chamados simplesmente de amarelos, uma vez que essa cor desaparece em meio à profusão dos detalhes em outros pigmentos. No lugar, sugere o emprego do termo egípcio *sab* (*s3b* ☩) – utilizado para o efeito cromático da plumagem de pássaros e da pele de serpentes – para denominar esses ataúdes como “variegados” ou “policromados”.

A tendência ao preenchimento dos espaços das urnas envolve praticamente cada uma de suas superfícies, com exceção do fundo exterior dos caixões e o verso das tampas e das coberturas de múmia, salvo em raras ocasiões.⁴⁵

A decoração externa da caixa diverge da interna não somente no que concerne à policromia, mas também quanto à escala das imagens e o próprio projeto iconográfico. Em ambas, tanto as cenas quanto os textos receberam tratamento policromado, mas enquanto no interior incluía-se também o branco⁴⁶ nos detalhes das figuras, nos exteriores encontramos basicamente o vermelho, o verde e o azul, com o preto utilizado para pequenos detalhes tais como olhos, barbas e outros pormenores.⁴⁷

Ainda que em certos esquifes possamos contemplar em ambas as laterais externas um esquema semelhante na padronização de determinadas cenas, várias vezes os conteúdos apresentados em cada face são bastante diversos,

(42) Cf, por exemplo, o ataúde externo de Bakemut (British Museum EA 24792), que segura um símbolo *djed* e um nó *tyet* (Niwiński, 1988, p.152-153, nº 266).

(43) Item usual em urnas raméssidas, como a de Tamutnefret (Louvre N 2631, N 2598).

(44) Como nos corpos de divindades e extremidades de asas e símbolos na urna de Bakemut. Aqui, o vestido de Nut, vermelho com motivo de contas tubulares, também foi destacado em relação às demais imagens.

(45) Por exemplo, o tampo do caixão interior de Butehamun, que contém o ritual de abertura da boca (Museo Egizio, Cat. 2237) (Niwiński, 2004, p. 32, tav. IV.2), e o conjunto de Padikhonsu (Lyon, Musée des Beaux-Arts, H 2320, H 2321) que conta com uma inscrição com duas fórmulas do LdM e vinhetas do capítulo 17 da mesma obra atrás da tampa e diversas passagens do Livro da Câmara Secreta no verso da prancha de múmia (Jamen, 2016).

(46) Trata-se de partes deixadas sem pintar exibindo a cor natural do gesso.

(47) Na urna feminina E 13037 no Louvre, destacam-se da composição as correntes da balança da pesagem do coração e a imagem de Tutu ☩ sobre a proa da barca do deus sol.

conferindo assim um dinamismo ao conjunto das imagens.⁴⁸ Já no interior, as laterais trazem, em vários registros perpendiculares em relação à múmia, cenas espelhadas que se voltam para as vinhetas que foram pintadas sobre o fundo (composição centrípeta) ou direcionadas para o sentido oposto destas (composição centrífuga) (Niwiński, 1988, p. 92, figs. 41-42). A associação à luz solar também se faz presente aí dentro por intermédio do uso das cores vermelha ou amarela, alusivas a aspectos das transformações do deus sol⁴⁹ – conceito lembrado pela adaptação da Litania de Rê aos personagens descritos nas paredes junto ao morto (Araújo Duarte 2022). Há uma rica diversidade de composições iconográficas sobre as quais o falecido repousa, frequentemente tendo como imagem central uma divindade (Nut, Háthor como Deusa do Ocidente, Ptah-Sokar-Osíris ou Osíris),⁵⁰ o faraó Amenhotep I divinizado⁵¹ ou a coluna *Djed* destacados em maiores proporções⁵² que os personagens à sua volta. Em outros ataúdes optou-se pelo esquema de vários registros sobrepostos.⁵³ Devemos, no entanto, ter em vista que em várias ocasiões estamos lidando com não somente uma, mas duas urnas de um mesmo proprietário cujo conteúdo interno podia variar de uma pra outra, como no conjunto de Gaotseshen em Leiden, cuja urna interior retrata a Deusa do Ocidente (F 93/10.1b), enquanto a externa, a coluna *Djed* (F 93/10.1a), referindo-se assim ao próprio Osíris.

Ainda tratando das vinhetas no fundo dos caixões, há indicações de que seu encadeamento a partir da área dos pés aludiria também, de forma metafórica, à passagem do sol pelo mundo subterrâneo (*Duat*) até seu despontar no horizonte (Araújo Duarte, 2022), representado no alto da cabeça do morto por uma simbologia característica:  (Leiden, AMM 18-h),  (British Museum EA 24789),  (British Museum EA 24794),  (Louvre E 13028),  e  (British Museum 22941),  (Torino Cat. 2238),  (Torino Cat. 2237),  (Torino Cat. 2226),  (Madrid Inv. 18255),  (British Museum

(48) Para alguns dos motivos encontrados, cf. Araújo Duarte, 2014, 2017a, 2017b, 2022, no prelo. (49) Em raros casos o interior apresenta outra cor: no esquife de Butehamun (Torino Cat. 2236), o branco é a cor base para as cenas internas e externas; no de Tchanefer (Louvre E 18843) o interior é completamente negro e apresenta, excepcionalmente no verso do tampo, a imagem de Atum, criocéfalo e mumiforme delineado em ocre; outro da mesma coleção (E 27460), datado da 22^a dinastia e preto por dentro, teve inclusive a parte externa recoberta analogamente sobre as cenas policromadas.

(50) Por exemplo, a imagem de uma deusa (British Museum EA24793, Louvre E 13027; Rijksmuseum van Oudheden AMM 2-a, GN-D 0034), por vezes explicitamente referida como a “Deusa do Ocidente” (British Museum EA24789; Musée Bargoin 3126-3127-894-426-1; Louvre N 2612), Nut (Louvre N 2610, E 13034; Museo Egizio Cat. 2226, 2227, 2237), ou do deus Osíris (British Museum EA24798; Museo Egizio 10108; Rijksmuseum van Oudheden F 93/10.2b).

(51) Cf. caixão de Djedhoriufankh (British Museum EA 22900).

(52) Louvre E 10636, N 2581, N 2609; Museo Egizio Cat. 2238; Rijksmuseum van Oudheden F 93/10.1a.

(53) Urnas de Akhefkhonsu e Djedmontuifankh (Rijksmuseum van Oudheden AMM 18-g, AMM 18-h).

EA29591),  (Leiden F 93/10.1a),  (Leiden F 93/10.1b)  (British Museum EA 22900),    (Leiden AMM 18-g),   (Leiden AMM 18-h),⁵⁴    (Louvre N 2612).

De maneira bastante engenhosa, nessa região também figura, com frequência, o *ba* do morto .⁵⁵ Por uma perspectiva, este estaria se desprendendo da múmia junto da qual havia permanecido toda a noite; por outro viés, podemos inferir uma referência ao capítulo 92 do Livro dos Mortos (Barguet, 1967, p. 128; Cenival, 1992, p. 22), quando o *ba* deixa a tumba para sair ao dia.⁵⁶ De certa forma, é como se os esquifes funcionassem como tumbas com dois acessos simbolicamente distintos para completar um ciclo: a área dos pés, que normalmente em seu exterior trazia alguma cena alusiva à necrópole,⁵⁷ representaria a passagem pela qual a múmia entraria pela primeira vez no decurso dos rituais funerários e o morto começaria sua jornada ao além. A cabeça, como vimos, evocaria o portal pelo qual o *ba* sairia da tumba pela manhã. No primeiro momento, uma visão de fora para dentro – da claridade para a escridão do mundo subterrâneo; no segundo, de dentro para fora, e das profundezas obscuras do *Duat* para a luz, como um verdadeiro nascimento.

Através de outro raciocínio que destaca a existência de elementos arquitetônicos no projeto dos caixões, em particular aqueles do modelo “estola”,⁵⁸ Van Walsem (1997, p. 358-359, 2014)⁵⁹ também propõe que, entre outras coisas,⁶⁰ estes simbolizariam túmulos baseado na presença de motivos decorativos de tetos de sepulturas no arco interno acima da cabeça do morto e faixas paralelas nas laterais inferiores.⁶¹ A tampa e a parte interna abaixo dos pés,

(54) Para um maior detalhamento sobre a imagem, cf. Van Walsem 1997, p. 264-274, 1997a, pl. 14, figs. 15-17.

(55) Leiden AMM 26-b, F 93/10.1a, F 93/10.1b, F 93/10.2a, F 93/10.2b, F 93/10.4; Madrid, Museo Arqueológico Nacional Inv.18253, 18256, 18257.

(56) Coincidência ou não, encontra-se o verbo “sair” grafado de diversas formas ao lado da representação do *ba*:  e  ataúdes Asetemakhbit e Pairusekher (Madrid Inv. 18257 e 18253); e  e  nos esquifes anônimos do Louvre (E13037) e do British Museum (EA6663).

(57) As cenas dos rituais funerários diante da tumba, da vaca Háthor emergindo da montanha tebana ou mesmo da deusa do sicômoro (LdM, caps. 186 e 59).

(58) Característica dos ataúdes do final da 21^a dinastia-início da 22^a que reproduzia as tiras de couro vermelhas que as múmias do período levavam ao pescoço , usualmente sob as bandagens, e que se cruzavam na região do peito – Niwiński (1988, p. 15, fig. 15) e Van Walsem (1997, p. 116) se referem a elas como “mummy-braces”, “bretelles” ou “Mumienriemen”. Estavam associadas a contrapesos de couro *m̄nht* unidos a *mnit* também nesse material (Van Walsem, 1997, p. 119).

(59) O autor explora o balanço entre características antropomórficas e arquitetônicas em sarcófagos e caixões, cuja harmonia teria se dado nos modelos “com estola” do final da 21^a dinastia e início da 22^a; uma abordagem também adotada por Sousa (2018).

(60) Além de receptáculo para a múmia, o caixão também serviria simbolicamente como tumba real e templo mortuário (Van Walsem, 2014, p. 1).

(61) O autor (op. cit, p. 1) cita como exemplo o caixão de Djedmut no Museo Gregoriano Egizio, Vaticano (Cat. 25008).

ambos desprovidos de decoração, representariam a porta e o chão da câmara respectivamente.⁶²

Relembrando o elo entre o ventre de Nut e os caixões, é significativo destacar que durante a 21^a dinastia e início da 22^a, os esquifes eram produzidos em madeira de sicômoro (*Ficus sycomorus*), como ilustrado em uma cena da tumba de Ipuy (TT 217)⁶³ (Figura 2), datada da 19^a dinastia. Esse era um tipo de árvore com tronco lenhoso que recebeu na antiguidade o nome *nehet*  *nht*,⁶⁴ vocábulo assemelhado ao verbo proteger *neh* (*nh*)  e também ao substantivo para abrigo *neht* (*nht*) (Keel, 1992, p. 64; Baum, 1988, p. 36) – provavelmente em função da ampla sombra que a copa desse espécime produz. De particular importância é o fato de que, desde os Textos das Pirâmides, o sicômoro ganhou conotações celestes por meio das associações com os horizontes oriental e ocidental, assim como à própria deusa Nut, da qual também recebeu o sentido de “mãe” (Billing, 2002, p. 310-314; Buhl, 1947). Assim, quando na confecção das urnas funerárias, o sicômoro veio reforçar o conceito desse mobiliário funerário como um útero onde o morto seria gestado para uma nova vida (Wilkinson, 1994, p. 102, fig. 68).

Por fim, o tema da gestação no corpo de Nut não se restringiu, todavia, ao conjunto de urnas funerárias. Durante o Reinado Novo – a partir de registros tais como a cena no tímpano da porta subterrânea do túmulo de Nakhtamun (TT 335) (Figura 3) – concebeu-se que o corpo da deusa se fundia com a própria montanha tebana, fazendo da tumba mais uma metáfora para seu ventre (Bruyère, 1926, p. 116-117, figs. 78-79; Rummel, 2020, p. 97, fig. 5.6). Nos deparamos assim com as diversas camadas de sacralidade que o ventre divino assumiu, alinhavando os já seculares conceitos em torno do caixão à matéria prima da qual estes eram construídos (madeira de sicômoro) e, por fim, a própria câmara funerária cravada no maciço tebano que abrigaria o conjunto de urnas.

Conclusão

Ao longo de vários séculos, sarcófagos e caixões passaram por um longo e complexo processo de transformação no que concerne aos materiais empregados na sua confecção, sua aparência, e significado. Mais que meras

(62) Aqui Van Walsem (1997a, p. 358) tem em mente o posicionamento do caixão em pé por ocasião do ritual de abertura da boca.

(63) Davies, 1927, p. 70, pl. XXXVI; Janssen 1975, p. 211-212.

(64) Por sua importância, a palavra *nehet* tornou-se um termo para árvores em geral (Brewer, Redford, Redford, 1994, p. 53).

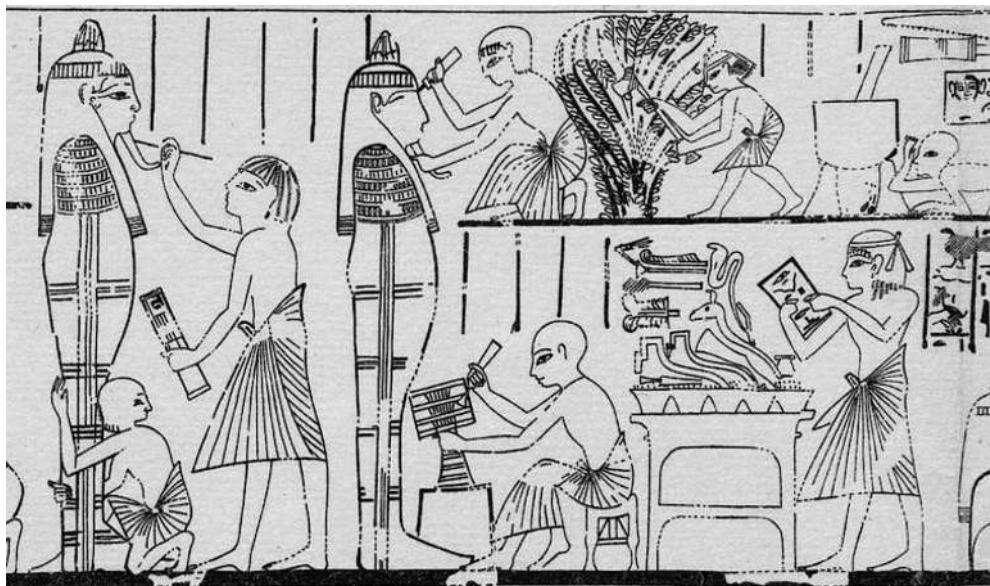


Fig. 2. Cena na parte superior da parede norte da capela de Ipu (TT 217) que ilustra um sicômoro sendo cortado para o emprego de sua madeira em caixões. Fonte: Davies, 1927, p. 70, pl. XXXVI.

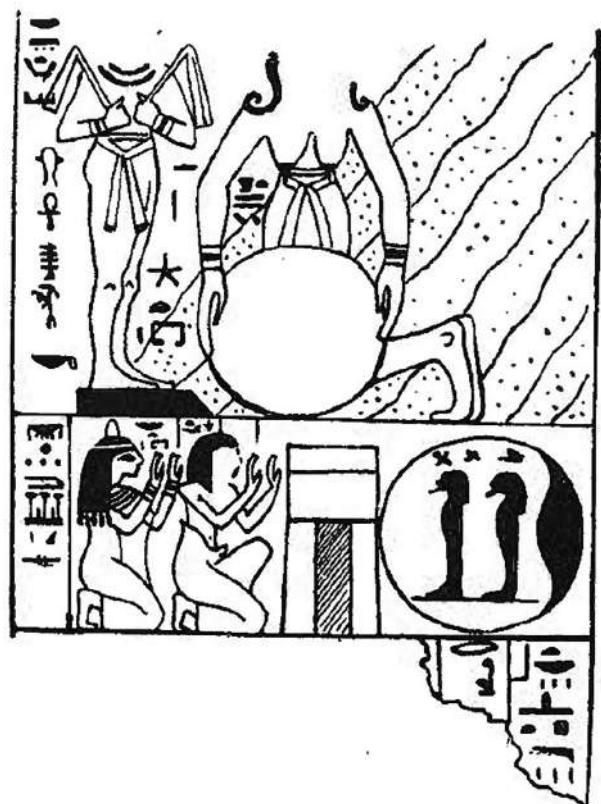


Fig. 3. Representação no tímpano da entrada da parte subterrânea da tumba de Nakhtamun (TT 335). Observar a semelhança com tema de Nut na tumba de Ramesses VI, com disco solar à frente de seu útero. Fonte: Bruyère, 1926, p. 116-117, figs. 78-79.

caixas com motivos decorativos elaborados destinadas à proteção dos corpos, consistiam em sofisticados e indispensáveis artefatos projetados para a ressureição dos mortos, integrados aos fenômenos cósmicos enquanto réplicas do ventre da deusa Nut e por sua conexão com trajetória do deus sol. Também se vinculavam à paisagem, seja por sua associação à montanha tebana ou por serem constituídos de madeira de sicômoro, árvore receptáculo do corpo da deusa.

A partir do Reinado Médio, os primeiros caixões antropomórficos passaram a replicar a imagem divinizada da múmia mascarada e podiam ser verdadeiros substitutos a esta. Com a alteração do posicionamento dessas urnas sobre as costas, uma nova orientação simbólica da jornada do sol se impôs e foi retratada dentro dos esquifes da 21^a dinastia, quando o nascente passou a ser indicado no alto da cabeça do morto. No interior desse útero sintético de Nut operava assim o grande mistério da transfiguração, quando o corpo inerte do falecido, equiparado ao do próprio Osíris, vivia as transformações pelas quais o deus sol passava em sua jornada pela terra dos mortos, região com a qual a câmara funerária se mesclava nas profundezas da terra.

Referências bibliográficas

ALLEN, J. P.

The ancient Egyptian Pyramid Texts. Atlanta: Society of Biblical Literature Press, 2015.

ARAÚJO DUARTE, C.

Crossing the landscapes of eternity: parallels between Amduat and funeral procession scenes on the 21st dynasty coffins. In: SOUSA, Rogério (Ed.) *Body, Cosmos and Eternity: New Trends of Research on Iconography and Symbolism of Ancient Egyptian Coffins*. Oxford: Archaeopress, 2014, p. 81-90.

ARAÚJO DUARTE, C.

The Amduat on the 21st Dynasty coffins. In: AMENTA, A.; GUICHARD, H. (Eds.) *Proceedings of the First Vatican Coffin Conference, 19-22 June 2013*, V. 1. Vaticano: Edizioni Musei Vaticani, 2017a, p. 137-144.

ARAÚJO DUARTE, C.

Scenes from the Amduat on the funerary coffins and sarcophagi of the 21st Dynasty. In: ROSATI, G.; GIDOTTI, M. C. (Eds.) *Proceedings of the XI International Congress of Egyptologists*. Oxford: Archaeopress, 2017b, p. 159-165.

ARAÚJO DUARTE, C.

Cosmos de imagens: um vislumbre sobre a iconografia das urnas funerárias da 21^a dinastia. *Revista M. Rio de Janeiro*, V. 7, nº 14, p. 278-294, 2022.

ARAÚJO DUARTE, C.

Desembaraçando as tramas interpretativas: reflexões sobre os usos e conteúdos do *Livro do Amduat* durante a 21^a dinastia. In: PORTO, V. C., VASQUES, M. S.; TEIXEIRA-BASTOS, M. (Org.) *Arqueologia Clássica no Brasil: Reflexões sobre o Mediterrâneo antigo em homenagem a Maria Isabel D'Agostino Fleming*. São Paulo: (no prelo).

- ASSMANN, J.
Egyptian solar religion in the New Kingdom: Re, Amun and the crisis of polytheism. London: Kegan Paul International, 1995.
- ASSMANN, J.
Images et rites de la mort dans l'Égypte ancienne. L'apport des liturgies funéraires. Paris: Cybèle, 2000.
- ASSMANN, J.
Death and salvation in ancient Egypt. Cornell: Cornell University Press, 2005.
- BARGUET, P.
Le Livre des Morts des anciens égyptiens. Paris: Les Editions du Cerf, 1967.
- BÁRTA, M.
Journey to the west. The world of the Old Kingdom tombs in ancient Egypt. Prague: Charles University in Prague, 2011.
- BAUM, N.
Arbres et arbustes de l'Égypte ancienne. La liste de la tombe thébaine d'Ineni (n° 81). Orientalia Lovaniensia Analecta 31, Leuven: Peeters, 1988.
- BETTUM, A.
Faces within faces: The symbolic function of nested yellow coffins in ancient Egypt. Oslo: Dissertation submitted for the degree of Philosophiae Doctor, Faculty of Humanities, University of Oslo, 2012.
- BETTUM, A.
The Amarna Coffins Project: Coffins from the South Tombs Cemetery. Decorative schemes. In: KEMP, B. Tell el-Amarna, 2014–15. *Journal of Egyptian Archaeology*. London, v. 101, p. 29–32, 2015.
- BILLING, N.
Nut, the goddess of life in text and iconography. Uppsala: Department of Archaeology and Ancient History, Uppsala University, 2002.
- BREWER, D. J.; REDFORD, D. B.; REDFORD, S.
Domestic plants and animals. The Egyptian origins. Warminster (England): Aris and Phillips, 1994.
- BROVARSKI, E.
Mummy mask. In: D'AURIA, S.; LACOVARA, P.; ROEHRIG, C. *Mummies & magic: the funerary arts of ancient Egypt*. Boston: Museum of Fine Arts, 1988, p. 119.
- BRUYÈRE, B.
Rapport sur les fouilles de Deir El Médineh (1924-1925). Cairo: Institut Français d'Archéologie Orientale, 1926.
- BUHL, M.-L.
The goddesses of the Egyptian tree cult. *Journal of Near Eastern Studies*. Chicago. v. 6, n° 2, p. 80-97, 1947.
- CAILLAUD, F.
Recherches sur les arts et métiers, les usages de la vie civile et domestique des anciens peuples de l'Égypte, de la Nubie et de l'Éthiopie suivis de détails sur les moeurs et coutumes des peuples modernes des mêmes contrées. Paris: Débure frères, 1831.
- CENIVAL, J.-L. DE.
Le Livre pour Sortir le Jour, Le Livre des Morts des anciens égyptiens. Paris: Réunion des Musées Nationaux, 1992.

COONEY, K. M.

The cost of death. The social and economic value of ancient Egyptian funeral art in the Ramesside Period. Leiden: The Netherlands Institute for the Near East, 2007.

COONEY, K. M.

Coffin reuse in dynasty 21: a case study of the coffins in the British Museum. In: TAYLOR, J. H.; VANDENBEUSCH, M. (Eds.) *Ancient Egyptian coffins: Craft traditions and functionality.* Leuven: Peeters, 2018, p. 295-322.

COONEY, K. M.

Coffin reuse in the 21st dynasty: a case study of the coffins in the Rijksmuseum van Oudheden. In: WEISS, Lara (Ed.) *The coffins of the priests of Amun: Egyptian coffins from the 21st Dynasty in the collection of the National Museum of Antiquities in Leiden.* Leiden: Rijksmuseum van Oudheden, 2018b, p. 69-95.

COONEY, K. M.

Patterns of coffin reuse from Dynasties 19 to 22. In: STRUDWICK, H.; DAWSON, J. (Eds.) *Ancient Egyptian Coffins: past, present, future.* Hawertown (United States): 2019, p. 96-108.

DARESSY, G.

Catalogue général des antiquités égyptiennes du Musée du Caire N°s 61001-61044. Cercueils des cachetes royales. Cairo: Institut Français d'Archéologie Orientale, 1909.

DAVIES, N. DE G.

Two Ramesside tombs at Thebes. New York: The Metropolitan Museum of Art, 1927.

ERMAN, A.; GRAPOW, H.

Wörterbuch der Agyptischen Sprache, vol. II. Berlin: Akademie Verlag, 1971a.

ERMAN, A.; GRAPOW, H.

Wörterbuch der Agyptischen Sprache, vol. IV. Berlin: Akademie Verlag, 1971b.

FAULKNER, R. O.

The ancient Egyptian Pyramid Texts. Warminster (England): Aris & Phillips, 1987.

GRAJETZKI, W.

Tomb treasures of late Middle Kingdom. The archaeology of female burials. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2014.

HANNIG, R.

Großes Handwörterbuch Ägyptisch - Deutsch (2800 bis 950 v. Chr.). Mainz am Rhein: Verlag Philipp von Zabern, 1995.

HANNIG, R.

Ägyptisches Wörterbuch I: Altes Reich und Erste Zwischenzeit. Mainz am Rhein: Verlag Philipp von Zabern, 2003.

HANNIG, R.

Ägyptisches Wörterbuch II: Mittleres Reich und Zweite Zwischenzeit. Mainz am Rhein: Verlag Philipp von Zabern, 2006.

HAYES, W. C.

The scepter of Egypt: a background for the study of the Egyptian antiquities in the Metropolitan Museum of Art from the earliest times to the end of the Middle Kingdom, V. 1. New York: Metropolitan Museum of Art/ H.N. Abrams, 1990.

HAYS, H. M.

The death of democratization of afterlife. In: STRUDWICK, Nigel; STRUDWICK, H. (Eds.) *Old Kingdom, New Perspectives: Egyptian Art and Archaeology 2750-2150 BC.* Oxford: Oxbow Books, 2011, p. 115-30.

- IKRAM, S.; DODSON, A.
The mummy in ancient Egypt. Equipping the dead for eternity. London: Thames and Hudson, 1998.
- JAMEN, F.
Le cercueil et la couverture de momie de Padikhonsou au Musée des Beaux-Arts de Lyon (21^e dynastie). Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2016.
- JANSSEN, J. J.
Commodity prices from the Ramessid Period. An economic study of the village of necropolis workmen at Thebes. Leiden: E. J. Brill, 1975.
- KEEL, O.
Ägyptische Baumgöttinnen der 18.-21. Dynastie: Bild und Wort, Wort und Bild. In: KEEL, O. (Ed.) *Das Recht der Bilder gesehen zu warden Drei Fallstudien zur Methode der Interpretation altorientalischer Bilder.* Freiburg (Schweiz): Universitätsverlag Freiburg Schweiz/Vandenhoeck & Ruprecht Göttingen, 1992, p. 61-137.
- LACOVARA, P.
A rishi coffin from Giza and the development of this type of mummy case. *Annales du Service d'Antiquités de l'Égypte.* Cairo, vol. II, n°36, p. 33-38, 2007.
- LESKO, L.; LESKO, B. S.
Dictionary of Late Egyptian, vol I. Providence: B. C. Scribe Publications, 2002.
- LESKO, L.; LESKO, B. S.
Dictionary of Late Egyptian, vol II. Providence: B. C. Scribe Publications, 2004.
- MACE, A. C.; WINLOCK, H. E.
The tomb of Senebtisi at Lisht. New York: The Metropolitan Museum of Art, 1916.
- MINIACI, G.
The iconography of the Rishi cofins and the legacy of the late Middle Kingdom. *Journal of the American Research Center in Egypt.* Alexandria, (United States), n° 46, p. 49-61, 2010.
- MINIACI, G.
Rishi coffins and the funerary culture of Second Intermediate Period. London: Golden House Publications, 2011.
- NIWIŃSKI, A.
21st Dynasty coffins from Thebes. *Chronological and typological studies.* Mainz am Rhein: Verlag Philipp von Zabern, 1988.
- NIWIŃSKI, A.
Sarcofagi della XXI dinastia (CGT 10101-10122). Catalogo del Museo Egizio di Torino, vol. IX. Torino: Ministerio per i Beni e le Attività Culturali/Soprintendenza al Museo delle Antichità Egizie, 2004.
- PENDLEBURY, J. D. S.
The city of Akhenaten, part III, the central city and the official quarters. *The excavations at Tell-El-Amarna during the seasons 1926-1927 and 1931-1936*, vol I, text. Oxford: Egypt Exploration Society/Oxford University Press, 1951a.
- PENDLEBURY, J. D. S.
The city of Akhenaten, part III, the central city and the official quarters. *The excavations at Tell-El-Amarna during the seasons 1926-1927 and 1931-1936*, vol II, plates. Oxford: Egypt Exploration Society/Oxford University Press, 1951b.
- PETRIE, W. M. F.
Gizeh and Rife. London: Office of School of Archaeology - Bernard Quaritch, London, 1907.

- RUMMEL, U.
- Landscape, tombs, and sanctuaries: the interaction of monuments and topography in Western Thebes. In: GEISEN, C. (Ed.) *Ritual Landscape and Performance. Proceedings of the International Conference on Ritual Landscape and Performance, Yale University, September 23–24, 2016*. New Haven: Yale Egyptology, 2020, p. 89-119.
- SARTINI, L.
- The black coffins with yellow decoration: a typological and chronological study. *Egitto e Vicino Oriente*. Pisa, v. 38, p. 49-66, 2015.
- SCHMIDT, V.
- Levende og Døde i det Gamle Ægypten, Album til Ordning af Sarkofager, Mumiekister, Mumihylstre O. lign. Første halvbind (indtil slutningen af XXI Dynasti)*. København: J. Frimodts Forlag, 1919.
- SCHNEIDER, H. D.
- Shabtis, an introduction to the history of ancient Egyptian funerary statuettes. With a catalogue of the collection of the shabtis in the National Museum of Antiquities at Leiden*, Vol. I. Leiden: Rijksmuseum van Oudheden, 1977.
- SETHE, K.
- Die altaegyptischen Pyramidentexte nach den Papierabdrücken und Photographien des Berliner Museums*, Erster Band: Text, erste Hälfte Spruch 1-468 (Pyr. 1-905). Leipzig: J. C. Hinrichs Buchhandlung, 1908.
- SKINNER, L.-A.; STEVENS, A.; BETTUM, A.; ROGGE, C.; WINKELS, A.; GERISCH, R.
- Piecing together coffins of the non-elite at Amarna. In: STRUDWICK, H.; LAWSON, J. (Eds.) *Ancient Egyptian coffins: Past, present, future*. Oxford, Oxbow Books, 2019, p. 212.
- SMITH, M.
- Following Osiris. Perspectives on the Osirian afterlife from four millenia*. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- SNAPE, S.
- Ancient Egyptian tombs: The culture of life and death*. Chichester (UK): Wiley-Blackwell, 2011.
- SOUSA, R.
- The genealogy of images: innovation and complexity in coffin decoration during Dynasty 21. In: TAYLOR, J. H.; VANDENBEUSCH, M. (Eds.) *Ancient Egyptian coffins: Craft traditions and functionality*. Leuven: Peeters, 2018, p. 17-32.
- SPENCER, J.
- Death in ancient Egypt*. London: Penguin Books, 1982.
- STEVENS, A. BEYOND ICONOGRAPHY: THE AMARNA COFFINS IN SOCIAL CONTEXT. IN: TAYLOR, J. H.; VANDENBEUSCH, M. (EDS.)
- Ancient Egyptian coffins: Craft traditions and functionality*. British Museum Publications on Egypt and Sudan 4. Leuven: Peeters, 2018, p. 139-160.
- TAYLOR, J. H.
- Egyptian coffins*. Aylesbury (United Kingdom): Shire Publications, 1989.
- TAYLOR, J. H.
- Death and afterlife in ancient Egypt*. London: British Museum Press, 2001.
- TAYLOR, J. H. (ED.)
- Journey through the afterlife. Ancient Egyptian Book of the Dead*. London: The British Museum Press, 2010.

VAN WALSEM, R.

The coffin of Djedmonthuiufankh in the National Museum of Antiquities at Leiden, I (text). Technical and iconographic/iconological aspects. Egyptologische Uitgaven. Leiden: Nederlands Instituut voor het Nabije Oosten, 1997.

VAN WALSEM, R.

The coffin of Djedmonthuiufankh in the National Museum of Antiquities at Leiden, I (tables, graphs etc, illustrations). Technical and iconographic/iconological aspects. Egyptologische Uitgaven. Leiden: Nederlands Instituut voor het Nabije Oosten, 1997a.

VAN WALSEM, R.

From skin wrappings to architecture. The evolution of prehistoric, anthropoid wrappings to historic architectonic coffins/sarcophagi; separate contrasts optimally fused in single Theban 'stola' coffins (±975-920 BC). In: SOUSA, R. (Ed.) *Body, cosmos and eternity. New research trends in the iconography and symbolism of ancient Egyptian coffins*. Oxford: Archaeopress, 2014.

WILLEMS, H.

Chests of life. A study of the typology and conceptual development of Middle Kingdom, standard class coffins. Leiden: Ex Orient Lux, 1988.

WILKINSON, R. H. *Symbol and magic in ancient Egypt*. London: Thames and Hudson, 1994.

WINLOCK, H. E.

The Egyptian Expedition 1921-1922. *The Metropolitan Museum of Art Bulletin*. New York, vol. 17, n°. 12, p. 19-49, Part 2 (Dec), 1922.

ZIVIE, A. P.

La tombe de Pached à Deir el-Medineh. Cairo: Institut Français d'Archéologie Orientale, 1979.

A coleção egípcia do MAB-UNASP e suas réplicas¹

Jessica Silva Mendes²

1. Introdução

O estudo aqui apresentado é uma breve apresentação da coleção egípcia do Museu de Arqueologia Bíblica da Universidade Adventista de São Paulo (MAB-UNASP). De criação consideravelmente recente (década de 1990), sua coleção totaliza cerca de duas mil peças e seu pequeno espaço de exposição comporta apenas um décimo desse número. Resultante de vários processos de aquisição, a coleção é consideravelmente heterogênea, uma vez que abrange desde troféus futebolísticos até lamparinas romanas antigas (Bonassi, 2019, p. 111-116).

Diante de tal cenário, nosso recorte abrange apenas uma porcentagem do acervo, os objetos com materialidade relativa ao Egito Antigo. Suscintamente, discutiremos a composição desse agrupamento, sua configuração e como essa se deu.

2. MAB-UNASP

O Museu de Arqueologia Bíblica do Centro Universitário Adventista de São Paulo (MAB-UNASP), assim como outros museus, tem sua coleção formada em vários momentos, o que ainda está ocorrendo. Mas podemos dizer que ele nasce de um movimento principal, a doação de peças arqueológicas pelo Dr. Paulo Bork, um pastor e arqueólogo brasileiro.

Paulo Bork colecionava objetos arqueológicos e praticou essa atividade a partir da década de 1970. Em 1994, ele doa para a UNASP 200 livros de sua biblioteca técnica de 110 objetos arqueológicos diversos. Em 1996, é criada uma exposição para abrigar as peças recebidas, ocupando uma sala em um prédio no campus de Engenheiro Coelho da UNASP. Após isso, outras doações foram feitas, como as de Milton Afonso, Siegfried J. Schwantes e, em

(1) O estudo aqui discorrido faz parte de uma pesquisa de mestrado, processo FAPESP 2020/15668-0, orientada pelo professor Vagner Carvalheiro Porto e pela professora Cintia Alfieri Gama-Rolland.

(2) Historiadora pela FFLCH-USP (registro nº 0974/SP), técnica em museologia pela ETEC-PJ e mestrandanda do PPGArq-MAE/USP. <jessica_mendes16@hotmail.com>.

1998, do Museu Rockfeller de Jerusalém. E, em 2012, houve a maior doação – 1500 objetos, envolvendo várias categorias, não só arqueológicos. Por fim, como apontado acima, o acervo do museu está em constante crescimento, uma vez que também adquire peças através de compras em Israel (Tavares, 2017, p. 59; Xavier, 2015, p. 121-122).

O museu em si foi fundado em 2000, com o nome de Museu Dr. Paulo Bork. Em 2016, a partir da dissertação de mestrado da Profª. Mª. Janaína Xavier, o qual é o plano museológico do museu, o nome da instituição é alterado para Museu de Arqueologia Bíblica (MAB). Profª Janaína, hoje, é a museóloga responsável no MAB e o diretor é o Prof. Dr. Rodrigo Silva, também responsável pelas recentes aquisições de acervo. A partir do trabalho da professora Janaína, também foi possível o museu se consolidar como uma instituição cuja meta é “Promover o estudo da historicidade da Bíblia...” (Xavier, 2015, p. 148) através de seu acervo e “Estimular a sociedade à reflexão crítica e ao conhecimento do cristianismo...” (Xavier, 2015, p. 148).

3. O acervo

A instituição salvaguarda cerca de 2110 peças, as quais abrangem diversos temas. Portanto, ela foi dividida em oito coleções: Objetos do Dr. Milton Afonso; Selos Legado Brasileiro do Dr. Milton Afonso; Moedas do Dr. Milton Afonso; Objetos Arqueológicos (OA); Livros; Moedas Novas e MAB; Objetos Ilustrativos (OI); Paleontologia e geologia (Bonassi, 2019, p. 114-116; Souza, 2018, p.29).³ Dessas, as maiores são as coleções Moedas do Dr. Milton Afonso, com 741 itens, e Objetos Arqueológicos, com 474 itens, ambas possuindo peças relacionadas ao contexto mediterrâneo, o que condiz com uma instituição voltada para a narrativa bíblica.⁴ Da mesma forma, o contexto mediterrâneo figura em outra coleção, a Objetos Ilustrativos, composta por vinte e nove (29) peças. Nesse estudo consideraremos apenas as coleções Objetos Arqueológicos, Objetos Ilustrativos e Moedas do Dr. Milton Afonso.

Como podemos notar, há uma miríade de temas abarcados pelo museu. Sua formação foi de forma orgânica e recebeu doações de peças que não necessariamente são compatíveis com o tema do museu enunciado em seu

(3) Todas as informações sobre a coleção do museu foram tiradas das obras citadas que versam sobre a coleção (Bonassi, 2019; Tavares, 2017; Xavier, 2015) e do banco de dados da instituição. Logo, algumas informações não estão publicadas.

(4) As informações sobre as coleções foram fornecidas pela instituição por meio de um banco de dados. Ele fornece muitas informações, mas as entradas não são padronizadas e não têm campo de informação controlada, fato que aumenta as chances de haver e ocasionar erros.

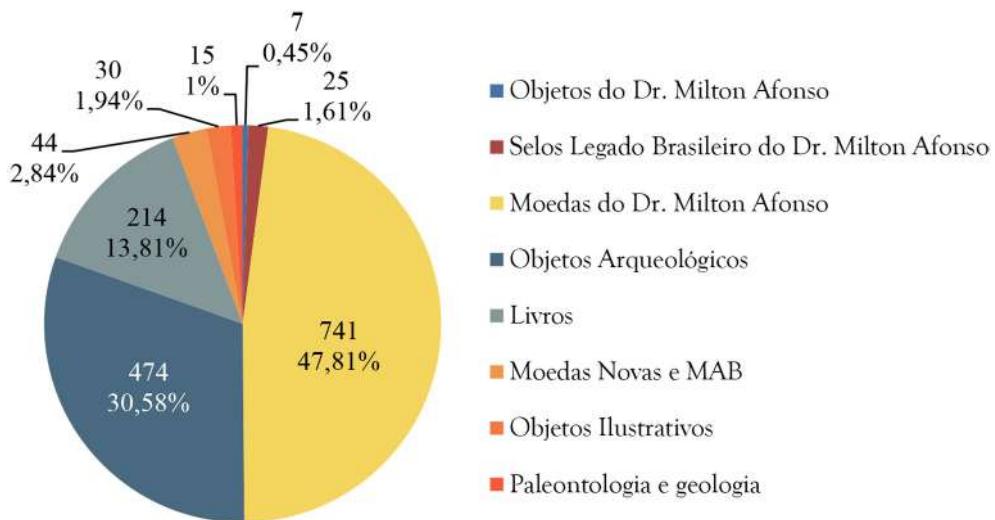


Imagen 1: composição do acervo do MAB-UNASP. Fonte: elaborado pela autora.

nome. Isso aconteceu porque as coleções foram doadas antes de o museu desenvolver uma política de acervos. Apesar de possuir um plano museológico, a instituição ainda não possui uma política de acervo (Xavier, 2015, p. 150-151), também não sendo possível discutir, por exemplo, quais os critérios que direcionam as peças para a coleção Objetos Arqueológicos ou para Objetos Ilustrativos.

A coleção Objetos Arqueológicos é composta, majoritariamente, por peças de contexto mediterrâneo, totalizando 295 peças. Por contexto mediterrâneo, aqui, entendemos como qualquer peça que remeta à cultura material antiga dos territórios de Egito, Roma, Turquia, Levante, Mesopotâmia, Grécia, Assíria, Norte da África e Oriente Médio. Além disso, há oito peças remetentes às Américas (Andes e América Central), quatro remetentes ao Extremo

Oriente (Índia e China) e uma ao Norte da Europa (Inglaterra). Não obstante, a segunda categoria mais numerosa é de peças sem proveniência, formada por 162 peças. A dissociação de informação é algo que atinge a maioria dos museus (Andrews, 2005), e, no caso, há a complexidade de que peças doadas já estavam sem informação/documentação (Bonassi, 2019, p. 196-197).

Como dito anteriormente, os objetos englobados pela coleção Objetos Ilustrativos totalizam-se em 29 peças.

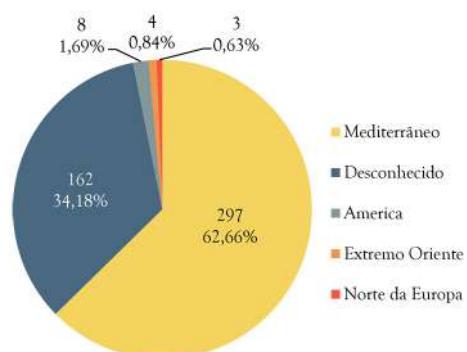


Imagen 2: Proveniência das peças da coleção Objetos Arqueológicos. Fonte: elaborado pela autora.

Ela é composta não só por objetos, mas também por sementes, madeiras, maquetes, ferramentas de escavação, entre outros, portanto não é possível fazer a mesma análise por localidade para toda a coleção.

4. Análise

No tocante à coleção Objetos Arqueológicos, há registro de 63 peças relacionadas à materialidade egípcia antiga. Usamos o termo “relacionada”, pois, em nosso estudo, consideraremos as ditas “réplicas” como objetos que remetem à materialidade egípcia antiga, mas que foram produzidos atualmente. Tais objetos também são cultura material, não da sociedade antiga egípcia, mas da sociedade que produziu tal objeto com características que acredita serem atribuídas ao antigo Egito – uma reinterpretação e reuso de traços da cultura antiga egípcia. E, no caso, por materialidade egípcia antiga, entendemos objetos que foram produzidos no território egípcio durante um recorte de tempo, que abrange do ano 3150 a.E.C. até 30 a.E.C ou, como dito, objetos que fazem referência à cultura desse território nesse período de tempo.⁵

Assim, há 32 peças de produção antiga. A coleção é muito diversa em questão de suporte, datação e temática. Mas o período mais bem representado por ela é o Período Tardio (664 a.E.C. - 332 a.E.C.), com 15 peças, o segundo é o Novo Império (1550 a.E.C. – 1069 a.E.C..), com seis (6) peças e o terceiro, Helenístico/Ptolomaico - (332 a.E.C. – 30 a.E.C.), com cinco peças (5). Depois, com poucas quantidades, aparecem o Período Arcaico (ca. 3150-2649 a.E.C.), Antigo Império (2686 a.E.C. – 2125 a.E.C), Médio Império (2055 a.E.C. – 1650 a.E.C.), Terceiro Período Intermediário (1069 a.E.C. – 664 a.E.C.) - vide imagem 3. É interessante reparar que o período com mais peças possui 332 anos, enquanto, por exemplo, o Médio Império, com 482 anos de extensão, possui a metade da quantidade de peças do Tardio.⁶ Lembrando que a datação das peças aqui demonstrada segue as informações fornecidas pela instituição.

Ademais, na mesma coleção, há 29 réplicas. Essas são as peças que possuem uma materialidade que faz alusão ao antigo Egito, mas de produção posterior ao período que se refere – como contemporaneamente. Ou seja, vemos que praticamente a metade da coleção Objetos Arqueológicos é composta por réplicas, algo importante para ser ignorado.

(5) Sabemos da problemática da “cultura egípcia antiga” como um *chronotopo*, assim como sua duração, mas a discussão é extensa. Para isso, ver Shaw, 2003; Kemp, 2018, p. 23-161; Ward, 1992; Stevenson, 2022, p.7.

(6) Seguimos a datação proposta em Shaw, 2003.

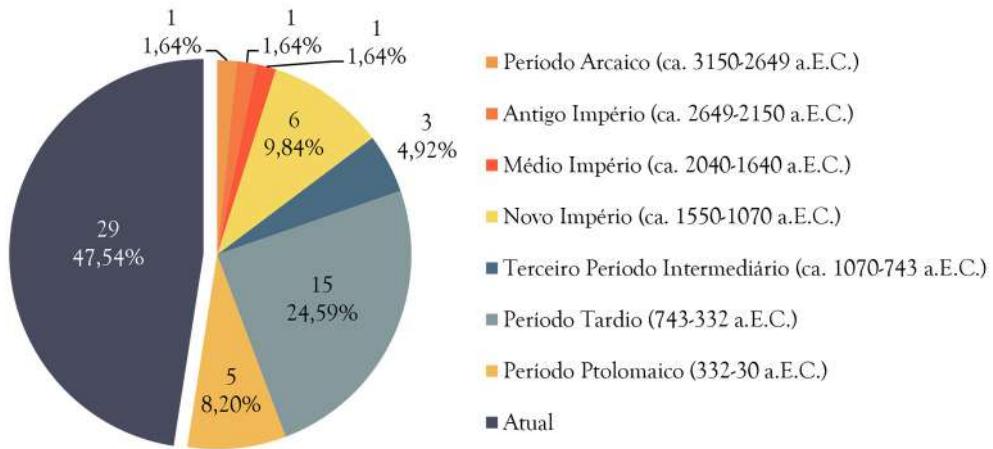


Imagen 3: Datação das peças da coleção Objetos Arqueológicos. Fonte: elaborado pela autora.

Se expandirmos nossa análise para todas as peças relacionadas de alguma forma com o Egito, devemos adicionar outras peças da própria coleção Objetos Arqueológicos. Adicionaremos nessa categoria um objeto do Período Romano (30 a.E.C - 395 E.C.), um de datação desconhecida, mas de produção antiga, e cinco de produção atual. Da mesma forma, será necessário olhar para outras duas coleções do acervo: Moedas do Dr. Milton Afonso e Objetos Ilustrativos. A última possui peças que se referem a uma materialidade antiga egípcia de produção atual, totalizando sete objetos dessa categoria. Já a primeira, possui apenas um objeto, do Período Ptolomaico. E, em uma pesquisa de campo feita junto ao acervo do MAB, identificamos sete peças de produção atual, que estão dentro do escopo do estudo, mas não estavam catalogadas.

Destarte, contabilizando as novas peças junto ao conjunto antes estabelecido, temos o cenário demonstrado pelo gráfico da Imagem 4. O número de peças atuais salta para 49, enquanto o das peças de produção antiga totaliza 34. Vemos, portanto, a importância que as peças de produção atual têm dentro da coleção.

Por sua vez, a composição da coleção dividida em tipologias é heterogênea, não havendo uma que prevaleça frente às outras (compondo um terço da coleção ou mais). Entretanto, há quatro tipologias que se destacam: papiros, com 16 objetos; vasos/recipientes, com 14; amuletos, com 11; e figuras votivas/divinas, com 10.

Conforme relatado previamente, o museu não tem política de aquisição e descarte e, por essa razão, recebe diversas doações, e aceita peças de qualquer temporalidade e tema. Apesar disso, podemos ter uma noção das escóllas por algumas informações, como aquisição. Aqui, separaremos a forma de aquisição das peças abordadas em três categorias, que são as usadas no banco de dados: desconhecida, doação e compra.

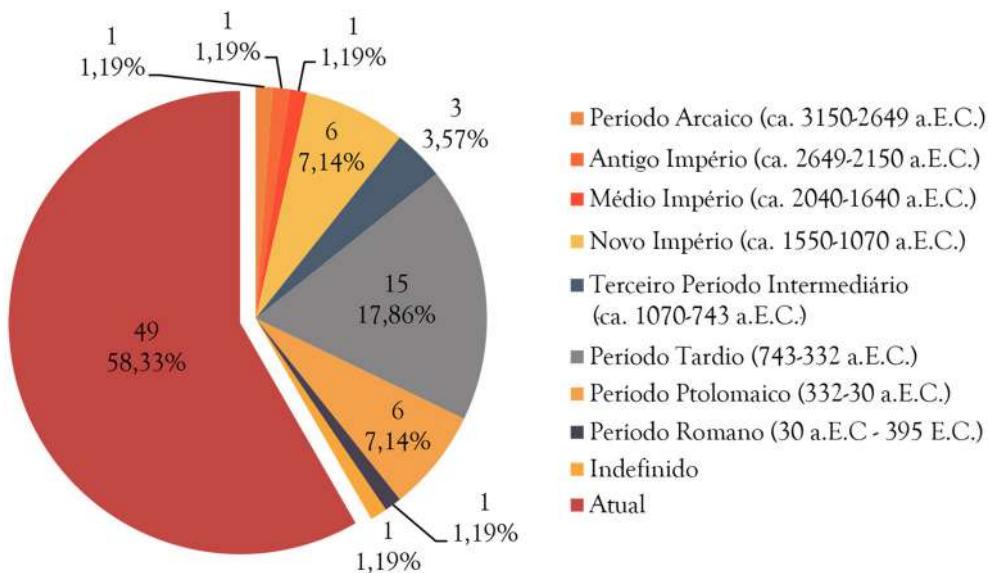


Imagen 4: datação das peças relacionadas de alguma forma com o Egito. Fonte: elaborado pela autora.

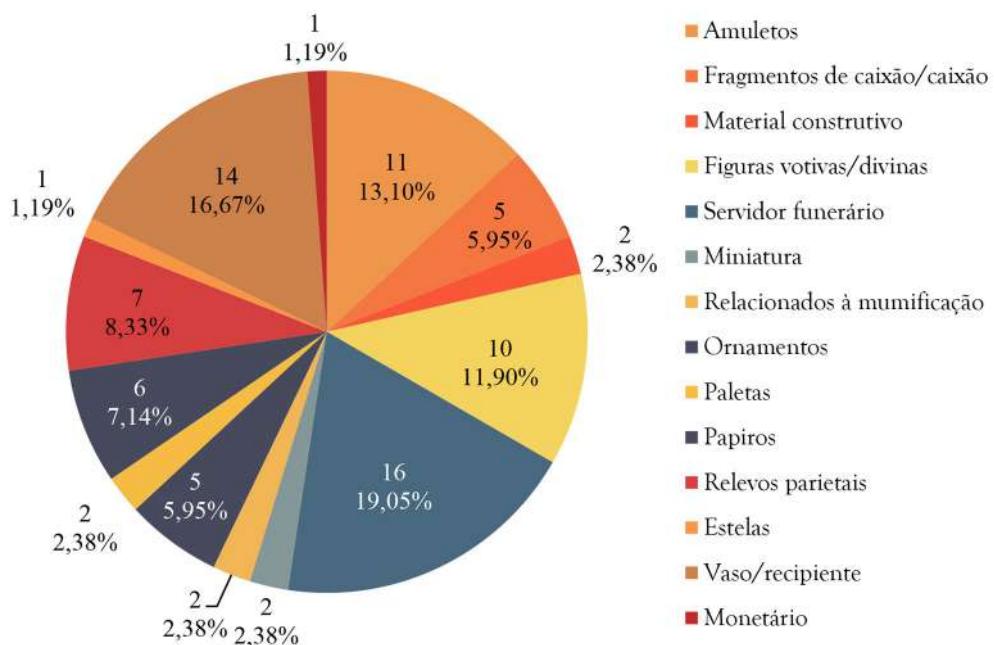


Imagen 5: tipologia das peças envolvidas no estudo. Fonte: elaborado pela autora.

A maioria das peças da coleção arqueológica tem aquisição cadastrada como “desconhecida”; em segundo lugar, temos compras e, por último, doações. Os objetos ilustrativos seguem o mesmo padrão dos arqueológicos, com a maioria dos objetos sendo de aquisição desconhecida e, em segundo lugar, compra. No caso da peça da coleção Moedas do Dr. Milton Afonso, como o

nome já indica, ela foi doada por aquele ao museu. Os objetos não cadastrados, como não estão acompanhados de documentação ou qualquer informação associada, têm aquisição desconhecida.

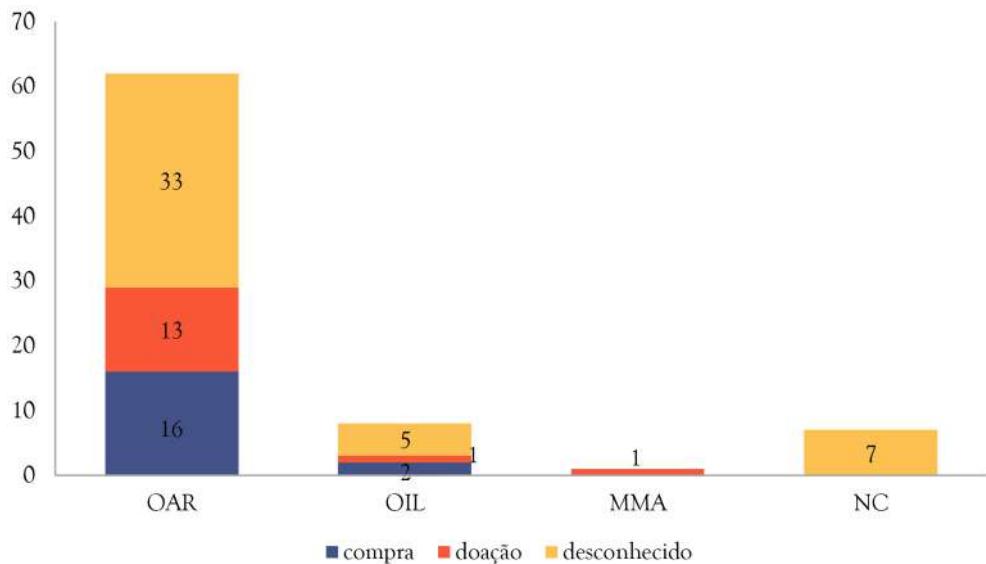


Imagen 6: forma de aquisição das peças por coleção. Por conta do espaço, foi necessário usar siglas. OAR lê-se Objetos Arqueológicos; OIL, Objetos Ilustrativos; MMA, Moedas Dr. Milton Afonso; e NC, não catalogado. Fonte: elaborado pela autora.

Para os próximos gráficos (Imagens 7 e 8), juntamos as peças das três coleções e os objetos não catalogados. As peças não cadastradas e as da coleção Objetos Ilustrativos são todas de produção atual. Percebemos que, em todas as formas de aquisição, a categoria que se destaca é a de objetos de produção atual. As peças mais compradas pela instituição são do Período Ptolomaico, cinco ao todo.

Aqui, outra vez, há o problema da dissociação de informação de acervos, com a categoria de desconhecido sobressaindo às outras. Isso influencia a análise, já que faltam informações para fundamentá-la. Mas, o que nos importa aqui é a categoria compra, uma vez que é a partir dela que podemos interpretar as escolhas da instituição, aquilo que quer ter em sua coleção, já que não há política de acervo.

Em comparação, os números de objetos de produção antiga comprados quase se igualam aos de produção atual, aqueles totalizando nove peças. Ao mesmo tempo, vemos que há uma equivalência de quantidade de peças entre os outros períodos que não o ptolomaico. (Imagen 7).

Em relação à temática das peças que compõem as formas de aquisição, precisamos simplificá-las para fazer a análise quantitativa, com a junção de algumas temáticas que apresentamos na Imagem 5. Mantendo o padrão, o conjunto dos objetos com aquisição desconhecida sobressai no gráfico. A

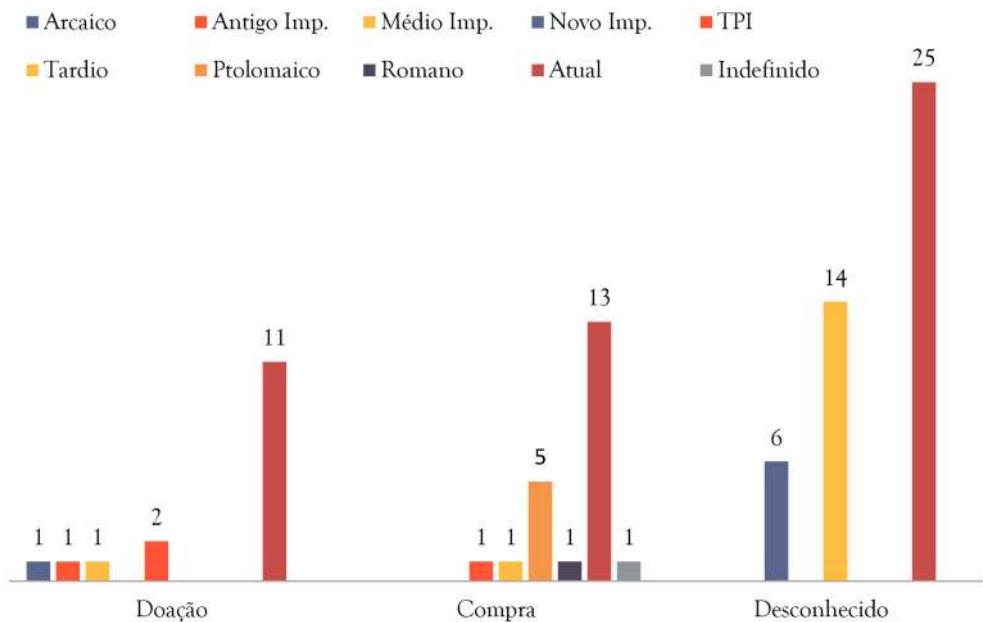


Imagen 7: Relação da forma de aquisição com a datação das peças. Por conta da falta de espaço, foi necessário usar abreviações. Logo, “Imp.” lê-se Império e “TPI” Terceiro Período Intermediário. Fonte: elaborado pela autora.

tipologia religião é a mais numerosa em todas as formas de aquisição (vide Imagem 8). Nela, foi inserida a cultura material relacionada a esse âmbito, seja do mundo dos vivos, como do mundo dos mortos (amuletos, servidores funerários, vasos canopos, materiais relacionados à mumificação).

Nos outros temas, compra e doação aparecem com números parecidos, inclusive nos segundo e terceiro mais numerosos, escrita e governantes respectivamente. Na primeira categoria foram inseridos objetos onde a escrita egípcia era o foco da peça, como papiros; na segunda, o mesmo raciocínio foi usado, mas com imagens de governantes. Algumas tipologias, mesmo que diferentes, precisaram ser agregadas em “outros temas”, na qual inserimos vasos/recipientes (dois), miniaturas (duas), uma paleta e um adorno.

5. Discussão

O museu foi formado com doações de diversos tipos, mas manteve uma característica de ter a maior parte de sua coleção composta por objetos relacionados ao Mediterrâneo. Todas as 741 moedas da coleção Moedas do Dr. Milton Afonso e 297 das peças da coleção Objetos Arqueológicos relacionam-se com o contexto em questão. Da mesma forma, a instituição reforça sua preferência temática pela escolha das peças que ficam em exposição, as quais são relacionadas ao contexto arqueológico mediterrâneo (Bonassi, 2019, p. 90-91; Xavier, 2015, p.140-142).

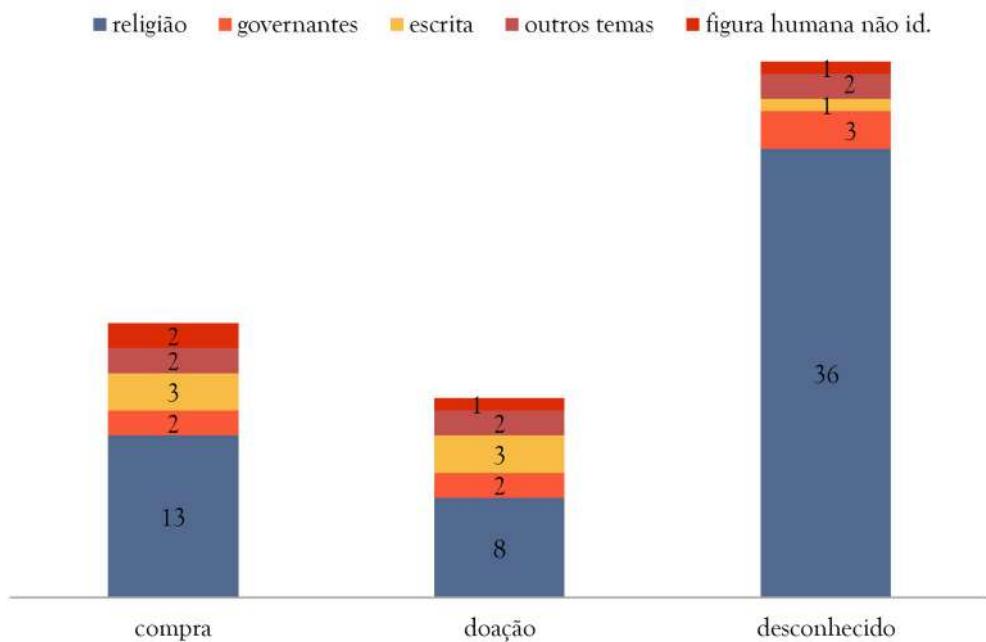


Imagen 8: tipologia de peças por forma de aquisição. Por conta da falta de espaço, foi necessário usar a abreviação “id.” no lugar de “identificação”. Fonte: elaborado pela autora.

De acordo com o diretor do museu, por este ser uma instituição de arqueologia bíblica, deve atentar-se para as culturas que são citadas ao longo da Bíblia. Ele reforça que o intuito é ter objetos que possam ilustrar todos os capítulos da Bíblia, do Antigo e do Novo Testamento, e os temas que por eles perpassam (Bonassi, 2019, p.190-191). O Egito aparece na Bíblia majoritariamente no Pentateuco, uma das partes do Antigo Testamento (Prem-nath, 2018, p. 1-3). Logo, as peças são congruentes ao objetivo institucional. As peças compradas são escolhidas através de uma análise do que “está faltando” no acervo – de acordo com Silva, isso significa peças de períodos e/ou temáticas diferentes do que já está representado no acervo (Bonassi, 2019, p.190-191).

A aquisição das peças escolhidas passa não só por um viés temático institucional, mas também contextual. Devemos considerar, quando analisamos compra de objetos de produção antiga, que há uma complexidade envolvida na comercialização de artefatos arqueológicos, devido às leis de proteção ao patrimônio fiscalizada por órgãos internacionais e nacionais.⁷

(7) Um dos órgãos internacionais que fazem a fiscalização é a UNESCO, com seu tratado da Convenção Relativa às Medidas a Serem Adotadas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência de Propriedades Ilícitas dos Bens Culturais, de 1970. Para saber mais, ver Ministry of Culture, 2010; Tótola, 2018; UNESCO, 1970.

Ou seja, a peça adquirida pela instituição foi um recorte do recorte de peças disponíveis para compra e que tenham valor acessível para a instituição, o qual, por sua vez, é um recorte das peças coletadas em campo (Bonassi, 2019, p. 191; Stevenson, 2022, p.18-19). As peças de produção atual, por sua vez, além de não serem consideradas legalmente como patrimônio, têm uma comercialização mais viável, devido à massificação da produção (Meskell, 2004, p. 177-219).

Diante de tal cenário, ainda podemos ver que que a instituição faz escolhas para a composição da coleção egípcia. Em relação às compras, nas Imagens 7 e 8, desconsiderando os “desconhecidos”, vemos que há uma categoria que sobressai (na 7, ptolomaico e, na 8, religião), mas todas as outras mostram um equilíbrio quantitativo. Referente às peças catalogadas com aquisição “desconhecida”, 86% delas estão expostas nas estantes do museu. Apenas seis peças estão guardadas, todas não catalogadas pela instituição.

6. Conclusão

No trabalho aqui apresentado, discutimos brevemente as características da coleção do Museu de Arqueologia Bíblica da UNASP, com enfoque na coleção de peças relacionadas à materialidade do Antigo Egito. Com o uso de gráficos como orientadores de nossas análises, exploramos quantitativamente suas temporalidades, tipologias e formas de aquisição objetivando entender as escolhas da instituição na composição de seu acervo.

Apesar das variáveis externas, vimos uma postura generalista da instituição. Entretanto restam algumas perguntas, como: por que essas peças em específico? Por que a maioria da coleção egípcia ser dedicada à religião e ao período tardio? Qual o papel das réplicas nesse discurso construído e como as peças estão sendo inseridas nesse discurso, já que a Arqueologia pressupõe evidenciar a materialidade das peças? E como a materialidade das réplicas e das originais está sendo trabalhada?

Referências Bibliográficas

ANDREW, K.J.

Minimizing the risks from the ten agents of deterioration in two New West Midlands museum resource centers, UK. In: MILLER, C.G (Ed.). *Realizing standards: Proceedings of the 20th Anniversary Conference of The Society for the Preservation of Natural History Collections*. Londres: The Natural History Museum, jun. 2005, p. 70-84.

BONASSI, A.

Documentação museológica: um estudo sobre a gestão da coleção de obras raras do Museu de Arqueologia Bíblica do Centro Universitário Adventista de São Paulo. 2019. 230 p. Dissertação (Mestrado em Museologia). MAE-USP, São Paulo.

- KEMP, B.
Part I – Establishing identities. In: KEMP, B. *Ancient Egypt: anatomy of a civilization*. Londres: Routledge, 1994, p. 21-162.
- MESKELL, L.
Object Worlds in Ancient Egypt: Material Biographies Past and Present. Oxford/New York: Berg, 2004.
- MINISTRY OF CULTURE,
Supreme Council of Antiquities. Law no. 117 of 1983 as amended by law no. 3 of 2010. Promulgating the Antiquities' Protection Law. Official Gazette, 2010. Disponível em <https://en.unesco.org/sites/default/files/egypt_law3_2010_entof.pdf>. Acesso em fev 2023
- PREMNATH, D.N.
The Egyptian Empire in the Bible. *Oxford Handbooks Online*. 2018. Disponível em <<https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780190888459.013.1>>. Acesso em fev 2023.
- SHAW, I. (Ed.)
The Oxford history of Ancient Egypt. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- STEVENSON, A.
Egyptian archaeology and the twenty first century museum. Cambridge: Cambridge University Press, 2022. 92 p.
- TAVARES, V.M.S.
Arqueologia do Antigo Oriente Próximo no Brasil: um estudo sobre o Museu de Arqueologia Bíblica do Centro Universitário Adventista de São Paulo e sua coleção. 2017. 320 p. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). MN- UFRJ, Rio de Janeiro.
- TÓTOLA, A.L.
O combate ao tráfico internacional de bens culturais. Dissertação (mestrado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito, 2018. 198 p. Disponível em <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-BAMKCJ/1/disserta_o_ana_t_tola_.pdf>. Acesso em fev 2023.
- UNESCO.
Convention on the Means of Prohibiting and Preventing the Illicit Import, Export and Transfer of Ownership of Cultural Property. Paris, 14 de nov de 1970
- WARD, W.
The Present Status of Egyptian Chronology. *Bulletin of the American Schools of Oriental Research*, n. 288, 1992, p. 53-66.
- XAVIER, J.S.
Plano museológico: uma discussão para o Museu de Arqueologia Bíblica Paulo Bork do Centro Universitário Adventista de São Paulo. 2015. 175 p. Dissertação (Mestrado em Museologia). MAE-USP, São Paulo.

Política de Descarte: uma Ferramenta de Gestão?

*Marjori Pacheco Dias¹
Diego Lemos Ribeiro²*

Introdução

AArqueologia vem se desenvolvendo de maneira intensa no Brasil, gerando, com isso, um crescente quantitativo de novos acervos que são destinados a museus e demais Instituições de Guarda e Pesquisa – IGP's. Como efeito reverso, os locais de guarda definitiva, muitas vezes com sua capacidade máxima de armazenamento já atingida, demandam a criação e uso de protocolos para operar o gerenciamento das coleções.

A guarda e curadoria de coleções implicam o uso de recursos diversos, irremediavelmente. Estes não se limitam, apenas, ao aporte financeiro destinado às instituições – cada vez mais escasso –, mas também aos recursos humanos e de infraestrutura. Para além, deve-se considerar que a capacidade de espaço para salvaguarda também é um recurso finito, além de dispendioso. Conforme alertam Lima e Rabello (2007), as instituições já se encontravam abarrotadas apenas com a pesquisa acadêmica, e com a arqueologia preventiva redundam por chegar a uma situação limite. Ainda que as Instituições de Guarda e Pesquisa consigam aumentar os espaços, esta solução não seria mais do que um paliativo, uma vez que, sem uma política clara de gestão de coleções, não demorará muito tempo até que voltem a planejar a construção de um novo edifício.

Por isso, as instituições devem criar instrumentos e protocolos que subsidiem as ações de ordem imediatamente práticas. Como bem arrazoado por Duarte Cândido (2013), torna-se cada vez mais necessário dar centralidade ao planejamento na gestão institucional, por uma necessidade clara de racionalizar o uso de recursos para equacionar uma situação já insustentável.

Dentre os principais documentos capazes de auxiliar os profissionais que lidam com o patrimônio arqueológico custodiado em instituições estão o plano museológico, política de acervos, manual de conservação, protocolo de

(1) Estudante de Doutorado em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP). E-mail: <mpdias@usp.br>

(2) Professor Adjunto do Curso de Graduação em Museologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), e docente efetivo do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, na mesma Universidade. E-mail: <dlrmuseologo@yahoo.com.br>

ingresso de coleções, além de sistemas digitais para a documentação museológica. Porém, há uma ferramenta que é de suma importância e que há muito vem sido “esquecida” ou “deixada de lado”: a Política de Descarte.

Sem qualquer intenção de incentivar práticas ilegais de mutilação e/ou destruição de bens da União, o presente trabalho visa fomentar o debate sobre Política de Descarte no contexto da gestão de patrimônios arqueológicos; discutir seus limites e extensões conceituais; arrolar possíveis critérios de seleção e priorização, de modo a transformar esta cadeia de procedimentos em uma potente ferramenta de gestão.

As variações semânticas do Descarte

Muitos são os autores que se dedicaram, na Arqueologia, a falar sobre áreas de descarte em sítios arqueológicos, tanto no âmbito internacional (Schiffer, 1972; Hayden e Cannon, 1983; Rathje e Murphy, 1992; Wilson, 1994; Allison, 1999; Hill Jr., 2004) quanto no Brasil (Tocchetto, 2003; Soares, 2004; Andrade, 2006; Milheira, 2014; Moreira, 2016; e Silva, 2016). Para descrevê-las, foram criadas diferentes terminologias, tais como: “áreas de lixeira”, “áreas/estruturas de refugo”, “lixo superficial”, “refugo secundário agregado”. Após 1974, com a criação do projeto “*Archaeology of Garbage*” também conhecido como “*garbology*”, coordenado por William Rathje, da Universidade do Arizona, cunharam-se ainda termos

para definir os materiais descartados que compõem as diferentes formas de refugo. (...) “*Trash*” refere-se especificamente a descarte seco. “*Garbage*” é usado para definir o descarte orgânico. “*Refusal*” engloba ambos os tipos de descarte (seco e orgânico). Já o termo “*Rubbish*” é mais amplo e engloba todo tipo de descarte humano, incluindo detritos de construções e demolições (Milheira, 2014, p. 4).

Nesse sentido, pode-se afirmar que a Arqueologia, no curso de muitos anos, dedicou-se ao descarte somente no sentido pré-deposicional ou deposicional dos objetos. Para tal, operou-se um “fluxograma do ciclo de vida” dos bens arqueológicos, “buscando explicar os diferentes comportamentos culturais que o geram em suas mais variadas dinâmicas” (Milheira, 2014, p. 4). Esses “ciclos de vida” traduzem todos os processos pré-deposicionais envolvidos na confecção do objeto, diferentes formas de uso e o decorrente abandono/descarte por motivos variados (ruptura/quebra/obsolescência etc.). Abarcam igualmente o seu contexto de deposição, quando os pesquisadores o encontram em uma escavação arqueológica, conforme ilustra imagem a seguir.

O descarte, portanto, não é um tema exatamente recente do ponto de vista arqueológico; o que é aparentemente novo é pensá-lo no escopo das



Fig. 1. “Ciclo de vida” pré e deposicional dos objetos arqueológicos. Fonte: Autoria própria, 2022.

instituições de guarda, como é o caso dos museus. Com efeito, são escassos os trabalhos científicos voltados para o estudo do descarte no contexto pós-deposicional dos bens arqueológicos, onde as IGP's ganham centralidade.

Como exceções a essa regra, mencionam-se dois artigos publicados na Edição Especial sobre Gestão de Acervos Arqueológicos da Revista de Arqueologia da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB. São eles: “Joga fora no lixo? Reflexões sobre o descarte de espólio de pesquisas arqueológicas no Brasil”, de autoria de Carlos Alberto Santos Costa e Henry Luydy Abraham Fernandes; e “Aquisição e Descarte de bens arqueológicos: a experiência de elaboração de uma política de acervos para o LASCA/UFSM”, dos autores Bernardo Duque de Paula, Alejandra Saladino e André Luis Ramos Soares. Merece destaque, igualmente, a “Carta de Disposições” elaborada ao fim do IV Fórum Acervos Arqueológicos, que dentre outras questões relevantes, reforça “a urgência de discussão e definição do conceito de descarte como movimentação, desincorporação, realocação” (2021, p. 4, grifo nosso).

O primeiro artigo mencionado define o descarte como o “ato de separar vestígios arqueológicos derivados de investigações científicas sistemáticas, para os quais existe a necessidade de imposição de regime especial de salvaguarda institucional, daqueles vestígios que não dependem desse regime” (Costa e Fernandes, 2017, p. 191). Por outro lado, o segundo artigo estabelece um interessante comparativo entre o descarte e o processo conhecido pelos arqueólogos como triagem, e salienta que o entendimento de descarte adotado pelos autores “se baseia, especialmente, em referências e documentos do campo da Museologia, nos quais o significado está atrelado à desincorporação, à remoção de determinado item ou coleção do acervo da instituição” (de Paula et al., 2017, p. 179-180).

Engana-se, porém, quem acredita que o descarte se revela como o fim de um “ciclo de vida” dos objetos de museu, ou mesmo que signifique “jogá-los fora”. Em 2014, Ana Paula da Rosa Leal já defendia que

diferentemente do que muitos pensam, o descarte não significa pura e simplesmente colocar o objeto na lixeira, mas sim desincorporá-lo do livro de inventário, de forma que ele não seja mais um bem patrimonializado/musealizado (Leal, 2014, p. 71).

Enquanto essa discussão recém dá os seus primeiros passos no Brasil, em âmbito internacional esta apresenta-se de maneira robusta e consolidada, não

somente no que tange à definição de conceitos, mas também à estruturação de guias e manuais que orientam as ações de descarte em instituições museológicas. A publicação “*Selection, Retention and Dispersal of Archaeological Collections: Guidelines for use in England, Wales and Northern Ireland*”, elaborada pela Society of Museum Archaeologists, em 1993, apresenta as seguintes terminologias:

- “*Deaccession*”: em oposição direta à palavra em português “aquisição”, utilizada para definir as formas em que objetos passam a fazer parte de acervos museológicos, “deaccession” caracteriza-se pelo ato de registrar formalmente a remoção de um item de uma coleção de museu; é o termo mais próximo do que no Brasil chamamos de “descarte”.
- “*Dispersal*”: é o processo pelo qual se determina a próxima fase de uso para objetos que não serão mantidos na coleção. É nele que se analisa o método mais apropriado para a “dispersão”, de modo a refletir o potencial que poderá ser alcançado pelos bens arqueológicos quando lhes são dadas outras destinações, como a criação de coleções didáticas manuseáveis, ou a doação para outra instituição, seja arqueológica, de pesquisa ou educacional.
- “*Disposal*”: equivalente à expressão brasileira “colocar à disposição”, “disposal” trata-se do “abandono controlado” de um bem arqueológico que pode se dar através do reenterramento, de análises laboratoriais destrutivas, ou ainda, da destruição de um objeto quando este tenha sido irremediavelmente deteriorado e não possua mais nenhum potencial informativo.

Por outro lado, a publicação portuguesa “Recomendações de Boas Práticas na Gestão de Espólios Arqueológicos: Recolha, Seleção e Descarte”, elaborada em parceria entre a Direção-Geral do Património Cultural, a Câmara Municipal de Lisboa e o Centro de Arqueologia de Lisboa (2019, p. 10-11) explicita os termos abaixo citados:

- “*Descarte*”: caracterizado pela eliminação de bens móveis de uma coleção produzida no âmbito de trabalhos arqueológicos.
- “*Descarte definitivo*”: Ato de eliminar definitivamente bens móveis de coleções produzidas no âmbito de um trabalho arqueológico. Ocorre sobre bens móveis não coletados e/ou não incorporados aos acervos gerados por um trabalho de campo na sequência do seu processo de organização e/ou estudo. Este descarte pode ocorrer pela destruição física destes objetos, pelo seu reenterramento no sítio da escavação ou pelo seu despejo em espaço de vazadouro.
- “*Descarte por amostragem*”: Ação de eliminação seletiva e de acordo com metodologia previamente estabelecida de bens móveis de uma coleção gerada por trabalhos arqueológicos (grifo nosso).

Contudo, na Museologia, o conceito de descarte ganha maior amplitude, visto que não se dedica somente aos bens arqueológicos. Um exemplo a ser citado é a publicação “*Collection Management Policy for the Nova Scotia Museum*” (s/d), que não se refere somente a bens arqueológicos e também traz consigo o termo “*Deaccession*”, definindo-o como “a remoção permanente de um artefato ou espécime da Coleção, segundo diretrizes rigorosas e procedimentos detalhados” (tradução e grifo nossos, p. 26), ao passo que “*Disposition*” refere-se ao método escolhido para removê-lo após o ato de baixa.

Mas afinal, o que todas estas publicações têm em comum? A resposta é: gestão, planejamento e método. Ao se referirem ao descarte como um “abandono controlado”, o qual deve seguir uma “metodologia previamente estabelecida” com “diretrizes rigorosas e procedimentos detalhados”, estas publicações apontam para a necessidade de planejamento e determinação de critérios que precedem o processo de seleção do que eventualmente virá a ser descartado.

Neste aspecto, o Brasil conta com a publicação “*Subsídios para a elaboração de planos museológicos*”,³ elaborada pelo Instituto Brasileiro de Museus –IBRAM, que, apesar de não tratar especificamente de acervos arqueológicos, prevê que toda a política de descarte de bens ou coleções deve ser regida pela premissa básica do planejamento (IBRAM, 2016, p. 56).

Igualmente, o Código de Ética do ICOM para Museus afirma que

todo museu deve ter uma política que defina os métodos autorizados a serem adotados para o descarte definitivo de um objeto do acervo, quer seja por meio de doação, transferência, troca, venda,⁴ repatriação, ou destruição que permita a transferência de propriedade sem restrições para a entidade beneficiária. Uma documentação detalhada deve ser elaborada registrando-se todo o processo de descarte, os objetos envolvidos e seu destino. Como regra geral, todo descarte de acervo deve se dar, preferencialmente, em benefício de outro museu (ICOM, versão lusófona, 2008).

Neste sentido, o descarte é aqui compreendido como um processo institucional composto por diversas etapas, que tem a finalidade de promover a baixa de um bem ou coleção dos inventários de um museu – Instituição de Guarda e Pesquisa. No entanto, para haver essa desincorporação, faz-se necessário primeiro o estabelecimento de uma Política de Descarte em que constem os critérios que serão utilizados para a seleção, quem é considerado apto a propô-lo, a quem caberá a deliberação, a indicação sobre como o processo será

(3) PM (Plano Museológico) é uma ferramenta de gestão instituída pela Lei 11.904/2009 que trata do Estatuto dos Museus, e tem por objetivo um planejamento institucional que defina prioridades, indique os caminhos a serem tomados, acompanhe as ações e avalie o cumprimento dos objetivos.

(4) Cumpre ressaltar que o descarte em forma de venda não se aplica aos materiais arqueológicos, uma vez que são bens da União e, portanto, não devem ser comercializados.

registrado, qual a forma de tratamento da documentação gerada, bem como a destinação que deverá ser dada aos bens que eventualmente forem descartados.

O descarte não é – e não deveria ser – o fim do “ciclo de vida” de um objeto; ao contrário disso, poderá significar o “recomeço” de sua vida social. O que se pretende assinalar é que o descarte pode vir a ser uma possível estratégia de mobilização e reconexão social, opondo-se, portanto, à amnésia social e à destruição. Conjuntos artefatuais que há muito estão esquecidos no interior de caixas dentro de reservas técnicas saturadas, que não são mais alvo de pesquisas, que não há plano de comporem exposições ou atividades de extroversão, poderão encontrar no descarte uma forma de serem reinseridos no fluxo patrimonial, seja através de repatriação, doação para museus comunitários, fazerem parte de programas de guarda compartilhada, serem destinados a outra Instituição de Guarda e Pesquisa em forma de permuta, ou ainda, se seu estado de conservação assim permitir, utilizados em ações educativas do próprio museu.

É verdade que o descarte pode, sim, culminar na destruição de um bem arqueológico, mas somente nos casos em que for submetido a análises físico-químicas, ou que esteja em estágio tão avançado de degradação a ponto de ser avaliado como irrecuperável aos olhos dos restauradores, oferecendo riscos de contaminação a outras peças do acervo. Nesse último caso, o reenterramento pode ser considerado.

O descarte como ferramenta de gestão

Tendo em vista que a Gestão de Acervos é composta por um “conjunto de procedimentos éticos, legais, teóricos e práticos” (Vasconcelos & Alcântara, 2017, p. 20) capaz de promover a organização, a interpretação, a preservação e a comunicação de coleções museológicas, acredita-se que a discussão sobre Política de Descarte pode ser observada dentro do seu escopo, visto que esta estabelece os parâmetros para a execução e controle de uma série de procedimentos institucionais.

Uma das estratégias que pode ser adotada para o gerenciamento das ações de descarte é elencar as possíveis razões que levariam um museu/Instituição de Guarda e Pesquisa a considerá-lo, dado que toda proposição de descarte carece de justificativas. Nesse sentido, a publicação “Guidelines on Deaccessioning of the International Council of Museums” (2019) destaca alguns desses motivos:

- O estado de conservação do objeto é tão ruim que a restauração não é viável ou comprometeria sua integridade.

- O objeto representa ameaças à saúde e segurança da equipe do museu e do público.
- O museu não é capaz de promover a salvaguarda apropriada do objeto devido às suas condições de armazenamento ou conservação.
- O objeto tem baixo valor estético, histórico e/ou científico para fins de exposição ou estudos.
- Outro museu poderia oferecer melhores condições de guarda, bem como formas de exposição mais adequadas e promover o acesso às coleções.
- A posse do objeto pelo museu é inconsistente com a lei ou princípios éticos, por exemplo, o objeto foi ou pode ter sido roubado, exportado ou importado ilegalmente, ou ainda pode estar sujeito a outras reivindicações legais de devolução ou repatriamento.
- O objeto não está mais em consonância com a missão ou objetivos de colecionamento do museu.

As etapas de averiguação acima descritas constituem-se como processos da Gestão de Acervos, mas antes de executá-las, é importante ter clara a missão social da Instituição de Guarda e Pesquisa. No mesmo compasso, o planejamento museológico configura-se como um instrumento primordial, pois, muito do que se torna elegível ao descarte não precisaria ter sido adquirido. Uma vez equacionadas essas questões, se faz necessária a construção de uma Política de Aquisição e Descarte que seja amplamente discutida e apresente os métodos e caminhos para essa finalidade.

Isto posto, para deliberar o que poderá ou não ser descartado, sugere-se a criação de um comitê de ética, comissão de acervos ou conselho deliberativo que seja composto não apenas pelos especialistas (arqueólogos, museólogos, conservadores e educadores) da instituição, mas também por representantes das comunidades a quem o patrimônio arqueológico interessa diretamente (povos indígenas, população que vive no entorno da instituição, visitantes, profissionais e estudantes da área etc.).

Outra ferramenta valiosa que auxilia o processo de gerenciamento de acervos é a realização de um diagnóstico criterioso sobre as coleções salvaguardadas na instituição, sobretudo em termos de informações úteis para a tomada de decisão, como: quantidade de itens, estado de conservação, se existem peças não documentadas e/ou com dissociação, que ainda não passaram por curadoria etc. Caso sejam identificados itens redundantes, é importante fazer uma amostragem do material a ser mantido no museu.

Após o diagnóstico inicia-se a seleção dos itens passíveis de descarte, que pode ser orientada pelas proposições de Laércio Brochier (2004), o qual estabelece atributos de significação para a avaliação dos registros arqueológicos.

Neste sentido, cada instituição desenvolveria seus critérios de seleção através da análise da significância científica e patrimonial dos bens, assim como “o detalhamento das principais fragilidades (atuais e prognosticadas) e potencialidades (preservacionistas, científicas, educacionais e públicas) associadas às ocorrências e seu entorno” (Brochier, 2004, p. 29).

Selecionados os bens elegíveis para o descarte, deve-se desdobrar um rigoroso estudo sobre a sua biografia; realizar uma criteriosa perícia, seguida da confecção de laudo de conservação; proceder investigação sobre as possibilidades de releitura e reassociação; elaborar a documentação exaustiva de todos os processos; e não menos importante, considerar que as populações e/ou grupos detentores desses bens devem ter consentimento livre, prévio e informado sobre o destino dos bens, orientando, portanto, a tomada de decisões (Portaria IPHAN N° 375/2018).

Caso a comissão de acervos, após a realização de todas essas etapas, opte por efetivamente dar prosseguimento ao descarte dos bens selecionados, é preciso propor possíveis formas de mobilização e reciclagens patrimoniais. A inserção desses bens em instituições de ensino, orfanatos, casas geriátricas, APA-Es, presídios, bibliotecas etc. são alguns exemplos de possíveis destinações. Não se deve perder de vista que, ao tomar decisões compartilhadas com os grupos diretamente interessados, outras destinações menos convencionais podem ser operadas, como o uso artístico dos bens ou mesmo sua destruição ritualística – preferencialmente seguida de registro detalhado (se autorizado), que, por sua vez, pode retornar à instituição na forma de acervo arquivístico ou audiovisual.

Por fim, cumpre ressaltar que toda ação de descarte deve ser precedida por uma política de coleções clara, na qual conste o detalhamento dos procedimentos mínimos a serem executados: um documento norteador, devidamente aprovado por toda a equipe da instituição. Portanto, não se trata de uma ação efetivada de modo autocrático, isolado e intempestivo. Inclusive, é possível que, ao elaborar este dossiê, motivado pela demanda de revisar os itens, obtenha-se um quantum razoável de informação útil que resulte na sua retirada da lista de descarte.

Considerações finais

Como vimos, o descarte é um tema complexo, e não se resume a um “caminho mais fácil”, um atalho, para solucionar um problema estrutural dos museus e demais Instituições de Guarda e Pesquisa. Em tese, o caminho do descarte é muito mais “espinhoso” do que deixar tudo como está. Afinal, um par de caixas lotadas de artefatos em uma estante poeirenta pode não ser um grande problema e nem um desafio a ser encarado imediatamente, em especial se a instituição tem espaço livre (algo raro).

Na Arqueologia ainda é muito comum a crença de que “coletar tudo o que for possível” (para depois pensar como operar essas coleções) resulta em uma forma interessante de preservar, mesmo que não se tenham os recursos mínimos para essa finalidade. Do ponto de vista conceitual, ainda que haja recursos, é preciso considerar que a “sacralização” de bens arqueológicos pode até resultar em um acervo tecnicamente muito bem conservado e preservado institucionalmente, mas estéril em relação aos efeitos sociais que podem ser gerados. Em outros termos, de que vale tanto esforço técnico, tecnológico e científico, se esses patrimônios insistem em permanecer no anonimato, sem qualquer ressonância social?

Em última análise, as reservas técnicas acumulam apenas potenciais patrimônios, e para esta potência se transformar em efeito concreto, do ponto de vista político e social, há de se ter os meios para este fim. Em outros termos, guardar centenas de caixas com artefatos, sem informações associadas, sem estarem inseridos em um sistema eficaz de informação, sem o devido trato curatorial, essa potência pode ser totalmente esvaziada. Se essa premissa for verdadeira, parte considerável do patrimônio arqueológico pode não estar sendo efetivamente preservada. A retenção de objetos de forma desmedida e o inflacionamento das instituições de guarda não operam em favor da preservação, mas justamente do oposto: produz-se a amnésia social, o descaso e uma estratigrafia pouco visível do abandono.

Deste modo, o que estamos propondo é que o descarte venha a se tornar uma “dessacralização” do patrimônio arqueológico, representando uma possibilidade de tirá-lo de um contexto de “abandono” nos museus para pensar possibilidades de reusos, ressignificações e diversas formas de apropriação. Nesse sentido, uma política de descarte controlada, ética e socialmente compromissada, que leve em conta não somente o saber especializado, mas também de toda a comunidade interessada na preservação e propagação destes bens, poderia viabilizar sua reinserção no fluxo patrimonial.

Referências Bibliográficas

ALLISON, P. M.

The archaeology of household activities. London: Routledge, 1999.

ANDRADE, A. W. O.

Arqueologia do Lixo: Um estudo de caso nos depósitos de resíduos sólidos na cidade de Mogi das Cruzes em São Paulo. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, São Paulo, 2006.

BECK, M.E.; HILL JR., M.E.

Rubbish, relatives, and residence: the family use of middens. *Journal of archaeological method and theory*. v. 11, n. 3, p. 297-333, 2004.

BROCHIER, L.L.

Diagnóstico e manejo de recursos arqueológicos em Unidades de Conservação: uma proposta para o litoral paranaense. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2004.

COSTA, C.A.S.; COMERLATO, F.

Você me daria um cheque em branco? Um olhar sobre o endosso institucional em projetos de Arqueologia. *Revista de Arqueologia*, v. 26/27, n. 2/1, p. 115-131, 2013/2014.

COSTA, C.A.S.; FERNANDES, H.L.A.

“Joga fora no lixo”? reflexões sobre o descarte de espólio de pesquisas arqueológicas no Brasil. *Revista de Arqueologia*, v. 33, n. 3, p. 189–205, 2020.

DUARTE CÂNDIDO, M.M.

Gestão de museus, diagnóstico museológico e planejamento: um desafio contemporâneo. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

GONDIM, L.S.; SCHERER, L.Z.; GILSON, S.P.N.R.

Gestão de acervo arqueológico herdado: Rio do Meio, um estudo de caso. *Revista de Arqueologia Pública*, v. 11, n. 2, p. 83-97, 2017.

HAYDEN, B.; CANNON, A.

Where the garbage goes: Refuse disposal in the Maya highlands. *Journal of Anthropological Archaeology*. v. 2, p. 117–163, 1983.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS.

Subsídios para a elaboração de planos museológicos. Brasília: IBRAM, 2016.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL.

Portaria MinC/IPHAN nº 375, de 19 de setembro de 2018.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS.

Código de Ética do ICOM para Museus, versão lusófona, 2008.

IV FÓRUM ACERVOS ARQUEOLÓGICOS.

Carta de Disposições. 2021.

LAIA, P.O.

Percursos e fronteiras: os labirintos entre a proteção legal e a salvaguarda institucional das coleções arqueológicas no Brasil. *Revista de Arqueologia Pública*, v. 11, n. 2, p. 166-185, 2017.

LIMA, T.A.; RABELLO, A.M. C.

Coleções arqueológicas em perigo: o caso do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro.* IPHAN. n. 33, 2007, p. 245-274.

LEAL, A.P.R.

Arqueologia, Museologia e Conservação: Documentação e Gerenciamento da Coleção proveniente do Sítio Santa Bárbara (Pelotas-RS). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pelotas, Programa de pós-graduação em Antropologia da UFPel, Pelotas, 2014.

MILHEIRA, R.G.

Áreas de descarte em sítios arqueológicos Guarani: o caso das lixeiras. *R. Museu Arq. Etn.*, v. 24, p. 3-23, 2014.

MOREIRA, M.R.S.

Projeto Experimental do Trabalho Arqueológico. “Arqueologia Do Lixo”. *Rev. Arqueologia Pública. Campinas*, v. 10, n. 1 p. 61-70, MAR. 2016.

- RATHJE, W.; MURPHY, C.
Rubbish! The Archaeology of Garbage. New York: Harper-Collins Publishers, 1992.
- RIBEIRO, D.L.
Palestra - Dados científicos e a sociedade: reflexões sobre algumas crenças patrimoniais.
Revista de Arqueologia Pública, v. 11, n. 2, p. 264-289, 2017.
- SCHIFFER, M.B.
Archaeological Context and Systemic Context. *American Antiquity*. v. 37, n. 2, p. 156-165, 1972.
- SILVA, A.B.C.
Do luxo ao lixo: um estudo arqueológico do material cerâmico dos bolsões do sítio Porto de Santarém, Baixo Amazonas. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Belém, 2016.
- SOARES, A.L.R.
Contribuição para a Arqueologia Guaraní. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, São Paulo, 2004.
- SOCIETY OF MUSEUM ARCHAEOLOGISTS.
Selection, Retention and Dispersal of Archaeological Collections: Guidelines for use in England, Wales and Northern Ireland, 1993.
- TOCCHETTO, F.
Fica dentro ou joga fora? Sobre práticas cotidianas em unidades domésticas na Porto Alegre oitocentista. *Revista Arqueologia*, v. 16, p. 59-69, 2003.
- WILSON, D.C.
Identification and Assessment of Secondary Refuse Aggregates. *Journal of Archaeological Method and Theory*. v. 1, p. 41-68, 1994.

Cerâmica

Arqueologia e História e Cultura da Alimentação no mundo grego antigo – entre a documentação escrita e a cultura material

Leandro Hecko¹

Considerações Iniciais

Neste texto pretendemos levantar alguns pontos importantes para as reflexões acerca da Arqueologia e História e Cultura da Alimentação (HCA) no tocante à forma de se abordar temas dentro do Mediterrâneo antigo com fontes escritas e de cultura material. Tais considerações possuem o intuito de mostrar caminhos a quem tenha interesse pelas culturas antigas do período do Mediterrâneo, embora aqui coloquemos como exemplos elementos do mundo grego e de suas “colônias”.

Para tanto, seguiremos o seguinte percurso: primeiramente faremos alguns aportes teórico-metodológicos, objetivando mostrar o sentido das reflexões que subsidiam nossos interesses de estudos; em seguida, observaremos dois recortes com exemplos precisos dentro da cultura grega antiga entre os séculos VI e IV a.C.; por fim, buscaremos resgatar de forma didática, nas considerações finais, os elementos primordiais levantados para aqueles que tenham interesse no campo de estudos da HCA tendo como base as fontes escritas e materiais do mundo antigo mediterrâneo.

1. Aportes teórico-metodológicos

Como uma primeira delimitação teórica de campo, cabe considerar a área em que nossas reflexões se inserem, a chamada História e Cultura da Alimentação. É este um campo recente, embora o interesse por aspectos alimentares sempre tenha flirtado com a Arqueologia e História em suas constituições disciplinares, fazendo-se presente indiretamente ao abordar a economia, a agricultura e pecuária e o comércio no Mundo Antigo. Todavia, enquanto um interesse delimitado, as ideias aparecem sistematicamente a partir da década de 1970, deixando de ser apenas uma taxonomia daquilo que se come, passando a refletir sobre a alimentação e sua relação, também, com a cultura.

(1) Professor do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas – MS e do ProfHistória/UEMS. Realizou pós-doutorado no MAE-USP, sob supervisão do Prof. Dr. Wagner Carvalheiro Porto entre 2020 e 2021. Contato: <leandro.hecko@ufms.br>.

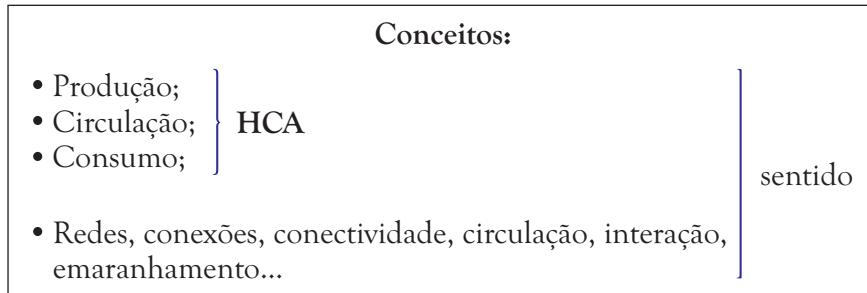
Um primeiro conjunto de ideias sobre a área é delimitado por Carlos Roberto Antunes dos Santos (2011) quando demarca sobre o texto *Les structures du quotidien* de Fernand Braudel (1979) fundamentos importantes para as pesquisas sobre alimentação:

“Foi com Braudel, herdeiro de Febvre e Bloch, por meio dos conceitos de cultura material, que a História da Alimentação ganhou fisionomia definitiva no campo da pesquisa histórica. Inspirado nos textos de Lucien Febvre sobre a distribuição regional das gorduras e nos fundos de cozinha, Braudel, como o maior representante da segunda geração dos Annales, trabalhou em suas obras o conceito de cultura material, abrangendo os aspectos mais imediatos da sobrevivência humana: a comida, a habitação e o vestuário.” (Santos, 2011, p. 108)

A comida constitui-se então, no âmbito da vida material, elemento essencial e objeto de investigação para diversos campos do conhecimento e, claro, à Arqueologia e História em suas manifestações no tempo. Neste contexto, “... o que se come é tão importante quanto quando se come, onde se come, como se come e com quem se come...” (Santos, 2011, p. 108), e assim devemos compreender o lugar do alimento na História.

Ainda ampliando as perspectivas da HCA, o olhar sobre as preferências alimentares, o simbolismo dos alimentos, as interdições dietéticas e religiosas, os hábitos culinários, os comportamentos epulares, enfim, tudo aquilo que liga o alimento e a sociedade (Flandrin & Montanari, 1998, p. 21) e vice-versa ganha espaço para investigações. E, seguindo este caminho, da mesma forma que a alimentação é um terreno plural, a forma de entender a sua relação com as sociedades no passado é dinâmica, dependendo muito do que se quer compreender, desde o tipo de alimento que era consumido até o sentido de consumi-lo, seja no sentido simbólico ou na objetividade material de sua localização, produção, circulação e consumo. Assim, as formas de se estudar a História e Cultura da Alimentação (HCA) possuem do mesmo jeito que outras áreas da história a particularidade na lida com as fontes, devendo o pesquisador buscar os mais variados indícios sobre o que se deseja explorar. Desta forma, a cultura material é um conjunto de evidências bastante importante para se entender a alimentação no passado.

Definida a área e delimitados os conjuntos de interesses da HCA, passamos ao segundo conjunto de aportes teóricos importantes para investigações nesta área pensando no contexto do mar Mediterrâneo antigo. Resumidamente, o que pretendemos desenvolver está de acordo com o seguinte **Mapa Conceitual**, que estrutura nossa linha de raciocínio e delimitação de contribuições:



Mapa Conceitual. Conceitos e relações para um sentido investigativo.

Observando o **Mapa Conceitual**, queremos destacar que a ideia principal é observar um sentido para a leitura de fontes escritas e da cultura material que tenha relação com a área de HCA. Nesta ordem, são postas três das principais áreas de investigações dentro do campo: produção, circulação e consumo. Compreendemos, claramente, que pensando em contexto mediterrâneo antigo nenhuma dessas três áreas investigativas pode ser observada de forma fechada dentro de um espaço exclusivo e em sentido restritivo. Logo, entendemos que há relações entre estas áreas nos tempos e espaços mediterrânicos que devem ser compreendidas a partir de conceitos que representem a possibilidade de uma visão entre o global e o local. Esta visão, com maior ou menor abrangência, possui uma ampla gama de formas de leitura por meio de conceitos como redes, conexões, conectividade, circulação, interação, emaranhamento, entre outros que possam ser identificados. Aqui iremos apresentar algumas possibilidades, a partir de alguns autores.

Em uma primeira perspectiva, entra a questão da ação de viajar no mundo antigo. Viajar significa uma grande possibilidade de experiências e trocas, culturais ou econômicas, que muda as formas de ser no mundo, entender o mundo e relacionar-se com ele. Neste sentido, as intencionalidades ligadas às viagens têm muito a nos dizer. Lionel Casson, estadunidense, classicista e especialista em história marítima, em sua obra *Travel in the Ancient World* (1974) nos aponta alguns aspectos sobre as viagens no mundo antigo (Casson, 1974, p. 9): os motivos (principalmente os que não são de comércio), a mecânica das viagens (por terra e mar), a logística (o pouso, a alimentação, entre outros) e a natureza de uma forma de turismo (religioso, “científico”, por lazer).

Além disso, Casson aponta para o Mediterrâneo antigo como um “centro de gravidade”, quando em tempos clássicos (500-300 a.C.) move-se da Pérsia e Oriente Próximo à Grécia, assumindo o Mediterrâneo como o meio de excelência para viagens das mais diversas naturezas (Casson, 1974, p. 65). Casson ainda aborda, na questão das viagens por mar, a importância dos portos e das embarcações (Casson, 1974, p. 35) para o processo das navegações,

processo este que facilitava as viagens por distâncias maiores, já que as viagens por terra eram extenuantes, os veículos e estradas mais limitados, colocando riscos a viagens por terra (Casson, 1974, p. 66-67). Há também um outro fator importante que ele põe em evidência, que é a necessidade de uma percepção de hospitalidade (Casson, 1974, p. 85-88) relacionada às viagens, já que quem viajava e chegava a qualquer lugar tinha que, de alguma forma, ser recebido.

Já em uma segunda perspectiva, a classicista e professora de História Antiga de Birkbeck, da Universidade de Londres, Christy Constantakopoulou (2007), ao falar sobre a questão da insularidade no mundo do Mar Egeu, traz a questão das redes. Em seu livro intitulado *The Dance of the Islands: Insularity, Networks, the Athenian Empire, and the Aegean World* (2007), a autora aborda pontos cruciais sobre ser/estar em uma ilha, como: a ideia de segurança, ou o perigo, o espaço como uma prisão, um lugar de isolamento, a pobreza ou desprezo, a questão do poder marítimo, diante de um espaço a ser conquistado, diante de formas de imperialismos (Constantakopoulou, 2007, p. 1). Porém, diante desses pontos, há também uma oposição que pode ser considerada produtiva que é a conexão *versus* o isolamento (Constantakopoulou, 2007 p. 2). Diante desta oposição, as ilhas aparecem como partes importantes de uma rede de interações (Constantakopoulou, 2007, p. 6), formando matrizes de comunicações marítimas, conectividades no Mediterrâneo (Constantakopoulou, 2007, p. 8). Essa perspectiva de redes, diante da ideia que queremos demarcar para se explorar fontes escritas e cultura material no âmbito da HCA pode ser bastante produtiva, constituindo-se uma chave de leitura delas.

Somadas a essa percepção de redes, uma obra organizada pelos pesquisadores Peter Van Dommelen e A. Bernard Knapp (2010) trazem à tona a ideia de conexões materiais no Mediterrâneo antigo, em sua obra *Material connections in the ancient Mediterranean – Mobility, Materiality and Identity* (2010). De acordo com os autores, no Mediterrâneo, a evidência de movimentação é abundante e questões como o colonialismo, a migração e o intercâmbio constituem temas importantes para a Arqueologia (Van Dommelen e Knapp, 2010, p. 1). Além disso, é bastante necessário que compreendamos a identidade social dos povos mediterrânicos considerada a partir das materialidades, migrações, conectividade, insularidade, mobilidades, hibridação, co-presença e relação passado presente (Van Dommelen e Knapp, 2010, p. 2-3) uma vez que não falamos de um mar fechado às trocas de experiências e materialidades nos seus tempos e espaços.

Neste caminho, segundo os autores, é a cultura material do cotidiano que nos dá indícios (Van Dommelen e Knapp, 2010, p. 2-3), de onde podemos falar de contatos diversos, de colonização (e uma reciprocidade na relação entre colonizador e colonizado), de movimentos migratórios, de en-

contros coloniais e de identidades híbridas (Van Dommelen e Knapp, 2010, p. 3-4). Assim, as conexões materiais, do ponto de vista da cultura material, mostram o elemento da mobilidade que reside na co-presença de pessoas e objetos em um contexto específico – como resultado de seus movimentos (Van Dommelen e Knapp, 2010, p. 5-6). E, pensando na cultura material do cotidiano, para a formação de identidades híbridas, a presença de pessoas, objetos, técnicas, alimentos, entre outros, é observável nas evidências por meio de estatuetas e objetos em metal, cerâmica, arquitetura monumental, restos mortais, dados da flora/fauna (Van Dommelen e Knapp, 2010, p. 6-7), enfim, numa variada documentação que constitui a vida material humana.

No primeiro capítulo da obra de Van Dommelen e Knapp, os autores dizem que o livro:

“pretende assim propor uma metodologia alternativa coerente às maneiras pelas quais os estudiosos do Mediterrâneo examinaram os objetos e assuntos de seus estudos. Adotando uma abordagem sócio-histórica diacrônica, os colaboradores examinam contatos entre várias ilhas do Mediterrâneo e suas costas continentais próximas” (Van Dommelen e Knapp, 2010, p. 7).

Seguindo esta proposta, os autores ainda pontuam três objetivos para servir de guia para explorar e avaliar:

“• como os povos do Mediterrâneo usaram a cultura material para estabelecer, manter ou alterar suas identidades, especialmente durante períodos de transição, encontro cultural e mudança;

• como, em geral, mobilidade, conectividade ou insularidade e o mar Mediterrâneo juntamente com o colonialismo, a migração e a hibridação mais especificamente, influenciaram subjetividades e identidades transregionais e locais;

• como os recentes encontros coloniais podem melhorar a compreensão da materialidade, mobilidade e identidade como experiências formativas embutidas na expansão territorial ou transições culturais.” (Van Dommelen e Knapp, 2010, p. 7)

Na linha de tais objetivos, portanto, é possível a compreensão de quatro temas que interligam os estudos de caso, que constam na obra dos autores, os quais devem nortear pesquisadores sobre o Mediterrâneo antigo: 1-Materialidade; 2-Mobilidade; 3-Contato, conflito e co-presença; e 4-Identidade (Van Dommelen e Knapp, 2010, p. 7-8). Logo, a intenção, na perspectiva dos autores, não é apenas interrogar os existentes pontos de vista, mas ativamente desbloquear e explorar novas formas de pensar sobre como a dinâmica da materialidade, incluindo diásporas e transmissões de objetos, pode oferecer insights sobre experiências migratórias e coloniais; também querem explorar como fatores como

mobilidade, viagens, comunicação e hibridação impactam identidades e subjetividades coloniais e locais (Van Dommelen e Knapp, 2010, p.7).

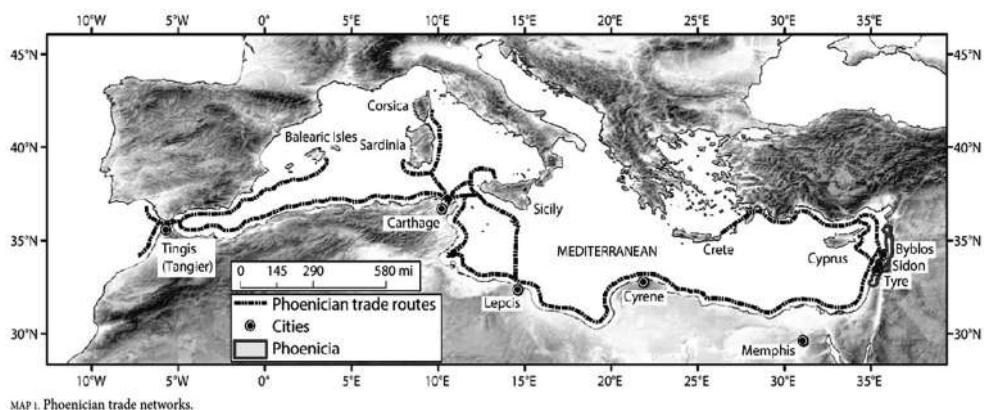
Outra contribuição valiosa para se compreender contextos mediterrânicos antigos é a obra de Irad Malkin intitulada *A Small Greek World – networks in the Ancient Mediterranean* (2011). A ideia de perceber o mundo grego, mesmo que espalhado por todo o Mediterrâneo, como um mundo pequeno, diante de tantas conexões, é bastante profícua. Por meio da ideia de redes, também, a história e seu entendimento e interpretação é possível em vários estudos de caso. Primeiramente, talvez devamos entender uma ideia que, em seu paradoxo, é observável: na questão da identidade, o “que é digno de nota é que, quanto mais os gregos se dispersaram, de alguma forma, mais ‘gregos’ se tornaram” (Malkin, 2011, p. 5) e entendiam um “virtual centro grego” identificável nas relações (Malkin, 2011, p. 5) onde o espaço não aparece como um contêiner, mas sim identificável numa rede de conexões, com múltiplos nós, que se espalham pelo Mediterrâneo mas têm centros gregos entre continente e ilhas. Nas palavras de Malkin:

“em vez de ver o espaço absoluto como um contêiner, estou convencido de que com o espaço relativo e relacional, um espaço histórico que é ao mesmo tempo formado pela conectividade entre seus nós em proliferação (aqui ‘colônias’) modela simultaneamente seu desenvolvimento, interconexões e semelhanças civilizacionais no processo (...) O resultado de tais processos foi uma rede abrangente, onde o espaço físico e o espaço da imaginação coletiva convergiram” (Malkin, 2011, p. 12)

Diante deste olhar, a ideia de uma “glocalização” pode ser um viés de leitura fundamental, observando a combinação de estruturas globalizadas e abrangentes, juntamente com as identidades e os círculos da “experiência vivida” – universalização do particular/particularização do universal/homogeneização e heterogeneização (Malkin, 2011, p. 14) ampliam o olhar ao mesmo tempo que nos levam a rever formas de entendimento da história do Mediterrâneo ou, da inserção dos gregos no périplo deste mar. O mar vazio, em tese, cria uma conectividade possibilitada por seu próprio espaço, através do qual se buscam os pontos costeiros (Malkin, 2011, p. 15). Nesta visão, a ideia de rede aparece como um termo heurístico para a construção de uma leitura de uma rede teórica (a concepção) e de uma rede prática (com evidências) para o entendimento das conexões no Mediterrâneo (Malkin, 2011, p. 15).

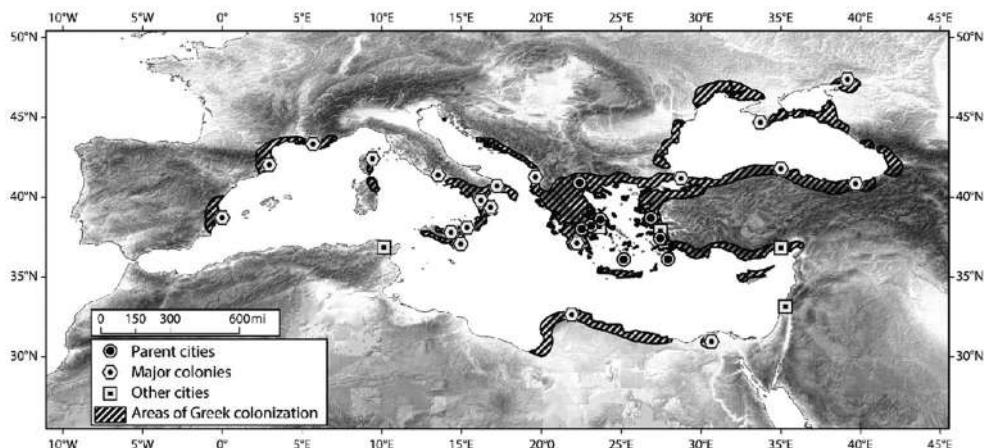
Segundo Malkin, dando corpo à materialidade, entre os inúmeros aspectos da conectividade de rede que chegam em primeiro plano, seria possível selecionar a disseminação de informações literárias, artísticas e estilos arquitetônicos; o papel dos santuários Pan-helênicos; a mobilidade humana de especialistas; a difusão de dialetos; a proveniência e destino de dedicação aos templos; carimbos de ânforas; criação de colônias (Malkin, 2011, p. 17) entre outras possibilidades.

Uma última perspectiva que aqui apresentamos, seguindo os diversos conceitos que apareceram anteriormente, é a ideia do Mediterrâneo como um “mar aberto”, expressão tomada do título da obra de Joseph Gilbert Manning, que é professor de História na Universidade de Yale, intitulada *The Open Sea: The Economic Life of the Ancient Mediterranean World from the Iron Age to the Rise of Rome* (2018). Baseando-se em um grande conjunto de fontes antigas e nas mais recentes teorias sociais, Manning sugere que a busca por uma única “economia antiga” ilusória obscureceu a diversidade das experiências vividas no mundo mediterrâneo, incluindo mudanças nas economias políticas ao longo do tempo e diferenças de concepções culturais de propriedade e dinheiro. Além disso, ele evidencia a forma como as economias da região se tornaram cada vez mais interconectadas nessa longa duração, apontada no título de sua obra. Da obra de Manning queremos destacar apenas dois mapas (**Mapa 1** e **Mapa 2**), com o intuito de mostrar o Mediterrâneo interconectado em sua totalidade.



MAP 1. Phoenician trade networks.

Mapa 1. Rotas comerciais fenícias (Manning, 2018, p. 45).



Mapa 2. Colonização grega (Manning, 2018, p. 45).

No **Mapa 2**, Manning nos mostra as longas rotas comerciais dos fenícios, de leste a oeste, num movimento do Oriente para o Ocidente, destacando algumas das principais cidades/regiões conectadas: Biblos, Sidon, Tiro, Chipre, Creta, Cirene, Sicília, Leptis, Cartago, Sardenha, Córsega, Ilhas Baleares e Tanger. Tais rotas, na perspectiva de um “mar aberto” evidenciam as conexões existentes das quais resultaram trocas de produtos, fundações de cidades e relações culturais significativas ajudando na construção de um Mediterrâneo interconectado.

Outro elemento, segundo o **Mapa 2** de autoria de Manning, aponta para a presença grega no péríodo do mar Mediterrâneo, numa influência e tomada de espaços entre o continental e o insular, por cidades-mãe (os maiores centros), grandes colônias (de fundação a partir das cidades-mãe, porém independentes) e cidades menores (centros urbanos de colonização de menor dimensão). Grosso modo, a parte hachurada no **Mapa 2** nos mostra por meio da influência grega também um mar Mediterrâneo interconectado.

Expostas as percepções dos autores acima, cabe pontuar ainda neste item do texto uma retomada de ideias que estão no interior do **Mapa Conceitual** exposto anteriormente: das ideias sobre a questão de viajar no Mediterrâneo (Casson, 1974), a percepção de redes dentro deste mar (Constantakopoulou, 2007; Malkin, 2011), o olhar sobre as conexões materiais (Dommelen e Knapp, 2010) e o entendimento do Mediterrâneo como um mar aberto (Manning, 2018) inúmeros outros conceitos importantes podem surgir, no sentido de compreender dentro da HCA os seus campos de produção, circulação e consumo. Desta forma, para a compreensão de questões da História da Alimentação no contexto mediterrânico, considerando fontes textuais ou da cultura material, a pluralidade de abordagens é fundamental na constituição de elementos teórico-metodológicos no processo de pesquisa. Assim, cabe afirmar que há mais a ganhar com a variedade de autores e olhares distintos, complementares, destoantes ou não, que apenas a opção por um ou outro investigador. Passemos agora a observar duas categorias de fontes que nos serviram de base para o desenvolvimento deste processo de pesquisa: no âmbito da cultura escrita, Arquéstrato de Gela; no âmbito da cultura material, a cerâmica em forma de vasos.

2. Cultura escrita: Arquéstrato de Gela

Sobre Arquéstrato é preciso dizer algumas palavras quanto a sua origem e sobre o que vamos ter de acesso aos seus escritos, antes de falar propriamente acerca do que encontramos no autor em termos de alimentação no mundo mediterrânico e suas procedências.

A origem do grego Arquéstrato (séc. IV a.C.), cujo nome não aparece em boa parte dos dicionários biográficos básicos (ver, por exemplo, Bowder, 1982), é coerente quando se diz que ele tem origem siciliana, mas há dúvidas acerca da cidade, objetivamente, se seria Gela (no sul da ilha) ou Siracusa (ao leste da ilha). Todavia, há simpatia em aceitar sua origem como de Gela, já que em uma passagem dos seus fragmentos diz “Esquece os modos dessa gente de Siracusa, que, à maneira das rãs, se limitam a beber, sem comer” (frg. 60) conforme ressalta Carmen Soares (2016, p. 18), na lógica, ele não critica a sua cidade natal e, por exclusão resta a cidade de Gela como uma plausível possibilidade de sua origem.

Da mesma forma como a origem do gastrônomo Arquéstrato, sua obra é conhecida parcial e indiretamente por meio do romano Ateneu (dos séculos II e III a.C.; Bowder, 1982, p. 40), em citações atribuídas ao sábio da alimentação. Ateneu, a quem se atribui por vezes a alcunha de maior enciclopedista da Antiguidade Clássica faz menções a Arquéstrato no seu *Deipnosophistai* (Sábios à mesa), composto de cerca de 15 livros (Soares, 2016, p. 20-21). Em que consistem, nesta totalidade, os fragmentos de Arquéstrato? Carmen Soares nos diz que “O total de versos citados por Ateneu corresponde a aproximadamente 334 hexâmetros dactílicos, distribuídos por 60 fragmentos” (Soares, 2016, p. 24), nos quais está todo o conteúdo do qual podemos aprender sobre a gastronomia grega antiga com alguns exemplos bastante precisos.

Sobre os fragmentos de Arquéstrato em Ateneu, especificamente do que tratam? Na tradução e estudo dirigido por Carmen Soares ela delimita alguns campos temáticos dizendo que 1/3 contém o que se pode chamar de receitas culinárias e, em pelo menos 90% da obra encontram-se produtos alimentares, origens, quais são os melhores, técnicas de preparo/consumo (Soares, 2016, p. 24). Em sua própria tradução, a pesquisadora portuguesa divide os fragmentos em: Apresentação do Guia Gastronômico, Regras de Conforto e Etiqueta, Pão - O rei da Mesa Mediterrânea, Aperitivos, Pratos de Pescado, Pratos de Carne, Vinho - O rei do Simpósio e Acepipes, Fruta e Doce (Soares, 2016, p. 38-61), respeitando uma tipologia temática identificável nos excertos.

Feita esta breve introdução sobre Arquéstrato e a contextualização dos elementos dos fragmentos de sua obra, é importante para o todo deste presente texto estabelecermos um recorte, qual seja: em que sentido, a partir da obra do gastrônomo podemos refletir acerca da HCA do mundo greco-mediterrânico pensando na questão da circulação? De acordo com os conceitos abordados no item anterior, a ideia de circulação no Mediterrâneo pode ser vislumbrada em Arquéstrato quando, por exemplo, tabulamos os ingredientes alimentares presentes em sua obra e, junto a isso, elencamos de acordo com ele as suas procedências. Vejamos a **Tabela 1** abaixo.

Ingrediente	Procedência
Frg. 2-6	
Pão	Lesbos (o mais fino e puro), Tebas, Tassos, Tessália, Tegea, Atenas, Éritras, Fenícia, Lídia
Frg. 7-9	
Mexilhões	Eno
Ostras	Abidos
Ursos (crustáceo)	Pário
Vieiras	Mitilene
Conchas	Messina (cabo Peloro), Éfeso
Búzios/Arautos	Calcedônia
Passas de uva	Lesbos
Frg. 10-56	
Enguia	Estreito de Régio, Copais (lago na Beócia), rio Estrímon (Macedônia)
Peixe-espuma (miúdos, peixe-espadilha, anchoas)	Atenas, Iônios, Rodes
Urtiga do mar (anêmonas com tentáculos)	Atenas
Elops (esturjão?)	Síracusa, Ásia, Creta
Dourada	Selinunte (rio em Éfeso)
Bodião	Calcedônia, Bizâncio, Éfeso
Pescada	Antédon (rio na Beócia)
Pimpim (peixe-pau, peixe-porco)	Ambrácia
Moreia	Estreito da Sicília
Congro	Sícion
Atum	Samos, Bizâncio, Caristo, Cefalédia, Epônio
Tubarão-tintureira (tubarão, cação)	Olinto, Mégara
Peixe-raposo	Rodes, Síracusa
Peixe-porco	Eno, Mar Negro
Cação	Torone (Calcis)
Lavagante	Ilhas Líparas, Helesponto (Dardanelos)
Camarão	Iaso (Cária), Macedônia, Ambrácia
Pargo (cachucho)	Delos, Erétria
Lebia (mosco, peixe-fígado)	Delos, Tenos
Salema	Mitilene
Peixe-escorpião	Thasos
Peixe-relinchante	Pela, Ambrácia
Linguado	Cálcis
Bonito	Bizâncio
Espadarte	Bizâncio, Pelóris (estreito da Sicília)
Salmonete	Teiqioessa (Mileto), Thasos, Teos, Erétria

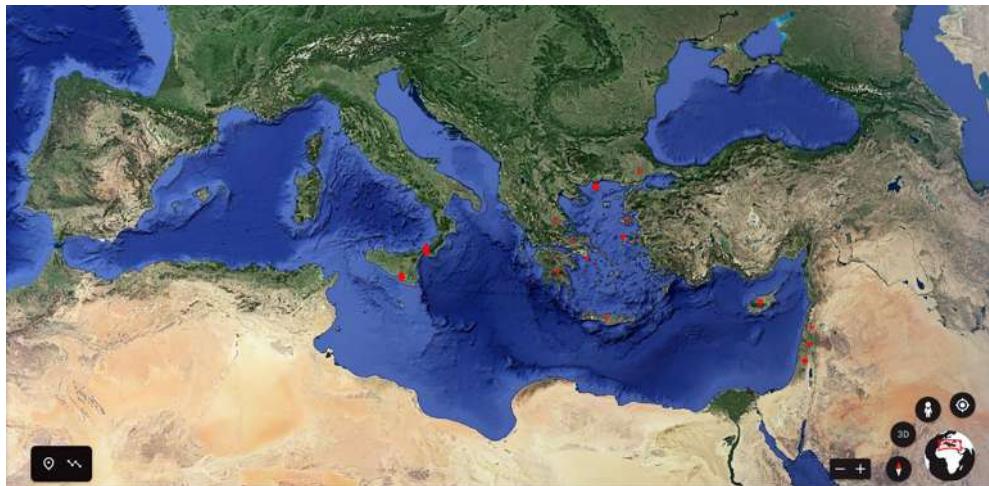
Tainha	Egina, Abdera, Sinope
Robalo	Mileto (rio Geso), Cálidon
Raia	Mileto
Lagarto	Mileto?
Dourado	Caristo
Perca	Cila
Polvo	Thasos, Cária, Cercira
Lula	Dio (Pieria), rio Bafira, Ambrácia
Chocos	Abdera, Maroneia (Trácia)
Sílfio (tempero?)	Cirene
Frg. 59	
Vinho	Lesbos, Fenícia (Biblos, Biblino), Thasos
Frg. 60	
Mel	Ática

Tabela 1. Ingredientes e procedências de alimentos segundo Arquéstrato.

Arquéstrato lista no decorrer dos fragmentos receitas e ingredientes, destacando sobre estes os de melhor qualidade, de onde se podem extrair, segundo o autor, suas procedências. Pelos dados, dezenas de cidades e regiões espalhadas pelo Mediterrâneo, do Oriente ao Ocidente, que mostram uma erudição acerca de quais os melhores itens e suas origens. Essa erudição pode nos mostrar algumas coisas interessantes: Arquéstrato teve condições de viajar para diversos lugares, de onde aprendeu aquilo que expõe; ou o autor viajou para alguns lugares e aprendeu por onde passou sobre os melhores itens, independentemente de ter estado na totalidade dos lugares que menciona; ou, na maioria dos casos, aprendeu indiretamente, por informações de terceiros, em portos e mercados aos quais recorria para adquirir produtos. Em todos os casos, porém, algo mais importante aparece por trás das informações: independentemente da origem do conhecimento sobre os melhores ingredientes, o fato é que este conhecimento sobre os melhores alimentos provenientes de cada região que aparece no autor circula por grande parte do Mediterrâneo (**Mapa 3**).

3. Cultura material: olhares sobre a cerâmica

Em continuidade, pensando sobre elementos entre Arqueologia e HCA, cabe pensarmos sobre alguns pontos importantes sobre o uso de cerâmicas do mundo antigo em investigações que as tenham como fontes. Desta forma, a cerâmica aqui será pensada a partir de duas perspectivas: primeiramente, a cerâmica como suporte de uma iconografia sobre alimentação; em segundo lugar, a cerâmica enquanto um contentor, com funcionalidades práticas no cotidiano



Mapa 3. Planificação geral da origem de ingredientes, destacados em vermelho, podendo ser cidades ou regiões.

material das culturas do Mediterrâneo antigo. Em ambas as perspectivas a questão da produção, circulação e consumo são bastante produtivas de se observar.

3.1 A cerâmica grega como documento iconográfico

A cerâmica é, desta forma, um dos suportes mais ricos para ilustrações de questões da vida grega, onde transitam cenas e seres mitológicos, temas literários oriundos da tradição escrita, cenas do cotidiano mostrando ações como banquetes e simpósios, entre outros aspectos. A depender do olhar de quem lê a cerâmica grega ilustrada, minúcias saltam aos olhos, possibilitando uma miríade de abordagens.

Dentro do mundo da cerâmica grega, independentemente do que se queira observar em questões temáticas, cabe atentar a alguns princípios metodológicos importantes. Desta forma, aqui fazemos um breve adendo expositivo antes de entrarmos propriamente na equação cerâmica/alimentação.

A história da forma como se leu e entendeu o vaso grego é extensa e remonta principalmente ao século XIX, desenvolvendo-se, porém, substancialmente nos séculos XX/XXI, quando a tecnologia e as influências da leitura entre sua materialidade e significação, na iconografia por exemplo, tomam destaque.

No Brasil, incorporando as mais desenvolvidas tendências internacionais de análise de vasos gregos, um círculo de pesquisadores se destaca, vinculado ao Museu de Arqueologia e Etnologia² da Universidade de São Paulo, prin-

(2) Vide, por exemplo: Sarian, H. (1996; 1993).

cipalmente em torno da professora Haiganuch Sarian.³ Tomando aqui, resumidamente, um artigo de Carolina Kesser Barcellos Dias, intitulado “Abordagens metodológicas para o estudo de vasos gregos: a atribuição e a análise iconográfica” é possível identificar o desenvolvimento que, metodologicamente, a análise dos vasos teve desde o século XIX até o XX (Dias, 2009, pp. 48-53), quando se inicia, por exemplo, o projeto do *Corpus Vasorum Antiquorum* (CVA),⁴ junto a *Union Académique Internationale* (Dias, 2009, p. 53). No tocante ao que aponta Dias, citando também Fábio Vergara Cerqueira, pensar na atribuição e análise iconográfica consolidam-se como essenciais, pois:

“Nesse contexto de definições e ideias houve, segundo Cerqueira (2001), uma divisão dos estudos iconográficos em duas tendências predominantes: uma iconografia positivista descriptiva e uma iconografia interpretativa e histórica. A primeira tratava da imagem de maneira objetiva, linear, descrevendo e categorizando. A segunda buscava o sentido das imagens de maneira mais profunda, simbólica, além da simples descrição.” (Dias, 2009, p. 58)

Portanto, a materialidade e o simbólico entram em evidência. O formato do contentor material e a mensagem que suas ilustrações fornecem significam muito. Atentando para as produções relacionadas a este círculo, enquanto reflexo de uma bibliografia internacional, o que podemos identificar como elementos importantes a se observar na análise da cerâmica grega? Em síntese, a biografia do vaso (sua origem, data, artista/pintor, circulação e lugar de achamento, ou ainda, onde está conservado atualmente o item), sua própria função (enquanto contentor, utensílio doméstico, item de serviço de culto, funerário ou serviço à mesa) e questões iconográficas/iconológicas (descriptivo de cenas, significados, contextos, relação com a cultura grega) configuram-se num importante caminho.

Um outro ponto a elencar, neste panorama de análise cerâmica de vasos gregos, por exemplo, é o de sua circulação. Os vasos gregos circulavam transportando produtos e, no caso de vasos decorados, transportando também ideias do mundo grego para o restante do Mediterrâneo. De um texto de Maria Isabel D’Agostino Fleming (2017), intitulado “A cerâmica em duas perspectivas contextuais no Mediterrâneo Antigo: diálogos e apropriações” a autora mostra influências, movimentos, recepções e recriações cerâmicas pelo mundo mediterrânico. Segundo Fleming:

(3) Entre os pesquisadores, destaco: Gilberto da Silva Francisco (sobre ânforas panatenaicas) e Carolina Kesser Barcellos Dias (em um estudo de caso sobre O Pintor de Gela, com características formais e estilísticas, decorativas e iconográficas).

(4) Mais detalhes sobre a história e funcionamento do CVA estão disponíveis no site <https://www.cvaonline.org/cva/> bem como a própria base de dados, ali passível de consulta.

“O fluxo de cerâmica grega no Mediterrâneo ocidental vincula-se ao processo da formação das cidades-estados nesta região, iniciado no século VIII a.C. Num quadro de trocas comerciais bastante intenso a partir do século VII a.C., ao lado da cerâmica ática, com registros no sul da Península Itálica, Sicília e Campânia, a cerâmica coríntia é documentada mais especificamente na Etrúria meridional e em Pitecussa, sítio de ocupação mais antiga da área colonial grega.” (Fleming, 2017, p. 28)

Ainda neste conjunto de informações, observemos o **Mapa 4**:



Mapa 4. Fluxos cerâmicos gregos no Mediterrâneo (sécs. VII-VI a.C.), por Fleming (2017, p. 29).

Entre as informações de Fleming e o **Mapa 4**, resultado de sua pesquisa, o elemento mais importante o qual queremos destacar está ligado às ideias de produção, circulação e consumo. E por qual razão queremos destacar? Oriundas entre Ática e Corinto, as cerâmicas gregas tomavam o Mediterrâneo com suas influências de ideias, formas de contentores e produtos, o que, no âmbito da HCA está de acordo com a pluralidade cultural que significa a alimentação no contexto mediterrâneo antigo. E é disso que trataremos, de forma breve, a seguir.

Dito isso, partindo para o tema que nos interessa, a questão da alimentação, este trabalho se detém em alguns dos grandes temas e detalhes, podendo ser identificados momentos mitológicos que possuem alguma relação com o

alimento entre os gregos, bem como representações diversificadas da fauna e flora gregas, sejam a do imaginário, sejam a da vida cotidiana.

Das cenas alimentares, na cerâmica grega, mais tradicionais, observemos dois casos relacionados à questão do simpósio e os desdobramentos correlatos. No primeiro caso (Fig. 1), tomemos uma ânfora de fins do século VI a.C., de figuras negras. Observemos a cena. Do âmbito alimentar, uma cena de banquete/*symposium*,⁵ tendo como protagonistas mitológicos Dioniso e Ariadne, semideitados em uma *klinê*. Há mais dois homens, o da direita dançando, o da esquerda com uma coroa/guirlanda. A típica mesa de serviço aparece com alimentos.

A cena se constrói com ar de familiaridade, o deus acaricia sua esposa, no ombro, com aparente delicadeza. Observa-se, em vez do cortejo com sátiros, a presença de dois homens, participantes. Neste ínterim:

“Todos os elementos aludem a um banquete, pois ocorreria em um contexto humano, até mesmo a guirlanda oferecida a Ariadna se enquadra nos costumes do simpósio, no qual os participantes receberam guirlandas de plantas aromáticas trançadas, o *hypothymides*.” (Corredoira, s.d., p. 143).



Fig. 1. Ânfora com pescoço, de figuras negras. Ática. Atribuída ao grupo de Medea por Bothmer. 550-500 A.E.C. Shelby White & Leon Levy Collection.

No segundo caso (Figs. 2, 3 e 4), vejamos um *kylix* (cílice) de figuras vermelhas, datado da segunda metade do século V a.C., atribuído a Codro. O *kylix* (espécie de taça com boca muito aberta), encontrado na Etrúria, mas de origem Ática, mostra basicamente três cenas: duas nas laterais e uma no interior/fundo. Novamente uma cena de banquete/*symposium*, mas de caráter bem diferente, já que se trata de um contexto divino.

Na primeira lateral (Fig. 2), de um lado, Zeus e Poseidon reclinados com taças. Hera e Anfitrite com um alabastro, ambas sentadas em *klinai*. Aparece a figura de Ganímedes, duas mesas e uma coluna. Zeus deitado em

(5) Sobre a constituição do banquete (momento em que se come) e *symposion* (momento em que se bebe, veja-se: Pantel, 1998).

sua *klinē* segurando um fiala com a mão esquerda, enquanto estende o braço direito para sua esposa Hera, que está segurando um cetro, sentada aos seus pés. De um lado está Ganímedes, o copeiro de Zeus, servindo-os. A cena se completa com outro casal arranjado da mesma forma em uma *kline*. Poseidon, que carrega seu tridente, como atributo óbvio também é confiável. No limite de sua *kline* está Anfitrite sentada segurando um alabastro do qual extrai uma vareta impregnada de perfume.

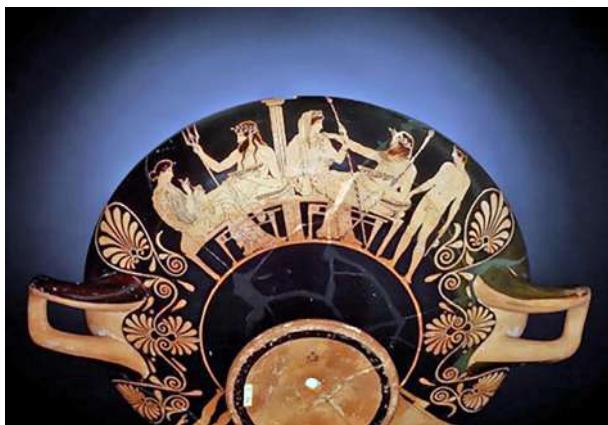


Fig. 2. Kylix de figuras vermelhas. Ática. Atribuído ao pintor Codro por Smith. 450-400 A.E.C. Coleção do Museu Britânico, Londres.

gura um tirso (um atributo seu, bastão enfeitado) com a direita e um fiala com a esquerda, levantando as mãos em um gesto que parece simular uma oferta/brinde. Ariadne, com o cabelo recolhido em um *sakkos* (espécie de tiara), mostra as mãos em movimento, num convencionalismo entendido enquanto o de uma pessoa que está falando. À direita, então, o *Komos*, que faz espelho com Ganímedes (na cena anterior), servindo a seus senhores. O outro par é formado por Ares, esticado com uma lança e estendendo a mão para Afrodite, que se aproxima com um jarro na mão.

No interior (Fig. 4), Hades com uma taça e uma cornucópia, reclinado numa *klinē* com Perséfone, que segura uma romã. A romã

Em continuidade, na segunda lateral (Fig. 3), Dioniso com uma fiala e Ares com uma lança. Ariadne aparece numa *klinē*, Afrodite com um *khantaros*, um sátiro em pé (identificado como um *Komos*, figura associada a festividades) sem a parte de bode. Aparecem mais mesas. A mesma disposição do lado anterior, de dois pares. Por um lado, temos Dionísio e Ariadne; ele se-

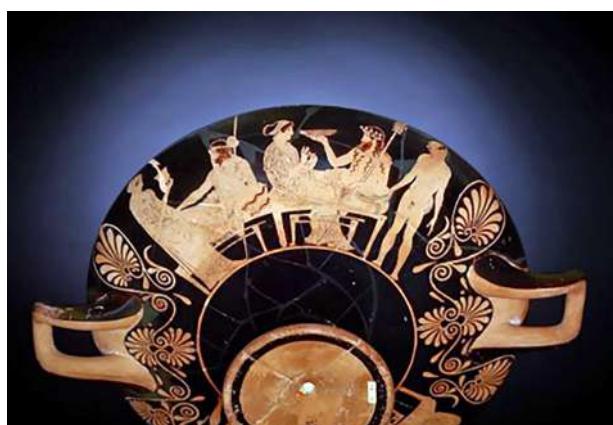


Fig. 3. O outro lado do kylix.



Fig. 4. O interior do *kylix*.

epulares. Objetivamente, utensílios como taças. Móveis básicos como a *kliné* e a mesa. Adornos como a guirlanda e a coluna. Há que mencionar ainda os alimentos, como a romã e seu simbolismo, ou aqueles que não se identificam, ou ainda a presença do vinho, necessário para um bom *symposium*. Também há que dizer da presença da cornucópia nas mãos de Hades, que, *grosso modo*, significam coisas importantes para a vida, como a fertilidade e a abundância, principalmente do alimento. Fazemos a salvaguarda apenas da bela disposição de casais e do quantitativo (aglomeração) de participantes presentes, porém como é banquete dos deuses, eles podem tudo! Quanto às cenas, que colocam em evidência os deuses se banqueteando e bebendo, cabe rememorar que, no início dos tempos, na era de ouro, deuses e homens tinham lugar comum nos banquetes (Pantel, 1998, p. 158-159). Nesta memória, uma homenagem aos deuses, os quais são sempre respeitados e homenageados nos banquetes e *symposium* humanos, buscando uma boa relação entre deuses e homens.

Em todos os casos, por fim, é necessário reafirmar que quando um vaso grego circulava por espaços para além daquele de sua produção, todo o conteúdo das imagens e mensagens contidas nas ilustrações também era transportado. Desta forma, repertórios temáticos como a mitologia, ou em nosso caso, elementos que podem ser estudados a partir da HCA, eram propagados pelo mar Mediterrâneo, enriquecendo a heterogeneidade cultural de seu périplo no mundo antigo.

3.2 Contentores cerâmicos como documento material

Outro olhar sobre a cerâmica mostra sua função material mais direta: a de contentor/embalagem. Dos inúmeros tipos de vasos gregos diversos tinham a função de armazenar, fazer o serviço para o consumo, servir de utensílio de cozinha ou de embalagem. Assim, os grãos, a água, o vinho e o azeite eram

com relação ao mito que envolve o casal e sua presença no mundo inferior.

Observados os dois casos cerâmicos e suas múltiplas cenas, temos elementos importantes em termos de compreender um pouco do *mise en place* do banquete/*symposium*, tendo uma ideia possível de disposição e comportamentos

transportados ou armazenados, o alimento era feito e servido. Quanto aos tipos, um breve olhar sobre o *Corpus Vasorum Antiquorum*⁶ possibilita a identificação de diversos formatos e funções dos materiais cerâmicos do mundo grego antigo. A título de exemplo, vejam-se o *pithos*⁷ (fermentação/armazenagem, líquidos e grãos), a *hydria* (água), a ânfora (vinho/azeite), a *krater* (misturar água e vinho), o *kantharos* (usado para beber) a *oinochoe* (jarro de vinho), o *kylix* (para beber), o *psykter* (resfriar vinho), o *rhyton* (beber vinho), o *oxybaphon* (molheira), o *bikos* (espécie de pote) e de pratos (serviço de alimentos).

De todos esses tipos de contentores, sem dúvidas os mais conhecidos e explorados, são as ânforas. Estas se caracterizam basicamente por terem uma boca, um pescoço, duas alças opostas, um corpo ovoide e um pé como base, arredondado e achatado para disposição no chão ou, no caso de ânforas comerciais, uma base pontiaguda para encaixe em uma base cerâmica ou de madeira, ou melhor encaixe na acomodação do navio ou rodagem no momento de se carregar.

A necessidade da ânfora comercial enquanto embalagem surge justamente quando se começa a trocar mercadorias e existe a carência de que os alimentos transportados fossem hermeticamente fechados em recipientes suficientemente resistentes para suportar o transporte marítimo ou terrestre e a impedir a deterioração dos produtos (Will, 1977, p. 1). Abaixo, na **Fig. 5**, vemos alguns exemplos desses tipos de ânforas, que transitavam pelo Mediterrâneo. No exemplo, material oriundo de Lesbos e Tassos, em um estudo de ânforas comerciais de Virgínia Grace, o qual aponta, por exemplo, inúmeros casos de ânforas, de diversas regiões do Mediterrâneo, encontradas na cidade de Atenas.

O que podemos observar pelos contentores? E especificamente sobre o exemplo das ânforas? Nos aponta Will que as:



Fig. 5. Ânforas comerciais. De Lesbos, na esquerda, fim do século V a.C. De Thassos, da direita, século IV A.E.C. Fonte: Grace (1979).

(6) Projeto iniciado em 1919, por Edmond Pottier (1855 -1934), alimentado com informações até hoje. Eletronicamente está disponível em: <https://www.cvaonline.org/>

(7) Nomes de acordo com a tipologia disponível no site <https://www.cvaonline.org/>

“Ânforas fornecem, assim, ao arqueólogo pistas sobre a datação dos contextos individuais em que são encontradas, incluindo terra e água, e fornece uma ajuda valiosa no esboço das histórias gerais e de locais específicos. Elas fornecem ao historiador econômico informações significativas sobre rotas comerciais, centros de exportação e importação, métodos de produção, rivalidades econômicas e até práticas monopolísticas.” (Will, 1977, p. 4)

Podemos identificar, assim, o comércio de alimentos, sua circulação e origens ou ainda que culturas constituíram redes de conexões no Mediterrâneo antigo, temas estes que perpassam o trânsito dos gregos por este conectado mar. Desta forma, as ânforas encontradas podem ser identificadas (diversas possuíam selos de origens⁸), quantificadas, tabuladas e associadas em relação ao seu trânsito entre origem e achamento, possibilitando vislumbrar que, por exemplo, malgrado o Mediterrâneo possua uma considerável extensão de terra e água, suas conexões alimentares o transformam em um mundo conectado e a antiga Grécia, supostamente dispersa e desconectada, une-se em um pequeno mundo, para utilizar a expressão de Irad Malkin (2011).

Considerações finais

Neste breve texto, quisemos expor algumas ideias suscitadas no decorrer de nosso pós-doutoramento junto ao MAE/USP. Neste contexto, cabe ressaltar e afirmar alguns pontos que consideramos produtivos para uma leitura da História e Cultura da Alimentação no mundo mediterrâneo antigo a partir daquilo que a Arqueologia pode subsidiar em termos de reflexões teóricas e cultura material.

No decorrer do processo, pudemos construir elementos importantes como ferramentas teórico-metodológicas para a percepção do Mediterrâneo antigo como um organismo dinâmico, permeado por viagens, conexões, redes e ligações materiais que, na leitura de fontes diversas, nos mostram uma glocalização, plena de relações recíprocas, portanto, entre o global e o local. No cerne destes conceitos, as áreas investigativas da HCA (produção, circulação e consumo) podem ser vislumbradas e lidas a partir das mais diversas formas, como nos mostram, por exemplo, os vasos gregos entre seu entendimento como contentores ou suportes de uma iconografia que pode ser compreendida nos seus recortes de contextos alimentares.

Para além disso e, concluindo o período de estágio pós-doutoral, entendemos que o processo nos ajudou a minimizar alguns problemas iniciais levantados quando da proposta de pesquisa. Para a docência no ensino superior, em nossas áreas de atuação na História Antiga, principalmente no recorte da HCA, o levantamento bibliográfico, de fontes e reflexões ampliou as possibilidades de ensino e pesquisa em nossa instituição de origem.

(8) Vejam-se, por exemplo, os seguintes estudos: Grace, 1979; Porto; Hora, 2016, p.170-187.

Em outro aspecto, os levantamentos de itens da cultura material, estabelecendo um breve *corpus* documental de vasos gregos relacionados à temática da alimentação, constituiu-se como essencial a um trabalho com fontes diversificadas. Trabalho este que, também se insere no âmbito do ensino e da pesquisa, mas que, além disso pode culminar em ações de extensão.

Por fim, cabe dizer que, nos diálogos entre Arqueologia e História e Cultura da Alimentação, os caminhos de pesquisa sempre serão diversos, a depender do interesse de cada pesquisador. A ele caberá fazer opções, estabelecer recortes e buscar as melhores perspectivas que estejam de acordo com sua pesquisa e fontes com as quais queira lidar. Não obstante, uma coisa é clara: a dinâmica de relações no Mediterrâneo antigo é tão rica que uma visão que privilegie uma ortodoxia teórico-metodológica pode constituir-se incipiente e frágil para o entendimento deste amplo mar de conexões. Logo, uma visão da mesma forma plural e dinâmica mostra-se a mais profícua no sentido de possibilitar uma visão global dos processos e interações que construíram a riqueza da História Antiga no mar Mediterrâneo.

Referências Documentação

ARQUÉSTRATO,

Iguarias do Mundo Grego. Guia Gastronómico do Mediterrâneo Antigo. Tradução e estudo dirigido de Carmen Soares. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316.2/39608> com acesso em 19/09/2017.
Ânfora com pescoço, de figuras negras. Ática. Atribuída ao grupo de Medea por Bothmer. 550-500 A.E.C. Shelby White & Leon Levy Collection.
Kylix de figuras vermelhas. Ática. Atribuído ao pintor Codro por Smith. 450-400 a.C. Coleção do Museu Britânico, Londres.

Bibliografia

BOWDER, D.

Quem foi quem na Grécia Antiga. São Paulo: Art Editora, 1982.

CASSON, L.

Travel in the Ancient World. Toronto: Hakkert, 1974.

CONSTANTAKOPOULOU, C.

The Dance of the Islands Insularity, Networks, the Athenian Empire, and the Aegean World. Oxford: Oxford University Press, 2007.

CORREDOIRA, P. D. del C.

Ariadna, esposa y amante de Dioniso – estudio iconográfico de la cerámica ática. Tesis doctoral. Universidad de Santiago de Compostela, s.d.

DIAS, C. K. B.

Abordagens metodológicas para o estudo de vasos gregos: a atribuição e a análise iconográfica. *Revista Eletrônica Antiguidade Clássica*, n. 004, Semestre II, p. 47-65, 2009.

- DOMMELEN, P. van; KNAPP, A. B.
Material Connections in the Ancient Mediterranean - Mobility, Materiality, and Identity. New York: Routledge, 2010.
- FLANDRIN, J.-L.; MONTANARI, M.
História da Alimentação. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- FLEMING, M. I. D'A.
 A cerâmica em duas perspectivas contextuais no Mediterrâneo Antigo: diálogos e apropriações. In: VASQUES, M. S.; BAPTISTA, L. V. (Orgs.) *Identidade no Mundo Antigo: pesquisa, diálogos e apropriações*. 1ed. Curitiba: Ed. Prismas, v. 1, 2017, p. 15-37.
- FRANCISCO, G. S.
 Vasos gregos e relações internacionais. *R. Museu Arq. Etn.*, 25, p. 191-213, 2015.
- GRACE, V. R.
Amphoras and the Ancient Wine Trade. American School of Classical Studies at Athens. Excavations of the Athenian Agora Pictures Books. Princeton, New Jersey, 1979.
- MALKIN, I.
A Small Greek World – Networks in the Ancient Mediterranean. Oxford University Press: New York, 2011.
- MANNING, J. G.
The Open Sea: The Economic Life of the Ancient Mediterranean World from the Iron Age to the Rise of Rome. Princeton University Press, 2018.
- PANTEL, P. S.
 As refeições gregas, um ritual cívico. In: FLANDRIN, J.-L.; MONTANARI, M. *História da Alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- PORTO, V. C.; HORA, J. F. da.
 Timbres nas ânforas de Tasos: circulação, produção e conexão no Mediterrâneo. *Romanitas – Revista de Estudos Grecolatinos*, N.7, p.170-187, 2016.
- SANTOS, C. R. A. dos.
 A alimentação e seu lugar na História: os tempos da memória gustativa. *História: Questões & Debates*, Curitiba: Editora da UFPR, v. 42, n. 1, p. 11-31, 2005.
- SANTOS, C. R. A. dos.
 Dossiê – Além da cozinha e da mesa: história e cultura da alimentação. *História Questões & Debates*. Curitiba: Editora da UFPR, v. 54, n. 1, p. 103-124, 2011.
- SARIAN, H.
 Ceramografia e ceramologia: algumas reflexões. *Cerâmicas antigas da Quinta da Boa Vista*. RJ: Museu Nacional de Belas Artes, p. 31-38, 1996.
- SARIAN, H.
 Poiein-Gráphein: O Estatuto Social do Artesão-Artista de Vasos Áticos. *R. Museu Arq. Etn.*, 3, São Paulo: USP, p.105-120, 1993.
- SOARES, C.
Arquêstrato. Iguarias do Mundo Grego: Guia Gastronómico do Mediterrâneo Antigo. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2016.
- WILL, E.L.
 The Ancient Commercial Amphora. *Archaeology*, 30, p.264-278, 1977.

Vetera I e Colonia Ulpia Traiana – algumas reflexões sobre a presença romana no *limes germanicus*

Matheus Moraes Cruz¹

Introdução

O presente capítulo busca apresentar algumas reflexões preliminares, decorrentes da pesquisa de mestrado² intitulada “As ânforas de Vetera I: contatos, fronteiras e abastecimento militar romano no *limes germanicus*”, acerca da presença romana na região do *limes germanicus*, a partir do estudo das ânforas comerciais provenientes do assentamento dos cugernos (*Oppidum Cugernorum* ou *Civitas Cugernorum*), posteriormente elevado à Colônia Ulpia Trajana (*Colonia Ulpia Traiana*), e do acampamento legionário Vetera I, ambos os sítios arqueológicos localizados na atual cidade de Xanten (Alemanha).

As ânforas romanas, entendidas como parte do *instrumentum domesticum* e como o principal contêiner cerâmico para o transporte de bens de consumo essenciais para a manutenção do modo de vida romano nas províncias do Império (Bevan, 2014; Funari, 1985; 1990), constituem-se como suportes essenciais para a compreensão da economia, do comércio e do consumo desse período e proporcionam a reflexão sobre aspectos importantes da história ausentes ou pouco explorados na documentação literária, além de informações sobre as classes menos favorecidas da sociedade.

Além de fornecerem uma ampla possibilidade de conjecturas sobre as preferências de produção e consumo e sobre o comércio regional e local de mercadorias, as ânforas também se caracterizam como elementos fundamentais para nossa compreensão sobre a inserção dessas ocupações romanas dentro do sistema imperial de circulação comercial e de abastecimento militar.

A tônica do trabalho são os contatos econômicos e comerciais estabelecidos entre os dois contextos estudados e sua participação nas dinâmicas de circulação interprovincial de bens no Império.

(1) Mestrando em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. <matheusmrcruz@gmail.com>.

(2) Processo FAPESP nº 2020/14025-9.

Breve contextualização

Com as conquistas de César na Gália e a reorganização da região por Augusto, Roma passou a controlar áreas estrategicamente importantes para a manutenção de seu poder no Oeste e Centro-Oeste da Europa.

Apesar disso, a instabilidade da fronteira devido às frequentes incursões das tribos localizadas a leste do Reno levou Marco Vipsânio Agripa (63-12 a.C.) e, posteriormente, os irmãos Nero Cláudio Druso (38-09 a.C.) e Tibério Cláudio Nero (42 a.C.-37 d.C.) à realização de campanhas de fundamental importância para o estabelecimento da presença romana na região da Renânia, por meio de campanhas executadas contra essas tribos e pela fundação de bases militares e assentamentos civis que, com o passar dos anos, garantiram a criação do *limes germanicus*. As campanhas de Druso, promovidas entre 14 e 9 a.C., tiveram como bases operacionais acampamentos localizados em cidades do Médio e Baixo Reno, dentre eles *Vetera*,³ uma base legionária situada na atual cidade de Xanten.

O acampamento de *Vetera I* foi implantado sobre uma moreia, chamada Fürstenberg, localizada na margem esquerda do rio Reno (Hanel, 1991; 2006). Sua localização permitia o controle da confluência do rio Reno com o Lippe, o que favorecia o transporte fluvial e o situava em um trecho do rio de frente para as tribos germânicas dos sugambros e dos usípetes (Wolters, 2020).

Vetera I atuava como um centro ofensivo e defensivo para a manutenção da autoridade romana no *limes*, localizado próximo à Colônia Cláudia Ara Agripinênsio (Colônia), ao sul do *Oppidum Batavorum* (Nimegue), ao norte da fortaleza legionária *Novaesium* (Neuss), e a apenas dois quilômetros do assentamento dos cugernos, que futuramente se tornaria a Colônia Ulpia Trajana (Carroll, 2005; Hanel, 2020). (Fig. 1)

Após a destruição definitiva do primeiro acampamento durante a Revolta dos Batavos em 69/70 d.C., uma nova ocupação (*Vetera II*) foi fundada a cerca de 1,5 quilômetros a nordeste de *Vetera I*, em um terreno mais baixo e mais próximo ao Reno, provavelmente, durante a reorganização da fronteira por volta de 70 d.C., sob Quinto Petílio Cerial.

Em Xanten também existiu um outro importante local de ocupação romana: o assentamento dos sugambros (*Oppidum Cugernorum* ou *Civitas Cugernorum*), fundado por Tibério em 8 a.C. como resultado da realocação de membros dessa tribo (a partir de então chamados de cugernos) da margem leste do Reno à margem oeste após uma série de conflitos ocorridos entre 12 e 11 a.C. (Wolters, 2020).

(3) Os termos *Vetera* e *Vetera castra* foram mencionados pela primeira vez nas *Histórias* de Tácito (IV.21, IV.57, IV.58, IV.62 e V.14). A partir do desenvolvimento das pesquisas arqueológicas entre o final do século XIX e o início do século XX, contudo, a literatura moderna passou a empregar os termos *Vetera I* e *Vetera II* para se referir aos dois períodos de funcionamento do acampamento (Hanel, 1994). É importante mencionar que, embora algumas abordagens sejam feitas ao acampamento de *Vetera II*, o eixo central dessa pesquisa se concentrará sobre *Vetera I*.

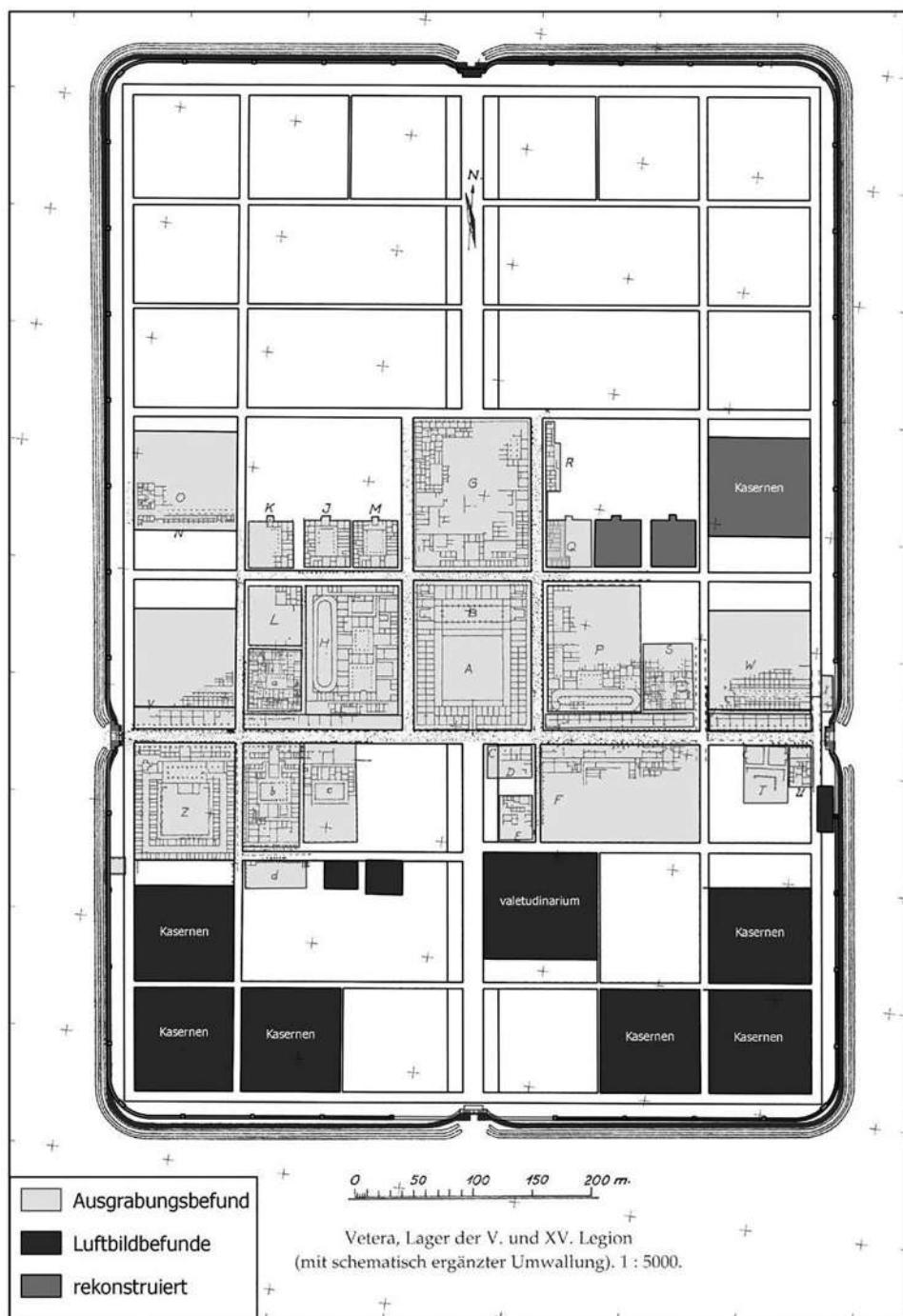


Fig. 1. Planta do acampamento de Vetera I do período neroniano com indicação de edifícios identificados por meio de escavações arqueológicas (em cinza claro) e análises de fotografias aéreas (em cinza escuro). Fonte: Hanel; Song, 2015, p. 866.

Esse assentamento, instalado ao norte de Vetera I, se tornou o lar de cugernos e romanos (especialmente veteranos das legiões) e cobria, por volta de 70 d.C., uma área aproximada de 30 hectares. Sinais de destruição do acampamento referentes a um período anterior à sua elevação a colônia indicam que, assim como Vetera I, o local também fora assolado durante a Revolta dos Batavos (Hanel, 2020; Precht, 2008), embora não tenha sido abandonado após o evento como sucedeu com o acampamento.

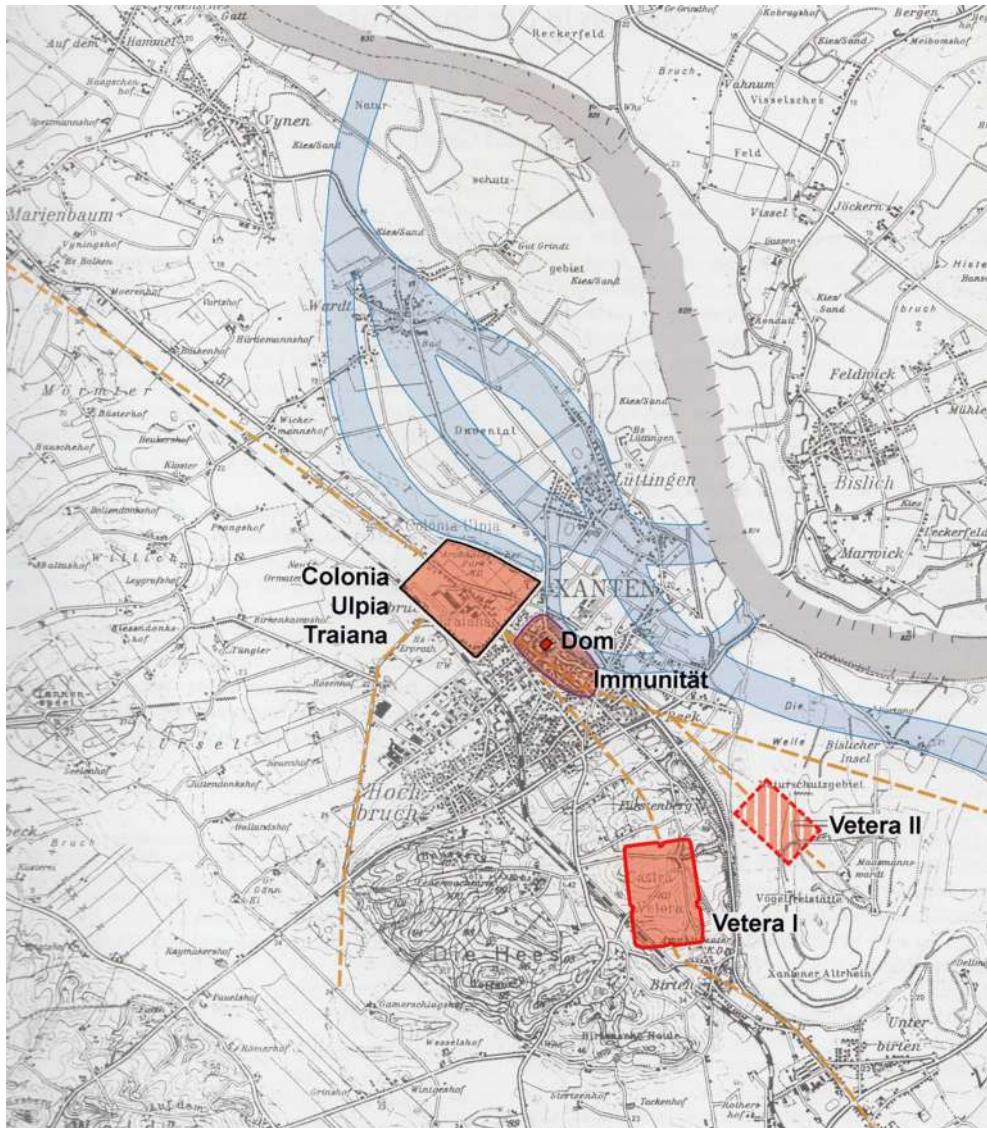


Fig. 2. Mapa de Xanten. O curso do Reno na época romana é mostrado em azul, enquanto o curso atual está em cinza. São identificados também os acampamentos legionários Vetera I e Vetera II e a Colônia Ulpia Trajana (antigo assentamento dos cugernos), além do centro antigo da cidade construído durante a Idade Média e sua catedral (Dom). Fonte: Otten; Ristow, 2008, p. 550.

A proximidade do assentamento a um braço do Reno permitia que o local fosse acessado por rotas fluviais, o que justifica a existência de um porto em seu lado ocidental (Hanel, 2020).

Apesar dos parcisos vestígios arqueológicos das primeiras edificações desse assentamento, as pesquisas arqueológicas apontaram para a existência de construções em madeira e cabanas, concentradas nas proximidades do braço do Reno e a leste da estrada que conectava a região a outros assentamentos romanos (Precht, 2008; Zieling, 1989; 2001). Dentre essas edificações, foram identificadas algumas indústrias como olarias, açougue, fábricas de curtumes e artesãos de sapatos, instaladas nas proximidades do porto (Hanel, 2020). Outra fonte de informações para esse período inicial de ocupação são os contextos de sepultamentos encontrados ao redor desta área construída, os quais revelaram artigos fúnebres datados do início do século I d.C., além de achados de *terra sigillata*, moedas e fíbulas do período entre os reinados de Augusto e Tibério que coincidem com a localização das construções de madeira e dos sepultamentos (Carreras, 2012).

Com o estabelecimento da província da Germânia Inferior, a expansão do porto e a redistribuição das tropas romanas durante o governo de Domiciano, o assentamento dos cugernos foi ampliado, adquirindo, provavelmente, o estatuto de *municipium*, passando a corresponder às dimensões e ao plano aproximado da futura colônia e recebendo construções com fundação de pedra (Precht, 2008).

A fundação de cidades e assentamentos romanos foi essencial para a manutenção da influência romana sobre as províncias, especialmente, em regiões fronteiriças como o norte da Gália e a Renânia. Para isso, um elemento fundamental era o apoio das elites locais, que, em muitos casos, atuavam como agentes do estado romano, servindo como magistrados na administração local e fazendo da cidade um espaço de competição política por meio da ostentação de riqueza e poder. Essa estratégia funcionou bem no sul, centro e, até certo ponto, no norte da Gália. Contudo, a adesão das elites do Baixo Reno ao ideal urbano de Roma foi muito menor (Carroll, 2005). No caso de Xanten, embora a colônia tenha sido coabitada por romanos e membros de tribos nativas, a resistência a esse estilo de governo é atestada pela ausência de edifícios públicos e habitações de estilo romano construídos em pedra até, pelo menos, sua elevação ao estatuto de *municipium*, mas, principalmente, ao estatuto de colônia romana durante o governo de Trajano, quando a ocupação passou a se chamar Colônia Úlpia Trajana (Eck, 2008). (Fig. 3)

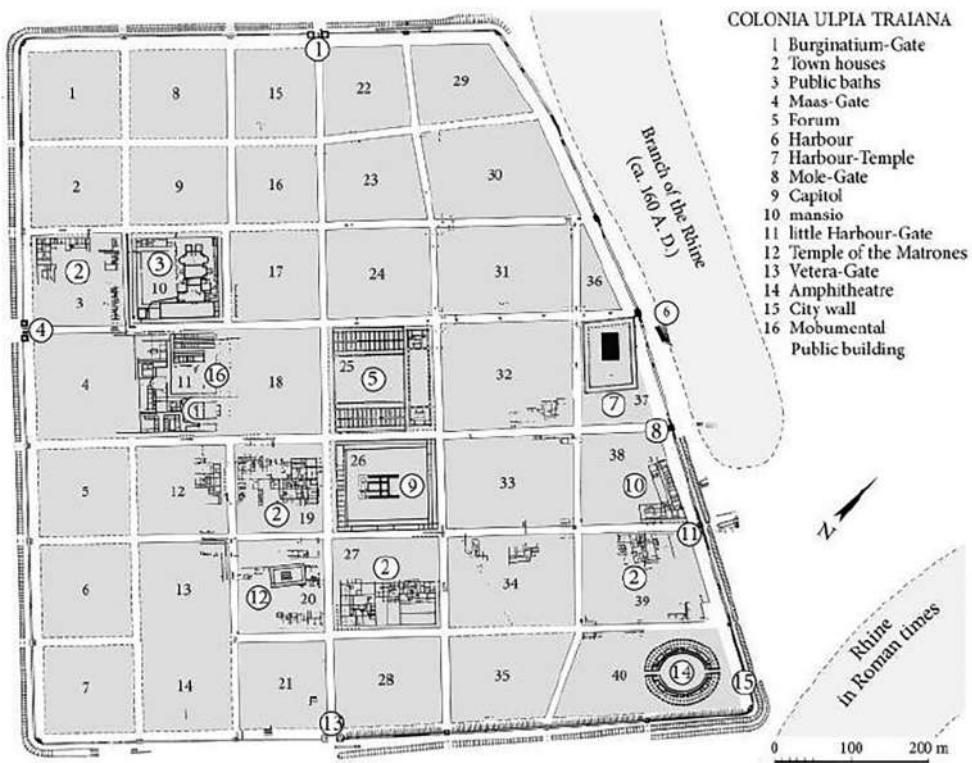


Fig. 3. Configuração da Colônia Úlpia Trajana nos séculos II e III d.C. (cortesia de Horst Stelter, Parque Arqueológico de Xanten). Fonte: Hanel, 2020, p. 200.

Arqueologia e Anforologia em Xanten

O interesse pelo estudo de Vetera data desde o século XVI, quando Stephan Winandus Pighius (1520-1604) comandou as primeiras missões para sua identificação, apoiando-se, sobretudo, na comparação entre as descrições geográficas apresentadas nas Histórias de Tácito e as características topográficas da região (Hanel, 2014; Obladen-Kauder, 2014).

Foi, contudo, apenas na segunda metade do século XIX, durante um período de florescimento de numerosas associações de história e sociedades de patrimônio nas províncias ocidentais prussianas da Renânia e da Vestfália, que as pesquisas arqueológicas em Xanten, lideradas por Joseph Steiner (1838-1914), passaram a ser realizadas de modo sistemático, tendo recebido ainda mais impulso com a criação, em 1877, da Associação de Antiguidades do Baixo Reno (*Niederrheinische Altertumsverein*) e com a parceria firmada entre essa e o Museu Provincial de Bonn (Schmenk, 2008; Schreiter; Jaschke, 2014).

A riqueza dos achados arqueológicos, principalmente, do acampamento de *Vetera I*, colocou Xanten em posição de destaque. Com exceção dos períodos das duas

Guerras Mundiais, durante os quais as atividades arqueológicas foram totalmente interrompidas, as pesquisas arqueológicas em Xanten evoluíram exponencialmente ao longo do século XX. Reflexo disso são a criação do Museu de Antiguidades de Xanten (*Altertumsmuseums in Xanten*), em 1908, no espaço do *Klever Tor* (Schmenk, 2008; Schreiter; Jaschke, 2014); a realização das primeiras sondagens subaquáticas na área de *Vetera II*, a partir da década de 1950, sob a liderança de H. von Petrikovits (Petrikovits, 1959); a fundação, em 1974, do Museu Regional de Xanten (*Regionalmuseums Xanten*) destinado a receber os achados arqueológicos anteriormente sob posse da Associação; a criação, em 1977, do Parque Arqueológico de Xanten (*Archäologische Park Xanten – APX*); e a inauguração do Museu Romano de Xanten (*RömerMuseum*), em 2008, sob a direção de Hans-Joachim Schalles. (Figs. 4, 5, 6)

Entretanto, apesar do grande interesse pelo estudo dos assentamentos, fortalezas e colônias que fizeram parte do *limes germanicus*, especialmente os de Xanten, os objetos antigos da vida cotidiana, como aqueles do *instrumentum domesticum*, receberam pouca atenção dos arqueólogos. Durante toda a primeira metade do século XX, muitos dos achados anfóricos de Xanten foram tratados de forma fragmentária e superficial.



Fig. 4. Abertura do museu no *Klever Tor* em 1908. Fonte: Müller; Schalles; Zieling, 2008.



Xanten. - Inneres des Museums römischer Altertümer.

Fig. 5. Vista interior dos achados arqueológicos armazenados no museu do Klever Tor. Fonte: Schreiter; Jaschke, 2014, p. 180.



Fig. 6. Fotografia aérea do Parque Arqueológico de Xanten. Foto: Axel Thünker.

Foi apenas a partir da segunda metade do século XX, com a publicação dos artigos de B. Heukemes (1958) e E. Ettlingen (1977), com a tradução do artigo de J. Remesal Rodríguez para o alemão (1977) e com as primeiras iniciativas para a criação de um *corpus* anfórico patrocinadas pela *Römisch-Germanische Limes Kommission* e, posteriormente, pela *Bodendenkmalamt Baden-Württemberg*, que os arqueólogos interessados no estudo do *limes germanicus* passaram a desenvolver pesquisas modernas sobre as ânforas da região (Remesal Rodríguez, 2018).

Esses trabalhos pioneiros culminaram no grande desenvolvimento do estudo desse tipo cerâmico na Renânia a partir da década de 1980, como as publicações de E. Schallmayer (1982 e 1983) e S. Martin-Kilcher (1987).

O primeiro projeto que objetivou estudar o material anfórico da antiga Colônia Úlpia Trajana foi fundado no final da década de 1970 por J. Remesal Rodríguez, com o apoio de H. Schönberger, e intitulado *Amphoren aus Xanten*. Segundo Remesal Rodríguez (2006), até a década de 1980, apenas sete selos anfóricos dos mais de 300 selos e *tituli picti* até então registrados e armazenados nos arquivos do APX haviam sido analisados e publicados.

A partir de uma abordagem global das fontes epigráficas impressas sobre essas ânforas, em especial, os selos e *tituli picti*, o projeto buscou fornecer uma melhor compreensão sobre as relações econômicas de Xanten com outras províncias romanas, bem como, sobre a organização econômica e administrativa geral do Império. Além disso, a partir da análise desse material, o projeto contribuiu para novas avaliações sobre a datação dos níveis estratigráficos de cada sítio escavado (Remesal Rodríguez, 2006).

Entretanto, foi somente nos anos iniciais do século XXI, que um grande projeto criado a partir de uma parceria estabelecida entre o Centro de Estudos sobre a Interdependência Provincial na Antiguidade Clássica da Universidade de Barcelona (CEIPAC-UB), dirigido por J. Remesal Rodríguez, e a Associação Regional da Renânia (*Landschaftsverband Rheinland-LVR*) foi organizado para o estudo da totalidade do material anfórico disponível no APX.

No caso do acampamento *Vetera I*, as ânforas, assim como outros artefatos do cotidiano das populações locais, também começaram a receber a devida atenção dos estudiosos apenas no final do século XX. Uma grande quantidade dos achados foi registrada nos relatórios preliminares de escavação publicados nos antigos volumes do *Bonner Jahrbücher*⁴ entre 1904 e 1933. O último grande trabalho sobre essas ânforas e fragmentos de ânforas foi realizado por Norbert Hanel, entre as décadas de 1980 e 1990, durante o desenvolvimento de sua

(4) Periódico criado pela *Vereins von Alterthumsfreunden Rheinlande*, atualmente sob responsabilidade do *LVR-Landesmuseum Bonn*, publicado desde 1842 e disponível em: <https://journals.ub.uni-heidelberg.de/index.php/bjb/about>.

tese de doutorado (Hanel, 1995), a qual teve como objetivo analisar e sistematizar os achados publicados nesses relatórios, e que nunca foi objeto de revisão.

As ânforas de Xanten: transporte, circulação, consumo e descarte

A ânfora comercial foi um tipo de vaso cerâmico caracterizado por suas duas alças laterais e por seu formato geralmente ovoide projetado para se obter maior eficiência logística e manuseio individual, oferecendo, ainda, resistência estrutural e otimização de espaço durante seu transporte (Bevan, 2014). Esse tipo cerâmico foi muito importante para a realização do comércio na Antiguidade, tendo sido utilizado para o transporte de longa distância, principalmente pelas rotas marítimas, e armazenamento de bens de consumo essencialmente líquidos ou pastosos, como vinho, azeitonas, azeite, molho de peixe (*garum*), *defrutum*, mas, também, produtos secos, como cereais, grãos e frutas secas (Funari, 1985; Peacock; Williams, 1986).

As ânforas de Xanten, advindas da Colônia Úlpia Trajana e de *Vetera I*, podem ser consideradas, juntamente com as da Colônia Cláudia Ara Agripinense, as fontes mais extensas e significativas para o estudo dos mecanismos de abastecimento na Renânia, além de fornecerem uma ampla possibilidade de conjecturas sobre o comércio regional e local de mercadorias.

O projeto do CEIPAC analisou cerca de 18 mil fragmentos de ânforas recuperados ao longo de 337 escavações realizadas sobre a área da antiga colônia (Remesal Rodríguez, 2018). Em sua primeira fase, em 2001, foram estudados apenas os suportes epigráficos dessas ânforas identificados até aquele momento. A partir de 2002, foi dado início à segunda fase, na qual os pesquisadores se dedicaram ao estudo das ânforas identificadas em uma única zona da antiga colônia, a *Insula 39*, depois expandindo-o para as áreas da *Ostmauer*, *Hafengrabung* e *Insula 15*. Por fim, na terceira fase, o trabalho consistiu no estudo da totalidade do material anfórico da cidade.

O projeto executado pelo CEIPAC foi dividido em duas etapas: a classificação em tipologias desses achados por meio da análise da forma (quando possível) e da pasta; e a sua quantificação com a aplicação de técnicas de junção manual dos fragmentos de um mesmo indivíduo e do cálculo do Equivalente Estimado dos Vasos (EVE)⁵ – técnicas responsáveis por fornecer informações suficientes para estudos intra-sítio e comparações com coleções advindas de outras regiões do Império Romano (Carreras, 2006; Carreras; De Soto, 2018).

(5) Essa técnica consiste em aferir a proporção de um indivíduo completo a partir das porcentagens gerais de fragmentos de bocas, corpos, alças e pés a fim de se contabilizar o número de indivíduos dentro de uma amostragem (Carreras, 2006; Orton; Tyers; Vince, 1993).

Embora não esteja claro se o projeto considerou também todas as tipologias de ânforas produzidas local ou regionalmente – como as do Vale do Es-calda (Schmitz, 2014), produzidas em Dourges, no norte da França, e comercializadas no Baixo Reno –, o material recuperado da antiga colônia mostrou-se como uma importante amostragem para a compreensão de seu consumo e descarte, não apenas pela qualidade dos fragmentos recuperados, mas, também, por providenciar um excelente horizonte cronológico, datando do início do período augustano-tiberiano até a segunda metade do século II d.C. (Carreras, 2006; Carreras; De Soto, 2018). (Fig. 7)

As ânforas de *Vetera I*, por outro lado, representam uma amostragem muito menor e menos documentada, estimada em 275 ânforas individuais (Hanel, 1995)⁶ – reflexo dos impactos destrutivos sobre o sítio decorrentes de atividades agrícolas e obras de implantação de ferrovias (Hanel, 2014). Apesar da baixa amostragem, os achados de *Vetera I* trazem em si exemplares únicos de registros epigráficos (selos e *tituli picti*), além de corresponderem a conhecidas tipologias de ânforas de vinho, molho de peixe e azeite em circulação no período de operação do acampamento. (Fig. 8)

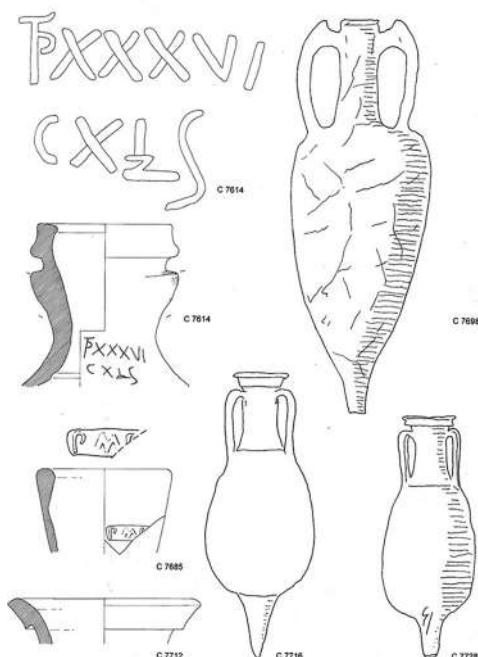
Embora o projeto do CEIPAC tenha levantado informações importantes sobre os padrões de consumo e descarte de ânforas na área da antiga



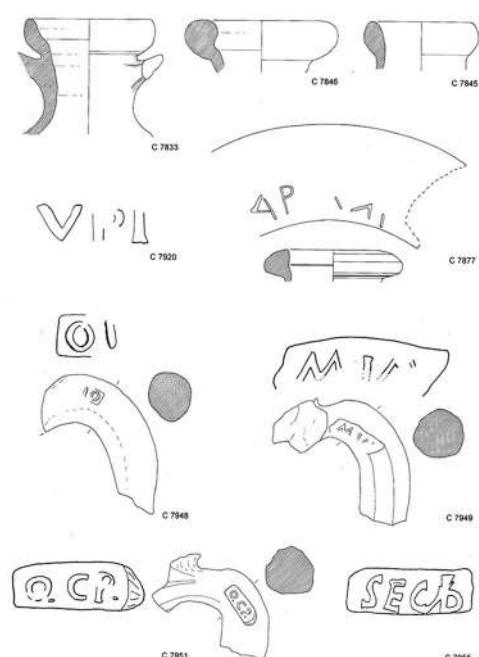
Fig. 7. Fragmentos anfóricos procedentes da Colônia Ulpia Trajana: pescoço de ânfora do tipo Dressel 2-4 (acima) e selo sobre ânfora de tipo Dressel 20 (abaixo). Fonte: CEIPAC.

(6) Diferentemente das publicações do CEIPAC sobre o material da antiga colônia, não está claro qual foi a metodologia de Hanel (1995) empregada para a quantificação dos espécimes. Da mesma forma, sua classificação baseou-se exclusivamente na identificação de formas e da coloração da pasta, fazendo-se necessária, portanto, uma revisão desses métodos.

TAFEL 130



TAFEL 132



Amphoren. M. 1 : 5; *C 7698; M. 1 : 3; Stempel und Graffito M. 1 : 1; *C 7716 und 7728 unmaßbarlich.

Amphoren. M. 1 : 3; Stempel und Graffito: M. 1 : 1.

Fig. 8. Fragmentos e registros epigráficos de ânforas identificadas em *Vetera I*. Fonte: Hanel, 1995.

colônia, assim como analisado possíveis relações comerciais e logísticas entre ela e outras províncias do Império a partir de análises quantitativas e estatísticas, algo similar não foi realizado com o material de *Vetera I*, provavelmente, devido ao baixo número de achados anfóricos. Acreditamos, contudo, que um estudo comparativo, ainda que aplicado sobre uma pequena amostragem, aliado à análise de conjuntos de ânforas advindos de outros acampamentos legionários, como os de Neuss e Kops Plateau (Nimegue), datados aproximadamente do mesmo período, possa revelar informações importantes sobre esses padrões estabelecidos em Xanten. Além disso, de vital relevância é o estudo das relações econômicas/comerciais no contexto da criação de uma estrutura logística que, no caso da Germânia, desempenhou um papel crucial na expansão e consolidação da influência romana sobre a região e na manutenção de um estilo de vida romano baseado no consumo de produtos mediterrânicos desde as primeiras campanhas de César no Baixo Reno (Bechert, 2007; Horn, 2002).

É importante observar que a classificação e quantificação realizadas pelo CEIPAC referem-se à totalidade das ânforas identificadas na Colônia Úlpia Trajana, transportadas, consumidas e descartadas ao longo de pelo menos três séculos, desde o período da ocupação do assentamento dos cugernos até o abandono da cidade no século III d.C. Assim, a partir de uma leitura cuida-

dosa das publicações referentes à datação dos sítios e sua correlação com a conhecida gama de produção de cada tipologia, tem sido necessário identificar as ânforas pertencentes ao período até a devastação parcial do assentamento durante a Revolta dos Batavos e antes de sua elevação à colônia romana, para que possamos fornecer uma comparação mais precisa entre elas e as ânforas de *Vetera I*.

Com isso em mente, alguns sítios com cronologias homogêneas bem definidas e conjuntos de ânforas representativos foram selecionados a fim de avaliar possíveis mudanças e continuidades nos padrões de importação, consumo e descarte dessas ânforas, do ponto de vista da evolução cronológica.

As ânforas são geralmente consideradas fósseis diretores para o estudo e quantificação dos mecanismos de distribuição, comércio e consumo de bens alimentares (Funari, 1985; Peacock, 1982). O mapeamento dos fluxos de produtos – o qual tem apontado para uma utilização combinada de rotas marítimas, fluviais e terrestres pelo comércio inter-regional – tem fornecido informações importantes sobre o comércio nesse período e a presença romana nas províncias do Império. Dessa forma, as ânforas não devem ser entendidas simplesmente como artefatos eficazes para o fornecimento de um “índice” do transporte de bens na antiguidade, mas como testemunhos diretos da movimentação de determinados gêneros alimentícios de vital importância para a economia e para a manutenção de um modo de vida romano.

Embora ainda não finalizada e publicada, nossa pesquisa tem evidenciado que a variedade de tipologias de ânforas e produtos mediterrânicos encontrados em Xanten atesta a incessante participação dessas duas ocupações romanas na evolução das relações comerciais regionais e suprarregionais entre as províncias e colônias envolvidas nas dinâmicas econômicas do Império, bem como a participação híbrida de comerciantes privados e do próprio Estado romano nas redes de comércio de longa distância que abasteciam esses assentamentos fronteiriços.

Considerações finais

Nosso objetivo com essa pesquisa é identificar possíveis padrões de transporte, circulação, consumo e descarte de ânforas, bem como, discutir os mecanismos logísticos do sistema de abastecimento romano que viabilizavam a circulação desses recipientes em ambos os contextos arqueológicos de Xanten. Além disso, ambicionamos identificar possíveis relações econômicas e comerciais entre o assentamento – um contexto civil de diversidade populacional envolvendo romanos, nativos germânicos e comerciantes etnicamente distintos – e o acampamento – um contexto militar, essencialmente romano.

Entendemos que o estudo regional e historicamente contextualizado dos dois contextos aliado a uma perspectiva global do comércio, da economia e da política de expansão romana possam nos ajudar a refletir sobre como as condições historicamente determinadas, que caracterizaram as transformações ocorridas no Império Romano, delinearam ao longo de quase um século o desenvolvimento interno de ambos os locais, as estratégias econômicas e comerciais para a manutenção da fronteira, e as diferentes formas de relação estabelecidas entre romanos e germânicos dentro de um contexto fronteiriço e altamente militarizado.

Embora nossa investigação em desenvolvimento seja apenas uma contribuição à discussão dos temas expostos, pretendemos, a partir da análise dos dados obtidos por meio dos métodos de quantificação empregados e das informações obtidas pela leitura dos suportes epigráficos (selos anfóricos e *tituli picti*) identificados em Xanten, explorar novos desenvolvimentos teóricos voltados à avaliação do papel das ânforas de *Vetera I* e do assentamento dos cugernos nos sistemas de circulação comercial e de abastecimento militar, responsáveis por fornecer os bens de consumo necessários para a manutenção dos assentamentos romanos na região.

Referências bibliográficas

Fonte primária

TÁCITO.

Histoires. Livros IV e V. Tradução: Henri Le Bonniec. Paris: Les Belles-Lettres, 1987.

Literatura moderna

BECHERT, T.

Germania inferior: eine Provinz an der Nordgrenze des römischen Reiches. Mainz: von Zabern, 2007.

BEVAN, A.

Mediterranean containerization. *Current Anthropology*, v. 55, n. 4, p. 387-418, 2014.

CARRERAS, C.

A quantitative approach to the amphorae from Xanten: a more comprehensive view of long-distance trade. *Römische Amphoren der Rheinprovinzen unter Besonderer Berücksichtigung des Xantener Materials*. Regionalmuseum Xanten, 13-15, Januar 2004. *Xantener Berichte*, v. 14, p. 25-39, 2006.

CARRERAS, C.

Logística Militar ao longo do Mar Exterior: a Rota Atlântica e a distribuição do Haltern 70 Amphora. In: FUNARI, P. P. A.; CARVALHO, M. M. de; CARLAN, C. U.; SILVA, É. C. M. da (Orgs.) *História Militar do Mundo Antigo: Guerras e Identidades*. São Paulo: Annablume, vol. 1, 2012, p. 131-155.

- CARRERAS, C.; DE SOTO, P.
Metodología - estudo cuantificado de las ánforas. In: REMESAL RODRÍGUEZ, J. (Ed.) *Colonia Ulpia Traiana (Xanten) y el Mediterráneo: el comercio de alimentos*. Colecció Instrumenta; 63. Corpus international des timbres amphoriques. Fascicule 26, 2018, p. 21-57.
- CARROLL, M.
Romans, Celts & Germans: The German Provinces of Rome. Stroud: Tempus Publishing Group Limited, 2005.
- ECK, W.
Die Gründung der Colonia Ulpia Traiana in ihrem politischen Kontext. In: MÜLLER, M.; SCHALLES, Hans-Joachim.; ZIELING, N. (Eds.) *Colonia Ulpia Traiana*. Xanten und sein Umland in römischer Zeit. Mainz: Zabern, 2008, p. 243-255.
- ETTLINGEN, E.
Aspects of Amphora Typology seen from the north. *Méthodes classiques et méthodes formelles dans l'étude typologique des amphores*. Actes du colloque de Rome, 27-29 mai 1974. Roma: Collection de l'École Française de Rome, v. 32, 1977, p. 9-16.
- FUNARI, P. P. A.
As Transformações Morfológicas das Ânforas Olearias Béticas de Tipo Dressel 20. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo. São Paulo. 1985.
- FUNARI, P. P. A.
Padrões de consumo de azeite na Britannia romana. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo. São Paulo. 1990.
- HANEL, N.
Archaeology of Germania Inferior: Urbanization. In: JAMES, Simon.; KRMNICEK, S. (Eds.) *The Oxford Handbook of the Archaeology of Roman Germany*. Oxford: Oxford University Press, 2020, p. 188-222.
- HANEL, N.
Auf der Suche nach Vetera castra - Die römischen Militärlager auf dem Fürstenberg als Forschungsgegenstand während des zweiten Deutschen Kaiserreichs. In: SCHMITZ, D.; SCHREITER, C. (Orgs.) *An den Grenzen des Reiches: Grabungen im Xantener Legionsslager am Vorabend des Ersten Weltkrieges*. Xanten, Mainz: Landschaftsverband Rheinland, LVR-Archäologischer Park Xanten, Nünnerich-Asmus, 2014, p. 54-63.
- HANEL, N.
Überlegungen zum Beginn der römischen Besetzung auf dem Fürstenberg bei Xanten. In: TRIER, B. (Org.) *Die römische Okkupation nördlich der Alpen zur Zeit des Augustus*. Kolloquium Bergkamen 1989 - Vorträge. Bodenaltertümer Westfalens 26. Münster, 1991, p. 25-31.
- HANEL, N.
Vetera I. Die Funde aus den römischen Lagern auf dem Fürstenberg bei Xanten. Mit einem Beitrag von Thilo Rehren. *Rheinische Ausgrabungen*, 35. Colônia, Bonn, Rheinland-Verlag, 1995.
- HANEL, N.
Xanten – Vetera (Castra). In: REDDÉ, M.; BRULET, R.; FELLMANN, R. et al. (Eds.) *Les fortifications militaires. L'architecture de la Gaule romaine*. Documents d'archéologie française 100, Paris, Bordeaux, 2006, p. 427-432.
- HANEL, N.
Zum antiken Namen der Legionslager auf dem Fürstenberg bei Xanten: Vetera castra. *Xantener Berichte*, v. 5, p. 263-265, 1994.

- HANEL, N.; SONG, B.
 Luftbildprospektionen zu den Militärlagern Vetera castra I auf dem Fürstenberg bei Xanten: Zur praetentura und dem Befestigungssystem des neronischen Zweilegionen-lagers. In: VAGALINSKI, L.; SHARANKOV, N. (Eds.) *Limes XXII: Proceedings of the 22nd International Congress of Roman Frontier Studies*, Ruse, Bulgaria, September 2012 Sofia: National Archaeological Institute with Museum of the Bulgarian Academy of Sciences, 2015, p. 863-869.
- HEUKEMES, B.
 Datación de algunas marcas de ánforas españolas (noticiario). *AEspA*, v. 31, p. 197-198, 1958.
- HORN, H. G.
 Das Leben im römischen Rheinland. In: HORN, H. G. (Ed.). *Die Römer in Nordrhein-Westfalen*. Hamburgo: Nikol Verlagsgesellschaft, 2002. p. 139-317.
- MARTIN-KILCHER, S.
Die römischen Amphoren aus Augst und Kaiseraugst. Ein Beitrag zur römischen Handels und Kulturgeschichte. 1. Die Südspanischen Ölampphoren (Gruppe 1). Augst, 1987.
- MÜLLER, M.; SCHALLES, H.J.; ZIELING, N.
 (Eds.) *Colonia Ulpia Traiana. Xanten und sein Umland in römischer Zeit*. Mainz: Zabern, 2008.
- OBLADEN-KAUDER, J.
 Wo lag Vetera I? Die Suche nach dem römischen Militärlager im Raum Xanten seit der frühen Neuzeit bis Anfang des 20. Jahrhunderts. In: SCHMITZ, D.; SCHREITER, C. (Orgs.), *An den Grenzen des Reiches: Grabungen im Xantener Legionslager am Vorabend des Ersten Weltkrieges*. Xanten; Mainz: Landschaftsverband Rheinland, LVR-Archäologischer Park Xanten, Nünnerich-Asmus, 2014, p. 40-53.
- OTTEN, T.; RISTOW, S.
 Xanten in Spätantike. In: MÜLLER, M.; SCHALLES, H.-J.; ZIELING, N. (Eds.) *Colonia Ulpia Traiana. Xanten und sein Umland in römischer Zeit*. Mainz: Zabern, 2008, p. 563-567.
- ORTON, C.; TYERS, P.; VINCE, A.
Pottery in Archaeology. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- PEACOCK, D. P. S.
Pottery in the Roman world: An Ethnoarchaeological Approach. Londres: Longman Archaeology Series, 1982.
- PEACOCK, D. P. S.; WILLIAMS, D. F.
Amphorae and the Roman Economy: An Introductory Guide. Londres: Longman Archaeology Series, 1986.
- PETRIKOVITS, H. von.
 Die Legionsfestung Vetera II. *Bonner Jahrbücher*, v. 159, p. 89-133, 1959.
- PRECHT, G.
 Die früheste römische Besiedlung im Gebiet der späteren CUT. In: MÜLLER, M.; SCHALLES, H.-J.; ZIELING, N. (Eds.) *Colonia Ulpia Traiana. Xanten und sein Umland in römischer Zeit*. Mainz: Zabern, 2008, p. 171-209.
- REMESAL RODRÍGUEZ, J.
 Economía oleícola bética: Nuevas formas de análisis. *AEspA*, p. 87-141, 1977.
- REMESAL RODRÍGUEZ, J.
 Römische Amphoren aus Xanten. Epigraphische Aspekte. *Xantener Berichte*, 14, p. 42-48, 2006.

REMESAL RODRÍGUEZ, J.

Introducción. In: REMESAL RODRÍGUEZ, J. (Ed.) *Colonia Ulpia Traiana (Xanten) y el Mediterráneo: el comercio de alimentos*. Colecció Instrumenta; 63. Corpus international des timbres amphoriques. Fascicule 26, 2018, p. 11-20.

SCHALLMAYER, E.

Römische Okkupationslinien in Obergermanien un Rätien. Zur chronologischen Typologie der Amphoren. In: BLÁZQUES MARTÍNEZ, J. M.; REMESAL RODRÍGUEZ, J. (Eds.) *Producción y comercio del aceite en la antigüedad*. Segund congreso internacional. Sevilla 1982, Madrid, 1983, p. 281-336.

SCHALLMAYER, E.

Wegmarken des antiken Welthandels. Römische Amphoren aus Baden-Württemberg. *Denkmalpflege in Baden-Württemberg*. Nachrichtenblatt des Landesdenkmalamtes 3, Landesdenkmalamt Baden-Württemberg. Stuttgart, 1982, p. 116-123.

SCHMENK, H.

Xanten im 19. Jahrhundert: eine rheinische Kleinstadt zwischen Tradition und Moderne. Colônia, Weimar, Viena: Böhlau Verlag, 2008.

SCHMITZ, S. D.

Scheldt-Valley Amphoren aus der Colonia Ulpia Traiana. *Xantener Berichte*, 27, p. 317-364, 2014.

SCHREITER, C.; JASCHKE, K. Das

LVR-RömerMuseum im Archäologischen Park Xanten - Geschichte und Konzept. *Rheinische Vierteljahresblätter*, v. 78, p. 178-191, 2014.

WOLTERS, R.

Emergence of the Provinces. In: JAMES, S.; KRMNICEK, S. (Eds.) *The Oxford Handbook of the Archaeology of Roman Germany*. Oxford: Oxford University Press, 2020, p. 83-120.

ZIELING, N.

Konstruktionstypen vorcoloniazeitlicher Gebäude auf dem Areal der Colonia Ulpia Traiana. *Xantener Berichte*, 9, p. 27-36, 2001.

ZIELING, N.

Zum Stand der Vorcoloniaforschung auf dem Gebiet de Colonia Ulpia Traiana. In: PRECHT, G; SCHALES, H. J. (Eds.) *Spurenlese. Beiträge zur Geschichte des Xantener Raumes*. Colônia: Rheinland-Verl, 1989, p. 93-104.

Uma atualização do mapeamento dos achados de Estatuetas Pilares de Judá (EPJs) dos Sítios Arqueológicos de Israel – Observações e Resultados sobre a Pesquisa

Sérgio Aguiar Montalvão¹

Introdução

O atual artigo é uma exposição da pesquisa de pós-doutorado concluída em setembro de 2021 sobre a atualização do cômputo das Estatuetas Pilares Judaítas ou de Judá (EPJs) conhecidas como Judean Pillar Figurines (JPFs), que foram estatuetas feitas na Idade do Ferro IIc (c. 732 –586 A.E.C.), com o período delimitado entre a queda de Israel pela Assíria e a queda de Judá pela Babilônia, e achadas só a partir desta estratigrafia, e há casos de EPJs achadas em contextos posteriores como objetos descartados, manufaturadas com argila do deserto do Neguev e da região da Shephelah, e não com cerâmica alaranjada, pedra ou gesso como outras estatuetas símiles achadas; feitas de forma preenchida, não ocas; terem traços fêmeos como mamas, a segurar as mamas ou um bebê, ou discos, não barbadas.

As EPJs por muito tempo foram tidas como representações da deusa Aserah, algo que não é mais aceito pela academia. Atualmente, é consenso que estas são ligadas aos rituais de cura, exorcismo e apotropaicos (conjunto de ritos, símbolos, deuses, mitos que afastam a desgraça, a doença, ou outro tipo de malefício) (Darby, 2019). A pesquisa mais conhecida foi a de Raz Kletter (1996) ao levantar 854 estatuetas de origem sabida e 97 estatuetas de origem não sabida, e que nem todas eram EPJs pelo próprio autor, cujo estudo daria uma nova pesquisa. Das 854 estatuetas de origem sabida contadas na pesquisa, 800 são tidas como EPJs, e das 97 estatuetas de origem não sabida, 86 são EPJs.

Houve a aplicação dos critérios eliminatórios citados anteriormente para a redução numérica, como os já observados por Kletter (1996) e os que se tornaram consenso na academia, como os 30 pedaços de estatuetas achados em Beit Shemesh não serem tidos como de EPJs, pelo sítio arqueológico pertencer a uma estratigrafia anterior (Idade do Ferro IIa e IIb, c. X – VIII séculos A.E.C.) e este na Idade do Ferro IIc, período da produção das EPJs, estar abandonado, e não

(1) Doutor em Ciência da Religião (PUC-SP, São Paulo - SP). Doutor em Ciências Sociais (PUC-SP, São Paulo - SP). Com Pós-Doutorado Concluído (MAE-USP, São Paulo - SP) – contato: <montalvao_gripholium@yahoo.com.br>.

possuir tal estratigrafia (Manor, 2020). Porém, nas EPJs de origem não sabida, há duas fora de seu contexto original pelos seus traços regionais: uma com feições de Jericó, e outra com de Tel ij-Judeideh/Goded, mas contadas como pertencentes a locais não sabidos por serem achadas fora de contexto arqueológico.

A atual pesquisa traz 265 EPJs de origem sabida e 10 EPJs de origem não sabida além das já contadas no estudo de Kletter (1996), a resultar no cômputo da pesquisa atual de 1065 EJPJs de lugar sabido e 96 EPJs de lugar não sabido (Tabela 1).

	Origem Conhecida	Origem Desconhecida
Estatuetas Levantadas por Raz Kletter	854	97
Estatuetas Desconclideradas por Raz Kletter e pela Academia	54	11
Quantidade de EPJs Levantada por Raz Kletter	800	86
Quantidade de EPJs Levantada na Atual Pesquisa	265	10
Quantidade de EPJs Total da Atual Pesquisa	1065	96

Tabela 1. Desenvolvimento da pesquisa das EPJs do estudo de Raz Kletter para o atual.

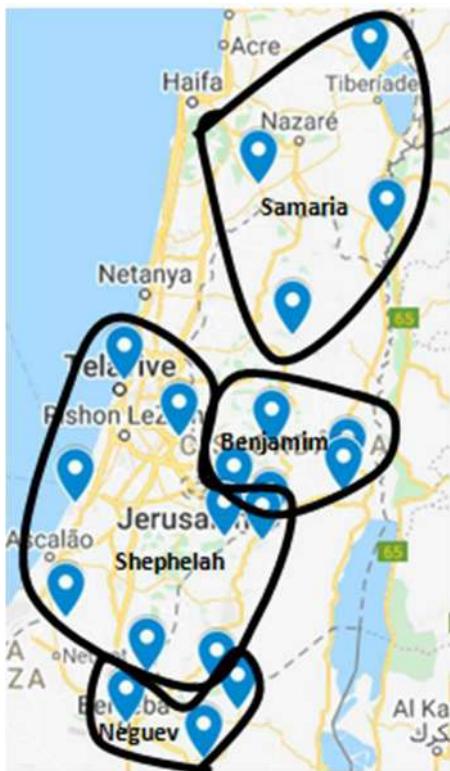
Das EPJs de lugar sabido, há os padrões de quadros: 1) Há três que foram achadas por Nurit Feig em 1998 em ‘Ein Hameveser, em Jerusalém, porém publicadas só 16 anos após (Ben-Shlomo, Darby, 2014, pp.182, 192, 197, 200); 2) 56 achadas nas escavações feitas no Western Wall Plaza de 2005 a 2010, porém, sem a discriminação do pedaço, se é cabeça, tronco, tórax ou base, e só em um pedaço foi divulgado o número de arquivo (Kletter, Saarelainen, Weksler-Bdolah, Shlomit, 2015, pp. 40-41;64); 3) 43 achadas nas escavações feitas em Tell en-Nasbeh, das quais já se sabe a qual parte do corpo da estatueta que cada uma delas corresponde. Porém, devido à pandemia, não houve sincronia entre o tempo de publicação da atual pesquisa e o do atual cômputo do citado sítio (Ben-Shlomo, McCormick, 2021; McCormick, 2020). Das EPJs de lugar não sabido, as 10 contadas estão no Museu Rockefeller de Jerusalém (Savariego, 2019).

Assim, aguardam-se o resultado dos relatórios das escavações feitas em Tell Megiddo, em Ramat Rachel, e no Sítio da Rota 38 próximo a Tell Beit Shemesh, que, por sua vez, possui estratigrafia da Idade do Ferro IIc, a fim de achar mais EPJs além das elencadas na atual pesquisa.

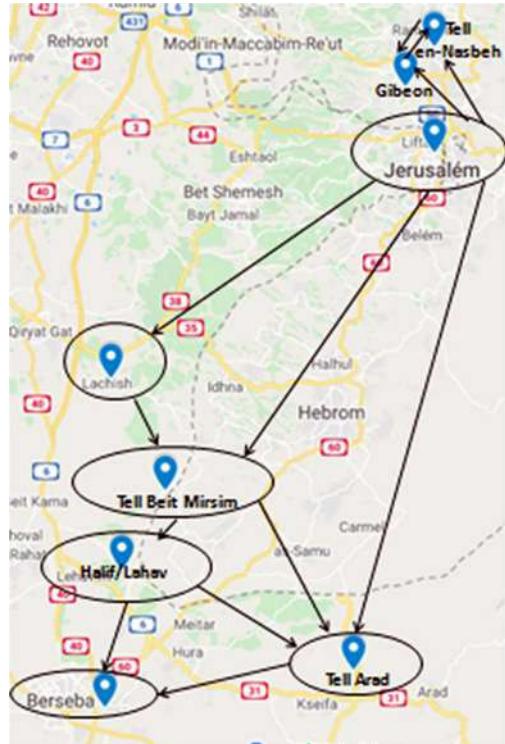
Localização e Distribuição Geográfica das EPJs

A distribuição regional por quantidade das EPJs ocorre no Levante em Benjamin, Shephelah, Neguev e Samaria (Mapa 1).

Porém, mesmo que se conclua que as EPJs foram feitas localmente (Darby, 2019), de alguma forma, houve o contato entre os centros a fim da conservação de seus traços principais, conforme se observa no Mapa 2.



Mapa 1. Distribuição regional geográfica das EPJs pelo Levante. Fonte: Google Maps. Mapa adaptado conforme os dados de Kletter (1996). Acessado em: 06 nov. 2019.



Mapa 2. Mapa sugerido com as relações de distribuição dos grandes centros de produção das EPJs a partir de Jerusalém como núcleo principal. Fonte: Google Maps. Mapa adaptado conforme os dados de Montalvão (2021). Acessado em: 06 nov. 2019.

Assim, é vital trazer uma ilustração não disponível na pesquisa de Raz Kletter sobre os sítios em que se acharam as EPJs. Aqui se discorrerá sobre as EPJs achadas em Jerusalém, e a diferença entre Tell Beit Mirsim e Tell Beit Mirsham, ambas as partes da Grande Tell Beit Mirsim, a fim de esclarecer dúvidas.

Cidade de Davi e Jerusalém

Um dos fatores que fazem as EPJs terem tal nome é por serem feitas em Judá, a princípio no sítio arqueológico conhecido como “Cidade de Davi”, no sub-bairro de Wadi Hilwa do bairro de Silwan, a leste de Jerusalém. É uma aldeia árabe-palestina entrelaçada com um assentamento israelense, de infraestrutura cananéia datada da Idade do Bronze Média (c. 1900 – 1530 A.E.C.), e as suas estruturas mais recentes da Idade do Ferro (c. 1133 – 586 A.E.C) foram construídas por reis judaítas. Como é incerta a existência do rei Davi, o nome “Cidade de Davi” é só um título para o sítio arqueológico.

Nota-se que, das 1065 EPJs pelo cômputo da atual pesquisa, 574 são da própria Jerusalém (Gráfico 1).

Achou-se na Cidade de Davi 391 unidades, a equivaler a 68,12 % das EPJs de Jerusalém, e a 36,71 % do total das 1065 EPJs do atual cômputo, equivalente ao seu percentual mais alto. Assim, a Cidade de Davi, como sítio arqueológico, é importante para o estudo das EPJs, como núcleo de sua produção e comércio, iniciados justo após a queda de Israel pelos neoassírios, época de grande imigração de seus habitantes para Jerusalém.

Porém, é vital o mapeamento de Jerusalém, incluso com a Cidade de Davi ao seu leste, por boa parte dos artigos mostrar a localização das EPJs de forma genérica sem especificar as suas origens na cidade. Na pesquisa, as estatuetas se encontram em 12 sítios arqueológicos de Jerusalém (fora 18 EPJs da cidade não achadas em seus locais de origem): Cidade de Davi, Muro Ocidental, Quarteirão Judaico, Ketef Himnon, Vale Ofel, A Cidadela/ Torre de Davi, Monte Sião/ Vale Ocidental, Mamila, Monte do Templo, Área Muristana, 'Ein Hameveser, e Igreja Nova da Theotokos (Mapa 3, Tabela 2).

Na pesquisa de Jerusalém, notou-se que das 405 estatuetas contadas por Raz Kletter, das 322 EPJs achadas na Cidade de Davi, 12 não eram EPJs, e a aumentar 81 EPJs fora do cômputo de Kletter, chega-se a um total de 391 estatuetas com traços de EPJs da Cidade de Davi na atual pesquisa. No total de 405 estatuetas de Kletter, foram retiradas as 12 que não eram EPJs da Cidade de Davi e acrescentadas as 181 EPJs contadas na presente pesquisa, totalizando 574 EPJs contadas na atual pesquisa. Percebe-se que sempre há novos achados de EPJs na Cidade de Davi, e há um novo local em Jerusalém em que se acharam 3 EPJs, ‘Ein Hameveser (Tabela 3, Grafico 2).

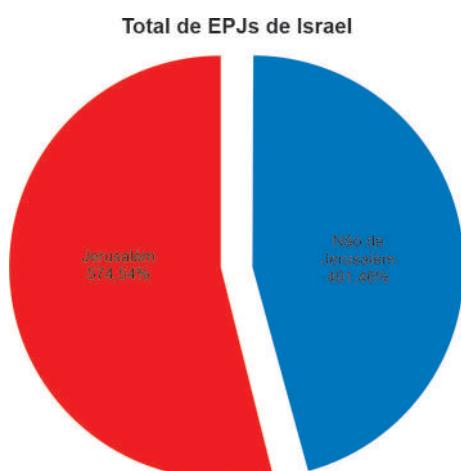
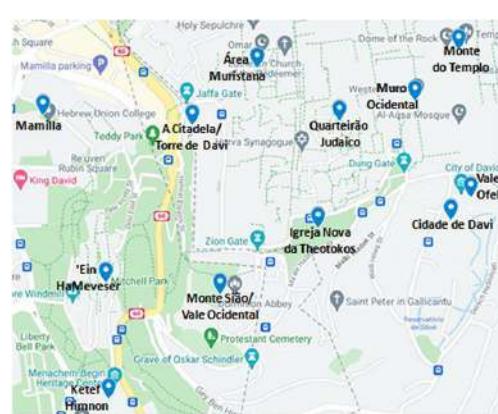


Gráfico 1. Total numérico e percentual das 1065 EPJs contadas na atual pesquisa. Fonte: Gráfico adaptado conforme os dados de Montalvão (2021). Acessado em: 06 nov. 2019.



Mapa 3. Representação equivalente à localização dos sítios arqueológicos de Jerusalém em que se acharam as 574 EPJs pelo atual cômputo. Fonte: Google Maps. Mapa adaptado conforme os dados de Montalvão (2021). Acessado em: 06 nov. 2019.

	Total das EPJs de Israel	Total Percentual de EPJs	Total Percentual de EPJs de Jerusalém
Israel	1065	100,00	185,64
Jerusalém	574	53,90	100,00
Cidade de Davi	391	36,71	68,12
Muro Ocidental	91	8,54	15,85
Quarteirão Judaico	31	2,91	5,40
“De Jerusalém” (Contexto Desconhecido e/ou Não Esclarecido)	18	1,89	3,14
Ketef Hinnom	9	0,85	1,57
Vale Ofel	7	0,66	1,22
Citadela (Torre de Davi)	6	0,56	1,05
Monte Sião (Vale Ocidental)	5	0,47	0,87
Mamila	4	0,38	0,70
Monte do Templo	4	0,38	0,70
Área Muristana	3	0,28	0,52
Ein Hameveser	3	0,28	0,52
Igreja Bizantina da Nova Theotokos	2	0,19	0,35

Tabela 2. Totais numéricos e percentuais das EPJs de Jerusalém ligadas à quantidade total de Israel e de seus sítios arqueológicos, com exceção às 18, de que se sabe a origem de Jerusalém, porém, não de seu sítio arqueológico por não ter sido achada em seu sítio de origem.

Região dos Sítios Arqueológicos	Quantidade Levantada por Kletter	Não são EPJs de Acordo com Kletter	EPJs fora do cômputo de Kletter	Total de EPJs da atual pesquisa
Cidade de Davi	322	12	81	391
Muro Ocidental	35		56	91
“De Jerusalém” (Contexto Desconhecido)	18			18
Ketef Hinnom	9			9
MNamilia	4			4
Monte do Templo	4			4
Monte Sião (Vale Ocidental)	4		1	5
Área Muristana	3			3
Escavações de Avigad (Igreja Nova Theotokos)	2			2
Vale Ophel (Kletter)	2		5	7
Quarteirão Judaico	1		30	31
Citadela (Torre de Davi)	1		5	6
Ein Hameveser			3	3
Total	405	12	181	574

Tabela 3. Desenvolvimento dos números das EPJs de Jerusalém desde a pesquisa de Raz Kletter até a atual.

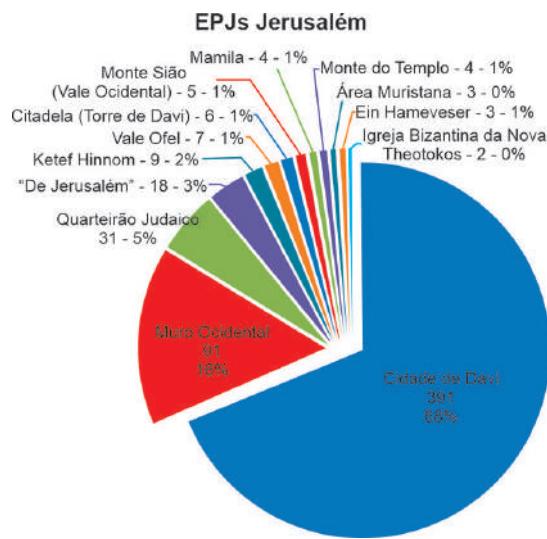


Gráfico 2. Quantidade numérica e percentual das EPJs achadas em Jerusalém em seus sítios arqueológicos, juntamente com as 18 de Jerusalém achadas fora de seu sítio de origem. . Fonte: Gráfico adaptado conforme os dados de Montalvão (2021). Acessado em: 06 nov. 2019.

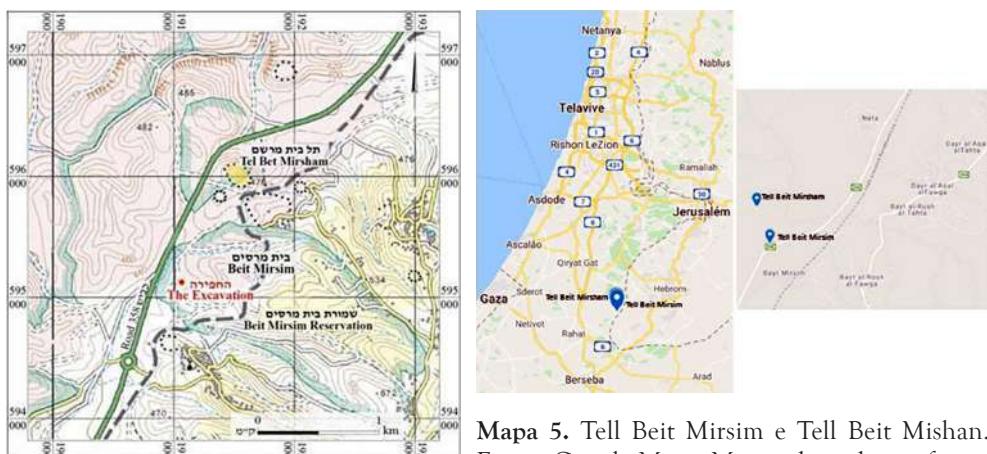
Tell Beit Mirsim

Apesar de não se acharem novas EPJs além das 37 contadas por Raz Kletter, é vital a explanação da diferença regional entre Tell Beit Mirsim e Tell Beit Mirsham, ambas a fazer parte da Grande Tell Beit Mirsim (Mapas 4 e 5, Gráfico 3 e Tabela 4).

Da grande região, Tell Beit Mirsim corresponde ao sul, sudeste, sudoeste e leste, enquanto Tell Beit Mirsham corresponde ao norte e oeste. Das EPJs contadas até então conhecidas, há 25 achadas em Tell Beit Mirsim (68%), e 12 achadas em Tell Beit Mirsham (32%) (Gráfico 4 e Tabela 5).

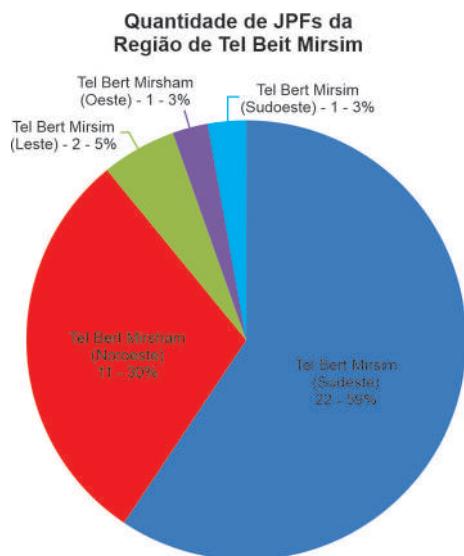
Metodologia

Pela importância das EPJs nas pesquisas sobre a produção cultural de Judá, foi vital a realização de um novo cômputo dessas estatuetas e com os recursos atuais, como o mapeamento por criação de arquivo gpx



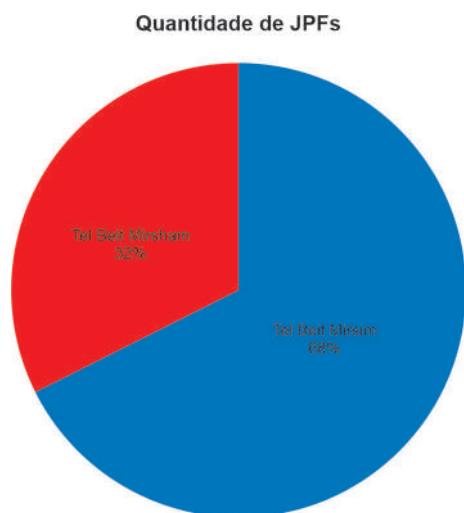
Mapa 4. Tell Beit Mirsim e Tell Beit Mishan. Fonte: < <http://www.hadashot-esi.org.il/Images//8153-1.jpg> >

Mapa 5. Tell Beit Mirsim e Tell Beit Mishan. Fonte: Google Maps. Mapa adaptado conforme os dados de Kletter (1996). Acessado em: 06 nov. 2019.



Sítios Arqueológicos	Quantidade de JPFs
Tel Beit Mirsim (Sudeste)	22
Tel Beit Mirsham (Noroeste)	11
Tel Beit Mirsham (Leste)	2
Tel Beit Mirsham (Oeste)	1
Tel Beit Mirsim (Sudoeste)	1
Total	37

Gráfico 3 e Tabela 4. Quantidade das EPJs achadas na Grande Tell Beit Mirsim.



Sítios Arqueológicos	Quantidade de JPFs
Tel Beit Mirsim	25
Tel Beit Mirsham	12
Total	37

Gráfico 4 e Tabela 5. Quantidade das EPJs unificadas achadas na Grande Tell Beit Mirsim.

pelo programa Garmin BaseCamp lançado e lido no visualizador de mapas de calor online do ArcGis (<http://www.arcgis.com/home/webmap/viewer.html?useExisting=1>), para que este seja um instrumento útil para o pesquisador da arqueologia de Israel.

Para criar um arquivo gpx, primeiramente, abre-se o programa Garmin BaseCamp, que apresentará a janela (Fig. 1).

Em seguida, criar as fichas dos locais geográficos pelas bandeirinhas do Garmin BaseCamp, a clicar na bandeirinha e após a clicar no mapa (Figura 2).

Assim, a bandeirinha criará uma ficha catalográfica que será inserida à coordenada do local (Figura 3).

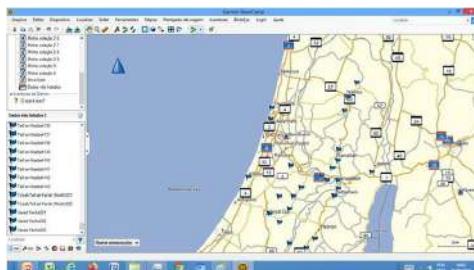


Fig. 1. Uso do programa Gramin BaseCamp para a criação de arquivo gpx.

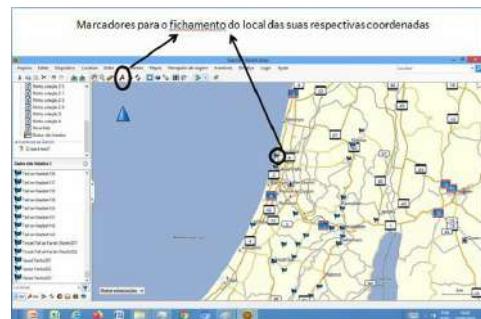


Fig. 2. Uso do programa Gramin BaseCamp para a criação de arquivo gpx.



Fig. 3. Uso do programa Gramin BaseCamp para a criação de arquivo gpx.

Após repetir muitas vezes a ação de marcar os locais no mapa onde estão as EPJs a criar fichas catalográficas até concluir a quantidade de estatuetas achadas, cria-se o arquivo gpx a clicar em “Arquivo”, para em seguida clicar em exportar, e após exportar dados (Figura 4).

Na sequência, abrirá uma janela para criar o arquivo gpx na pasta “Documentos” (Figura 5): clicar em salvar para a geração do arquivo gpx.

Após criar o arquivo gpx na pasta “Documentos”, abrir a página do ArcGis online (<http://www.arcgis.com/home/webmap/viewer.html?useExisting=1>), e arrastar o arquivo recém-criado para a página (Figura 6).

Na sequência, a página do Arcgis criará uma imagem com os pontos marcados no arquivo gpx (Figura 7).

Após a criação da imagem, na página do Arcgis online, clique em alterar estilo. No item 1, escolha “Mostrar locais somente”, e no item 2 sobre selecionar o estilo de desenho, escolha “Mapa de Aquecimento” (Figura 8).

Assim, temos o seguinte resultado (Figura 9).



Fig. 4. Uso do programa Gramin BaseCamp para a criação de arquivo gpx.

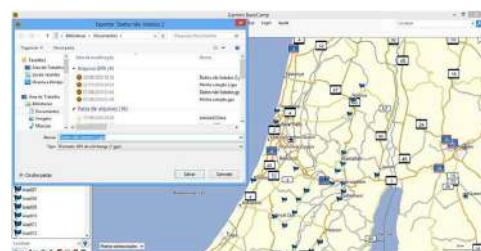


Fig. 5. Uso do programa Gramin BaseCamp para a criação de arquivo gpx.

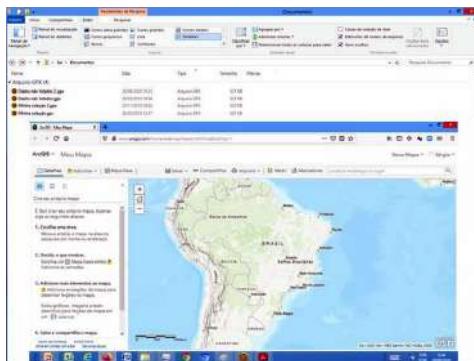
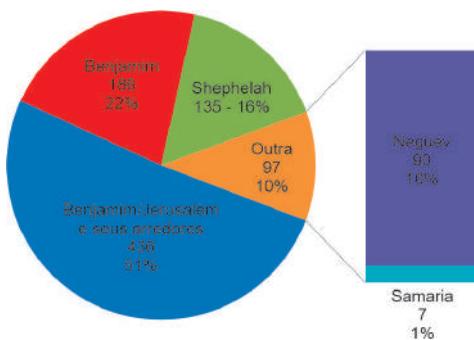


Fig. 6. Uso do programa Gramin BaseCamp para a criação de arquivo gpx.



Fig. 8. Uso do programa Gramin BaseCamp para a criação de arquivo gpx.



Região/Sítio Arqueológico	Quantidade de IPFs
Benjamim/Jerusalém e seus arredores	436
Benjamim	186
Shephelah	135
Neguev	90
Samaria	7
Total	854

Gráfico 5 e Tabela 6. Dados do cômputo de Raz Kletter feito em 1996.

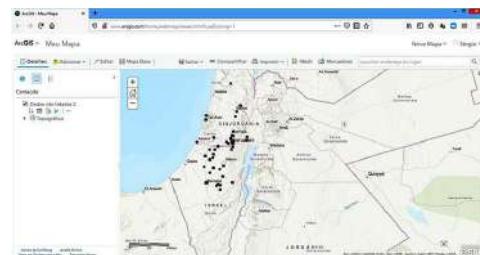


Fig. 7. Uso do programa Gramin BaseCamp para a criação de arquivo gpx.

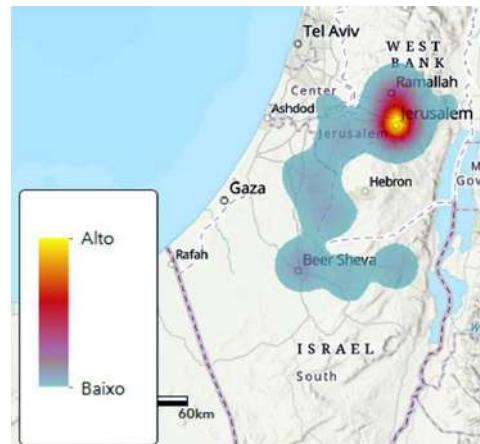


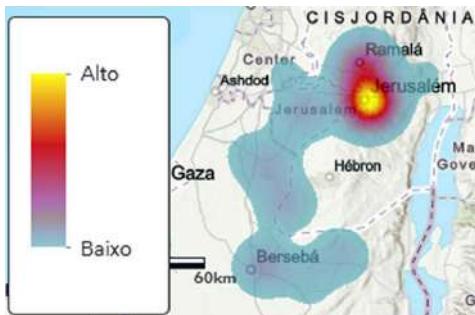
Fig. 9. Uso do programa Gramin BaseCamp para a criação de arquivo gpx.

Resultados da pesquisa com o mapa de calor

Na pesquisa de Raz Kletter, em 1996, pelas regiões pesquisadas em que se acharam as EPJs, 51% das 854 contadas estão em Jerusalém e seus arredores em Benjamim, seguido de 22 % da quantidade das EPJs pela periferia de Benjamim, 16% na Shephelah, 10% no Neguev, e 1% em Samaria (Gráfico 5 e Tabela 6).

Temos o seguinte Mapa de Calor, do cômputo de Raz Kletter (Mapa 6).

Porém, o dado das 854 “EPJs” contadas por Raz Kletter se propagou sem a análise prévia do fichamento disponível



Mapa 6. Mapa de Calor com os dados do cômputo de Raz Kletter feito em 1996.

em sua pesquisa onde o autor questiona muitas das estatuetas que antes eram consideradas EPJs. Pelos critérios característicos das EPJs, tais como serem preenchidas e não ocas, serem da argila do Neguev e da Shephelah e não de cerâmica alaranjada, e se localizarem na estratigrafia da Idade do Ferro IIc (c. 732 – 586 A.E.C.), das 854 estatuetas contadas por Raz Kletter, 800 possuem os traços das EPJs, e as demais foram excluídas por não as terem (Gráfico 6, Tabela 7 e Mapa 7).

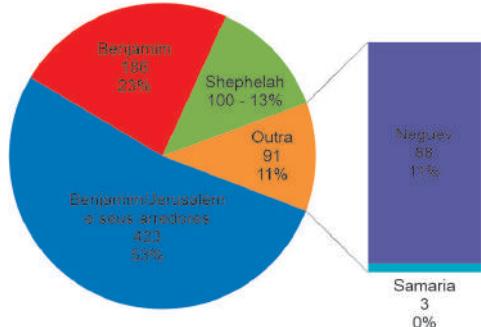
Assim, temos 265 EPJs ausentes no cômputo de Raz Kletter pelo Mapa 8.

Ao todo, há o cômputo final das 1065 EPJs (Gráfico 7 e Tabela 8).

No gráfico, percebe-se que a região Jerusalém e seus arredores de Benjamim

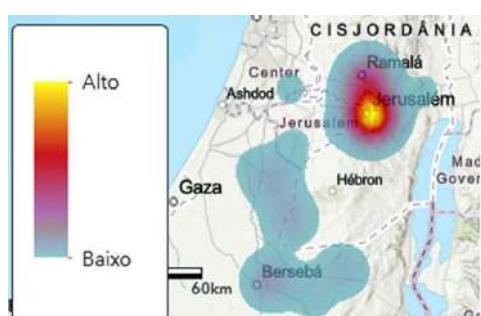


Quantidade das estatuetas que são JPFs do levantamento de Kletter (1996)



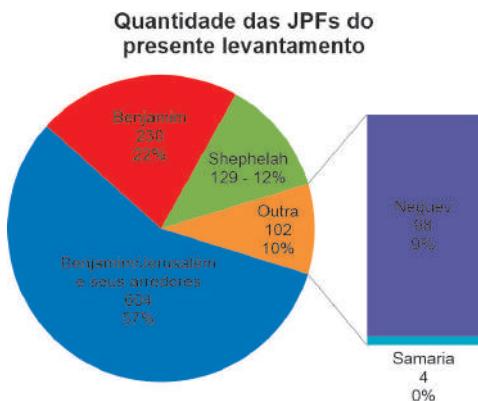
Região/ Sítio Arqueológico	Quantidade das estatuetas que são JPFs do levantamento de Kletter (1996)
Benjamim/Jerusalém e seus arredores	423
Benjamim	186
Shephelah	100
Neguev	88
Samaria	3
Total	800

Gráfico 6 e Tabela 7. Atualização com as 800 estatuetas que são consideradas EPJs do cômputo de Raz Kletter, feito em 1996.



Mapa 7. Mapa de Calor das 800 estatuetas que são consideradas EPJs do cômputo de Raz Kletter feito em 1996.

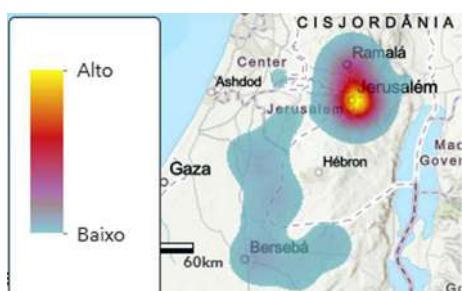
Mapa 8. Mapa de Calor das 265 EPJs que não se encontram no levantamento de Raz Kletter, feito em 1996.



Região/Sítio Arqueológico	Quantidade das JPFs do presente levantamento
Benjamim/Jerusalém e seus arredores	604
Benjamim	230
Shephelah	129
Neguev	98
Samaria	4
Total	1065

Gráfico 7 e Tabela 8. Atual levantamento das 1065 EPJs

é a maior detentora de EPJs, com 57% da quantidade de 1065 estatuetas, seguida da periferia de Benjamim com 22%, Shephelah com 12%, Neguev com 9%, e Samaria com menos de 1%. Assim, temos o Mapa 9 que caracteriza a atual pesquisa.



Mapa 9. Mapa de Calor das 1065 EPJs do atual levantamento feito no presente trabalho.

as três de 'Ein Hameveser.

No momento, entende-se que os próximos mapas de calor das EPJs terão a mesma tendência com novos achados de EPJs por Jerusalém e nas demais regiões em menor grau.

Considerações finais

Na atual pesquisa, foram contadas 1065 unidades das EPJs de origem sabida e 86 de origem não sabida. Entre as 86 de origem não sabida, há duas EPJs que, pela estrutura e símile regional, tenham origem sabida, uma com traços das de Jericó, e outra com traços de Tel ej-Judeideh/Goded, ambas pelo fato de não serem achadas em seu local de origem, mantêm-se elencadas como EPJs de origem não sabida.

Sobre seus traços, estes devem ser respeitados e não violados por serem uma produção única da Idade do Ferro IIc, fabricadas de maneira preenchida

e não ocas com argila do Neguev e da Shephelah e não com outro tipo de material como pedra, gesso e cerâmica alaranjada, ter traços fêmeos como mamas e a segurar um bebê e às vezes a segurar um disco, não barbadas. Houve EPJs achadas fora de seu contexto de época em locais similares a depósitos de vários objetos que foram considerados como locais de natureza desconhecida.

Devido à dominância dos locais de sua presença, comprehende-se a função das EPJs como ligada aos ritos de cura, exorcismo e apotropaicos (conjunto de ritos, símbolos, deuses, mitos que afastam a desgraça, a doença, ou outro tipo de malefício). Ou seja, as EPJs estavam associadas a casos em que a infertilidade ou baixa e ausente lactação estavam ligadas a alguma doença ou algum espírito mal que as causasse. Há a possibilidade de haver outra função, mas a aqui apresentada é bem convincente.

Quanto à tese/cômputo de Raz Kletter, só esta já resultaria em nova pesquisa. A grande maioria dos autores que fazem referência ao trabalho de Kletter, ou pensam que ele levantou a quantidade de 98 EPJs de origem não sabida e 854 EPJs de origem sabida, ou já lêem a pesquisa de Raz Kletter com esta opinião formada, o que já é um erro extremamente grave. Reconhece-se que houve falhas de digitação, como no caso da estatueta de número 30 de origem não sabida que estaria na página 233 do livro de sua tese, mas não se acha nesta elencada ou listada, a pular do número 29 para o 31. Mas o próprio Kletter faz críticas às estatuetas que levantou em sua tese, a afirmar que elas não são EPJs.

Das 98 estatuetas de origem não sabida que Kletter elencou e a retirar uma que foi pulada na catalogação (número 30), 11 estatuetas não são classificadas como EPJs, a chegar ao total de 86 EPJs. Ao se adicionar às 10 EPJs do Museu Rockefeller de Jerusalém, o seu total chega a 96 EPJs de origem não sabida.

Da quantidade de 854 estatuetas de origem sabida para a quantidade atual da pesquisa de 1065, antes houve a queda de quantidade de 854 estatuetas para 800 que são tidas como EPJs, ao se retirar 54 estatuetas não tidas como EPJs.

Dentre as 54, 30 pedaços/unidades de Beit Shemesh foram retirados devido ao consenso entre os arqueólogos-pesquisadores do período ao concluir que Beit Shemesh não possui a estratigrafia correspondente à das EPJs. Os demais 24 pedaços/unidades foram todos desconsiderados por Raz Kletter em seu cômputo, inclusive a estatueta de Tel Michal que é do Período Persa e não possui a estratigrafia das EPJs que é da Idade do Ferro IIc. Deve-se entender que Kletter elencou as que todos consideravam como EPJ, mas criticou as que ele não considerava em sua catalogação, a afirmar que não eram EPJs, ou que sua autenticidade era duvidosa. Em meio às críticas eliminatórias de Raz Kletter, chegamos às 800 estatuetas que podem ser tidas como EPJs do

seu trabalho, mais 265 contadas nos últimos anos, a incluir as estatuetas que Kletter não dispôs de tempo para levantar em 1996, atualmente no Museu Rockefeller de Jerusalém. Assim, temos o valor total de 1065 EPJs da atual pesquisa.

Porém, há a expectativa de dados novos que ampliem o atual cômputo, como: 1) os locais de que se conhece a quantidade de EPJs, tais como as 56 do Western Wall Plaza. Das 43 EPJs de Tell en-Nasbeh já se sabe a qual parte do corpo da estatueta que cada uma delas corresponde. Porém, devido à pandemia, não houve sincronia entre o tempo de publicação da atual pesquisa e o do atual cômputo do citado sítio (Ben-Shlomo, McCormick, 2021; McCormick, 2020); 2) a promessa dos relatórios vindouros como o de Megiddo V, o de Ramat Rachel para 2022, e o do Sítio Arqueológico da Rota 38 próximo a Beit Shemesh, cujas escavações foram feitas por Yehuda Govrin. Enquanto tais dados não são lançados, mantém-se a espera.

Referências

Correspondência on-line

MANOR, D. W. RE:

Doubts regarding the 30 “JPJs” raised in Beit-Shemesh by Raz Kletter. Mensagem recebida por <montalvao_gripholium@yahoo.com.br> em terça-feira, 20 de outubro de 2020.

SAVARIEGO, A. RE:

Research Support about the Judean Pillar Figurines (JPJs) JPFigurines “IAA Records.xlsx” (Anexo em Excel). Mensagem recebida por <montalvao_gripholium@yahoo.com.br> em segunda-feira, 6 de maio de 2019

MCCORMICK, L. K. RE:

More doubts about the quantity survey of Tell en- Nasbeh’s Judean Pillar Figurines. Mensagem recebida por <montalvao_gripholium@yahoo.com.br> em segunda-feira, 11 de maio de 2020.

Tell Beit Mirsim e Tell Beit Mishan <<http://www.hadashot-esi.org.il/Images//8153-1.jpg>>

Arquivos on-line

ArcGis online (<http://www.arcgis.com/home/webmap/viewer.html?useExisting=1>)

Bibliografia

BEN-SHLOMO, D.; DARBY, E. D.

A Study of the Production of Iron Age Clay Figurines from Jerusalem. *Journal of the Institute of Archaeology of Tel Aviv University*. Volume 41 - Issue 2, p. 180-204, 2014.

BEN-SHLOMO, D.; MCCORMICK, L. K.

Judean Pillar Figurines and ‘Bed Models’ from Tell en-Nasbeh: Typology and Petrographic Analysis. *Bulletin of the American Schools of Oriental Research*, vol. 385, p. 2346, November, 2021.

DARBY, E. D.

Reaction, Reliance, Resistance?: Judean Pillar Figurines in the Neo-Assyrian Levant. In: TYSON, C. W.; HERMANN, V. R. (Eds.) *Imperial Peripheries in the Neo-Assyrian Period*. Louisville, Colorado: University Press of Colorado, 2019, p. 128-49.

KLETTER, R.

The Judean Pillar Figurines and The Archaeology of Asherah. BAR International Series 636. Oxford: Tempus Reparatum, 1996.

KLETTER, R.; SAARELAINEN, K.; WEKSLER-BDOLAH, S.

Recently Discovered Iron Age Lion Figurines from Jerusalém. In: *Cuadernos del Centro de Estudios de Historia del Antiguo Oriente*, v. 12, 2014.

MONTALVÃO, S.A.

Uma Atualização do Mapeamento dos Achados de Estatuetas Pilares da Região de Judá nos Sítios Arqueológicos de Israel. Relatório Final de Projeto de Pesquisa de Pós-Doutorado Universidade de São Paulo - Museu de Arqueologia e Etnologia. Setembro de 2021

Fictile et Urbs: um estudo da Cerâmica Campânica e suas interações em Carthago Nova

Gabriel Arriel Pedrozo¹

Introdução

Por muito tempo, nos litorais do Mediterrâneo Ocidental, a rede comercial grega atuou intensamente desde o século VIII a.C., num processo contínuo, em que as comunidades helenas mantiveram contato com distintas culturas (Lima, 2009). Dentre os produtos que circulavam nessas redes comerciais, encontravam-se vasilhas de verniz negro, provenientes mais precisamente de Atenas (Rouillard, 1994). Até os finais do século IV a.C., as oficinas de produção áticas deram sequência à produção desses vasos de verniz negro. Contudo, a ocorrência de guerras e desastres contínuos ao fim do século V a.C. fez com que se deslocassem os centros de comércio marítimos de Atenas e Corinto a outros novos ligados à expansão do Helenismo no Oriente (Ribeira e Lacomba, 2013).

Nas alas ocidentais do Mediterrâneo, essa nova configuração de poder ocasionou a falta de oferta desse produto, até então praticamente monopolizado pelos atenienses. Sendo assim, surgiram novas oficinas de produção pelo Mediterrâneo e as que existiam foram ganhando desenvolvimento. Embora com propósito de imitação da cerâmica ática, essas oficinas também produziram suas próprias formas, com um denominador comum que é o verniz negro, aproximando-se, muitas vezes, do vermelho (Ribeira e Lacomba, 2013).

Dentre elas, na Península Itálica, destacam-se três grandes classes de cerâmicas de verniz negro: 1) a etrusca, com um aspecto marcante de associação aos modelos torêuticos (Campânica B) (Arantegui *et al.*, 2006); 2) a que foi produzida nas regiões centrais da Itália, com destaque às cidades de Cales e Nápoles, com aspectos levemente avermelhados (Campânica A) (Arantegui, *et al.*, 2006); 3) a siciliana de verniz mais denso, produzida em Siracusa e demais localidades interioranas na ilha (Campânica C) (Lamboglia, 1952) (di Caprio, 1992). (Fig. 1)

(1) Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). <gabrielarqueo@hotmail.com>.



Fig. 1. Da esquerda para direita, Cerâmica Campânica A, Cerâmica Campânica B e Cerâmica Campânica C, Museo Civico Ala Ponzone. Fonte: <http://www.lombardiabeniculturali.it/reperti-archeologici/schede/P0010-00363/?view=ricerca&offset=0>, acessado em: Setembro de 2021. (Imagem editada pelo autor)

Circulação e Consumo na Hispânia

Essas cerâmicas itálicas foram comercializadas, amplamente pelo Mediterrâneo Ocidental, atingindo as costas orientais da atual Espanha, por volta do século III a.C., em determinados pontos, como a cidade de Carthago Nova, à época denominada *Qart Hadast*, sob domínio púnico (Ballester, 2008), ou a cidade de *Terraco* (Ruiz Valderas, 1994). Sua dispersão coincide com os centros romanos na região (*Tarraco* e *Carthago Nova*) e núcleos pré-romanos e pró-romanos (*Empórium* e *Saguntum*) (Ribeira e Lacomba, 2013).

Durante a Segunda Guerra Púnica, em 209 a.C., a importante cidade cartaginesa *Qart Hadast* fora conquistada por Cipião, mais tarde conhecido por *o Africano*. A anexação à República Romana foi um ponto de inflexão na história da cidade, a qual, após o ano de 209 a.C., experimentou uma série de alterações profundas, sendo perceptíveis, em ambientes públicos, como templos e monumentos (Molina, 2014) e nas habitações, que ganharam traços itálicos (Asensio *et al.*, 2008). A cerâmica campânica teve sua presença intensificada, de maneira correlacionada a essas alterações, alcançando níveis altíssimos de importação nesse período tardo-republicano (Ballester, 2008).

Interessante destacar também a circulação e a comercialização das cerâmicas de imitação, principalmente imitações da campânica do tipo C, encontradas em Cartagena durante os séculos II e I a.C., em diversas escavações, ao longo da cidade (Ballester, 2007), denominadas “pseudocampânicas” (Guerreiro, 1980). No caso desses produtos, seu centro produtor se localizava em Ibiza, nas ilhas Baleares (Ballester, 2007). Essas cerâmicas de imitação tornaram-se presentes e passíveis de serem encontradas, em diversas cidades da região, que é justamente o caso da cidade vizinha *Lucendum* (atual Alicante). Acredita-se que tais tipos cerâmicos tenham surgido para abastecer a demanda dos mercados regionais (Sellés *et al.*, 2007). (Fig. 2)

A categoria de cerâmica de verniz negro produzida na Itália, com todas as incertezas técnicas apontadas pelos estudiosos e a complexidade arqueológica associada à identificação dos centros produtores adquiriu uma importância significativa, que aumentou par e passo com a expansão da República

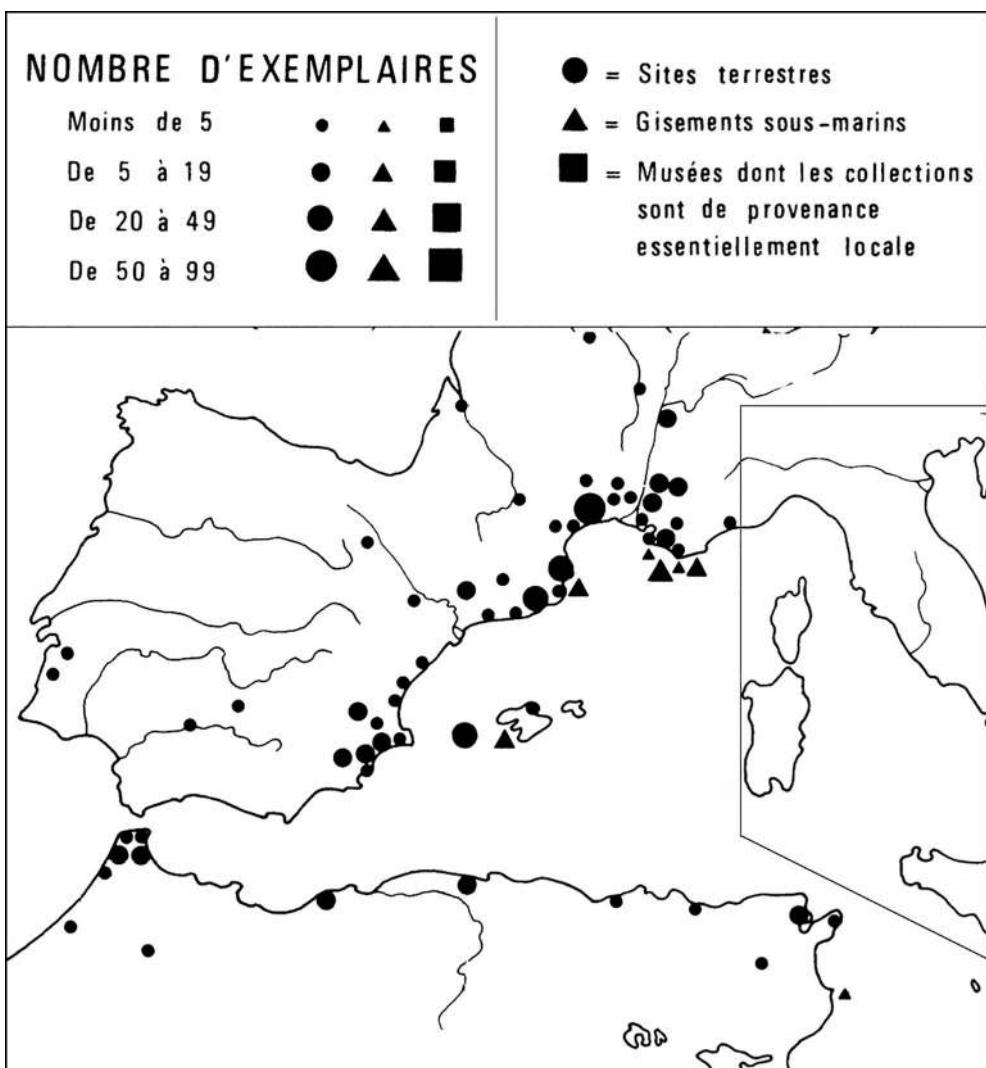


Fig. 2. Mapa do Mediterrâneo Oriental, presença de peças compânicas. (Mapa editado pelo autor). Fonte: (Morel, 1991, p. 42).

Romana. De fato, essas características fizeram da cerâmica campânica um verdadeiro fóssil diretor. Na Península Ibérica, ela pode e tem sido vista como o marco do fim e início de um mundo (Luís, 2003). Nesse sentido, torna-se um apropriado problema de pesquisa investigar seu papel, em Cartago Nova, como instrumento de domínio do comércio, do consumo e de identidade no período tardo-republicano. Na investigação incluem-se as cerâmicas pseudo-campânicas, a fim de compreender seu envolvimento no processo de circulação das dinâmicas de importação e interações, de modo a esclarecer os motivos do surgimento dessas imitações e seu lugar num ambiente intenso de transformação.

Efeitos e impactos

Vale lembrar que o comércio e a circulação desses materiais cerâmicos causam impactos identitários nas populações em que eles circulam. Este fenômeno chamou a atenção de diversos autores e, por muito tempo, tem sido tratado como Romanização. Durante o século XIX e XX, os estudiosos figuravam as relações de dominação romana com o crivo das ideias de seu tempo, ou seja, viam a romanização como um processo de progresso moral, cultural e desenvolvimentista daquele povo específico, para se tornarem romanos.

Todavia, nas últimas décadas do século XX, os estudos romanos têm tido uma nova guinada, agora, sob as ideias da teoria pós-colonial, sendo o seu principal expoente Richard Hingley, para o qual o termo romanização trata de ser etnocêntrico, ao lidar com toda uma série de experiências históricas variadas. Para Hingley (2000, p. 14), a “teoria da Romanização é demasiadamente simplista, focando sua atenção na elite do império e concebendo tanto identidade quanto mudança social”, sugerindo utilizar globalização.

Para Louise Revell (2009), o fenômeno da romanização perpassa, de maneira distinta, por diversas formas. Para a autora, seu argumento refere-se à experiência cotidiana do espaço urbano público, a qual cria uma identidade romana e reproduz estruturas de poder existentes, bem como estabelece múltiplas e diversas identidades locais.

A identidade de grupos humanos é sensível a mudanças, de modo que as repetições de práticas cotidianas (Revell, 2009) – mesmo que inconscientes – não impedem a agência (Gell, 1998; Hodder, 2004; Gosden, 2005) dos processos dinâmicos, mutáveis e constantemente construídos pelos quais os indivíduos definem suas próprias identidades (Santacreu, 2014), ao mesmo tempo que também são definidos aos poucos por meio das materialidades de seu entorno (Tilley, 2006). Esses pressupostos nos levam a considerar a capacidade que as diferentes escolhas de objetos, bem como as tradições tecnológicas têm de perdurar ao longo do tempo em contextos sociais e históricos específicos, como o papel do estilo (Wobst, 1997) por meio de *habitus* (Dietler e Herbich, 1998), além da agência que desempenham em sua manutenção, mudança ou desaparecimento de traços identitários (Santacreu, 2014).

Um *modus vivendi* romano?

Quando direcionamos o nosso olhar para essa cerâmica de verniz negro, fruto de diversas interações humanas, resultante de uma longa trajetória, desde seu passado vilanoviano, perpassando entre estilos áticos, até se tornar um produto que é considerado o marco do poderio romano (Luíz, 2003; Ribeira

e Lacomba, 2013; Morel, 1981; Ballester, 2008; Ruiz Valderas, 2004), percebemos, então, as biografias e as histórias dos objetos se entrelaçarem com as histórias humanas. Percebemos o quanto “*as populações humanas constroem suas culturas em interação umas com as outras, e não isoladamente*” (Wolf, 1982, p. IX), não contendo um caráter monolítico e unitário da identidade (Revell, 2009).

As cerâmicas campânicas têm sido objeto de diversas análises e, tradicionalmente, os autores espanhóis, como já referido acima, consideram-nas como o marco do início do processo de romanização, uma vez que populações peninsulares consumiram esses produtos e, por consequência, imitaram-nos. Todavia, não há como fugir da discussão sobre até que ponto as campânicas são “indícios de romanização”? Uma vez que, ao olharmos para a história dessa cerâmica, percebemos que as classes A, B e C são produtos distintos da Itália, nascendo da imitação das cerâmicas áticas, seriam elas algo tão romano para serem chamadas de “instrumento de medida da romanização”? Ou um produto por consequência do helenismo?

São questionamentos interessantes, visto que mostram o peso do helenismo nessas porções do Mediterrâneo, o que também leva a pensar sobre a ideia de “Mediterranização” dessas comunidades interconectadas (Silva, 2019). Porém, os autores espanhóis têm seus motivos em anuir por Roma ao invés da Hélade. A romanização da Península Ibérica é vinculada às Guerras Púnicas e às suas consequências, e, talvez, esteja justamente nesses conflitos uma contribuição para essas questões. Se considerarmos de maneira hipotética a derrota de Roma pelos cartagineses, na Segunda Guerra Púnica, com o triunfo de Aníbal, não haveria campânicas A, B e menor porção C circulando na Península Ibérica. Da mesma forma, anteriormente à derrota de Cartago, circulavam as cerâmicas púnicas, e passaram (no mundo real) a ser um material remanescente de uma estratigrafia anterior. Assim sendo, como podemos eliminar a atuação romana, na circulação das campânicas na Península Ibérica, para deixar de considerá-la um “instrumento de medida” da romanização? Neste cenário ficcionalizado de derrota romana, essa cerâmica seria como as outras que foram chamadas de “pré-campânicas” (Morel, 1981), que nasceram da influência e contato com peças gregas. De igual forma, as produções em Rhodes imitaram as áticas, as olarias itálicas também o fizeram, porém, diferentemente da colônia grega de Rhodes, quem vencera os cartagineses foram os romanos, e, naturalmente, seu produto expandira. Mesmo que ela proceda de um fundo helenista – com destaque para campânica A (Morel, 1981) –, não há como desconsiderar os atores romanos do Lácio e aliados na expansão das peças campânicas nessas comunidades do Mediterrâneo Ocidental.

De fato, o peso da presença romana, em nível quantitativo de seus produtos é enorme. E, evidentemente, quanto mais materiais de procedência itálica

chegam a uma dada comunidade, maior é seu impacto nela. Todavia, como é explícito, essa “presença” romana, ao ser constatada no registro arqueológico por meio da circulação das cerâmicas campânicas, uma nova questão surge. O quanto essas peças campânicas podem ser um instrumento em nível cultural da romanização? A presença de verniz negro, como mostrado acima neste capítulo, já é existente no ambiente peninsular desde o século VI a.C., por meio das cerâmicas áticas, que, por sua vez, também “geraram” as campânicas. Nesse ambiente de “primos”, como estaria a cerâmica campânica sendo instrumento do modus vivende romano? Seria apenas uma criação de um novo espaço? Um encontro de tradições oriundas do helenismo que se intensificam sob um novo domínio régio? Ou seria o surgimento algo novo com características próprias?

Considerações Finais

Tendo em vista o que já foi exposto, a pesquisa almeja a melhor compreensão dos efeitos gerados pelas mudanças ocorridas no contexto cerâmico e identitário da cidade de Carthago Nova ao longo do período final da República. Com base em análises que buscam visualizar as continuidades e descontinuidades das formas, alterações urbanas, bem como as suas interações regionais, esta abordagem permite identificar uma série de mudanças sutis que vinham acontecendo no nível do cotidiano sobre aquelas pessoas que por ali viviam. O consumo e uso das cerâmicas (Ribeira e Lacomba, 2013), a adoção da técnica e da pasta por imitações (Guerreiro, 1980), as nuances nas variações das morfologias e a incorporação de hábitos alimentares novos (Ballester, 2008) apontam mais para um processo de assimilação de características identitárias, provenientes da Península Itálica do que a reprodução e resistência das formas culturais quanto ao dominador estrangeiro.

Está claro que, muitas vezes, a limitação do registro arqueológico como já apontado por Binford (1962), Clarke (1973), Courbin (1982) e Bruneau e Balut (1997) não nos permite acessar os conteúdos reais desse passado, tampouco os efeitos desses objetos. Todavia, procuro mostrar que, mesmo com essas limitações, é possível reconhecer uma cadeia de aspectos da cerâmica, do comércio, e das construções urbanas e que poderiam se destacadas as dinâmicas e transformações sociais que ocorriam naquela cidade. Esse breve diálogo, aqui redigido, possibilita pensar esses artefatos enquanto agentes atuantes (Gell, 1998; Gosden, 2005) naquele mundo pretérito que existia e, enquanto vetores e mediadores das relações entre humanos e entre humanos e não humanos (objetos), contemplando a agência do inanimado.

Referências bibliográficas

- ARANTEGUI J. P.; ARRANZ, A. D.; MASSARO, P. A. P.; ZALDÍVAR, E. M.
La Cerámica de barniz negro helenístico del yacimiento de la vispresa. Análisis de las pastas. In: *Congreso Ibérico de Arqueometria VI*. Huesca, p. 48-50, 2009.
- ASENSIO, S. F. R.; BALANZA, M. J. M.; DÍAZ A. F.; VALDERAS, E. R.
Carthago Nova en los dos últimos siglos de la República: una aproximación desde el registro arqueológico. In: *Iberia e Italia: modelos romanos de integración territorial*. Tabularium, p. 573-602, 2008.
- BALLESTER, J. PÉREZ.
Campaniense C, Cerámicas grises y engobadas de imitación en cartagena, mazarrón y eivissa. Les imitacions de vaixella fina importada a la HISPANIA CITERIOR (segles I a.C.-I d.C.). In: *Sèrie Documenta*, N. 6, Institut Català d'Arqueologia Clàssica, Tarragona, 2007.
- BALLESTER, J. PÉREZ.
Vajilla, gusto y consumo en la Carthago Nova republicana. In: *Iberia e Italia: modelos romanos de integración territorial*. Tabularium, p. 633-658, 2008.
- BINFORD, LEWIS R.
Archaeology as anthropology. In: *American antiquity*, v. 28, n. 2, p. 217-225, 1962.
- BRUNEAU, P.; BALUT, P.
Artistique et archéologie: mémoire d'archéologie générale. Paris: Presses de l'Université de Paris, Sorbone. v. 1-2, p. 37-44, 1997.
- CLARKE, DAVID.
Archaeology: the loss of innocence. In: *Antiquity*, n. 47, p. 6-18, 1973.
- COURBIN, PAUL.
What is Archaeology? In: COURBIN, P. *What is Archaeology? An Essay on the Nature of Archaeological Research*, Chicago: University of Chicago Press, p. 110-132, 1982 (1988)
- DI CAPRIO, N. C.
Fornaci e officine da Vasaio Tardo-ellenistiche (Previously announced: Late Hellenistic Potter's Kilns and Workshops). In: *Morgantina Studies*. Princeton, n. 3. Princeton University. 1992.
- DIETLER, M.; HERBICH, I.
Habitus, techniques, style: An integrated approach to the social understanding of material culture and boundaries. In: *The Archaeology of Social Boundaries*, Smithsonian Institution Press. Washington, DC, p. 231-263. 1998.
- GELL, ALFRED.
Arte e Agência: uma teoria antropológica. São Paulo: Ubu Editora, 2018 [1998].
- GOSDEN, CHRIS.
What do objects want? In: *Journal of Archaeological Method and Theory*, v 12 p. 193-211, 2005.
- GUERRERO, A. V.
Las cerámicas pseudo-campanienses ebusitanas en Mallorca. In: *Archéologie en Languedoc*, n. 3, p. 169-194. 1980.

- HODDER, I.
The social in Archaeological Theory: An Historical and Contemporary Perspective. In: MESKELL, L.; PREUCEL, R. W. (Eds.) *A Companion to Social Archaeology*. Malden MA: Blackwell, p. 23-42, 2004.
- HINGLEY, RICHARD.
Globalizing Roman Culture: Unity, diversity and empire. London: Ed. Routledge, 2005.
- LAMBOGLIA, N.
Per una classificazione preliminare de la ceramica campana. In: *I Congresso Internazionale di Studi Liguri, Bordighera: Instituto Internazionale di Studi Liguri*, p. 139-206, 1952.
- LIMA, A. C. C.
Navegações e artesãos helenos no Mediterrâneo Ocidental. In: *Phoenix*. Ano 15, v. 15, n. 2. Rio de Janeiro, p. 64-61, 2009.
- LUÍS, L.
As cerâmicas campanienses de Mértola. In: *Trabalhos de Arqueologia*, n. 27., p. 13-19. 2003.
- MOLINA, R. M.
Urbanismo romano de Carthago Nova: condicionantes, características y sistemas de ejecución. Arqueología y territorio. Granada, V. 11, p. 97-112, 2014.
- MOREL, JEAN-PAUL.
La céramique campanienne: les formes. París: Bulletin des Écoles Françaises d'Athènes et Rome. p. 244, 1981.
- MOREL, JEAN-PAUL.
Les campaniennes A et B, deux aspects d'une 'globalisation' économique et culturelle des céramiques tardo-hellénistiques. In.: BILDE, Pia Guldager; LAWAL L. M. (Org.) *Pottery, Peoples and Places: Study and Interpretation of Late Hellenistic Pottery*. Aarhus: Aarhus University Press, p. 323-335, 2014.
- RIBEIRA E LACOMBA, A.
Manual de cerámica romana: del mundo helenístico al Imperio Romano. Madri: Comunidad de Madrid, Museo Arqueológico Regional, 2013.
- REVELL, LOUISE.
Roman imperialism and local identities. New York: Cambridge University Press, 2009.
- ROUILLARD, P.
L'usage des vases grecs chez les ibères. In: *Huelva Arqueológica XIII*. Huelva, n.1, p. 263-274, 1994.
- RUIZ VALDERAS, E.
Las cerámicas de barniz negro de Cales en la primera mitad del siglo II a. C. en el cerro del Molinete (Cartagena). In: *Revista d'Arqueologia de Ponent*. Lleida, n. 4, p. 47-65, 1994.
- SANTACREU,
Daniel Albero. *Materiality, Techniques and Society in Pottery Production: The technological study of archaeological ceramics through paste analysis*. Walter de Gruyter GmbH & Co KG, Berlin, p. 2016-2019, 2014
- SELLÉS, F. S.; POVEDA, J. M.; DOMÉNECH, M. H. O.; GUILABERT MAS, A. P.
Las imitaciones de vajilla de mesa de los siglos I a.C. y I d.C. del sector BC de Lucentum. In: *Les imitacions de vaixella fina importada a la HISPANIA CITERIOR (segles I a.C.-I d.C.)*. In: *Sèrie Documenta*. n. 6, Institut Català d'Arqueologia Clàssica. Tarragona, 2007.
- SILVA, BRUNO DOS SANTOS.
Entre o Atlântico e o Mediterrâneo: os processos de integração na Turdetânia ao final do primeiro

- milênio A.C. 2019. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 119-159, 2019.
- TILLEY, C. Identity, Place, Landscape and Heritage. In: *Journal of Material Culture*, n.11, p. 7-32, 2006.
- WOBST, H. M. Stylistic behavior and information exchange. In: *Research Essays in Honor of James B. Griffin*. n.61, University of Michigan, Museum of Anthropology, Ann Arbor, pp. 317-342. 1997.
- WOLF, E. R. *Europe and the People without History*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1982.